

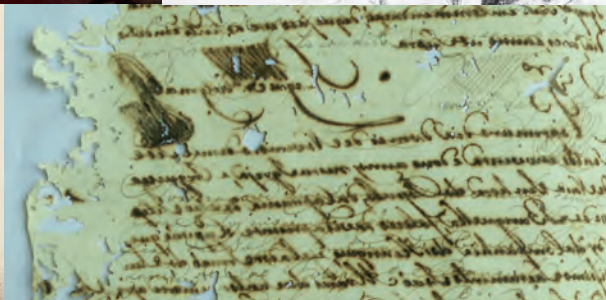
Provincia

seguida do
Catalogo Chronologico Historico

dos seus

Capitães Generaes e Governadores,

desde a sua separação do Governo de Goa em 1752 até 1849:



ARQUIVOS DA ÁFRICA AUSTRAL – POTENCIALIDADES

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

Centro de Estudos Africanos
Universidade do Porto

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos/ International Journal of African Studies

Entidade proprietária: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

Director: Maciel Morais Santos (ceaup@letras.up.pt)

Sede da Redação: FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

N.º de registo: 124732

Depósito legal: 138153/99

ISSN: 0874-2375

Tiragem: 300 exemplares

Periodicidade: Semestral

NIF da entidade proprietária: 504045466

Design capa: Sersilito

Execução gráfica: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Edição: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Edição gráfica: Marco Alvarez

Revisão gráfica e de textos: Henriqueta Antunes

Conselho científico/Advisory Board: Adriano Vasco Rodrigues (CEAUP), Alexander Keese (U. Berna/CEAUP), Ana Maria Brito (FLUP), Augusto Nascimento (IICT), Collete Dubois (U. Aix-en-Provence), Eduardo Costa Dias (CEA-ISCTE), Eduardo Medeiros (U. Évora), Isabel Leiria (FLUL), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG), João Garcia (FLUP), João Pedro Marques (IICT), José Carlos Venâncio (U. Beira Interior), Malyn Newitt (King's College), Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra), Michel Cahen (IEP – U. Bordéus IV), Paul Nugent (CEA- Edimburgo), Philip Havik (IHMT), Suzanne Daveau (U. Lisboa)

Conselho editorial/Editorial Board: Amélia Queirós, Flora Oliveira, Jorge Ribeiro, José C. Curto, Maciel Santos

Venda online: <http://www.africanos.eu/ceaup/loja.php>

Advertência: Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou eletrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

Africana Studia é uma revista publicada com arbitragem científica.

Africana Studia é uma revista da rede Africa-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

Capa: ver Legendas das ilustrações, p. 189

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

N.º 25 – 2.º semestre – 2015

Índice

Editorial	5
-----------------	---

Arquivos da África Austral – potencialidades

<i>The Arquivo da Comarca Judicial de Benguela: Problems and Potentialities...</i> José C. Curto, Frank J. Luce e Catarina Madeira-Santos	11
Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela, séculos XVII a XIX	33
Estevam C. Thompson	
Entre o colonizador e o colonizado: reflexões em torno da pertença e acessibilidade do <i>corpus</i> documental sobre a delimitação e demarcação das fronteiras de Moçambique	71
Ana Cristina Roque	
Trabalhadores moçambicanos na África do Sul: bastidores da controvérsia entre Marvin Harris e António Rita-Ferreira	83
Lorenzo Macagno	
Canadian missionaries, Angolan protestants, and the PIDE: research sources	103
Frank J. Luce	
Color lines according to the photographer Ricardo Rangel	119
Drew A. Thompson	

Entrevista

Edward Alpers – <i>Immersed in the Study of Africa</i>	143
Entrevista conduzida por Vanessa S. Oliveira	

África em Debate

Prospections archéologiques dans le Diamaré et ses environs (région de l'Extrême-Nord, Cameroun)	155
Dzou Tsanga Remy	

Notas de leitura

Jean Marc Bikoko. Le syndicalisme à la croisée des chemins – 50 ans après le début des indépendances en Afrique	163
Maciel Santos	
Archives des douleurs avec l'espoir d'en sortir vivant	167
René Pélissier	
Resumos	185
Legendas das ilustrações	189

Editorial

O arquivo, no senso mais largo do termo, continua sendo tema central na historiografia africanista. Nesse dossiê, as potencialidades de certos arquivos, assim como as suas problemáticas, são analisadas em relação à África Austral, com enfoque em Angola e Moçambique. Os artigos aqui incluídos são resultado da crítica e da maturação de ideias inicialmente apresentadas pelos seus autores durante o Seminário Internacional “Cultura, Política e Trabalho na África Meridional”, que teve lugar na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (Brasil), entre 11 e 14 de maio de 2015. O evento foi promovido pelo Centro de Pesquisa em História Social da Cultura – CECULT (IFCH-UNICAMP) e pelo Harriet Tubman Institute for Research on Africa and its Diasporas (York University).

Os textos abordam as potencialidades de vários arquivos em relação à África Austral lusófona num largo marco temporal, que se estende desde o século XVII até ao presente. Seguindo as diretrizes mais amplas do mencionado seminário, todos os artigos valorizam a exploração de novos arquivos ou uma releitura de fontes primárias clássicas para construir um conhecimento mais complexo do passado africano.

Em “*The Arquivo da Comarca Judicial de Benguela: Problems and Potentialities*”, José C. Curto, Frank J. Luce, e Catarina Madeira-Santos apontam para a importância da documentação judiciária na reconstrução do passado africano, concentrando suas análises nos fundos do Arquivo da Comarca Judicial de Benguela (ACJB), especialmente entre meados e fim do século XIX. Grandes dificuldades de acesso foram recentemente encontradas neste arquivo por uma equipa internacional de historiadores com base na York University. Todavia, foi possível fazer um primeiro inventário de alguns dos processos mais antigos lá encontrados, o qual mostra claramente o seu valor histórico. Os fundos do ACJB trazidos aqui à luz por Curto, Luce e Madeira-Santos são imprescindíveis, embora de difícil acesso, para a história social da região centrada em agentes subalternos, a história jurídico-litigiosa em contexto colonial, a história da transmissão de bens através de herança e a sua circulação entre membros das sociedades escravistas costeiras, ou até para o estudo do uso da justiça colonial por parte de africanos livres, libertos ou escravizados.

Estevam C. Thompson, na sua contribuição “Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela, séculos XVII a XIX”, visita o tema do uso da categoria “colónia” para descrever sociedades da região de Angola no período considerado por africanistas como “pré-colonial”. Ao centrar-se na região de Benguela antes do fim do século XIX, o autor conduz a sua análise através de uma série impressionante de fontes primárias publicadas, maioritariamente em português, incluídas em anexo. A sua conclusão, contrariamente à de outros especialistas com os quais dialoga, é que, do ponto de vista africanista, é impossível utilizar o termo “colónia” para descrever sociedades da região de Benguela antes das últimas décadas do XIX. Ao contrário, as numerosas fontes primárias publicadas têm de ser verdadeiramente dissecadas através de uma leitura bastante crítica, atenta ao lugar de fala e às condições de produção dessa documentação, para se poder efetivamente reconstituir uma história pré-colonial africana.

No artigo “Entre o colonizador e o colonizado: Reflexões em torno da pertença e acessibilidade do *corpus* documental sobre a delimitação e demarcação das fronteiras de Moçambique”, Ana Roque reflete sobre os desafios enfrentados por moçambicanos na recuperação da sua história, particularmente quando as fontes que detalham esse passado estão espa-

lhadas em arquivos e institutos pelo mundo. É precisamente esse o caso do Arquivo de Fronteiras, que se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino e no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, ambos em Lisboa. Apesar da relevância destes documentos para a resolução de disputas territoriais entre Moçambique e territórios vizinhos, poucos podem ser lidos on-line. A coleção permanece, na sua maior parte, inacessível ao público moçambicano que não dispõe nem mesmo de cópias no seu Arquivo Nacional.

Em “Trabalhadores moçambicanos na África do Sul: bastidores da controvérsia entre Marvin Harris e António Rita-Ferreira”, Lorenzo Macagno utiliza uma entrevista pessoal com o antropólogo amador português e antigo administrador colonial em Moçambique, António Rita-Ferreira, e a correspondência trocada entre este e o antropólogo americano Marvin Harris, para analisar o antagonismo que se desenvolveu entre os dois no contexto da crescente pressão internacional contra o colonialismo português em África durante as décadas de 1950 e 1960. O autor mostra claramente que as obras sobre Moçambique publicadas principalmente por antropólogos não-portugueses, a exemplo de Harris, assim como por vários historiadores, causaram profunda preocupação às autoridades coloniais e governamentais portuguesas. A pesquisa realizada por Harris sobre as condições económicas dos moçambicanos, o trabalho utilizado nos sistemas de cultivo de algodão e de outras matérias-primas e a migração de trabalhadores moçambicanos para as minas sul-africanas, não só expuseram as realidades da pobreza e as práticas de trabalho forçado na colónia, mas também permitiram que ele forjasse laços com ativistas anticoloniais como António de Figueiredo. As suas pesquisas resultaram na publicação de obras que criticavam abertamente o domínio colonial português em Moçambique e o luso-tropicalismo, ao mesmo tempo que abriram caminhos para que desenvolvesse as suas teorias sobre o materialismo cultural.

Frank J. Luce, na sua contribuição “Canadian Missionaries, Angolan Protestants, and the PIDE: research sources”, avalia criticamente um relatório anónimo do fundo PIDE, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, produzido durante a guerra de libertação em Angola, incluindo a identidade do seu autor e o motivo para o escrever. O conteúdo encontrado em documentos da PIDE, como sublinhado por Luce, nem sempre é confiável: declarações não assinadas com conteúdo forjado foram muitas vezes atribuídas às vítimas dos funcionários da PIDE. O dito relatório fornece provas úteis acerca do “estado de espírito” dos funcionários da PIDE, dos seus métodos de recrutamento de informantes e como as autoridades coloniais se prepararam para promover a campanha da PIDE – especialmente contra os protestantes da West Central African Mission (WCAM) no planalto angolano. Todavia, a PIDE não era simplesmente “paranóica” no que diz respeito às motivações dos missionários protestantes. Luce mostra claramente haver uma ligação entre os missionários da WCAM e o surgimento dos movimentos de independência liderados por estudantes angolanos no exterior apoiados por missionários protestantes.

No artigo, “Color lines according to the photographer Ricardo Rangel”, Drew A. Thompson utiliza o arquivo fotográfico deixado por Ricardo Rangel, assim como várias entrevistas, para investigar o trabalho deste indivíduo – frequentemente (mas erradamente) comemorado como o primeiro fotógrafo de imprensa não-branco de Moçambique –, no período em que o território passou de colónia a nação independente. Traçando a carreira de Rangel através da evolução da fotografia profissional na colónia de Moçambique, bem como da implantação do sistema de política racial e da censura da imprensa, o autor tenta entender como as práticas de fotografar ou sentar-se diante das câmaras tiveram um impacto na formação de um novo tipo de consciência social e política que surgiu em Moçambique entre 1940 e 1974. Ele destaca como a população, particularmente em Lourenço Marques, desenvolveu vocabulários visuais através dos quais as pessoas podiam

perceber-se e localizar-se dentro das mudanças sociais, económicas e políticas ocorridas ao longo destas décadas. Comparando negativos fotográficos e impressos, o autor expõe as manipulações racialmente motivadas do colonizador na representação visual da sociedade colonial para o público tanto na colónia como na metrópole – um método utilizado pelo próprio Rangel mas com finalidade completamente diferente.

O presente dossiê traz, assim, contribuições significativas para a construção de um conhecimento mais amplo e complexo do passado africano através da utilização de novos arquivos e/ou uma nova leitura de fontes primárias publicadas. Os diversos artigos aqui apresentados efetivamente abrem novos campos analíticos em relação à África Austral lusófona no período entre o século XVII e o momento atual.¹

José C. Curto*
Silvia Hunold Lara**
Lucilene Reginaldo***

* Departamento de História, York University.

** Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

*** Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

¹ Agradecemos ao Harriet Tubman Institute for Research on Africa and its Diasporas (York University) pelo auxílio financeiro na publicação deste dossiê através do projeto “Slavery, Memory, Citizenship: a Major Collaborative Research Initiative”.



*Arquivos da África Austral
– potencialidades*





PALÁCIO DONA ANA JOAQUINA

TRIBUNAL PROVINCIAL DE LUANDA
JUIZOS CRIMINAIS

The Arquivo da Comarca Judicial de Benguela: Problems and Potentialities¹

José C. Curto*, Frank J. Luce** e Catarina Madeira-Santos***

p. 11-32

The Comarca Judicial de Benguela emerged in the context of the re-organization of *Ancien Régime* justice that took place in Portugal and its overseas possessions following the 1820 Liberal Revolution. In the particular case of Angola, the metropolitan government decreed on January 16, 1837, the creation of a Comarca or judicial district with a court of law for the first instance: that was the Comarca da Província de Angola, with its seat in Luanda, the capital of the colony, and comprising the *presídio* or military-administrative units of Novo Redondo and Benguela (*Legislação Novíssima, Boletim do Conselho Ultramarino*, 1861). Some fifteen years later, on December 30, 1852, the Comarca da Província de Angola was broken up and divided into smaller judicial jurisdictions, with the Comarca Judicial de Benguela becoming a separate institution in its own right (*Primeiro Centenário do Tribunal da Relação de Luanda*, 1957). As such, the archive of the Comarca Judicial de Benguela would have begun to be constituted sometime between the late 1830s and the early 1850s. The middle decades of the nineteenth century were a period of intense change throughout the Portuguese colony of Angola. Coastal towns like Benguela, previously major slave exporting centers, were then drawing in the last gasps of their traditional economic vocation and beginning the transition to legitimate commerce. The Portuguese colonial government, on the other hand, was entering onto the slippery road of conquest deep in the interior to foster, in part, the expanding trade in legitimate goods. In the middle of such transitions, old slavocratic elites, like those established in Benguela, either attempted to hold on to their privileges or to re-define themselves so as to cope with a rapidly changing world.



Image 001 – Tribunal Judicial da Comarca de Benguela.

Over the last 25 years or so, social scientists have come to understand the importance of judicial archives for the historical reconstruction of the past throughout the African continent (Chanock, 1988; Mann and Roberts, 1991; Roberts, 2005; Burrill, Roberts, and Thornberry, 2010; Jeppie, Moosa and Roberts, 2010). Angola has not been immune from such a development. The first scholar to draw attention to the importance of the judiciary

* Department of History, York University.

** Independent Researcher.

*** Institut des Mondes Africains, École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris).

¹ The authors acknowledge, with thanks, the critiques of the anonymous reviewers.

for the reconstruction of the History of Angola seems to have been Adelino Torres. In his 1991 revised dissertation, originally filed ten years earlier, this Portuguese political economist drew heavily upon court records to write a superb chapter on colonial conflicts during 1904-1913 (Torres, 1991). Almost at the same time, Carlos Pacheco brought to light significant documentation from the Arquivo Judicial da Comarca de Benguela, the Arquivo Judicial da Comarca de Luanda, and the Arquivo do Tribunal Judicial da Comarca do Kwanza Norte in his important study of the life and times of the mid-nineteenth century Angolan poet, merchant, colonial administrator, and journalist José da Silva Maia Ferreira (Pacheco, 1990; Pacheco, 1992). In the case of the archives of the Comarca de Benguela and of the Comarca do Kwanza Norte, Pacheco did not carry out the research himself. Rather, as he points out, the documents he used from those repositories were transcribed and offered by Éva Sebestyén, a Hungarian anthropologist who worked in the said archives during 1988 (Pacheco, 1990; Sebestyén, 1994; Sebestyén, 1998). Other social scientists, however, soon followed into the Arquivo Judicial da Comarca de Benguela [AJCB], the archival institution that most interests us here. One of these was the Angolan writer and literary critic, Luís Kandjimbo, who consulted cases relating to inventories and inheritances while investigating what was being read in Benguela when José da Silva Maia Ferreira lived there (Kandjimbo, 2001). Another was Francisco Soares, also a writer and literary critic, whose investigation of orphanological inventories allowed him, at times, to determine the reading habits of mid-nineteenth century residents of Benguela (Soares, 2009).

With this growing interest in the holdings of the AJCB, historians, in particular, eventually took notice. The first was Roquinaldo Ferreira. In 2001 and in 2002, he carried out research in the Tribunal da Comarca de Benguela, as the AJCB has also been referred to, while investigating the topic of his doctoral dissertation (Ferreira, 2003; Ferreira, 2012). Ferreira was quickly followed by another doctoral student, Mariana P. Candido: she too happened to be engaged in research for her doctoral dissertation (Candido, 2006). Of all the social scientists who until then had undertaken research in the AJCB, however, Candido was the only one who produced a short, but nevertheless intriguing, report on her investigations. Referring to the first months of 2003, she wrote:

... I visited the Comarca Judicial de Benguela (CJB), which holds judicial records and private wills. Unlike archives in Luanda, the CJB has not yet inventoried or catalogued its documents. This, in addition to time constraints and restrictions within the CJB, slowed down the pace of my research in Benguela. I was able to consult only a small part of the documents available in the CJB. Yet, although documents at the CJB seem to date only from 1870, they do offer a body of rich documentation on mid-19th century Benguela that remains unexplored by scholars (Candido, 2003).

As we will see, Candido was right about the importance of this particular collection, but somewhat off the mark with respect to its chronological emergence.

By the end of the first decade of this millennium, a group of Angola scholars began to discuss the possibility of organizing an international project to produce an inventory of the AJCB, have its contents catalogued, and begin the process of digitizing its holdings. Spearheaded by Selma Pantoja at the Universidade de Brasília and José C. Curto at York University, as well as their respective networks, the group first organized a conference, the *Seminário Internacional “Em Torno de Angola: Narrativas, Identidades, Conexões Atlânticas”*, held at the Universidade de Brasília from October 31st to November 1st, 2011. It was here that the Brasília-York project for the AJCB was made public to those in attendance, including the Director of the Arquivo Nacional de Angola, Angola’s Vice-Minister of the Ministry of Culture, and the Director of the Museu Nacional da Escravatura in Luanda, who

were also all privately informed of its significance. Plans were soon afoot for a three week research trip to Angola in February 2012. The said venture, however, did not materialize. Two months were simply not enough to organize what was effectively a complex research trip. Thus, unlike their colleagues in Brasília, the York group was unable to quickly secure from its university administrative bureaucracy the green light to buy airline tickets early and thus at affordable prices. This was enough to block the projected February 2012 research trip.

Meanwhile, another plan to inventory, catalogue, and digitize the AJCB soon emerged. This was to take place under the context of the second, and final, leg of “Taking Graduate Students to the Archives: From Lisbon to Benguela,” a 2011 Development Insight Grant awarded by the Social Sciences and Humanities Research Council of Canada (SSHRC) to Curto (Oliveira, 2013). Scheduled for the end of 2012, the new plan was based around a diverse community of researchers. It included: a York University contingent made up by Curto, his graduate students Tracy Lopes and Faustino C. Kusoka, and his colleague Dr. Frank J. Luce; Kara D. Schultz, a graduate student from Vanderbilt University (USA); one of the original Universidade de Brasília members, Estevam C. Thompson; and Professor Catarina Madeira-Santos from the École des Hautes Études en Sciences Sociales – Centre d’Études Africaines – in Paris.² As with the initial project, the new plan also involved key partners in Benguela: the Museu Nacional de Arqueologia and the Universidade Katyavala Bwila. Personnel from the former and students from the latter were to graft themselves to the York-centred team and receive instruction, amongst other things, on digitizing archival documents. Each of the partner institutions, in turn, was to receive a complete set of the digitizing equipment used so that the process could continue at the AJCB, and perhaps other local archives, once the York-centred team departed (Thompson, 2012).

The York-centred team was scheduled to begin assembling in Luanda on the last weekend of November, 2012, and then make its way to Benguela and the AJCB, where it was to work during the first two weeks of December. Much of the Summer and Fall of that year was spent in constant electronic communication with the various authorities in Angola required to make the project come to fruition. In Luanda, these included: the Minister of Culture, who had graciously offered to provide ground transportation between Luanda and Benguela; and the Director of the Arquivo Nacional de Angola, who formally invited each member of the group to carry out archival research in Angola and was to secure clearance into the AJCB. In Benguela, on the other hand, electronic communication focused on the Rector of the Universidade Katyavala Bwila and the Director of the Museu Nacional de Arqueologia, our local partners. One month before the York-centred team was to begin assembling in Luanda, however, e-communication with one of our main, not to mention longstanding, interlocutors came to a stop. After airfares had been bought in Toronto, Nashville, Paris,



Image 002 – York-centred Research Group in Huambo.

² Madeira-Santos was financed by the *Fonds de la Recherche* of the École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

and Brasília, hotels booked in Luanda and in Benguela, and a variety of other arrangements made for the 7 member York-centred international team, the authorities responsible for research clearance into archives went missing.

A few days before the York-centred international team was to begin assembling in Luanda, electronic news finally arrived from the said office. The AJCB would not be open for us, the message said. Consternation overtook the group, especially since some of its members were already boarding airplanes headed to Luanda. A decision was quickly made. The project could not be stopped at the eleventh hour: in Luanda we would meet as had been planned for months. At the same time, while we made our other Angolan interlocutors aware of the gravity of the situation and asked for their assistance to resolve the issue, a meeting was urgently requested with the Director of the Arquivo Nacional de Angola on the first business day following our arrival.

That November 26, 2012, meeting effectively led to some movement. The Vice-Director of the Arquivo Nacional de Angola was dispatched to Benguela, where he subsequently interceded on our behalf with the *Juiz Presidente* or Presiding Judge of the Tribunal Provincial de Benguela, the person responsible for the AJCB. A few days later, the Vice-Director returned to Luanda. Access to the AJCB had been granted, but with severe limitations. We were neither allowed to research nor to digitize materials. We were only authorized to produce an inventory of pre-1900 documents housed in the said archive. A small concession to possibly alter these conditions involved a subsequent face-to-face meeting between the leaders of the York-centred team and the Judge responsible for the AJCB, which was to be arranged through the office of the Director Provincial da Cultura in Benguela. With this modest offer, on December 01, 2012, the 7 member York-centred team boarded a van from the Ministry of Culture to drive us, along with two *técnicos* from the Arquivo Nacional de Angola, to Benguela.

Early in the morning of December 04, 2012, three senior members of the York-centred international team, one of the *técnicos* from the Arquivo Nacional de Angola, and the Director Provincial da Cultura in Benguela met at the Tribunal Provincial de Benguela to work in the AJCB. A court clerk had been instructed to unlock the room where the archive is kept, allow us in, and otherwise keep a watchful eye. The room, at about 8 feet by 12 feet, was, needless to say, small. Barely allowing space for more than 4-5 individuals at any given time, it comprised four distinct sections. One included cleaning products, some of which quite corrosive, as well as supplies used in the Tribunal. A second section was made up of old, colonial law books. Active legal files made up the third. The final section, and the one of most interest to us, were old, inactive legal files. The latter were readily identifiable: they were found in bundles of green paper tied with a rope, each about a foot high, at the very top of the twenty or so bookshelves that line the walls of the room. Curto climbed up a step ladder and began to hand files down to the *técnico* from the Arquivo Nacional de Angola, giving preference to the oldest documents, while Madeira-Santos and Luce started to inventory the names of the litigants, the dates, and the classification of the proceedings. Thus we worked until lunchtime, when we informed the court clerk that we would continue the next day at 9 am, since we were scheduled to work at the university in the afternoons.

Early in the morning of December 05, 2012, Curto, Luce, Madeira-Santos, one York graduate student, and the *técnico* from the Arquivo Nacional de Angola arrived at the Tribunal Provincial de Benguela to continue work in the AJCB. After the court clerk unlocked the door, two groups were established to as to speed up the process of inventorying: the York graduate student, Kusoka, worked with Madeira-Santos and the *técnico* with Luce, while Curto continued handing down green legal files from the top shelves, prioritizing the oldest manuscripts. Again we worked until lunchtime. The face-to-face meeting between

the leaders of the York-centred team and the Judge responsible for the AJCB had still not materialized. As a result, while leaving the premises, Curto requested that the court clerk arrange for us to meet with the Presiding Judge.

Upon arriving at the Tribunal Provincial de Benguela early in the morning of December 06, 2012, the same group of researchers, along with the second *técnico* from the Arquivo Nacional de Angola, were informed that the court clerk was elsewhere: he was meeting with the Presiding Judge and would thus arrive late. While Luce and the second *técnico* awaited patiently outside of the archive room, the rest of the group went next door to explore the holdings of the municipal library. About one hour later, the court clerk finally appeared. He informed Luce and the second *técnico* that the *Juiz Presidente* would not be available to meet with the York-international centred team. Moreover, he had been given specific instructions that we were no longer to touch the archived, inactive legal files: we were now only allowed to look at the old law books. The second *técnico* quickly delivered the message to Curto at the municipal library. The first *técnico* then attempted to mitigate the situation by speaking directly with the court clerk. Following this conversation, however, we learned that the *Juiz Presidente* was concerned that we would see the stories of families whose descendants were still alive. Only the Minister of Justice could now give permission for us to continue our inventory of the pre-1900 legal files. A flurry of electronic communications was, once again, set in motion with all of our interlocutors in both Luanda and Benguela. It was all to no avail. The court clerk with the keys to the archive met us no longer. While a number of researchers had previously been given unfettered access to the ACJB, the York-centred international team was handed a much different situation.

In spite of the short period of time spent in the AJCB, the York-centered international team was able to inventory a total of 149 court files. As can be seen from our Appendix, these include civil proceedings and criminal trials run through the Benguela court, as well as cases appealed and adjudicated in Luanda, the seat of the colonial judicial system. This sample of manuscripts begins in 1850: that is, earlier than suggested by Candido. It ends in 1899, although for no other reason than the chronological impediments placed upon us. Because of our decision to prioritize the oldest manuscripts, the inventory is obviously skewed towards the decades immediately following mid-century.

The 149 documents in question provide a glimpse into the importance of this particular archive for the socio-economic history of Benguela and its surrounding regions during five decades of transformative changes. Let us begin by looking at the performative effect of their formulaic nature. All of the data contained in legal proceedings are entered in very specific, standardized ways that correspond to precise steps in the judicial process. Any interpretation of the information therein must thus take into account the fact that it is integrated into a particular type of legal framework: that is what determines the type of data collected and how it is divulged. Moreover, there is a whole legal terminology around judicial proceedings that holds various meanings and leads to diverse consequences. Such terminology is both very specialized and corresponds to a specific purpose by the person initiating the proceeding: thus we have *habilitação de herdeiro* (entitlement of heirs), *justificação de filiação* (acknowledgement of paternity), *execução de aluger*, (execution to rent), *autos de inventário* (inventory records), etc. The information provided in these judicial sources is consequently unique. They are, without a doubt, of great historical significance. This is particularly true since, once confronted with more conventional official sources, they give voice to subaltern agents who are rarely heard in most of the extant historical documentation.

From the 149 court files in our inventory, three possible areas of closely interconnected research stand out. The first is a social history of Benguela and its hinterland, starting around the 1840s, but reconstructed from below: that is, centered on historical agents,

many of whom happen to be subalterns, from enslaved females to powerful males. The second is, of course, a history of litigation in a colonial context experiencing profound transitions – an area of study that has, until recently, received little academic attention (Madeira-Santos, 2005a; 2005b; 2009; 2012; 2017a; 2017b). The third area of research revolves around the similarly neglected story of inherited assets and their circulation within this coastal slavocratic society. Indeed, the summary information gathered indicates a clear predominance of litigation relating to inherited estates, as well as their inventorying and transmission to heirs. These legal disputes, especially those involving the wealth of deceased persons and their minor heirs, occupy a central place in civil matters. They lend themselves particularly well, for example, to reconstruct the history of landed assets, enslaved property, and even consumer patterns in Benguela and its surrounding regions from the 1840s, if not earlier.

Here, the question of gender emerges as noteworthy. Functioning in a judicial world dominated by men, as could be expected, women nonetheless do surface as the initiators of legal proceedings. At least 19 have been identified amongst the 149 cases at hand. The data from their files offer important details, in particular, to understand the wealth accumulated by the *Donas* (local women generally of higher socio-economic status and advocating affiliation to Portuguese culture) of this urbanity and the legal mechanisms through which they transmitted their assets to heirs (Candido, 2012a; 2012b; 2013; 2014; Curto, 2016; 2017; Oliveira, 2015a; 2015b, 2016a; 2016b; 2015c). The documents inventoried thus directly invoke a discussion about the succession rights of women on the margins of the male succession line within a colonial society. How did these women ensure the transmission of accumulated wealth? How did their children position themselves in the face of this wealth and how did they add to it? By addressing these questions we can also begin to entertain other issues, including the circulation of assets within and outside of monoparental structures.

With the inactive, legal files of the AJCB beginning in 1850, it will most likely be possible to also follow the story of a single parcel of land over the *longue durée*. The extant data, for example, offer a realm of possibilities to identify successive owners within the same family and between families, as well as to investigate the mechanisms of transfer (inheritance, purchase, seizure, etc.). In this case, the focus would not necessarily be on the social agents, let alone their individual or relational paths. Rather, the spotlight would concentrate on the landed property itself, which emerges as the **agent** through which social relations are made and unmade, defining criteria of wealth, etc. (Madeira-Santos, 2005a). That such documentation is available from the late 1840s onwards can not be overstressed. The extant legal files correspond to a period where the criteria used to evaluate (and accumulate) wealth changed, with the legal end of slavery forcing, in particular, the reconfiguration of inherited assets. How could this process be reflected in the numerous estate inventories identified by us: 30 relating to residents of Benguela, 7 involving orphans, and a further 3 concerning the spoils of deceased persons? A thorough analysis over a long period of time is required in order to be able to answer these questions.

We would like to end this discussion by pointing to two other areas of possible research. The first has to do with the equally numerous names of the people involved in these judicial cases. To what extent, for example, can we follow them in order to better understand the socio-economic, indeed even geographical, movement of members of the most important families in the history of Benguela and its hinterland, not to mention Angola as a whole. In reference to this particular question, Carlos Pacheco has wetted our appetite with his pathbreaking, early 1990s work on José da Silva Maia Ferreira and his times (Pacheco, 1990; 1992). More recently, Roquinaldo Ferreira has drawn upon his decade-old research in the AJCB to offer a fascinating reconstruction of the Gomes Ferreira clan, an African family

from the Benguela area slaving in the mid-nineteenth century Atlantic world (Ferreira, 2013a; 2013b; 2014). But this is just the tip of the iceberg (Candido, 2012a; 2015). And this brings us to the final, and most important point. When did Africans, free, freed, or enslaved, begin to resort to colonial justice? Answers to these questions, which fit into the wider problem of the administration of justice on the margins of official colonial systems, are also likely to be found amongst the inactive, legal files of the AJCB, as hinted by the early 1980s work of Adelino Torres on the judiciary of Luanda. Meanwhile, historians and other social scientists can only hope to be given complete and unfettered access to the Arquivo da Comarca Judicial de Benguela before its important judicial holdings either deteriorate to the point that they can not be used, or disappear altogether (Pacheco, 2000; Thompson, 2012).

Inventário – Arquivo da Comarca Judiciária de Benguela (4-5 dezembro, 2012)

Segunda estante esquerda, topo, monte 1

1) Maço 7, n. 320, 12 fls.

Proc. 2025

1855

Auto de Cívís de execução entre partes

Exequente: José do Couto Landim

Executados: Maria Paula da Gama Campina, José António Campina e José Vieira da Silva

2) Maço 4, n. 129, 9 fls.

Proc. 1347

1856

Juízo Ordinário do Julgado de Benguela

Autos Crimes por difamação

Autor: António José da Costa Rodrigues

Ministério Público

Réu: Pedro Ferreira de Andrade

3) Maço 7, n. 305, 9 fls.

Proc. 2015

1855

Juízo de Direito da Comarca de Benguela

Autos Cívís de cobrança de décimas de propriedades (execução)

Autor: Ministério Público

Réus: a viúva Vieira do Casal de Manuel Rodrigues da Silva, o orfão seo filho

4) Maço 7, n. 349, cerca de 45 fls.

Proc. 433

12 de janeiro de 1856

Autos Cívís de embargo arresto

Embargante: Manuel Ribeiro Alves

Embargada: Anna Teixeira de Sousa

5) Maço 1, n. 80, 7 fls.

Proc. 80

1861

Auto Cívís

(segunda numeração)

Proc. Geral 407, Maço 3,

Proc. 153

N. de classificação 4, 2 fls.

(há outra referencia – Maço 1, n. 22, processo 223 de 1861)

Câmara de Benguela – Auto de defunto

6) Maço 7, n. 377, 22 fls.

Proc. 457

1858

Comarca de Benguela

Autos Cívís de embargo

Embargante: Manuel de Nascimento Oliveira de Loanda

Embargado: Leonardo Ferreira Afonso desta cidade

7) Maço 7, n. 304, 22 fls.

Proc. 2092

1855

Comarca de Benguela

Autos Cívís de libelo de cobrança de dívida entre partes, execução

Autor: Manuel Joaquim Teixeira

Réu: Inocêncio de Santa Anna

- 8)** Maço 7, n. 307, 12 fls.
Proc. 2086
1855
Comarca de Benguela
Autos Cíveis por execução entre partes,
(execução)
Exequente: o Delegado do Ministério
Público por parte da Fazenda Pública
Executado: Joaquim Correa da Conceição
- 9)** Maço 3, n. 755, 30 fls.
Proc. 30
1897
Comarca de Benguela
Autos Crimes de polícia correcional por
ferimentos
Autor: o Ministério Público
Réu: Jayme Moniz Baptista, ferrador,
morador nesta cidade
- 10)** Maço 7, n. 316, 20 fls.
Proc. 2083
1855
Comarca de Benguela
Autos Cíveis de justificação
Justificante: Manuel de Azevedo Ramos
Justificado: Ignacio Pedro Pereira falecido
nesta cidade
- 11)** Maço 1, n. 119, 20 fls.
Proc. 216
16 de Julho de 1864
Comarca Judicial de Benguela
Juízo Ordinário
Autos Cíveis de embargo por dívida
Embargante: Miguel Alberto Botelho de
Gouvea
Embargado: João Caetano da Costa
- 12)** Maço 13, n. 223, 55 fls.
Proc. 80
1859
Autos de Inventário
Inventariado: Manuel António dos Passos
- 13)** Maço 13, n. 217, 70 fls.
Proc. 52
1858
Autos de Inventário
Inventariado: Manuel de Oliveira Brandão
- 14)** Maço 13, n. 226, 45 fls.
Proc. 84
1859
Autos de Inventário
Inventariada: Júlia Miguel Pereira
- 15)** Maço 3, n. 83, 70 fls.
Proc. 83
1894
Autos de Inventário de Francisco José
Coimbra
- 16)** Maço 5, n. 121, 140 fls.
Proc. 65
Comarca de Benguela
Autos de Inventário do casal de António
José da Costa Rodrigues, vindos do Julgado
da Catumbela
- 17)** Maço 1, n. 22, 30 fls.
Proc. 21
1888
Autos de Arrecadação de espólio do
Domingos da Silva Guerreiro
- 18)** Maço 32, n. 33
Proc. 33
1889
Autos de Arrecadação de espólio de José
da Silva da Luz
- 19)** Maço 11, n. 154, 125 fls.
Proc. 157
1897
Autos Cíveis de inventário de António
Joaquim Pereira da Silva
- 20)** Maço 4, n. 62, 150 fls.
Proc. 64
1864
Autos Cíveis de inventário de Vitoria
António de Moura
- 21)** Maço 9, n. 124, 550 fls.
Proc. 128
1885
Autos Cíveis de inventário de Lourenço
Carlos Marques Baptista

22) Maço 11, n. 153, 15 fls.

Proc. 156

1896

Autos Cívís de inventário de Florentina de Almeida Margarido

23) Maço 11, n. 155, 225 fls.

Proc. 158

1897

Autos Cívís de inventário de Manuel Godinho

24) Maço 7, n. 329, 70 fls.

Proc. 121

1857

Comarca de Benguela

Autos Cívís de embargo ou arresto

Embargante: Luís Teodoro de França

Embargado: José do Couto Landim e sua mulher Donna Luísa Dias Barbosa Landim

25) Maço 9, n. 20, 40 fls.

Proc. 202

1869

Autos Cívís de habilitação vindos em recurso de apelação entre partes

Apelante: o Ministério Público pelo Casal de Roza da Cunha Santa Roza arrecadado pela Fazenda Publica, secção dos Defuntos e Ausentes

Apelado: Luzia Nacafunda mãe da finada Roza (habilitante)

26) Maço 7, n. 327, 25 fls.

Proc. 2028

1855

Autos Cívís de execução entre partes

Exequente: Dona Isabel António de Lara Abreu

Executado: André Coelho Baptista Leitão

27) Maço 14, n. 5, 40 fls.

Proc. 209

1870

Tribunal da Relação de Loanda

Apelação Cívís de libelo

Apelante: o Ministério Público pelo casal de José Francisco de Azevedo, arrecadado pela secção dos Defuntos e Ausentes

Apelado: Manuel Rodrigues Pinto da Rocha

28) Maço 7, n. 320, 12 fls.

Proc. 169

1855

Autos Cívís de justificação

Justificante: Domingos Ribeiro Alves

Justificado: Manuel Marques falecido no presidio de Novo Redondo

29) Maço 2, n. 39, 110 fls.

Proc. 40

1859

Autos Cívís de inventário orfanológico de António Francisco Vila Nova

30) Maço 12, n. 707, 40 fls.

Proc. 685

1895

Julgado Municipal de Egypto

Autos de Corpo de Delicto por crime de injúria

Réu: António Matheus

31) Maço 450, n. 39, 45 fls.

1897

Comarca de Benguela

Autos de Corpo de Delicto por ferimentos

Arguido: José António Paradella

Queixosa: Júlia de cor preta serviçal

32) Maço 713, n. 49, 55 fls.

Proc. 36

1897

Comarca de Benguela

Autos de Polícia correccional pelo crime de injurias

Autores: Dr. Balthazar de Araújo da Rocha e Brito d'Aguiam e Luiz Maria da Richa e Brito d'Aguiam conservado e delegado interinos desta comarca

Réu: José Fernandes Vianna, viúvo negociante, morador nesta cidade

33) Maço 1, n. 14, 10 fls.

Proc. 309

1865

Comarca de Benguela

Autos Cívís de embargo

Embargante: Francisco Pacheco de Sousa e Silva

Embargado: o Magistrado do Ministério Público

34) Maço 18, n. 909, 6 fls.
Proc. sem número
Juízo de Direito da Comarca de Benguela
Certidão de Acordão da Relação, relativo
aos presos Fernando de Brito e outros

35) Maço 18, n. 911, 10 fls.
Proc. sem número
1899
Comarca de Benguela
Petição para julgamento de custas aos
funcionários de justiça de julgado

36) Maço 13, n. 44, 24 fls.
Proc. 5
1897

Segunda estante esquerda topo, monte 2

38) Maço 12, n. 194, 60 fls.
Proc. 29
1855
Inventário de João dos Santos

39) Maço 12, n. 196, 40 fls.
Proc. 22
1855-1858
Autos de Inventário orfanológico dos bens
que ficaram por falecimento de José da
Costa Guimarães, processado no julgado
da Catumbela

40) Maço 12, n. 195
Proc. 112
1855
Autos Cíveis de inventariado
Inventariado: José Soares de Oliveira

41) Maço 12, n. 196, 15 fls.
Proc. 103
1855
Autos de Inventário de Estevão João
Granadeiro

42) Maço, 12, n. 187, 20 fls.
Proc. 28
1854
Autos Cíveis de inventário de José Rodrigues
Teixeira Cravela

Comarca de Benguela
Autos de Corpo de Delicto pelo crime
de descaminhos de direito devidos pelo
imposto da carne
Participante: Lino Duarte de Almeida
Veiga, viúvo proprietário desta cidade
Arguida: a Firma Ferreira Marques e Fonseca
desta Cidade representada pelo socio
José António da Fonseca Costa Junior

37) Maço 10, n. 135, 150 fls.
Proc. 138
1889
Autos Cíveis de inventário de Rosa Juliana
Crespim

43) Maço 12, n. 188, 200 fls.
Proc. 32
1854
Autos Cíveis de inventário de António
Vicente Bonni

44) Maço 12, n. 192, 50 fls.
Proc. 37
1855
Autos de Inventário do inventariado
Manuel de Azevedo Pereira

45) Maço 12, n. 179, 50 fls.
Proc. 20
1853
Autos de Inventário de Pedro Cailat

46) Maço 12, n. 178, 120 fls.
Proc. 19
1853
Inventário de Luís Vidal Cesar

47) Maço sem número
Proc. 99
1855
Varia de João dos Santos

48) Maço 12, n. 182, 20 fls.
Proc. 24

1854
Autos de Inventário de Manuel Leonardo
Gomes Cabral

49) Maço 12, n. 166, 115 fls.
Proc. 5
1851
Autos de Inventário de Esmeria Maria da
Conceição

50) Maço 12, n. 183, 50 fls.
Proc. 25
Autos de Inventário de Salvador Barbosa
Coutinho

51) Maço 12, sem número, 50 fls.
Proc. 31
1850
Autos de Inventário de Henrique Dias
Barrento

52) Maço 12, n. 180, 40 fls.
Proc. 21
1853
Autos de Inventário de João Gonçalves

53) Maço 12, n. 174, 25 fls.
Proc. 11
1851

Autos de Inventário de Mariana Dias
Barbosa

54) Maço 12, n. 189
Proc. 44
1854
Inventário de José da Silva

55) Maço 12, n. 191, 75 fls.
Proc. 26
1855
Inventário de Manuel Joannes Dias de
Oliveira

56) Maço 12, n. 189
Proc. 1261
1854
Inventário de José da Silva

57) Maço 12, n. 191
Proc. 328
1855
Inventário de Manuel Marques

58) Maço 12, n. 190
Proc. 35
1855
Autos de Inventário orfanológico de
Manuel Marques

Segunda estante esquerda topo, monte 3

59) Maço 11, sem número, 190 fls.
Proc. 162
1898
Autos de Inventário orfanológico de
Florinda Rezende Pereira, moradora na
cidade de Benguela

60) Maço 11, n. 158, 100 fls.
Proc. 161
1898
Autos Cívís de inventário, no Juízo dos
Órfãos e Auzentes e outras pessoas
incapazes de regerem e administrarem
sua pessoa e bens, por falecimento
da inventariada Rita André ou Rita
Casterioto

61) Maço 7, n. 396, 24 fls.
Proc. 356
1858
Autos Cívís de habilitação
Habilitante: Francisco Geraldo Ferreira de
Souza Guimarães, tio e padrinho do menor
José o filho do falecido, Ignacio Martinho
Ferreira de Sousa Guimarães

62) Maço 1, n. 19, 10 fls.
Proc. 100
1859
Autos Cívís de execução por alugueres de
casa
Exequente: José Maria da Silva
Executado: António Joaquim Correia

63) Maço 1, n. 113, 10 fls.

Proc. 203

1864

Autos Cíveis de emancipação e requerimento de Dona Maria Dias de Jesus

64) Maço 1, n. 104, 60 fls.

Proc. 186

1863

Autos Crimes de sindicância do ex-delegado do Procurador Régio nesta Comarca, o bacharel Bernardo Pereira da Motta (Contem exemplar do *Boletim Oficial de Angola*, n. 620, 1857.)

65) Maço 7, n. 362, 4 fls.

Proc. 335

1857

Autos Cíveis de despejo de uma casa que ocupa Inocêncio Matoso da Câmara a requerimento de Luís Teodoro de Franca

66) Maço 7, n. 379, 35 fls.

Proc. 553

1857

Autos Cíveis de fazenda
Apelante: o Ministério Público
Apelado: Manuel de Azevedo Ramos

67) Maço 1, n. 114, 26 fls.

Proc. 208

1864

Autos Cíveis de habilitação
Habilitante: Dona Maria Fernandes de Barros, Dona Conceição da Costa Covelo, Dona Perpetua da Costa Covelo e os menores José e Maria, representados por seu tutor João Simões da Silva Pereira
Habilitado: o casal de António Fernandes de Barros, falecido nesta cidade

68) Maço 1, n. 115, 29 fls.

Proc. 207

1864

Autos Crimes por associação de malfeitores para impedir o governo da autoridade pública deste concelho
Autor: Ministério Público
Réus: José Francisco Rodrigues Gomes; Manuel Coelho Guimarães, Francisco

Mendes Correia Negrão e Serafim da Fonseca (degredado) e João Francisco Crus, degredado.

69) Maço 1, n. 43, 55 fls.

Proc. 79

1857

Autos Cíveis de acção ordinária de libelo de reivindicação em que são partes
Autores: os pretos Capaita Francisca Umbo
Réu: José Rodrigues da Nova Guerra

70) Maço 1, n. 44, 22 fls.

Proc. 82

1858

Autos Cíveis de accção ordinária em que são Partes como
Autor: Manuel Goncalves de Arcanjos
Réu: Manuel José Medina

71) Maço 1, n. 59, 7 fls.

Proc. sem número

1883

Autos de Requerimento por dívida
Requerente: Domingas Sebastião de Barros
Requerido: Roque Maria da Silva

72) Maço 1, n. 51, 24 fls.

Proc. 92

1858

Autos de Praça dos bens do falecido Ventura Coutinho, morador que foi deste concelho

73) Maço 1, n. 27, 17 fls.

Proc. 47

1856

Termo de responsabilidade

74) Maço 1, n. 42, 3 fls.

Proc. 81

1857

Autos Cíveis de acção de libelo de habilitação de dívida em que são partes
Autor: Manoel de Azevedo Ramos
Réus: os herdeiros ausentes de Joaquim Raymundo Lapimberg

75) Maço 1, n. 4, 16 fls.

Proc. sem número

1857

Autos Cívis de acção de juramento d'alma em que são partes

Autor: Manuel Goncalves de Azevedo

Réu: Manuel José de Medina

76) Maço 11, n. 157, 165 fls.

Proc. 160

1898

Autos de Inventário orfanológico de José Leite Brandão, morador que foi na Catumbela

Inventariante: Manuel Ignacio de Moraes

Barros, negociante morador naquele

Julgado

77) Maço 11, n. 160

Proc. 163

1899

Autos de Inventário orfanológico de Serafim Pereira de Melo

Autos de Arrolamento de espólio deixado por falecimento

78) Maço 2, n. 131, 1 fl.

Proc. 94

1860

Justificação

79) Maço 1, n. 23, 1 fl.

Proc. 22

1854

Autos Cívis de inventário de Dona

Florinda Perpetua da Conceição

80) Maço 7, n. 314, 13 fls.

Proc. 284

1855

Autos Cívis de transgressão de posthuras vindos de júizo mixto

81) Maço 9, n. 188, 32 fls.

Proc. sem número

1869

Tribunal da Relação de Luanda

Apelação Cível de embargo ao arresto entre partes

Apelante: Francisco Martins de Miranda

Apelada: Dona Thereza de Jesus Ferreira

Torres Barruncho e seu marido Vicente

Ferreira Barruncho

82) Maço 7, n. 315, 17 fls.

Proc. 403

1855

Autos Cívis de justificação de que he

Justificante: Bernardino António Nunes, desta cidade

Justificado: Joaquim Raimundo Lapimberg, falecido no posto da Lucira, ao sul desta Costa

83) Maço 9, n. 191, 42 fls.

Proc. 207

1869

Apelação Cível de embargo

Apelante: (...) da Costa e Henrique dos

Santos e Silva embarcantes

Apelado: o Ministério Público

(Documento muito danificado)

84) Maço 7, n. 337, 10 fls.

Proc. 425

1856

Autos Cívis de justificação

Justificante: Albino Ramos Mendonça

Justificado: José Maria Peres, falecido

nesta cidade

85) Maço 7, n. 341, 13 fls.

Proc. 431

1856

Autos Cívis de embargo de arresto

Embargantes: os credores de Maria da

massa de Guilherme Pereira Santos

Vandunem Embargado: Francisco António

de Faria

86) Maço 7, n. 359, 35 fls.

Proc. 173

1857

Autos Cívis de exame e vistoria de (...)

pertencentes a Luís António de Sousa

Monteiro a requerimento de Ancelmo

Pinto de Barros.

87) Maço 7, n. 301, 12 fls.

Proc. Maço, n. 388

Proc. 1854

Autos Cívis de justificação

Justificante: a viúva D. Maria Paula Lobo

Teixeira Crevella

Justificados: os pretos João e Felix, fugidos desta cidade

88) Maço 1, n. 56, 40 fls.

Proc. 101

1859

Autos Cívis de embargo a execução

Embargante: António Joaquim Correia

Embargado: José Vieira da Silva

89) Maço 1, n. 35, 4 fls.

Proc. 70

1857

Autos Cívis de entrega de 11 chaves a

requerimento de Caetano de Sousa contra

José Matias Gomes

90) Maço 1, n. 50, 25 fls.

Proc. 91

1858

Libelo Cívil comercial em que são partes

Autor: Bento António Nunes

Réu: Sebastião da Costa Miranda

91) Maço 1, n. 52, 5 fls.

Proc. 93

1858

Autos Cívis de testamento com que nesta

cidade faleceu Cecilia Goncalves Jardim

Testamentários: Clementina Eugénia da

Costa e Vitorino Pereira Tavares

92) Maço 1, n. 110, 16 fls.

Proc. 201

1864

Autos Cívis de acção ordinária de partes

Autor: António Joaquim Rui Junior

Réu: Joaquim José Ferreira Campos, neto?.

93) Maço 1, n. 48, 18 fls.

Proc. 88

1858

Autos Cívis de habilitação em que são

Habilitantes: José da Silva Cunji e

Chicolate da Silva

Habilitada: a herança de Francisco Hico

94) Maço 1, n. 46, 5 fls.

Proc. 84

1858

Autos Cívis de sentença da Relação de

Lisboa passada a favor de José Ferreira

Gomes contra Domingos Rodrigues Viana

95) Maço 1, n. 4, 6 fls.

Proc. 13

1853

Autos de Depósito que se procedeu neste distrito do Dombre Grande

Autor: José Joaquim do Cabo Finaly

Réu: José Rebelo de Matos Junior

96) Maço 1, n. 3, 20 fls.

Proc. 3

1850

Autos Cívis de justificação de que é

justificante Antonio Joaquim de Carvalho.

97) Maço 1, n. 2, 13 fls.

Proc. 2

1850

Autos Cívis de justificação em que é

justificante Isabel Velasco Galiano.

98) Maço, n. (documento sem capa/cobertura), 12 fls.

Proc.

1850

Autos Cívis de justificação de que é

justificante António Joaquim de Carvalho.

99) Maço 1, n. 109, 21 fls.

Proc. 198

1864

Autos Cívis para a cobrança de dívidas

Autor: Cabinda Fernando Guilherme

Réu: Manuel da Costa Sousa

100) Maço 1, n. 112, 20 fls.

Proc. 202

1864

Autos Cívís de acção de libelo para cobrança de dívidas

Autor: Manuel da Costa Sousa

Réu: Delegado do Procurador Régio como representante da Fazenda Pública e casal de Ignacio Teixeira Xavier

101) Maço 1, n. 111, 20 fls.

Proc. 204

1864

Autos Cívís de libelo para cobrança de dívida

Autor: Manuel Ribeiro Alves

Réu: Delegado do Procurador Régio como representante da Fazenda Nacional e casal Ignacio Teixeira Xavier

102) Maço 1, n. 4, 6 fls.

Proc. (sem número)

1850

Autos Cívís de depósito de uma preta, a requerimento de Isabel Velasco Galiano

103) Maço 1, n. 5, 5 fls.

Proc. 4

1850

Autuação de uma petição entre partes

Autor: Francisco Machado Peres

Réu: José do Couto Landim

104) Maço 1, n. 6, 18 fls.

Proc. 5

1850

Autos Cívís de justificação

Justificante: António de Carvalho Guimarães

105) Maço 2, n. 38, 7 fls.

Proc. (1468?)

1857

Autos Cívís de busca e apreensão a requerimento do autor, o major Joaquim Luís Bastos

Réu: Joaquim (Tavares?) Ferreira.

106) Maço 1, n. 34, 18 fls.

Proc. 2

1857

Autos Cívís de balanço de uma taberna

Proponente: o major Joaquim Luís Bastos

Proposto: Joaquim Tavares Ferreira

107) Maço 1, n. 61, 20 fls.

Proc. 98

1859

Julgado Ordinário da Província da Catumbela

Autos Cívís de embargo

Embargante: Henriques dos Santos Silva

Embargado: Malaquias José Lopes Cordeiro

108) Maço 1, n. 108, 8 fls.

Proc. 197

1864

Autos Cívís de embargo

Embargante: Pedro Ferreira de Andrade

Embargado: Pedro Ramos

109) Maço 1, n. 90, 10 fls.

Proc. 165

1863

Autos Cívís de embargo

Embargante: D. Isabel Rodrigues da Costa

Embargado: Venceslau José de Andrade

110) Maço 1, n. 91, 20 fls.

Proc. 167

1863

Autos Cívís de embargo a requerimento do embargante Marques Barbosa

Embargado: José Marques de Faria

111) Maço 1, n. 89, 6 fls.

Proc. 164

1863

Autos Cívís de intimação para pagamento de uma quantia ou nomeação de bens apenhorados, a requerimento de Venceslau José de Andrade contra D. Isabel Luís da Costa

Embargado: José de Andrade

Embargante: D. Isabel Luís da Costa

Embargado: José de Andrade

Embargante: José de Andrade

112) Maço 1, n. 33, 15 fls.

Proc. 59

1857

Autos Cívís de embargos

Embargante: José Rodrigues Viana

Embargado: José António Gaspar, Procurador dos herdeiros do falecido Manuel José Borges de Carvalho

113) Maço 1, n. 30, 6 fls.

Proc. 60

1857

Autos Cívís de depósito de uma moleca de nome Teresa, embargada a Francisco Tavares da Silva por Joaquim Ribeiro de Brito, depositada a requerimento de Mateus Alexandre Ganlette (?).

114) Maço 1, n. 31, 8 fls.

Proc. 57

1857

Autos Cívís de protesto de preferência aos bens de Francisco Pereira da Silva, a requerimento do preferente e protestante Joaquim Ribeiro de Brito
Protestado: Firmino António de Morais Cardoso

115) Maço 1, n. 32, 14 fls.

Proc. 58

1857

Autos Cívís de embargo para pagamento de dívida
Embargante: Joaquim José Geraldo Amaral de Loanda, na qualidade de fiador principal pagador a junta da Fazenda Publica da Província
Embargado: Joaquim Ribeiro de Brito na rematação das salinas do sal.
(NB: contem o No. 575 do *Boletim Oficial de Angola* de 1856)

116) Maço 1, n. 26, 7 fls.

Proc. 22

1856

Autos de Embargo ou Arresto a requerimento do arrestante José António Gaspar, na qualidade de procurador dos herdeiros do falecido Manuel José Borges de Carvalho
Arrestado: João da Silva do Amaral

117) Maço 1, n. 29, 22 fls.

Proc. 56

1857

Autos Cívís de embargo

Embargante: José António Gaspar na qualidade de procurador bastante dos herdeiros do falecido Manuel José Borges de Carvalho

Embargado: João Pereira de Carvalho, Braga, testamenteiro do falecido Manuel José Borges de Carvalho

118) Maço 1, n. 54, 49 fls.

Proc. 94

1858

Autos Cívís de libelo sumario em que é autora Júlia Martins de Sant'Anna
Autora: Júlia Martins de Santa'Anna
Reo: Curador dos escravos e libertos

119) Maço 1, n. 53, 55 fls.

Proc. 95

1858

Autos Cívís de libelo de reivindicação em que são partes
Autores: António Rodrigues da Guerra e seus irmãos
Reos: José Rodrigues da Nova Guerra e sua irmã Susana Rodrigues da Guerra

120) Maço 1, n. 106, 18 fls.

Proc. 193

1863

Autos Cívís de embargo e arresto
Embargante: António Gomes Cabral
Embargado: Bernardo Tavares

121) Maço 1, n. 107, 13 fls.

Proc. 190

1863

Autos Cívís de vestoria e requerimento de José Vieira da Silva

122) Maço 1, n. 105, fls. 17

Proc. 187

1863

Autos Cívís de embargo
Embargante: José Ferreira Dias
Embargado: Rosa Lourenço, ambos de Benguela

Terceira estante esquerda topo, monte 1

123) Maço 9, n. 129, 150 fls.

Proc. 133

1887

Autos Cívís de inventário de Benigno José Ferreira da Catumbela
Juiz de Direito da Comarca de Benguela

Autos de Arrecadação dos bens que ficaram com o falecimento de Selemane, Soldado número 39/1900 da 3 companhia do batalhão dos caçadores número 4, em harmonia com a carta da lei de 22 de junho de 1885

124) Amarrado com n. 1

1887

Apenso n. 1

Benigno José Ferreira

129) Maço 12, n. 27, 12 fls.

Proc. 518

Ano: 1888

Juiz de Direito da Camara de Benguela
Jornal de partilha passada a favor da meeira do casal Augusto Moreira Patricio Alvares,
Dona Anna Joaquina Patricio Alvares

125) Maço 7, n. 106, 152 fls.

Proc. 110

1881

Autos Cívís de menores de José António Fernandes, Juiz de Direito da Comarca de Benguela
Inventário de menores por falecimento de José António Fernandes, por inventariante Rosa António Fernandes

130) Maço 15, n. 531, 10 fls.

Proc. 15

1893

Camara Judicial de Benguela
Documento referente ao processo crime por homicídio enviado ao juiz doctor ordinário de Novo Redondo

126) Maço 9, n. 134, 125 fls.

Proc. 134

1882

Vicente Ferreira Cabinda
Concelho de Catumbela
Juiz de Direito da Comarca de Benguecao (?).

131) Maço 4, n. 23

Proc. 549

1854

Crime Precatória número geral 66 do masso número 1 do processo 24
Número de classificação 02
Número 682 – Comarca de Lisboa
Juiz do Direito do Primeiro Distrito Criminal
Autos de Cartas precatória para a inquirição do testemunha vindo do Juiz de Direito da Comarca de Benguela, sendo o nome de testemunha a inquerir, João dos Santos Pacheco

127) Maço (sem número), 165 fls.

Proc. sem número

1899

Freguesia de Nossa Senhora de Populo
Juiz de Direito da Comarca de Benguela
Inventário Orfanológico
Inventariado: Martinho Lopes Cordeiro
Inventariante: Mouricio José Cordeiro herdeiros- Casimiro de Samos

132) Maço 1, n. 120, 20 (?) fls.

Proc. 217

1864

Cívil

Número geral 502

Número de masso 04

Número do processo – 217

Número de classificação 04

128) Maço 1, n. 23, 30 fls.

Proc. 20

1888

Tribunal Judicial da Comarca de Benguela
Autos de Arrecadação de expolio de Selemane

Julgado de Benguela
Juiz Ordinário, Autos Cíveis de Libelo
Autor: Manuel António dos Santos
Réu: Vicente Manuel Jose de Sousa
O julga – Capitão Vecente ou Vicente
Mugua Haquella

133) Maço 7, n. 217
Proc. 131
1855
Comarca de Benguela
Autos Cíveis de justificação
Justificante: Francisco Ferreira Gomes

134) Maço 13, n. 201, 30 fls.
Proc. 31
1856
Autos de Inventário
Inventariado: Vicente José de Sousa
Comarca de Benguela
Autos Cíveis de inventário dos bens que
ficaram por falecimento de Vicente José de
Sousa, morador que foi nesta cidade
Inventariante: Bento Jonhes Patuca

135) Maço 1, n. 15
Proc. sem número
1865
Bastos (?)
Comarca de Benguela
Autos Cíveis de leilão dos bens penhorados
de Guilherme Vandunem

136) Maço 1, n. 4, 12 fls.
Proc. 791
1852
Juízo Ordinário
Autos Crimes
Deferimento do Ministério Público
Francisco Pereira Gama (?)

137) Maço 1, n. 6, 10 fls.
Proc. 797
1852
Juízo Ordinário
Autos Crimes por desobediência (?)
praticado por Domingos José Pereira
Ministério Público
Réu: Domingos José Pereira

138) Maço 1, n. 61, 10 fls.
Proc. 344
1869
Cível
Número geral 733
Número de massa 07
Número de processo 344
Número de classificação 62
Comarca de Benguela
Juízo de Direito
Autos Cíveis de justificação
Justificante: Delegado do Procurador da
Coroa e Fazenda
Justificado: Doctor Manuel Liberata da
Gama Freyo
Falecido: Manuel Liberato da Gama Freyo

139) Maço 1, n. 60, 25 fls.
Proc. 328
1869
Cível
Número geral 731
Número de Maço 7
Número de processo 342/345
Número de classificação 61
Comarca de Benguela
Juiz de Direito
Autos Cíveis de justificação
Justificante: Luís Augusto de Brito Freye
Justificado: O casal de António Diego de
João Esteves de Araújo

140) Maço 1, n. 59, 15 fls.
Proc. 339/342
1869
Cível
Número geral – 722
Número de Maço – 07
Número de processo – 339
Número da classificação 60
Comarca de Benguela
Juiz de Direito
Autos Cíveis de justificação
Justificante: Francisco José de Freitas

141) Maço 1, n. 58, 10 fls.
Proc. 338/341
1869
cível

Número geral 721
 Número de Maço 70
 Número de processo 338
 Número de classificação 59
 Comarca de Benguela
 Juiz de Direito
 Autos Cíveis de justificação
 Justificante: Emília Carvalho Carola (?) de Carvalho

142) Maço 1, n. 57, 15 fls.
 Proc. 364/365
 1869
 Cível
 Número geral 774
 Número de Maço 08
 Número de processo 364
 Número de classificação 66
 Comarca de Benguela

Juiz de Direito
 Autos Cíveis de justificação
 Justificantes: João da Silva Sousa e sua mulher
 Justificado: O casal São Esteves de Araújo

143) Maço 1, n. 52, 8 fls.
 Proc. 298/300
 68
 cível
 número geral – 650
 Número de Maço – 06
 Número de processo 298
 Número de classificação 54

Juízo Ordinário
 Julgado de Benguela
 Autos Cíveis de justificação
 Justificante: Dr. Manuel Fortunato de Couto Aguiar
 Justificado: O casal de José Viera de Sá

144) Maço 1, n. 56, 10 fls.
 Proc. 318/321
 1868
 cível
 Número geral – 685
 Número de Maço 07
 Número de processo 318
 Número de classificação 58
 Comarca de Benguela

Juiz de Direito
 Autos Cíveis de justificação
 Justificante: José Manuel de Carmo
 Justificado: O casal de João de Sousa Carvalho

145) Maço 1, n. 37, 9 fls.
 Proc. 297/299
 1868
 cível
 Número geral – 649
 Número de Maço – 06
 Número de processo – 297
 Número de classificação 53
 Juízo Ordinário
 Julgado de Benguela
 Autos Cíveis de justificação dado por António Ribeiro Menezes Negrão

146) Maço 1, n. 30, 20 fls.
 Proc. 293/295
 1868
 Cível
 Número geral – 641
 Número de Maço 06
 Número de processo – 293
 Número de classificação – 52
 Julgado da Catumbela
 Juiz Ordinário Provisório
 Autos Cíveis de justificação
 Justificante: Francisco Martes Esteves
 Justificado: Dona Ritta Bernarda Vieira

147) Maço 1, n. 55, 15 fls.
 Proc. 316/319
 1868
 Cível
 Número geral – 79
 Número de Maço – 07
 número de processo – 313
 Número de classificação – 57
 Comarca de Benguela
 Juiz de Direito
 Autos Cíveis de justificação
 Justificante: Cabinda Gomes
 Justificado: O casal Thome Ribeiro Antunes, arcado pela secção dos fundos e alguma coisa neste distrito dos defuntos e ausentes neste distrito

148) Maço 1, n. 53, 20 fls.

Proc. 301/303

1868

Cível

Número geral – 654

Número de Maço – 06

Número de processo – 301

Número de classificação – 55

Julgado de Benguela

Juízo Ordinário

Autos Cíveis de justificação

Justificante: Eugenia Antónia Dinis Pereira

Justificado: João Gonzales da Costa

149) Maço 1, n. 35, 46 fls.

Proc. 97/96/1868

59

Crime Querela

Número geral – 279

Número de Maço – 03

Número de processo – 97

Número de classificação – 32

Juízo Ordinário Provisório

Autos Crimes por ofensa corporal

Autor: o cabinda Francisco João Baptista

Réus: Joaquim José de Carvalho, Serefim

Gonçalves Pereira, preto livre, Sebastião,

dito do António

Bibliographic references

Burrill, Emily; Roberts, Richard and Thornberry, Elizabeth, (orgs.) (2010), *Domestic Violence and the Law in Colonial and Postcolonial Africa*, Athens: Ohio University Press.

Candido, Mariana P. (2015), *Engendering West Central African History: The Role of Urban Women in Benguela in the Nineteenth Century*, *History in Africa*, Vol. 42, pp. 7-36.

____ (2014), Strategies for Social Mobility: Liaisons between Foreign Men and Slave Women in Benguela, c. 1770-1850, in, Campbell, Gwyn, e Elbourne, Elizabeth, orgs, *Sex, Power and Slavery: The Dynamics of Carnal Relations under Enslavement*, Athens: Ohio University Press, pp. 272-288.

____ (2013), *Os agentes não europeus na comunidade mercantil de Benguela, c. 1760-1820*, *Saeculum*, Vol. 29, pp. 97-124.

____ (2012a), *Aguida Gonçalves da Silva, une dona à Benguela à la fin du XVIII siècle, Brésil(s). Sciences humaines et sociales*, Vol. 1, pp. 33-54.

____ (2012b), Marriage, Concubinage, and Slavery in Benguela, ca. 1750-1850, in Hunt, Nadine e Ojo, Olatunji, (orgs.), *Slavery and Africa and the Caribbean: A History of Enslavement and Identity since the 18th Century*, London/New York: I. B. Tauris, pp. 66-84.

____ (2006), *Enslaving Frontiers: Slavery, Trade and Identity in Benguela, 1780-1850*, Ph D Dissertation, York University.

____ (2003), *Report on Archival Research in Angola, Spring 2003*, *African Diaspora Newsletter*, N.º 10, <http://www.yorku.ca/nhp/newsletter/news10/news10.htm>, consulta de 20 Abril, 2015.

Chanock, Martin (1988), *Law, custom, and social order: the colonial experience in Malawi and Zambia*, New York: Cambridge University Press.

Curto, José C. (2017), Marriage in Benguela, 1797-1830: A Serialized Analysis, in, Buri Maryann, e Curto, José C. (orgs.), *New Perspectives on Angola: From Slaving Colony to Nation State*, no prelo.

____ (2016), The *Donas* of Benguela, 1797: A Preliminary Analysis of a Colonial Female Elite, in Bergamo, Edvaldo; Pantoja, Selma e Silva, Ana Claudia (orgs.), *Angola e as Angolanas: Memória, Sociedade e Cultura*, São Paulo: Intermeios, pp. 99-120.

____ (2015), Women Along the Catumbela River, 1797: Land Ownership, Agricultural Production, Labour, and Trade, trabalho apresentado na Annual Meeting of the African Studies Association, San Diego.

Ferreira, Roquinaldo (2013a), *Biografia como história social: o clã Ferreira Gomes e os mundos da escravização no Atlântico Sul*, *Varia Historia*, Vol. 29: 51, pp. 679-719. [Reproduzido em outras linguas: (2013b), Echoes of the Atlantic: Benguela (Angola) and Brazilian independence, in Lindsay, Lisa A. e Sweet, John Wood (orgs.), *Biography and the Black Atlantic*, Philadelphia: University of Pennsyl-

- vania Press, pp. 224-247 e 330-341; (2014), *Le genre biographique comme histoire sociale: la famille Ferreira Gomes dans l'Atlantique sud du XIX^e siècle, Brésil(s). Sciences humaines et sociales*, Vol. 6, pp. 143-163.]
- ____ (2012), *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*, New York: Cambridge University Press.
- ____ (2003), *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola (1650-1800)*, Ph D Dissertation, University of California at Los Angeles.
- Jeppie, Shamil; Moosa, Ebrahim and Roberts, Richard (orgs.), (2010), *Muslim Family Law in Sub-Saharan Africa: Colonial Legacies and Postcolonial Challenges*, Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Kandjimbo, Luís (2001), *Para uma breve história da ficção narrativa angolana nos últimos cinquenta anos*, *Revista de Filologia Românica. Anejos*, Vol. 2, pp. 161-184.
- Legislação Novíssima, Boletim do Conselho Ultramarino* (1861), Lisboa: Imprensa Nacional, Vol. I: 1834-1851, pp. 29-31.
- Madeira-Santos, Catarina (2017a), O Império português face às instituições indígenas, in Palomo, Federico; Xavier, Ângela Barreto e Stumpf, Roberta (orgs.), *Monarquias Ibericas en Perspectiva Comparada*, Lisboa: Imprensa do Instituto de Ciências Sociais, no prelo.
- ____ (2017b), Choosing Rights, Choosing Jurisdictions: Towards the End of Slavery in Angola (1900-1940), in Roberts, Richard e Stanziani, Alessandro (orgs.), *Labor, Coercion, and Rights in Africa and the Indian Ocean World in the 19th and 20th Centuries*, Routledge, forthcoming.
- ____ (2012), *Esclavage africain et traite atlantique confrontés: transactions langagières et juridiques (à propos du tribunal de mucanos dans l'Angola des XVII^e et XVIII^e siècles)*, *Brésil(s). Sciences humaines et sociales*, Vol. 1, pp. 127-148.
- ____ (2009), *Écrire le pouvoir en Angola. Les Archives Ndembu (XVII^eme-XX^eme siècles)*, *Annales. Histoire Sciences Sociales*, 64^e année, n.º 4, Special issue: "Cultures Écrites en Afrique", pp. 767-795.
- ____ (2005a), O Direito e a Justiça, in Madeira-Santos, Catarina, *Um governo polido para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750 c. 1800)*, Ph D Dissertation, FCSH-UNL/EHESS, Lisbon/Paris, pp. 364-425.
- ____ (2005b), *Entre deux droits, les Lumières en Angola (1750-1800)*, *Annales. Histoire Sciences Sociales*, 60^e année, n.º 4, pp. 817-848.
- Mann, Kristin and Roberts, Richard (orgs.) (1991), *Law in Colonial Africa*, Portsmouth, NH: Heinemann.
- Oliveira, Vanessa S. (2016a), *The Donas of Luanda, c. 1773-1866: From Atlantic Slave Trading to 'Legitimate Commerce'*, Ph D dissertation, York University.
- ____ (2016b), Slavery and the Forgotten Women Slave Owners of Luanda (1846-1876), in Lovejoy, Paul E. e Oliveira, Vanessa S. (orgs.), *Slavery, Memory and Citizenship*, Trenton: Africa World Press, pp. 129-147.
- ____ (2016c), Mulher e comércio: a participação feminina nas redes comerciais em Luanda (século IX), in Bergamo, Edvaldo, Pantoja, Selma e Silva, Ana Claudia (orgs.), *Angola e as Angolanas: Memória, Sociedade e Cultura*, São Paulo: Intermeios, pp. 99-120.
- ____ (2015a), *Women, Foodstuff Production and Trade in Late-Eighteenth Century Luanda*, *African Economic History*, Vol. 43, pp. 57-81.
- ____ (2015b), *The Gendered Dimension of Trade: Donas in Nineteenth Century Luanda*, *Portuguese Studies Review*, Vol. 23, n.º 2, 2015, pp. 93-121.
- ____ (2013), Taking Graduate Students to the Archives: Historical Research and Dissemination of Knowledge, <http://fgs.news.yorku.ca/2013/02/28/taking-graduate-students-to-the-archives-historical-research-and-dissemination-of-knowledge/>, consulta a 20 Abril, 2015.
- Pacheco, Carlos (2000), *Repensar Angola*, Lisboa: Vega, especialmente pp. 33-37 -Arquivos queimados em Angola!

- ____ (1992), *José da Silva Maia Ferreira: Novas Acheegas Para a Sua Biografia*, Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- ____ (1990) *José da Silva Maia Ferreira: o homem e a sua época*, Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- Primeiro Centenário do Tribunal da Relação de Luanda, 1856-1956* (1957), Luanda: Imprensa Nacional de Angola, p. 51.
- Roberts, Richard (2005), *Litigants and Households: African Disputes and Colonial Courts in the French Soudan, 1895-1912*, Portsmouth, NH: Heinemann.
- Sebestyén, Éva (1998), *Levéltári kutatástörténet: Magyar László, Africana Hungarica*, N.º 1, pp. 303-327.
- ____ (1994), Legitimation through Landcharters in Ambundu Villages/Angola, in Bearth, Thomas; Möhlig, Wilhelm J. G.; Sottas, Beat e Suter, E. (orgs.), *Perspektiven afrikanischer Forschung. Beiträge zur Linguistik, Ethnologie, Geschichtem Philosophie und Literature X. Afrikanistentag*, Köln: Köppe Verlag, pp. 363-378.
- Soares, Francisco (2009), *Alguma bibliografia política em Angola-Recife no século XIX*, *Revista Angolana de Sociologia*, Vol. 4, pp. 119-137, <https://independent.academia.edu/FranciscoSoares/Papers>, consulta a 20 Abril, 2015.
- Thompson, Estevam C. (2012), *Taking the Graduate Students to Luanda and Benguela: A Brazilian Perspective*, *The Harriet Tubman Newsletter*, N.º 31, pp. 14-25, <http://tubman.info.yorku.ca/publications/tubman-newsletter/>, consulta a 20 Abril, 2015.
- Torres, Adelino (1991), *O Império Português – entre o Real e o Imaginário*, Lisboa: Edição Escher.

Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela, séculos XVII a XIX

Estevam C. Thompson*

p. 33-69

Introdução: Colonialismo e História da África

O estudo da história da África é comumente dividido em três períodos de relevância para a historiografia ocidental: África pré-colonial, África colonial e África pós-colonial. Essa divisão é profundamente influenciada pela maneira como filósofos e historiadores europeus dos séculos XIX e XX enxergavam a importância de estímulos externos para o desenvolvimento de processos históricos no continente africano. Inspirada pelo pensamento filosófico hegeliano que advoga pela inexistência de história entre os povos africanos¹, essa divisão eurocêntrica da história da África contempla a presença estrangeira nesse continente como o propulsor das mudanças políticas, econômicas e sociais que caracterizam o estudo da História, com “H” maiúsculo por ser uma Ciência. Assim, a periodização da História da África como “pré-colonial”, “colonial” e “pós-colonial” acaba por priorizar a participação europeia nos processos históricos africanos e por apresentar esse continente como um apêndice da história da Europa.

Ainda que este paradigma estivesse correto e que os processos históricos na África fossem necessariamente marcados por influências externas – sejam de árabes, europeus, indianos ou chineses – haveria ainda um problema fundamental neste recorte temporal. Enquanto o período “colonial” representa menos de um século na história africana e o período chamado “pós-colonial” nem mesmo meio século no caso das colônias portuguesas, o período “pré-colonial” contém milhares de anos. Hegel certamente explicaria que são milhares de anos sem história mesmo assim.

Obviamente, os historiadores profissionais de hoje refutam a ideia de um povo sem história, embora alguns ainda adotem (conscientemente ou não) conceitos e recortes coloniais que acabam por desconsiderar a participação ativa dos povos africanos no desenrolar de sua própria trajetória. No caso das colônias portuguesas em África, até a dissolução do Estado colonial suas histórias só podiam ser escritas através de Portugal. A História de Angola era, portanto, a história da conquista e do empreendedorismo português. No final

* Departamento de História da Universidade de Brasília (doutorando no Departamento de História da York University). Meus agradecimentos aos pareceristas anônimos do meu artigo por suas críticas construtivas.

¹ Após dissertar brevemente sobre os reinos de Ashanti e Dahomey e concluir que os negros são imorais por venderem seus filhos (e os filhos aos pais quando têm essa oportunidade), Hegel declara seu desinteresse em estudar a África afirmando que não há movimento nem desenvolvimento histórico nesta parte do mundo. Ele excetua a porção norte do continente onde as influências europeias e asiáticas teriam impulsionado as mudanças históricas. No caso do Egito, lugar de transição entre o pensamento oriental e o ocidental, o filósofo alemão certifica que ele claramente não pertence ao “espírito africano”. Segundo Hegel, “o que entendemos propriamente por África é o a-histórico e o espírito não desenvolvido, ainda envolvido nas meras condições da natureza” (Hegel, 2001[1837]: 117).

do século XIX e começo do século XX, o Estado colonial português financiou uma volumosa produção acadêmica que visava reforçar o discurso sobre sua presença histórica em terras “angolanas” como uma potência colonial. Esta nova historiografia colonial foi utilizada para justificar os direitos da nação portuguesa sobre territórios africanos, primeiro em sua disputa contra a França e a Bélgica pelo controle do comércio na bacia do Congo e mais tarde contra a Inglaterra na disputa pelas terras entre Angola e Moçambique.

O objetivo deste artigo não é discutir a validade dessa periodização histórica eurocêntrica classicamente imposta ao continente africano, embora seu argumento central reforce a crítica a esta divisão. Tampouco, meu objetivo é discutir o processo de partilha do continente africano e as alegações portuguesas quanto a seus direitos históricos sobre os territórios “angolanos”. O objetivo aqui é problematizar o uso de documentação nomeadamente colonial na construção de uma historiografia sobre regiões que não estavam sob efetivo controle colonial, como no caso dos territórios no interior da Capitania de Benguela até ao menos fins do século XIX. Assim, o uso do termo “pré-colonial” deve ser entendido, neste contexto, como uma crítica à abordagem colonialista sobre a presença portuguesa em Angola que produz uma historiografia onde os africanos são coadjuvantes em sua própria história.

Esta não é uma negação do colonialismo português ou uma relativização da exploração sofrida pelos povos africanos do território que convençionalmente chamamos Angola. O que se pretende neste artigo é, primeiramente, estabelecer a partir de quando o discurso colonial encontrado na documentação portuguesa encontra real correspondência no território angolano. Ou seja, a partir de quando a colônia descrita pelos documentos oficiais utilizados na construção da historiografia de Angola deixou de ser apenas um projeto e um discurso político e tornou-se efetiva. A partir daí pretende-se elencar uma série de fontes impressas e publicadas² que, embora contenham uma forte carga colonial, podem dar subsídios para uma historiografia em que os africanos não apareçam como meros súditos de Portugal.

O argumento central aqui defendido é de que embora a documentação sobre Angola entre os séculos XVII e XIX seja colonial, a maior parte dos territórios e de suas populações não estavam sobre controle colonial. Em outras palavras: o documento é colonial, não o espaço que ele retrata. Não obstante os relatórios oficiais e as correspondências entre governadores e capitães-mores tratem formalmente de Angola como território pertencente a Portugal e sob seu controle, uma leitura mais cuidadosa revela um ambiente de verdadeiro desconrole colonial. Os portugueses impunham alguma ordem sobre seus portos na costa e entrepostos no interior da África centro-ocidental, mas fora de seus *presídios* não havia autoridade colonial. Apesar da relativa superioridade bélica e do envio de expedições militares para punir “vassallos rebeldes” os portugueses não conseguiam garantir o domínio sobre o território e a maior parte dos potentados africanos. Nos tratados de vassalagem entre as autoridades portuguesas e os soberanos africanos – alianças políticas nas quais historiadores colonialistas enxergam apenas *submissão* – este artigo aponta traços de *resistência*.

Assim, embora as capitanias de Angola e Benguela possuam uma rica e vasta documentação relativa aos séculos XVII, XVIII e XIX, essas fontes têm uma forte carga colonial e precisam ser utilizadas com cuidado e sob olhar sempre crítico. Apesar de governadores, capitães-mores, regentes e demais funcionários da coroa portuguesa utilizarem-se de terminologia colonial para construir a imagem de um território dominado, a leitura crítica

² Algumas dessas fontes encontram-se disponíveis online. Nos últimos anos tem havido investimento na digitalização de diversas coletâneas de documentos coloniais portugueses, que estão disponibilizados na internet em sites como <books.google.com.>, <archive.org>, e <openlibrary.org>. Elas podem ser consultadas online e baixadas na íntegra.

dessas fontes revela a fragilidade da autoridade portuguesa diante da imensidão dos sertões angolanos e da multidão de povos que neles habitavam.

Ironicamente, o discurso colonial e sua periodização da história do continente africano continuam a pautar os cursos de história em várias universidades na Europa e nas Américas. Ainda hoje a academia ocidental forma doutores em “história da África pré-colonial”. A esses novos africanistas formados no século XXI – conscientes da imprecisão e dos preconceitos implícitos no termo “pré-colonial” – resta ao início de cada artigo publicado e de todo curso ministrado explicitar as armadilhas e os limites do termo que a tradição acadêmica os imputa.

Entendendo a periodização colonial da História de Angola

O colonialismo europeu marca um longo período histórico de alcance mundial que iniciou-se timidamente com as expansões marítimas do século XV, período conhecido na historiografia colonial portuguesa como Era dos Descobrimentos e das Grandes Navegações. Naturalmente, a historiografia produzida pelos portugueses procura destacá-los como protagonistas desse processo histórico. De acordo com essa leitura, o período de expansão teria se iniciado no norte da África com a invasão e conquista de Ceuta pelos portugueses em 1415. Pouco depois iniciou-se a colonização de espaços ultramarinos, com a ocupação das ilhas atlânticas de Açores e Madeira entre as décadas de 1430 e 1450.

Ao mesmo tempo que adentravam o Atlântico, os portugueses navegavam a costa africana. Na década de 1440 eles já exploravam a costa da Senegâmbia e em 1456 iniciaram a ocupação do arquipélago de Cabo Verde. Em 1484 chegaram à bacia do Congo e começaram a exploração da África centro-ocidental. Três anos mais tarde, em 1487, Bartolomeu Dias contornaria o *Cabo das Tormentas*, abrindo a rota que levaria Vasco da Gama à Índia em 1498. Cristovam Colombo e sua expedição só chegariam às Américas em 1492. Assim, o continente africano foi o primeiro destino dos europeus em seu processo de expansão marítima, embora tenha sido o último a ser submetido ao controle colonial.

Uma das maneiras de entender este longo e múltiplo processo de colonização europeia ao redor do mundo é seccionando os momentos e espaços de exploração e expansão colonial. Alguns estudiosos propõem a sua divisão em três fases, cada uma relacionada a um período específico e concentrada em determinados continentes. Em primeiro lugar, a colonização das Américas, que inclui não somente as terras continentais, mas também o Caribe. Este primeiro momento (séculos XV-XVI) foi liderado pela Espanha e por Portugal, que dividiram esses territórios entre si com o *Tratado de Tordesilhas* de 1494. O segundo momento (séculos XVII-XIX) é liderado pela Inglaterra, França e Países Baixos. Assim como Portugal e Espanha, essas nações europeias investiram na exploração das Índias Ocidentais (Américas e Caribe), ocupando algumas ilhas e porções continentais da América do Norte. Elas também investiram nas Índias Orientais, consolidando rotas regulares de comércio alternativas àquelas do Mediterrâneo. O terceiro momento é reservado à África, tendo como marco simbólico a Conferência de Berlim (1884-1885), que contou tanto com a participação das antigas potências coloniais (Portugal, França, Inglaterra) quanto com a ascensão de novas potências (Itália, Alemanha, Bélgica)³.

³ Essa teoria das três ondas de colonialismo mundial associa esses processos ao desenvolvimento do capitalismo, sendo a primeira onda explicada em termos de “crise do feudalismo” na Europa e necessidade de novas fontes de recursos, a segunda relacionada ao desenvolvimento do mercantilismo e da manufatura na Europa e a terceira à consolidação do capitalismo industrial, com o acesso a novos mercados consumidores e fornecedores de matérias primas (Gilmartin, 2005: 115-116).

Assim, embora o continente africano tenha sido o primeiro a entrar em contato com os conquistadores europeus em sua expansão marítima, ele foi o último a cair sob jugo colonial. Durante o século XIX, à medida em que as potências europeias perdiam controle sobre suas antigas colônias americanas e os Estados Unidos colocavam em prática seu programa imperialista sobre a América Latina com a Doutrina Monroe (1823), os territórios africanos passaram a se tornar cada vez mais atraentes. No caso de Portugal, sobretudo após a independência do Brasil (1822), suas possessões ultramarinas em África (em especial Angola) tornaram-se a alternativa lógica para a perda dos recursos americanos.

Portugal atravessou profundas mudanças desde o início do século XIX, quando a família real foi forçada a fugir da invasão de tropas napoleônicas (1807). Depois de um longo período de ocupação francesa e de “libertação” inglesa, e após uma série de conflitos civis internos, chegou ao poder em Portugal (na década de 1830) uma nova burguesia “liberal” que visionava a modernização da nação e o rompimento com o chamado “Antigo Regime”. Este processo de modernização incluía a expansão do controle colonial sobre os territórios remanescentes em África, com destaque para Angola.

Até à década de 1840, no entanto, houve avanços modestos no projeto colonial português em África, apesar da fundação da *Associação Marítima e Colonial* (1839), instituição que viria nas décadas seguintes prestar papel importante no avanço do projeto colonial. Alguns motivos podem ser destacados para esta relativa apatia do Estado colonial em relação a suas possessões ultramarinas africanas. Em primeiro lugar, este foi o período de declínio definitivo do comércio de escravos, uma das atividades mais vantajosas para os portugueses em África, nem tanto pela venda dos escravos (investimento de alto risco), mas principalmente pelo fornecimento das mercadorias que alimentavam o comércio atlântico. A nova burguesia liberal que tomou o poder em Portugal ainda estava muito associada ao mercantilismo e continuava a tentar produzir riquezas através do controle do comércio nas regiões sobre as quais alegavam ter direitos coloniais.

Em busca de mais recursos essa “nova” burguesia mercantil exigiu a derrubada dos antigos monopólios reais enquanto, ao mesmo tempo, o Estado português procurava garantir direitos exclusivos de exploração e comércio em seu “império ultramarino”. Portugal também tentava ampliar o sistema de cobrança de taxas sobre seus vassalos africanos, porém esta ampliação esbarrava na falta de recursos para o reforço da burocracia colonial. Não houve, portanto, investimentos que acompanhassem o interesse em ampliar a estrutura colonial nos territórios africanos até cerca de 1870. Até então esses territórios não sofriram grandes ameaças externas – uma vez que a “partilha da África” ainda não havia sido oficialmente iniciada – o que provavelmente adicionava à apatia portuguesa em relação a territórios como Angola (Clarence-Smith, 1979: 168-170).

A partir de 1840 nota-se um aumento no interesse de diversas potências europeias pela África. Este interesse foi acompanhado pela necessidade de se conhecer melhor seus espaços e suas populações. Até este momento os europeus não tinham conhecimentos sobre grande parte do interior do continente africano, embora conhecessem bem seu contorno. Houve investimento por parte de algumas nações europeias para o avanço desse conhecimento sobre o interior da África, principalmente na forma de expedições de exploração científica e campanhas de cunho supostamente humanitário. A fundação da *Associação Internacional Africana* (1876) e a *Associação Internacional do Congo* (1878) – ambas patrocinadas pelo rei da Bélgica, Leopoldo II – são importantes marcos no avanço colonial sobre a África.

O crescente interesse por parte de novas potências europeias sobre o continente africano naturalmente colocou em risco o parco controle exercido por Portugal sobre seu “império ultramarino”. Essa ameaça impulsionou alguns projetos de colonização “branca”, como no

caso de Mossamedes, colônia agrícola fundada ao sul de Angola em 1840. Neste período ocorreram também grandes expedições científicas financiadas pelo Estado português para delimitar espaços e quantificar recursos. Os portugueses procuraram intensificar sua presença nas colônias multiplicando suas viagens ao longo da costa, mas também produzindo uma nova historiografia sobre Angola e Benguela que buscava destacar sua presença nessas regiões⁵. Apesar dessas tentativas de exploração de determinadas províncias, como no caso de Mossamedes, os investimentos coloniais portugueses limitavam-se às regiões costeiras. Entre as décadas de 1840 e 1870 houve, na realidade, diminuição da presença e do controle colonial no interior de Angola⁶.

No último quartel do século a coroa Portuguesa estava finalmente empenhada em reforçar sua presença na África centro-ocidental. A *Sociedade de Geographia de Lisboa*⁷ nasceu deste renovado interesse português sobre suas possessões no continente africano e da necessidade de produzir um novo conhecimento científico sobre esses territórios que permitisse o avanço da “missão civilizadora portuguesa”⁸. A *Sociedade de Geographia de Lisboa* era também a instituição responsável por celebrar seus desbravadores pelos valiosos serviços prestados à exploração científica em África, homens como Hermenegildo Capello, Roberto Ivens e Alexandre de Serpa Pinto⁹.

Como defendia o cientista colonial português Luis Wittnich Carrisso – em uma conferência intitulada *O problema colonial perante a nação*, proferida na Universidade de Coimbra (1928) – “colonizar, nas condições actuais da vida mundial é uma operação extremamente complexa e delicada”. Segundo Carrisso, que era botânico e também organizou diversas expedições científicas nas colônias portuguesas em África na primeira metade do século XX, colonizar era “uma operação – digamos o termo próprio – científica, e que tem que ser conduzida cientificamente, com todas as cautelas”. Ele ainda alertava: “Ai daqueles que arrastados por uma visão simplista do problema se lançam indevidamente em empreitadas coloniais de grande envergadura” (Carrisso, 1928 *apud* Dias, 1936: 17).

Ironicamente, essas expedições científicas revelavam a vastidão do território africano para além do controle colonial português no final do século XIX e início do século XX, ao mesmo tempo em que os portugueses produziam uma nova historiografia (baseada nessas descobertas) que reforçava o mito sobre seu domínio de Angola. Munido desse novo conhecimento científico, o Estado português aprimorou seu discurso de “vocaçãõ colonial”, apresentando as guerras de ocupação e pacificação como fundamentos de sua missão civilizadora e “indispensáveis à valorização dos territórios africanos” (Henriques, 1997: 90).

Enquanto esses historiadores colonialistas reforçavam os mitos sobre a presença portuguesa em África, os funcionários coloniais no terreno tentavam produzir melhores informações sobre os povos e territórios sob sua jurisdição. Ainda no final do século XIX, a administração portuguesa em Angola empenhava-se na produção sistemática de dados que permitissem o avanço de seu projeto colonial.

4 Para informações sobre a colônia agrícola de Mossamedes em finais do século XIX, ver: “Relatório do governador geral da província de Angola de 1887” (Campelo, 1889: 7-12, 26-45).

5 “Os apetites das nações europeias empurraram os dirigentes políticos e a *intellegentia* portuguesa para a criação do mito da presença multisecular dos Portugueses em África, reforçada pela legitimidade histórica das suas pretensões” (Henriques, 1997: 89).

6 “De meados de 1840 até cerca de meados de 1870, qualquer intervenção eficaz dos portugueses no interior de Angola foi sendo minada pelo fraco poder militar e pela falta de capital” (Dias, 1995: 43).

7 A *Sociedade de Geographia de Lisboa* (SGL) foi fundada em 1875, e a *Escola Superior Colonial* (vinculada à SGL) foi fundada em 1906. Para mais informações sobre a *Sociedade de Geographia de Lisboa* e seu papel na organização de expedições científicas para a produção de conhecimento científico sobre Angola, (Newitt, 2008: 38-41). Essas expedições científicas portuguesas foram alvo de retaliação por parte dos Ingleses a partir de 1890 (*Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 1890).

8 Para mais informações sobre a “missão civilizadora” de Portugal em África (Jerónimo, 2015).

9 Por exemplo, na “Acta da Sessão da Sociedade de Geographia de Lisboa, em 7 de dezembro de 1885” (*Actas das Sessões da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 1885: 51).

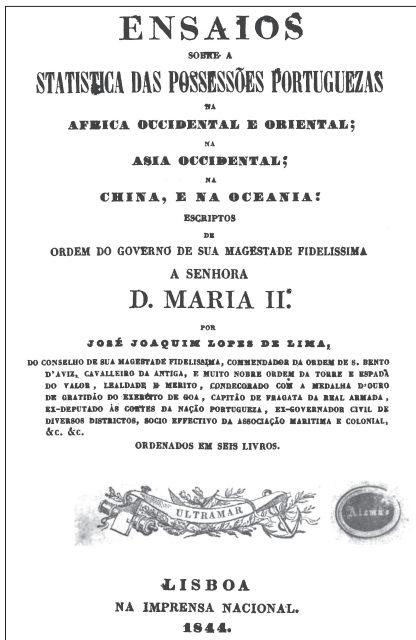


Imagem 001 – Lopes de Lima.

Ordem da Torre e Espada. Lopes de Lima – que também era geógrafo profissional – escreveu uma obra com mais de 800 páginas, dividida em seis livros e intitulada *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Ocidental e Oriental, na Ásia Ocidental, na China e na Oceania*¹¹. Os livros foram publicados entre 1844 e 1862 e rapidamente tornaram-se referência dentro e fora de Portugal, ganhando comentários detalhados (Carneiro, 1861: 172-179) e sendo apresentados e discutidos na *Sociedade de Geographia de Paris* (Visconde de Santarém, 1845: 409-428). Apesar de suscitar interesse em seus contemporâneos e de continuar até hoje sendo uma importante fonte para historiadores, a obra de Lopes de Lima contém diversas lacunas, especialmente no que toca às regiões fora do controle colonial português¹². No caso de Angola, isso representa a maioria do território. Como destaca Isabel Castro Henriques:

“Se este autor reuniu um número considerável de documentos, referente a geografia física das ‘Angolas portuguesas’ da época (alusão feita aos dois ‘reinos’ de Angola e Benguela), não se interessou, de maneira alguma, pelo conhecimento das ‘terras independentes da coroa portuguesa’, o que explica que renunciasse também a qualquer opinião sobre as ‘terras desconhecidas’” (Henriques, 1997: 250).

Em 1887, o governador Guilherme Augusto de Brito Campelo procurou fazer o mais detalhado levantamento topográfico até então, demarcando os limites da efetiva autoridade colonial portuguesa em Angola e Benguela (Dias, 1998: 355 – nota 103). Não obstante seu esforço, as limitações logísticas impediram um levantamento completo das informações, forçando o governador Brito Campelo a escusar-se no início de seu relatório pela imprecisão e a limitação dos dados que ele foi capaz de coletar¹⁰.

A conquista e a colônia

Uma das mais relevantes obras oitocentistas sobre as possessões portuguesas em África é a coleção escrita pelo comandante militar e administrador colonial português José Joaquim Lopes de Lima, que serviu no Brasil, na Ásia e na África e foi condecorado pela coroa portuguesa com ao menos meia dúzia de títulos honorários, entre eles *Comendador da Ordem de São Bento d’Aviz* e *Cavaleiro da*

¹⁰ Segundo o governador de Angola escreveu em seu relatório anual (datado 31 de dezembro 1887), “Centralizada como está a administração colonial, afastadas como se acham as autoridades subalternas, é sempre difícil fazer uma exposição fundamentada sobre variadíssimos assumptos, que só devem ser relatados em vista dos esclarecimentos colhidos em pontos de tão extensa área, e que pela deficiência e confusão com que, pela maior parte, são dados, quase que se torna impossível d’elles extractar o que tenham de útil e proveitoso” (Campelo, 1889: 1).

¹¹ Os livros seguem as seguintes temáticas: 1. Ilhas de Cabo Verde e dependências; 2. Ilhas de São Tomé e dependências; 3. Angola, Benguela e dependências; 4. Moçambique e dependências; 5. Goa, Damão, Diu e dependências; 6. Macau, Timor, Solor e dependências.

¹² Lopes de Lima fala abertamente sobre essas limitações na introdução de sua obra. Segundo ele, “vale mais confessar que se ignora, do que conjecturar o que não se sabe, e querer fazer passar a conjectura por ponto averiguado” (Lima, 1844: II).

Castro Henriques conclui que a falta de interesse de Lopes de Lima revela não somente a atitude intelectual de sua época perante o “outro” africano, mas também a ignorância portuguesa sobre grande parte do território supostamente sob seu controle colonial. De fato, ao ignorar tudo que está fora do controle português, a detalhada obra de Lopes de Lima acaba por forjar uma imagem falsa sobre este suposto espaço colonial¹³.

Não obstante essas limitações e as diversas críticas que podem ser feitas ao trabalho de Lopes de Lima, esta é uma obra indispensável para o estudo de Angola e Benguela no período pré-colonial, justamente por ser uma obra produzida neste período. Ela contém todas as limitações e imprecisões características deste momento em que Portugal não possuía condições materiais e logísticas de empreender pesquisas científicas extensas e regulares. Lopes de Lima utilizou-se de uma série de relatórios produzidos por militares e membros da administração colonial, mas as informações eram reconhecidamente incompletas e pouco confiáveis¹⁴. Há também, por toda obra, um claro direcionamento ideológico em relação ao papel civilizador dos portugueses e a necessidade da Conquista para cumprir tal objetivo.

Dentre as importantes contribuições de Lopes de Lima para a historiografia colonial está a classificação das diferentes formas de ocupação e exploração dos territórios ultramarinos utilizados pelos portugueses desde o século XV. Lopes de Lima explica:

“A possessão portuguesa de Angola e Benguella tem mui diversa origem, e deve considerar-se sob mui diferente aspecto, que as ilhas de Cabo Verde, as de São Tomé e Príncipe, e mesmo as nossas praças de Bissau e Cacheu, e seus presidios. Estas ultimas nem foram nunca, nem são ainda hoje mais do que feitorias mercantis estabelecidas e mantidas com o unico fim de conservar ao commercio portuguez o seu antiquissimo exclusivo de resgatar nestes rios com povos indigenas dependentes de nosso dominio os productos das suas terras; as outras foram do seu começo colonias (na força da palavra) fundadas em ilhas desertas por fidalgos, e cavalleiros portuguezes com seus acostados, criados, e escravos, mediantes certas isenções e privilegios: em quanto que Angola e Benguella são paizes conquistados pelas armas portuguezas desde os fins do século XVI até os nossos dias em uma longa série de guerras, com que se tem ido subjugando os ferozes potentados daquella região (sempre dispostos a rebelar-se)” (Lima, 1844: 93).

Resumindo, de acordo com a organização proposta por Lopes de Lima, existem três métodos utilizados pelos portugueses para a exploração dos territórios ultramarinos: (1) Feitoria, na qual a preocupação era apenas o estabelecimento de relações comerciais com as populações autóctones e havia pouco envolvimento militar. Bissau e Cacheu – na costa da África ocidental – são exemplos de feitoria. (2) Conquista, que consiste em pesado investimento militar e em longos períodos de guerra. O maior exemplo de conquista seria justamente Angola. Benguela pode ser considerada inicialmente uma feitoria¹⁵, mas configura na documentação e na prática um território conquistado. (3) Colônia, um território ocupado por nobres portugueses que recebiam isenções e privilégios para se mudarem para lá com suas famílias, servos e escravos. Lugares desabitados como os arquipélagos de Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe configuraram os melhores exemplos de colônias, segundo Lopes de Lima. O projeto de tornar Angola uma colônia estava presente

¹³ O autor admite esse desconhecimento e as enormes limitações do poder colonial frente à imensidão dos sertões de Angola e Benguela (Lima, 1844: 5-8).

¹⁴ Nas palavras do próprio Lopes de Lima ao tratar dos territórios de Angola e Benguela: “... devo confessar que nenhum meio há de avaliar senão a arbítrio da população desses senhorios *independentes*, que não entram no cálculo do mappa no. 1: suponho porém que não excederá muito de cem mil almas” (Lima, 1844: 5).

¹⁵ Alguns historiadores consideram Benguela uma “feitoria de escravos” até 1850, quando passou a adquirir características de uma cidade colonial (Freudenthal, 2011: 197-229).

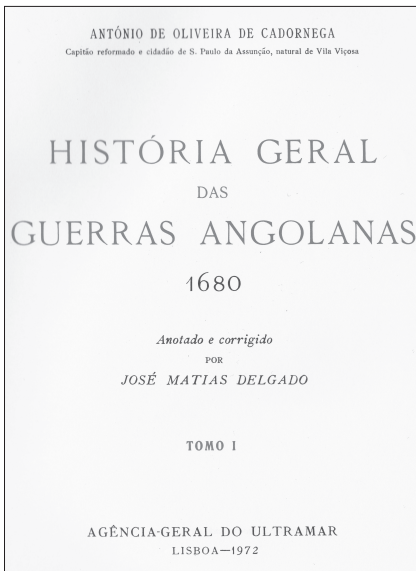


Imagem 002 – Cadornega.

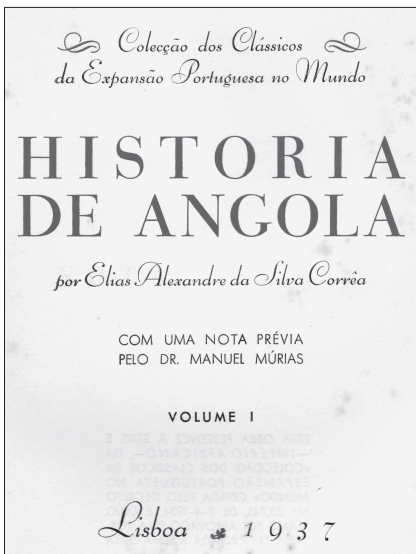


Imagem 003 – Silva Correa

desde as primeiras investidas portuguesas sobre os territórios africanos, mas era preciso primeiro conquistá-los.

A Conquista era um empreendimento com largos investimentos privados, embora figurasse como um projeto imperial e, portanto, sob o controle da coroa portuguesa. A coroa concedia a alguns de seus fidalgos o título de conquistadores, que autorizava esses nobres a organizar campanhas militares para ocupação dos territórios ultramarinos. Esse título de conquistador era autorizado pela *Dum Diversas*, bula papal expedida por Nicolau V (1452), que dava ao rei Afonso V de Portugal autorização para invadir e conquistar infiéis e pagãos, concedendo-lhe também o direito de subjugar-los a “escravidão perpétua”¹⁶. Em Angola os portugueses exerceram por completo seus “direitos” de conquistadores, invadindo, pilhando e instaurando um estado de guerra permanente.

Obviamente, não são todos os historiadores que seguem esta divisão proposta por Lopes de Lima, mesmo entre seus contemporâneos. Mas é possível encontrar referências a Angola como uma conquista (e não uma colônia) em algumas das mais importantes obras dos séculos XVII, XVIII e primeira metade do XIX. As obras de António de Oliveira Cadornega (*História Geral das Guerras Angolanas*, 1680) e de Elias Alexandre de Silva Correa (*História de Angola*, 1782) são consideradas as duas primeiras historiografias de Angola (Henriques, 1997: 91-92; Heintze, 2007: 77-83). Tanto Cadornega quanto Silva Correa eram militares e suas obras estão, inevitavelmente, marcadas por essa formação. Em ambas, a visão de Angola como uma “conquista” está sempre presente. Silva Correa se propõe na primeira página de seu livro “escrever a Hystoria da Conquista d’Angola” (Correa, 1937[1782]: 1). No caso de Cadornega, podemos dizer que o primeiro tomo de sua obra praticamente definiu o

que se entende por “Conquista de Angola” na historiografia portuguesa, ou seja, o período entre a fundação da cidade de São Paulo de Assumpção de Luanda (1575) e a “libertação”

¹⁶ Esses amplos direitos concedidos ao rei de Portugal só foram limitados por uma decisão do Santo Ofício de 1686, quando ficou determinado que seria preciso declarar “guerra justa” para justificar os ataques de conquista.

Reinos de Angola e Benguela, séculos XVI a XVIII

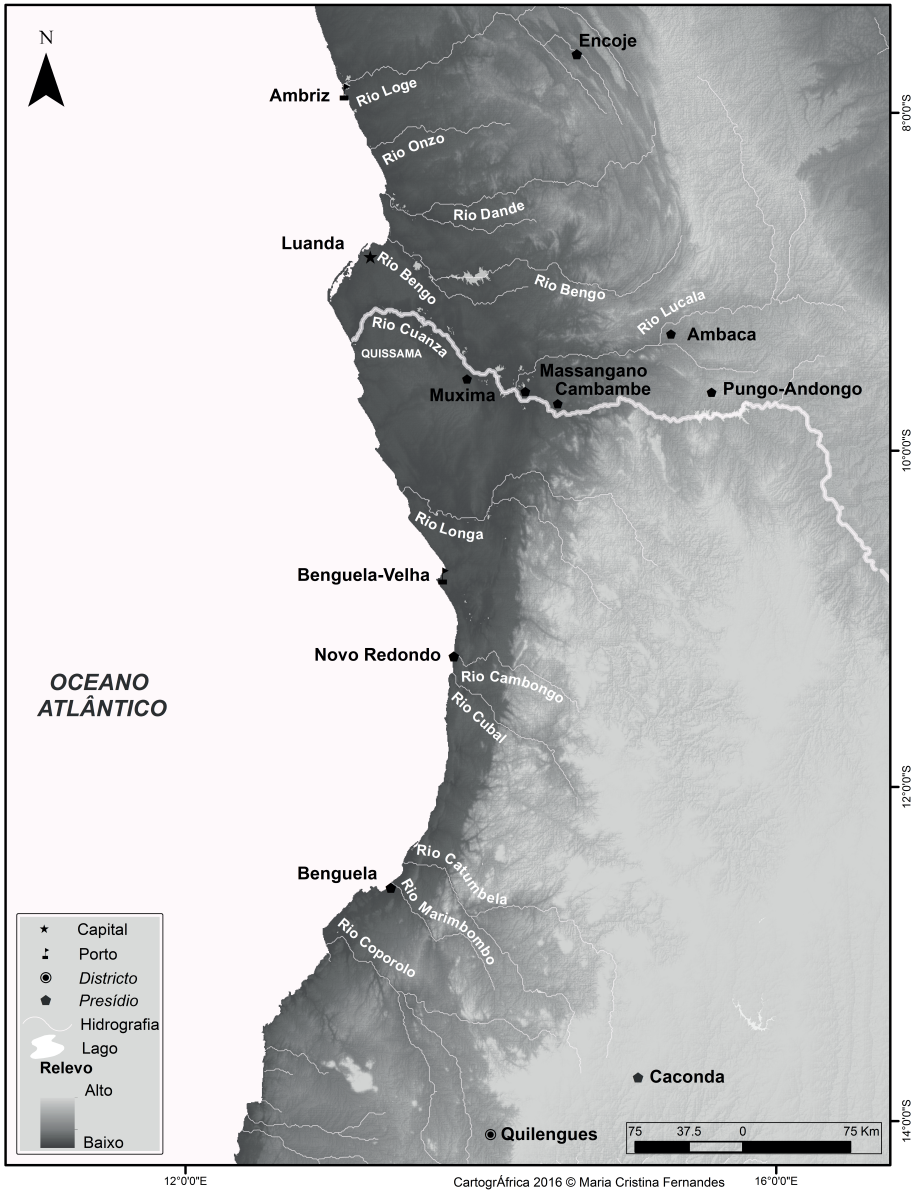


Imagem 004 – Mapa Reinos de Angola e Benguela (XVI-XVIII)

CartogrÁfrica 2016 © Maria Cristina Fernandes.

de Angola da invasão holandesa (1648). Existem outros limites aceitos para este processo histórico da Conquista, dentre eles a derrota sofrida por Ngola-a-Ari (soberano do Ndongo) e a capitulação de sua fortaleza em Pungo-Andongo (1671) e a subjugação definitiva do reino de Matamba (1683). Do ponto de vista africano, este período da Conquista de Angola representou a ascensão e queda do Reino de Ndongo. Ainda assim, embora significativa para o avanço do projeto colonial português em Angola, a Conquista não significou a consolidação de um Estado colonial.

Documentos coloniais sobre um espaço não colonial

Se a Conquista de Angola representa o longo processo de penetração e subjugação do reino do Ndongo pelos portugueses – da fundação de Luanda (1575) até à capitulação de Pungo-Andongo (1671) – e o período colonial só começa oficialmente com a Conferência de Berlim (1884-1885), como podemos definir a presença portuguesa em “Angola” neste ínterim, entre 1671 e 1885?

A resposta para esta pergunta deve, em primeiro lugar, levar em consideração o que entendemos por “Angola” antes do período colonial. Entre o século XVI e o século XX Angola foi, antes de tudo, uma invenção portuguesa. Esta afirmação não procura diminuir a participação africana na construção da nação angolana e da República de Angola, mas tão somente estabelecer que Angola foi, durante este período de conquista, uma imposição estrangeira sobre territórios e populações que habitavam a África centro-ocidental. Essa imposição portuguesa acabou por criar um espaço de coesão geográfica e histórica que não existia previamente. O longo processo de ocupação do território angolano somente alcançou sua porção mais oriental em finais do século XIX e o país só adquiriu seus contornos atuais no início do século XX. Portanto, ao pensarmos o território correspondente à “colônia de Angola” descrita na documentação dos séculos XVII, XVIII e XIX, devemos concebê-lo como um espaço colonial imaginário com dimensões bem diferentes daquelas da República de Angola.

Entre os séculos XVI e XVIII o chamado “Reino d’Angola” correspondia a apenas uma faixa territorial entre a margem sul do rio Dande e a margem norte do rio Cuanza¹⁷. Essa faixa de relativo controle colonial estendia-se por aproximadamente 250km no interior, conectando a capital Luanda (1575) aos *presídios* de Muxima (1599), Massangano (1580-83), Cambambe (1604), Ambaca (1611-14) e Pungo-Andongo (1671). Os *presídios* de Duque de Bragança (1838) e Malanje (1857) foram apenas estabelecidos no século XIX¹⁸. Esses *presídios*¹⁹ representavam pequenos bolsões de poder colonial em meio dos territórios controlados por autoridades africanas. Fora do perímetro de cobertura desses *presídios* não havia autoridade colonial, fato bem conhecido por militares desertores e escravos fugidos que aproveitavam-se desta ausência de controle português para se refugiarem nos sertões (Dias, 1998: 355). Ao norte do rio Dande encontravam-se os Dembos e o Reino do Kongo, regiões que haviam sido previamente conquistadas, mas que também permaneciam fora do controle colonial

¹⁷ Carta de João Correia de Sousa ao Marquês de Freilha, 3 de junho de 1622 (apud Brásio, Vol. VII, 1952: 17-24).

¹⁸ Havia ainda o *presídio* do Encoje (1758) ao norte, entre os rios Bambi e Emiba, nas terras dos Dembos. Ele também representava um centro de poder colonial no meio de uma imensidão de unidades políticas africanas independentes e interconectadas. Por toda a costa angolana havia uma série de *presídios* estabelecidos pelos portugueses visando especialmente proteção contra concorrentes europeus. Dentre os mais importantes encontramos Benguela (1617), Novo Redondo (1769), Cabinda (1783) e Mossamedes (1840). No interior de Benguela os portugueses construíram o *presídio* de Caconda (1682), que depois foi transferido para Caconda-Nova (1769).

¹⁹ Ao falarem de “*presídios*” os portugueses não estavam apenas se referindo à fortaleza ou forte construídos para abrigar as tropas coloniais e seus armamentos, mas também às populações e ao território circunvizinhos localizados dentro do raio de alcance do poder colonial.

português. Ao sul do Cuanza havia o extenso território rebelde de Quissama, uma das regiões preferidas dos escravos fugidos e proibida aos comerciantes luso-africanos.

Mesmo dentro dessa faixa de controle colonial as autoridades portuguesas encontravam problemas para garantir a segurança das caravanas que cruzavam as estradas sob sua jurisdição. No trajeto entre a capital e os *presídios* do interior as estradas eram tomadas por “salteadores” que atacavam as caravanas regularmente²⁰. O controle sobre o acesso à capital Luanda era tão frágil que seus habitantes não estavam a salvo nem mesmo de animais selvagens que invadiam as cubatas e carregavam crianças consigo. Em 1771, o governador de Angola, Inocêncio de Sousa Coutinho, chegou a registrar que a capital havia sido invadida por uma matilha de 32 leões (Dias, 1939: 5).

Na região conhecida como Reino de Benguela a situação do poder colonial era ainda mais precária. Na pequena vila de São Filipe, as poucas tropas coloniais mal conseguiam manter controle sobre sua população, acusada de envolver-se com contrabandistas franceses e *sobas* rebeldes. No interior de Benguela, o *presídio* de Caconda era o único centro de poder colonial. Ele foi estabelecido primeiramente em 1682 nas terras do Bongo, na base do planalto, e em 1769 foi transferido para as terras altas do Bihé, recebendo o nome de Caconda-Nova. Como afirma Mariana Candido, o fato dos burocratas de Lisboa pensarem Benguela como uma colônia não significava que o controle sobre o território estava garantido (Candido, 2013: 43).

Os funcionários e os militares a serviço da coroa portuguesa em Angola procuravam através da linguagem reforçar o discurso de “domínio” nos territórios sob sua responsabilidade. Eles utilizavam-se de terminologia colonial para referir-se às autoridades africanas, tratando seus aliados por “vassallos súditos de Portugal” e os não-aliados por “rebeldes”. Da mesma forma, as autoridades coloniais procuravam fragmentar e classificar o território de Angola, dividindo-o entre *presídios* e *districtos*²¹. Mesmo os territórios que estavam fora da esfera do controle colonial eram incluídos nessa classificação (como é o caso para alguns *districtos*), o que acabava por criar uma posse fictícia sobre tais territórios.

Outros historiadores já denunciaram o grande mito inventado por Portugal sobre seu poder colonial em Angola antes de finais do século XIX, e já mostraram que apesar do empenho dos colonialistas em reforçarem essa imagem de potência colonial, persistiam as denúncias em pleno século XX que Portugal não conhecia os segredos da colonização (Bender, 1980; Panikkar, 1962: 97). José Gomes dos Santos, por exemplo, escreve em 1903 que os portugueses eram grandes conquistadores, mas não sabiam colonizar (Santos, 1903). Assim, reforça-se o argumento de que, até ao menos finais do século XIX, Portugal não exercia efetivo controle colonial sobre Angola. Não obstante, é importante reconhecer o rápido avanço do Estado colonial sobre o território angolano a partir da década de 1880. A partir de então a coroa portuguesa começou a reforçar o controle e a exploração das populações africanas no interior (classificadas como indígenas) com o estabelecimento de imposto sobre as *cubatas* e o recrutamento de mão-de-obra para novos programas governamentais, como a construção de estradas, de pontes e do caminho-de-ferro. A partir deste

²⁰ Em 1622, o recém empossado governador de Angola, João Correa de Sousa, informava que os comerciantes luso-africanos “que vivem de seus comércios com as fortalezas da conquista” estavam sendo atacados por inimigos que os “salteavam, tomando-lhes as fazendas, gados e negros que ao mato iam buscar lenha”. *Carta de João Correia de Sousa ao Marquês de Freilha*, 3 de junho de 1622 (*apud* Brásio, Vol. VII, 1952: 17-24).

²¹ Na primeira metade do século XIX, além da capital Luanda havia um total de nove centros de poder colonial em Angola. São eles os *presídios* de Muxima, Cambambe, Massangano, Ambaca (até 1839), Pungo-Andongo, Duque de Bragança, São José do Encoje, Novo Redondo, Benguela e Caconda-Nova. Esses *presídios* e a capital possuíam fortalezas e um pequeno efetivo militar responsável por manter a ordem dentro de seus territórios. Essas tropas também eram utilizadas para castigar “vassallos rebeldes”. Havia também treze unidades administrativas chamadas *districtos* – Dembos, Barra do Bongo, Barra do Dande, Barra do Calumbo, Dande, Icolo e Bengo, Zenza e Quilengues, Golungo, Dombe Grande, Bailundo, Bié, Huambo e Quilengues de Benguela – onde a autoridade colonial tinha ainda menos controle que nos *presídios* e dependia dos *moradores* para obter informações e exercer alguma influência local.

momento nota-se também uma nova relação de força entre as autoridades coloniais e os soberanos africanos.

Os portugueses nunca admitiram “desobediência” por parte de seus vassallos, e sempre que contrariados tratavam de denunciar essa “rebeldia” para assim justificar uma reação (chamada “guerra justa”), mas a partir do final do século XIX as autoridades portuguesas passaram a contar com muito mais recursos para punir aqueles que recusavam obedecer às leis coloniais (Dias, 1995: 68-70). Até então, a maior parte dos ataques aos chefes africanos estava relacionada ao tráfico de escravos ou à recusa de determinado vassallo em cumprir as cláusulas do contrato de vassalagem. Mas após 1885 os ataques portugueses passaram a ser motivados por estratégias verdadeiramente coloniais de ocupação territorial e subjugação dos povos locais. Essas atividades militares eram chamadas “guerras de pacificação” e os africanos “pacificados” eram transformados em mão-de-obra forçada, análoga à escravidão (Bender, 1980: 138; Somerville, 1986: 16; Ball, 2015).

A partir de que momento podemos nos certificar que o projeto colonial português em Angola se consolidou? Alguns historiadores apontam o governo de José Ribeiro Norton de Matos, iniciado em 1912, como um marco para a consolidação da colônia de Angola. O poder colonial passou, então, a nomear africanos “confiáveis” para governar essas vilas, enfraquecendo definitivamente o poder político das autoridades tradicionais (Somerville, 1986: 16-18). Outros afirmam que somente após o fim da Primeira Guerra Mundial o território correspondente à atual República de Angola foi submetido ao efetivo controle colonial português (Newitt, 2008: 19).

Se a monarquia portuguesa foi responsável pela conquista de Angola, a república transformou-a em uma verdadeira colônia. A *Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas* (promulgada em 15 de agosto de 1917) serve como marco da instalação do poder colonial em Angola de forma efetiva. A partir deste ponto, Portugal estabeleceu a estrutura institucional necessária para o controle das populações africanas, por exemplo, com a criação do *Serviço de Negócios Indígenas*. Foram apontados agentes africanos de confiança do poder colonial para administrar os territórios demarcados pelas autoridades portuguesas, os quais recebiam remuneração como funcionários coloniais (Havik, 2010: 34-38). Com a promulgação do *Acto Colonial* (1930) e *Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina* (1933) o Estado colonial entrava em pleno funcionamento (Wheeler *et alia*, 1971: 130). Portugal havia criado as condições culturais, políticas e estruturais que permitiram ao Estado Novo implantar a legislação que se tornaria um dos grandes símbolos do colonialismo português em África, o infame *Estatuto do Indigenato*²². Essa política de controle das populações africanas (indígenas) e sua exploração como mão-de-obra forçada durou até setembro de 1961²³.

Retomemos a pergunta que nos trouxe até aqui. Como podemos entender a presença portuguesa em Angola entre 1671 e 1885? Uma vez definido que entre os séculos XVII e XIX as “Angolas portuguesas” correspondiam a duas faixas territoriais ligando os portos aos *presídios* no interior – no caso de Angola, entre Luanda e Pungo-Andongo, e no caso de Benguela, entre a vila de São Filipe e o *presídio* de Caconda – fica evidente que a conquista continuava, enquanto a colonização se fortalecia. Apesar de não serem processos mutual-

²² O *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique* foi aprovado por Decreto-lei em 20 de Maio de 1954. Para mais informações sobre o regime de indigenato nas colônias portuguesas em África (Cruz, 2005: 10; Cahen, 2012: 149-171 e Ball, 2015: 59).

²³ O *Estatuto do Indígena* foi abolido pelo Ministro das Colônias de Portugal Adriano Moreira, que mais tarde promulgou o *Código do Trabalho Rural*, terminando oficialmente com a exploração colonial da mão-de-obra em Angola. Este novo código foi também responsável pelo fim do *imposto indígena* (Ball, 2015: 133).

mente excludentes, é importante perceber as nuances entres os diferentes momentos da expansão colonial portuguesa em Angola. Como africanistas, cabe-nos tentar entender as circunstâncias e motivações por detrás das respostas africanas a este lento e longo processo de colonização.

Vassalagem e resistência

Do ponto de vista colonial, o território “angolano” pertencia a Portugal por direito de conquista. Os portugueses procuravam impor estes direitos através de tratados de vassalagem, aos quais os soberanos africanos dos territórios conquistados eram compelidos a aceitar²⁴. A vassalagem foi uma instituição de origem medieval que sofreu mudanças ao longo de séculos de existência e ganhou novos significados na Conquista de Angola²⁵. Claramente, o avassalamento era um ato de submissão, mas esses vassalados não podiam ser, ao menos em tese, desrespeitados em sua soberania e subjugados como se fossem meros prisioneiros de guerra²⁶.

Desde ao menos início do século XVII a coroa portuguesa defendia o tratamento de seus vassalados “angolanos” como homens e mulheres livres. Seus territórios deviam ser respeitados e não arrendados para fins exploratórios. Na prática vários abusos eram cometidos, tanto pelas expedições militares oficiais, quanto por operações de razias promovidas por milícias particulares. Ainda assim, os territórios dos vassalados continuaram a ser governados pelas autoridades africanas tradicionais, de acordo com leis e costumes locais (Heintze, 2007: 426; Miller, 1988: 265).

Historiadores colonialistas – preocupados principalmente com a penetração portuguesa em terras angolanas e a consolidação do poder colonial – costumam enxergar os tratados de vassalagem de maneira unilateral e desconsideram a forma enviesada que a resistência africana adquiria perante a invasão portuguesa. Isso ocorre pela tendência de observar este processo histórico como uma disputa entre apenas dois lados: um grupo de colonizadores portugueses se impondo sobre um grupo de africanos subjugados. A realidade africana, no entanto, era muito mais complexa. As disputas internas entre *sobados* eram intensas e levavam alguns soberanos africanos a escolher aliam-se a forças estrangeiras contra seus inimigos locais²⁷.

A vassalagem consistia, acima de tudo, na “obediência” ao senhor. No entanto, como alerta Heintze, devemos evitar juízos apressados e lembrar do uso cotidiano do vocábulo na lin-

²⁴ Segundo Catarina Madeira Santos, “Sob o ponto de vista formal, os autos de vassalagem são contratos e instituem uma relação de sujeição dos estados africanos face às autoridades portuguesas. As fórmulas são entre si muito iguais e apresentam uma enorme regularidade ao longo do tempo. O Códice *Livro de Juramento de Sobas* — existente no Arquivo Nacional de Angola, em Luanda — oferece um número muito elevado destes documentos, todos eles bastante repetitivos nas obrigações e direitos que indicam, como não podia deixar de ser. Na verdade, os *undamentos* inspiravam-se no Formulário das Homenagens que D. João II estabeleceu nas Cortes de Évora de 1481 e que, depois, continuaram a ser usados pelos Alcaldes-mores e Governadores de qualquer Castelo, Praça, ou Província” (Santos, 2005: 127).

²⁵ Beatrix Heintze explica as origens medievais dos contratos de vassalagem, uma condição que se estabelecia entre dois homens livres. De um lado o vassallo jurava fidelidade e obediência, obrigando-se a prestar serviços militares e honoríficos, enquanto seu senhor se comprometia a dar proteção e sustento ao seu vassallo, concedendo-lhe também uma propriedade de terra. Com o tempo, essas relações privadas de vassalagem se estenderam às relações entre Estados (Heintze, 2007: 387-436).

²⁶ Mesmo quando eram capturados como prisioneiros de guerra e extraditados, os soberanos africanos paradoxalmente mantinham status de “homens livres”, como informa o governador de Angola, João Correa de Sousa, ao governador-geral do Brasil, Diogo de Mendonça Furtado, ver: *Carta Régia ao Governador do Brasil*, 17 de dezembro de 1622 (*apud* Brásio Vol. VII, 1952: 66).

²⁷ Os soberanos africanos, por vezes, tornavam-se vassalados de Portugal com o claro intuito de manipular o uso das forças militares portuguesas contra seus inimigos locais. O *soba* vassallo Calumbo Canginguo, depois de avassalar-se, requisiu ao governador de Angola “socorro militar” para derrotar seu inimigo Samba Angombe, também vassallo de Portugal. O governador viu-se obrigado a explicar ao novo vassallo que “entre filhos não se podia dar socorro a uns contra os outros”, ver: *Relatório do Governador de Angola Fernão de Sousa*, s.d., 1625-1630 (*apud* Heintze, Vol. 1, 1985: 231).

guagem patriarcal portuguesa da época. “Os filhos deviam obediência aos pais, a esposa ao marido, os funcionários do Estado juravam obediência ao rei, se necessário com sacrifício da própria vida, e este declarava sua obediência solenemente ao papa, como membro fiel da igreja católica” (Heintze, 2007: 412). Assim, o termo não deve impressionar o leitor contemporâneo como algum tipo de cláusula abusiva. Na verdade, essa configura a terminologia comum para relações de poder no período e reflete a relação pretensamente paternalista que se estabelecia entre senhor e vassalo. O vassalo se tornava “filho” de seu senhor. Para as autoridades portuguesas “obediência” significava o pleno cumprimento das cláusulas do contrato de vassalagem, que incluíam o pagamento de impostos (dízimo) e auxílio logístico e material ao Real Serviço (neste caso, prestados à administração colonial baseada em Luanda e Benguela), com o envio mandatário de carregadores e soldados para lutar nas campanhas de conquista²⁸.

Há uma certa continuidade histórica nos tratados de vassalagem em Angola entre os séculos XVII e XIX, embora haja também um claro aumento das exigências sobre os *sobas* vassalos com o passar do tempo e o avanço do Estado colonial²⁹. Não obstante, era imprescindível (de acordo com o imaginário medieval que guiava os aspectos formais dessa instituição) que a relação de dependência fosse aceita de livre vontade pelo vassalo, “sem constrangimento algum”³⁰. No caso da Conquista de Angola essa condição era relativizada, uma vez que a maioria dos contratos de vassalagem eram estabelecidos à força após o sucesso de uma campanha militar ou à investidura de um títere pelas autoridades portuguesas³¹. Isso levou os portugueses a classificar seus vassalos em duas categorias: voluntários e conquistados. A diferenciação entre “vassalos voluntários” e “vassalos conquistados” ajudava as autoridades coloniais a identificar aqueles que se comportavam como aliados daqueles que, forçados a aceitar tal submissão, frequentemente rebelavam-se ou desobedeciam às ordens portuguesas. O avassalamento voluntário era raro e, assim como o forçado, não dava muita margem para negociação³². Não obstante, para alguns soberanos africanos que precisavam confirmar sua autoridade sobre os territórios tradicionais e necessitavam de auxílio externo para enfrentar inimigos locais (ou seja, apoio militar português contra outros *sobas*), os tratados de vassalagem podiam apresentar benefícios. Além disso, as autoridades portuguesas procuravam mediar conflitos entre *sobas* vassalos, o que na prática evitava guerras, mortes e a ruptura do fluxo regular do comércio³³.

Vale lembrar que os tratados de vassalagem celebrados pelos portugueses não eram totalmente estranhos aos soberanos da África centro-ocidental. De fato, tratados políticos análogos à vassalagem faziam parte do repertório das relações políticas e diplomáticas entre

²⁸ Apesar deste apoio logístico e militar ser uma das cláusulas mais importantes dos contratos de vassalagem desde a Idade Média, ela nem sempre era cumprida pelos vassalos da Conquista de Angola, mesmo pelos mais fiéis. As autoridades coloniais pouco podiam fazer para prevenir tal desobediência (Thornton, 1999: 19).

²⁹ Com o tempo, outras práticas e exigências foram adicionadas aos rituais de vassalagem e *undamento*, incluindo a exigência de batismo e conversão à fé cristã. O que antes pertencia aos rituais de comemoração da investidura do vassalo ao poder de suas terras passou a ser uma exigência a partir de meados do século XVII.

³⁰ Segundo Heintze, “Esta ficção de vontade não deve ser considerada exclusivamente como um vestígio dos tempos passados. Ela constituía também uma garantia política e jurídica dos portugueses em Angola em relação às instâncias superiores, como o rei e os conselhos de governo que frequentemente proibiam, pelo menos retoricamente, a vassalagem compulsiva” (Heintze, 2007: 397).

³¹ David Birmingham classifica as autoridades africanas que chegavam ao poder com apoio dos portugueses “*puppets*”, chegando a cunhar o termo “*puppet-Ngola*” (Birmingham, 1965: 1).

³² Numa hierarquia dos contratos estabelecidos entre as autoridades africanas e portuguesas, os contratos de vassalagem constituíam a categoria mais baixa. Acima deles havia os contratos de paz (embora raros) nos quais não havia cobrança de tributos por parte dos portugueses. Estes contratos de paz, diferentemente daqueles de vassalagem, só podiam ser estabelecidos com aprovação da coroa portuguesa (Heintze, 2007: 398-399).

³³ Em março de 1800, por exemplo, o governador de Benguela ordenou ao seu subordinado em Quilengues que este mediasse os conflitos entre os *sobas* Aicolla, Pomba Acúlo e Quipia, ver: *Offício dirigido a João Vieira de Andrade morador em Quilengues, sobre os Souvas nelle nomeados para intimar o socego delles*, 7 de março de 1800 (apud Fontes e Estudos, 2011: 23).

essas autoridades africanas de diferentes partes de “Angola”, mesmo antes da chegada dos Portugueses. Tanto o soberano do Kongo quanto o do Ndongo, por exemplo, possuíam vassallos em diferentes partes do território “angolano” e em diferentes momentos de sua história. Em finais do século XVII, esses tratados continuavam a ser estabelecidos entre as autoridades africanas, como está registrado na carta do governador de Angola de 25 de março de 1692. Na ocasião, o Dembo Ambuíla fazia-se vassallo do Reino do Kongo, cerimônia que contou com a participação dos soberanos de Bamba e Sonyo³⁴. Assim, não devemos pensar nos tratados de vassalagem como uma estratégia exclusivamente portuguesa de expansão da sua influência, mas uma instituição política também importante na relação entre soberanos africanos.

No caso do avassalamento de soberanos africanos pelos portugueses, não há dúvidas de que o tratado de vassalagem representava uma submissão das autoridades africanas a um poder externo e de que estabelecia uma relação de dependência que continha exigências que os *sobas* consideravam particularmente humilhantes, como o pagamento do dízimo³⁵. Mas para aqueles que haviam sido derrotados em batalha, o avassalamento representava uma oportunidade de permanência no poder, enquanto para os aspirantes ao poder a vassalagem podia significar um caminho de acesso a ele³⁶. A importância dos tratados de vassalagem para as autoridades africanas não estava tanto no prestígio que acompanhava o título (já deteriorado em comparação ao seu significado medieval³⁷), embora Heintze afirme que essa “amizade” estabelecida entre as partes não fosse apenas “flores de retórica ou hipocrisia, como hoje nos pode parecer retrospectivamente” (Heintze, 2007: 426). Para os soberanos africanos – para além do apoio militar e do acesso a mercadorias de luxo – o maior interesse em se tornar vassallo de Portugal residia no ritual que se seguia àquele da vassalagem: a investidura de poder³⁸.

Há uma confusão comum na historiografia angolana entre o que seria *tratado de vassalagem* (em que um chefe africano reconhecia sua submissão) e a *investidura* desse vassallo como soberano dos territórios tradicionais (Heywood, 2002: 108; Carvalho, 2011: 10; Candido, 2013: 51, 291; 2014: 62; Albuquerque, 2015: 1-15). Este ritual de investidura (que se seguia imediatamente ao de avassalamento) era de suma importância para a consolidação do poder de novas lideranças africanas e para a confirmação de antigos soberanos que permaneciam no poder após tornarem-se vassallos. A investidura consolidava o poder do vassallo de Portugal perante seus adversários locais e garantia o apoio militar português para a eliminação de eventuais concorrentes. A vassalagem e a investidura eram inseparáveis (Heintze, 2007: 541). O ritual de investidura era de tal importância para esses vassallos que se baseava em

³⁴ *Carta do Governador de Angola a Sua Magestade El-Rei*, 25 de março de 1692 (apud Brásio, Vol. XIV, 1952: 243-244).

³⁵ A cobrança do dízimo podia tomar formas ainda mais abusivas e humilhantes para os soberanos africanos. Ao se tornar vassallo de Portugal, o “Duque” de Wandu foi obrigado a ceder suas minas de cobre a “El-Rey de Portugal seu Senhor” no lugar dos dízimos anuais (Heintze, 2007: 415).

³⁶ Segundo Silva Correa, os *sobas* derrotados encontravam um meio de sobreviver: “...entre a desgraça [sic], e o fim da vida, pedem a Vassalagem como hum indulto sagrado...”. Ele ainda explica que como vassallos eles estavam protegidos de ataques não só dos portugueses, mas também “dos seus bárbaros inimigos” (Correa, 1937[1782]: 200).

³⁷ Em Portugal a condição de vassallo equivalia a uma distinção até o século XV, quando vulgarizou-se e acabou por perder importância. O vocábulo foi reintroduzido no período da Conquista, e os portugueses passaram a aplicar o termo a todos aqueles derrotados em batalha (Heintze, 2007: 388). Esta perda da importância do título de “vassallo” também está registrada no dicionário de língua portuguesa do padre Rafael Bluteau (1728), onde lê-se: “Vassallo. Esta palavra, que hoje é sinônimo de súdito, antigamente era título tão honorífico que a Crônica del Rei D. Pedro diz que no seu tempo não costumava ter vassallo senão filho, ou neto, ou bisneto de Fidalgo”, (Dicionário Rafael Bluteau online, < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/vassallo> >, último acesso 20.11.2016).

³⁸ Segundo o dicionário de língua portuguesa do padre Rafael Bluteau (1728), “investidura é a concessão ou ato de conferir o senhor ao seu vassallo um feudo, terra, dignidade, beneficio, direito ou de ratificar e aprovar qualquer desses títulos” (Dicionário Rafael Bluteau online, < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/investidura> >, último acesso 20.11.2016).

práticas africanas, e mesmo as autoridades coloniais em Portugal se referiam a ele pelo seu nome local: *undamento*.

O *undamento* era uma cerimônia tradicional entre as populações mbundu que regia, de acordo com as leis locais, a sucessão do *sobado* após a morte ou destituição de um soberano³⁹. Como explica o governador Fernão de Sousa em 1626, “...os *sobas* não se têm por vassalos enquanto não os *undam*, que é uma cerimônia que chamam *undar*...”⁴⁰. O ritual do *undamento*, portanto, confirmava o *soba* como senhor de sua terra (Felner, 1933: 472). Sem essa investidura, o contrato de vassalagem não se completava e poderia levar a recusa por parte dos vassalos em cumprirem suas obrigações⁴¹.

Com o avanço do poder colonial em Angola através dos tratados de vassalagem, o ritual do *undamento* passou a contar com a presença de destaque de um representante da autoridade portuguesa, preferencialmente o governador⁴². Em 1673, o rei de Portugal instruiu aos seus governadores em Angola a “dar o *unda*”, que podia consistir da investidura de um novo soberano ou a confirmação de um “chefe” tradicional (Heintze, 2007: 403). Assim, o reconhecimento e investidura da terra passou a fazer parte das obrigações dos representantes do poder colonial para com os soberanos africanos.

Como está registrado nos documentos coloniais referentes ao *undamento*, a iniciativa para o procedimento podia partir de ambos os lados. Em 1622, o governador João Correa de Sousa mandou o capitão-mor Pero de Sousa convocar à capital todas as autoridades africanas da região (*sobas*, *macotas*, *tendalas* e *maculundos*) com o intuito de os *undar*, “que é confirmá-los em suas terras”. Da mesma forma, ele mandou convocar os quatro herdeiros do *soba* Cassange (contra quem os portugueses travavam contínuas guerras durante o século XVII) para que eles se decidissem quem iria ser o sucessor ao poder, de forma que o governador pudesse dar-lhe o *undamento*. O governador ainda informa que meses depois chegou a Luanda uma embaixada do Kongo requisitando tratar das demarcações das terras e jurisdição dos *sobas*⁴³. Como explica Jan Vansina, era esse reconhecimento português que legitimava uma autoridade africana como verdadeiramente autônoma, ou seja, não subordinada a outro soberano africano (Vansina, 2005: 8).

São diversos os motivos que levavam um *soba* a aceitar e até mesmo requisitar a posição de vassalo de Portugal. Em 10 de maio de 1838, o *soba* Cangombe Cangumza Cacambo Cangonga apresentou-se voluntariamente às autoridades coloniais e disse que queria se tornar vassalo de Portugal. O soberano africano (cujos antepassados haviam sido vassalos da rainha Nzinga) declarou que temia pela segurança de seu povo devido às guerras internas entre diferentes *sobados*, que levou ao assassinato de “muitos filhos dos *sobas* vassallos” pelos rebeldes. As autoridades coloniais responderam a essas hostilidades dos *sobas* gentios (ou seja, não avassalados) aos seus vassalos com uma expedição militar “contra os *sobas* todos gentios”. O *soba* Cangombe Cangumza temia não somente a violência engendrada pelos conflitos entre soberanos africanos, mas também cair nas mãos da expedição militar

³⁹ Para uma detalhada descrição do ritual de *undamento*, ver: *Carta de Fernão de Sousa sobre os tributos de vassalagem dos sobas*, 8 de julho de 1626 (apud Heintze, Vol. 1, 1985: 364). Ver também: (Santos, 2006: 87-90; Heintze, 2007: 400-406).

⁴⁰ *Carta de Fernão de Sousa sobre os tributos de vassalagem dos sobas*, 8 de julho de 1626 (apud Heintze, Vol. 1, 1985: 364).

⁴¹ O *soba* Boylla declarou-se arrependido de ter se tornado vassalo de Portugal e dizia que não iria pagar os tributos devidos (*baculamentos*) pois não tinha recebido as terras que havia requisitado. O governador Fernão de Sousa explica em seu relatório que não o tinha investido como soberano das terras em questão pois elas já pertenciam a outro vassalo de Portugal, o *soba* Casanga Cacayta, ver: *Relatório do Governador de Angola Fernão de Sousa*, s.d., 1625-1630 (apud Heintze, Vol. 1, 1985: 259).

⁴² “No caso de Angola as relações entre os Estados africanos, e as autoridades portuguesas, estruturaram-se, desde o século XVII até às duas primeiras décadas do século XX, com recurso a relações de vassalagem, formalizadas através de documentos escritos — os autos de vassalagem guardados nas chancelarias portuguesas e nas chancelarias dos chefes africanos — assim como através de cerimônias públicas, compostas por actos ou gestos simbólicos de legitimação, designados na Europa por encomenda e investidura mas que, quando reconvertidos na cultura política africana, foram associados à cerimônia do *undamento*” (Santos, 2005: 126).

⁴³ *Carta de João Correia de Sousa ao Marquês de Freilha*, 3 de junho de 1622 (apud Brásio, Vol. VII, 1952: 17-24).

portuguesa. Assim, como explica o escrivão dos *undamentos* Ignacio Machado, “e para que elle *soba*, seus *macotas* e seu povo não passem no rigor das armas portuguezas, por isso voluntariamente se quer undar vassallo *soba* da obediência de Sua Magestade Fidelíssima a muito Alta Senhora D. Maria II, Rainha de Portugal e seus Domínios, a fim de evitar que seus filhos, e povos não sejam victimas do furor das armas”⁴⁴.

Após a cerimônia dupla de avassalamento e *undamento*, as autoridades coloniais procediam a feitura do auto de *baculamento*⁴⁵, documento que registrava os tributos anuais que os novos vassallos africanos deviam pagar à Real Fazenda. Os *sobas* vassallos podiam quitar esses tributos com diferentes produtos locais – incluindo maça⁴⁶, feijão, azeite de palma, galinhas, vacas, mel, marfim, panos *endebos*⁴⁷ – mas geralmente o faziam em escravos⁴⁸. No entanto, alguns desses *sobas* alegavam não ter condições de pagar os tributos devidos. Como informa o governador Fernão de Sousa, oitenta dos *sobas* vassallos sob sua jurisdição não podiam pagar os tributos como prometeram no momento do avassalamento porque não sabiam que estes tributos eram perpétuos⁴⁹.

O governador Sousa explica ainda que esses soberanos por vezes assumiam compromissos tributários com os quais mais tarde não podiam arcar “por vaidade, ou por emulação, ou porque naquele tempo estavam mais poderosos o que de presente não podem pagar”⁵⁰. Assim, ele pondera em repetidas correspondências oficiais a respeito dos valores a serem cobrados desses vassallos, quantias que por vezes excedem a capacidade dos *sobados*, ameaçando-os de extinção ou forçando-os a pegar em armas para lutar por sua sobrevivência⁵¹. O governador também alerta para as violências utilizadas para cobrar os tributos devidos, pois elas podem levar os *sobas* a “levantarem-se” contra a autoridade colonial quando “se usam com eles tiranias e vexações ímpias por modos contra toda a justiça da razão”⁵², uma reclamação recorrente na documentação⁵³.

Dentre os benefícios em se tornar vassallo de Portugal, um dos que mais atraíam as autoridades africanas era a possibilidade de abertura de comércio em suas terras. Esta abertura de rotas comerciais regulares nos *sobados* – por vezes apontados pela historiografia colonialista como um sinal de subjugação das autoridades africanas ao poder português – representava a oportunidade de acesso a bens de luxo para consumo do *soba* e seus *macotas* e para a expansão de sua influência política localmente⁵⁴. Os comerciantes luso-africanos que cruzavam os domínios de um vassallo africano eram obrigados a pagar tributos, e suas

⁴⁴ *Auto de undamento e vassalagem que presta o soba gentio Dambi Angolla, Miguel, Pedro, denominado, Cagonbe Canguma Cacambo Cangonga*, 10 de maio de 1838 (apud Machado, 1861: 133-134).

⁴⁵ A palavra *baculamento* é um substantivo derivado do verbo kimbundu *kubakula*, que significa “tributar, fazer pagar tributos (Cadornega, 1972[1680]: 70 – nota 20); *Relatório do Governador de Angola Fernão de Sousa*, s.d., 1625-1630 (apud Heintze, Vol. 1, 1985: 288). Ver também: (Pantoja, 2012: 136 – nota 62).

⁴⁶ Segundo glossário que se encontra em um livro de *baculamentos* de inícios do século XVII, “maça” é um milho redondo e pequeno que os africanos moíam entre duas pedras (Biblioteca Pública de Évora – BPE, Códice 531, fl. 20v).

⁴⁷ Panos *endecos* são “panos de palha” e panos *endebos* são “outros panos mais pequenos de palha, destes se chamão também de *baculamentos*”, (BPE, Códice 531, fl. 20v).

⁴⁸ *Carta de Fernão de Sousa sobre os tributos de vassalagem dos sobas*, 8 de julho de 1626 (apud Heintze, Vol. 1, 1985: 377, 379-380).

⁴⁹ *Carta de Fernão de Sousa sobre os tributos de vassalagem dos sobas*, 8 de julho de 1626 (apud Heintze, Vol. 1, 1985: 365).

⁵⁰ *Carta de Fernão de Sousa sobre os tributos de vassalagem dos sobas*, 8 de julho de 1626 (apud Heintze, Vol. 1, 1985: 364-365, 379-381).

⁵¹ *Carta de Fernão de Sousa sobre os tributos de vassalagem dos sobas*, 8 de julho de 1626 (apud Heintze, Vol. 1, 1985: 377-378).

⁵² *Carta de Fernão de Sousa sobre os tributos de vassalagem dos sobas*, 8 de julho de 1626 (apud Heintze, Vol. 1, 1985: 364).

⁵³ Em 7 de fevereiro de 1795, o governador de Angola, Manoel de Almeida Vasconcellos, também reportava as diversas queixas vindas dos sertões sobre as irregularidades na cobrança do dízimo que levava algumas populações a “desertarem” de seus domicílios, ver: *Carta ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello e Castro*, 7 de fevereiro de 1795 (apud Arquivos de Angola, 1968: 203-204).

⁵⁴ O envolvimento dos vassallos do rei do Kongo com os comerciantes de escravos portugueses gerou conflitos internos, uma vez que os vassallos passaram a ter acesso direto a bens de consumo tradicionalmente adquiridos através de seu senhor, o *manikongo*. Segundo Delgado, “os próprios vassallos-intermediários se tornaram desobedientes, por gozarem de maior abastança do que seu soberano” (Delgado, 1948: 170).

caravanas acabavam por consumir produtos locais, especialmente gêneros alimentícios (Candido, 2013: 55). Pumbeiros e sertanejos também contratavam profissionais africanos como guias, barqueiros e carregadores, que deviam ser pagos de acordo com o costume da terra⁵⁵.

Assim, cláusulas aparentemente abusivas podiam render ganhos para os soberanos africanos, como no caso da abertura das terras para os comerciantes estrangeiros. De fato, alguns soberanos africanos expressavam particular interesse por essa abertura das rotas de comércio em suas terras ao se tornarem vassallos⁵⁶. Além do mais, tanto os comerciantes interessados em fazer negócio com esses *sobas* quanto os representantes do poder colonial que visitavam suas terras traziam-lhes “presentes” na forma de tecidos, aguardente e pólvora⁵⁷. Nem mesmo o governador-geral de Angola se furtava de enviar um “mimo” aos soberanos africanos com os quais estava a tratar⁵⁸. Esses “presentes” eram parte do costume e ditavam o humor dos soberanos africanos para negociar. Sem eles não havia boa negociação, portanto seu custo estava previsto e incluso na transação, assim como um imposto.

Alguns historiadores defendem que o sistema de vassalagem implantado pelos portugueses na Conquista de Angola teria nascido da insegurança das autoridades coloniais diante da dimensão dos sertões e do poder efetivo que as autoridades africanas exerciam sobre seus territórios. Assim, os portugueses procuravam se aliar aos soberanos africanos a fim de garantir sua sobrevivência no interior de Angola (Wheeler *et alia*, 1971: 25). No caso de Benguela – com recursos reduzidos e uma estrutura administrativa e militar ainda menor que a de Luanda – seria impossível a conquista de qualquer território no interior sem a participação ativa dos *sobas* vassallos. Como notaram os membros do Conselho Ultramarino em sessão de 30 de julho de 1674, “a principal gente que temos para a guerra daquele reino são os negros avassalados, e que estes destruídos, fica impossibilitada a conquista porque os nossos soldados são caçadores e os negros, os cães de caça, e sem eles será impossível entrar para aqueles grandes sertões” (*apud* Delgado, 1945: 220).

Assim, a participação ativa dos vassallos africanos nas campanhas portuguesas de conquista em Angola e Benguela era condição sem a qual a expansão colonial não podia avançar. Apesar de sua capacidade de “punir” vassallos rebeldes e *sobas* gentios, as autoridades portuguesas não conseguiam manter controle sobre os territórios conquistados após o fim das campanhas militares. Tampouco tinham garantia de controle sobre os soberanos avassalados após a retirada das tropas desses territórios conquistados. Vários *sobas* rompiam com os tratados de vassalagem e tornavam a rebelar-se, por vezes sendo punidos e novamente avassalados.

O caso do *soba* Socoval – soberano de vastas terras no interior de Benguela – ilustra bem as diferenças entre vassallos voluntários e conquistados (Silva, 1999: 136). O *soba* aceitou vassalagem voluntariamente, interessado principalmente na abertura de relações comer-

⁵⁵ Há casos registrados em que os profissionais contratados não recebiam os valores devidos pelos serviços prestados em operações comerciais privadas, especialmente quando essas negociações eram de interesse dos capitães-mores, que se esquivavam da obrigação alegando que os africanos estavam prestando um serviço a “Real Fazenda” (Venâncio, 1996: 155).

⁵⁶ Ao se tornar vassallo de Portugal, o *soba* Guizambambi solicitou que a autoridade colonial portuguesa mandasse abrir uma feira de “peças” (ou seja, escravos) em suas terras e que nela indicasse um chefe para comandar a feira, um *maniquitanda*, ver: *Relatório do Governador de Angola Fernão de Sousa, s.d., 1625-1630* (*apud* Heintze, Vol. 1, 1985: 288).

⁵⁷ Após se tornar vassallo de Portugal, o *soba* de Kitumbela recebeu armas e pólvora dos portugueses, com os quais atacou grupos rivais (Candido, 2013: 57).

⁵⁸ Em carta ao governador de Angola, o *soba* de Humpata agradece o recebimento, por meio do governador de Benguela, de “um presente mandado por Sua Excellencia como mimo de padrinho e também como prova de apreço”, ver: *Ofício do Governador-Geral de Angola, Francisco Ferreira do Amaral, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, enviando cópia de uma carta do soba de Humpata, em “testemunho dos sentimentos de respeito e obediência que o gentio professa pela auctoridade portuguesa*, 12 de setembro de 1883 (*apud* Oliveira, Vol. 2, 1968: 759-760).

ciais com as autoridades coloniais. Com o avanço da conquista e o aumento de operações privadas de razia sobre sua população no final do século XVIII, o novo *soba* Socoval (que carregava o mesmo nome-título), passou a recusar-se a colaborar e a pagar os dízimos. O *soba* foi atacado violentamente pelas autoridades coloniais e por milícias privadas e depois foi avassalado novamente, agora como vassalo conquistado⁵⁹.

Como foi argumentado anteriormente, não devemos enxergar o processo de conquista de Angola e Benguela como uma guerra entre apenas dois lados – os conquistadores portugueses contra as autoridades africanas – mas como um complexo jogo de poder composto por diversos interesses internos e estrangeiros. Esse jogo de poder incluía, para além de soberanos africanos e funcionários coloniais, uma poderosa comunidade de comerciantes de escravos cujos membros também ocupavam cargos importantes na administração colonial e utilizavam sua posição para incrementar seus negócios. Esses comerciantes de “grossos cabedais” baseados na região costeira dos reinos de Angola e Benguela (referidos na documentação como *negociantes*) faziam a conexão entre as redes de comércio transatlânticas e as caravanas que cruzavam os sertões.

Um desses importantes negociantes baseados em Benguela era o sargento-mor de auxiliares Antonio José de Barros. Nascido em Portugal em uma família de traficantes de escravos, Barros começou sua carreira como marinheiro e negociante na companhia de seu pai e irmãos na praça do Rio de Janeiro. Mudou-se para o porto de São Filipe de Benguela por volta de 1780, onde tornou-se um dos mais importantes membros da comunidade de comerciantes de escravos daquela pequena vila. O Capitão Barros e sua família montaram uma rede de comércio que conectava os mais importantes portos do Atlântico português – Lisboa, Porto, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Colônia do Sacramento, Luanda e Benguela – com as feiras no interior de Benguela, especialmente através do *districto* de Quilengues e o *presídio* de Caconda⁶⁰.

Como era comum para negociantes em Luanda e Benguela, Antonio José de Barros procurou participar da estrutura militar portuguesa na conquista, posição que poderia ajudá-lo em seus negócios. Acabou nomeado sargento-mor de uma companhia de auxiliares, ou seja, uma milícia a serviço da administração colonial. Sendo um comerciante de escravos, o capitão Antonio José de Barros não utilizava a sua tropa (composta de 50 soldados de infantaria) apenas para proteger a vila de Benguela de eventuais ataques dos “gentios”, ou para punir “vassalos rebeldes”. Ela era utilizada em razias e expedições militares que tinham como real objetivo a produção de escravos para o mercado atlântico (Thompson, 2011: 73-128).

Havia outra forma de resistência africana exercida através dos tratados de vassalagem, essa direcionada contra esses comerciantes de escravos e funcionários coloniais que invadiam as terras dos *sobas* vassalos e capturavam seus “filhos” para entregá-los aos negreiros no litoral. Esta resistência se materializava em reclamações formais por parte dos soberanos africanos, dirigidos às autoridades coloniais, contra as expedições militares e as operações de razias empreendidas por portugueses, “brasileiros” e luso-africanos em seus territórios. Caso essas expedições militares não fossem consideradas “guerra justa”⁶¹, elas configuravam quebra das cláusulas do contrato estabelecido. Os *sobas* demandavam restituição

⁵⁹ Os ataques violentos ao *soba* Socoval por parte do destacamento do capitão-mor de Quilengues em 1796 geraram reprimendas por parte do governador de Benguela, que temia uma rebelião generalizada dos gentios. O governador advertiu seu subordinado que “este Certoens se governão mais pelo geito, do que pelo rigor”, ver: *Ofício do Governador de Benguela para o Capitão-Mor de Quilengues, Joaquim Vieira de Andrade, criticando-o por ter queimado e arrasado a libata do Soba de Socoval, procedimento que poderia fazer estalar uma rebelião*, 11 de agosto de 1796 (apud *Fontes e Estudos*, 1995: 25).

⁶⁰ Para um estudo detalhado sobre a trajetória de Antonio José de Barros (Thompson, 2011: 73-128; Thompson, 2014: 99-116; Thompson, 2006).

⁶¹ Para mais sobre o conceito de “guerra justa” em Angola (Heintze, 2007: 424-425; Candido, 2013: 56).

pela destruição causada e o retorno de seus súditos escravizados, e as autoridades coloniais viam-se obrigadas a punir militares e comerciantes que perturbavam a paz dos vassallos de Portugal, agindo mesmo contra membros da administração colonial (Silva, 2004: 257). Uma última forma de resistência através da vassalagem: fugir⁶². Devido ao avanço do poder colonial e à ambição dos comerciantes de escravos de reduzirem qualquer africano que encontravam pelo caminho à condição de escravo, alguns *sobas* vassallos procuravam migrar de suas terras para lugares mais seguros. Existem registros de *sobas* vassallos requisitando novos territórios à autoridade colonial para ficarem longe das áreas sob controle militar português e da atuação das milícias particulares comandadas por comerciantes de escravos e suas caravanas negreiras (Silva, 2004).

Apesar dessas evidências de resistência africana ao longo processo de colonização de Angola e Benguela, e a despeito dos diversos registros quanto à falta de controle das autoridades portuguesas nesses territórios, alguns historiadores tendem a ver esses tratados de vassalagem como a incorporação de *sobas* ao “Estado colonial” em períodos onde a presença colonial era frágil e pontual. Esta visão colonialista sobre a presença portuguesa no território “angolano”, como vimos anteriormente, é característica da produção historiográfica em Portugal na segunda metade do século XIX e início do século XX, que visava produzir a imagem de antigo controle colonial português sobre soberanos que de fato eram autônomos e populações africanas virtualmente independentes (Henriques, 1997: 83-104). Como denuncia Selma Pantoja:

“Do seu palácio em Lisboa, o rei português escrevia suas cartas chamando as terras, hoje angolanas, de “minhas conquistas” e, nesse sentido, acreditava-se soberano delas. Até hoje muitos historiadores seguem na crença dessas palavras. São esses últimos que repetem em seus textos vocábulos oriundos da documentação e da historiografia colonialista como domínio, colônia, ou ainda império!” (Pantoja, 2012: 136).

Atualmente, historiadores que escrevem sobre o “império ultramarino português” em África têm retomado algumas perspectivas sobre o poder colonial em Angola comuns à historiografia colonialista dos séculos XIX e XX. Embora esses historiadores contemporâneos não compartilhem das posições ideológicas e das ambições políticas daqueles colonialistas do começo do século passado, esta historiografia imperialista acaba por adotar conceitos e abordagens que exaltam de sobremaneira a presença portuguesa em Angola. Esses historiadores tendem a destacar os feitos da administração colonial e sua penetração no interior do continente em detrimento das respostas e iniciativas africanas em relação a esse poder que emanava da costa, fossem elas a favor ou contra essa presença estrangeira. O mais recente livro sobre o chamado “Reino de Benguela” reproduz alguns conceitos e discursos que reforçam concepções colonialistas sobre o “império português africano”. Em seu livro *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland* (2013), Mariana Candido argumenta, em diferentes momentos, que Angola era um território colonial já no século XVII (Candido, 2013: 6, 87, 313). Embora seu trabalho seja reconhecidamente a mais atualizada e completa historiografia sobre o Reino de Benguela em língua inglesa – e possivelmente uma das mais importantes obras já escritas sobre a região – algumas das escolhas teóricas e metodológicas da autora comprometem sua análise sobre a

⁶² Como alertado pelo governador de Angola, Manoel de Almeida Vasconcellos, em finais do século XVIII, as investidas militares do poder colonial no sertão faziam as populações locais “desertarem” de seus domicílios, ver: *Carta ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello e Castro*, 7 de fevereiro de 1795 (*apud Arquivos de Angola*, 1968: 293-294).

participação ativa das autoridades africanas no processo histórico que acabou culminando na colonização efetiva de Angola.

Na introdução de sua obra – a qual a autora afirma ser uma história do imperialismo português em seus primeiros momentos⁶³ – a historiadora conscientemente adota uma postura imperialista, afirmando categoricamente que a população africana em Benguela e em seu interior estavam “sob subjugação colonial bem antes do final do século XIX”⁶⁴. Além de considerar os sertões de Benguela como território sob jugo colonial, Candido retoma a antiga perspectiva eurocêntrica sobre a necessidade de estímulos externos para o desenvolvimento dos processos históricos africanos ao declarar que “o colapso e emergência de novos estados no interior de Benguela, como Kakonda e Viye, só podem ser entendidos num contexto de colonialismo português em expansão e do tráfico transatlântico de escravos”⁶⁵ [grifo meu].

Partindo do pressuposto de que os portugueses exerciam controle colonial sobre as populações em Benguela, Candido afirma que os habitantes da vila de São Filipe faziam parte de uma “comunidade imaginária do império português”, onde valores cristãos prevaleciam sobre costumes e sistemas religiosos locais. Embora em diversos momentos durante sua obra a autora reconheça que o controle colonial só existia na cabeça dos burocratas metropolitanos (Candido, 2013: 43), em outros ela adota o discurso existente na documentação sobre a hegemonia portuguesa em Benguela⁶⁶.

Assim, a historiadora não enxerga a forma enviesada que a resistência africana assumia diante da penetração portuguesa, tampouco leva em consideração os interesses dos *sobas* ao aceitarem a vassalagem, confundindo o tratado de vassalagem com o *undamento* (Candido, 2013: 51, 291; Candido, 2014: 62). Em outro momento ela chega a afirmar que “os *sobas* avassalados transformavam-se em intermediários coloniais”, argumentando que sob a administração colonial no século XVII esses soberanos africanos “passavam a ser responsáveis pela cobrança de impostos e recrutamento militar” (Candido, 2014: 65), uma perspectiva que retira a soberania dos *sobas* e os transforma em meros funcionários do Estado colonial.

Mariana Candido compara os contratos de vassalagem ao sistema de *Indirect Rule* estabelecido na Nigéria e na África Oriental pelos ingleses em finais do século XIX e início do século XX (Candido, 2013: 52-53; 2014: 65). No entanto, ao recorrermos aos historiadores especialistas sobre o processo de instalação do *Indirect Rule* na Nigéria, vemos que os tratados de vassalagem em Angola assemelham-se mais ao *Crown Colony*, sistema de administração inglesa de seus territórios ultramarinos no século XVII⁶⁷. No sistema de *Crown Colony* os ingleses tentavam implementar controle através do uso de ideias e instituições inglesas⁶⁸. Este processo se assemelha ao avassalamento de *sobas* na Conquista de Angola

⁶³ “Thus this book is a history of early Portuguese imperialism” (Candido, 2013: 6).

⁶⁴ “... the indigenous population of Benguela and its hinterland was under colonial subjugation well before the end of the nineteenth century” (Candido, 2013: 6).

⁶⁵ “The collapse and emergence of new states inland of Benguela, such as Kokonda and Viye, can only be understood in a context of expanding Portuguese colonialism and the trans-Atlantic slave trade” (Candido, 2013: 6).

⁶⁶ Na conclusão do primeiro capítulo de seu livro, Candido afirma que os portugueses dependiam dos africanos para garantir sua segurança e até sua alimentação nos sertões, e que os soberanos africanos se aliavam aos portugueses quando lhes era conveniente, sendo capazes até de romper com os tratados caso ficassem insatisfeitos com a atuação portuguesa. Na página seguinte, no entanto, ela retoma a ideia de que Benguela era uma colônia já no século XVII, com uma burocracia e políticas coloniais estabelecidas cuja ênfase era a ocupação e exploração territorial (Candido, 2013: 86-87).

⁶⁷ De acordo com Adiele Afígo, o sistema *Crown Colony* (com imposição de ideias inglesas) era o conceito original de *Indirect Rule*, mas estava em oposição ao sistema de *Indirect Rule* estabelecido no final do século XIX e começo do século XX (baseado somente nas tradições locais e sem imposição de instituições coloniais) (Afígo, 1972: 5).

⁶⁸ Como já argumentei em outra oportunidade, “ainda que se posicionassem muitas vezes como aliados durante o longo processo de conquista colonial, os régulos avassalados representavam o poder tradicional das linhagens locais. Embora alguns desses soberanos tivessem chegado ao poder com a ajuda de agentes portugueses e luso-africanos, sua autoridade não havia sido criada pelo poder colonial. Além disso, como definido por Adiele Afígo, o sistema de *Indirect Rule* imple-

e Benguela entre os séculos XVII e XIX, em que os portugueses procuravam gradualmente inserir instituições tipicamente portuguesas, como no caso dos batismos cristãos. Embora afirme que o colonialismo português em Angola se baseava na imposição de novas práticas sociais e religiosas e interferia até mesmo na cultura alimentar das populações africanas, Candido insiste em chamar essa presença de *Indirect Rule*⁶⁹.

Ao classificar os *sobas* vassallos como intermediários coloniais, Candido compara esses soberanos africanos aos funcionários do poder colonial inglês, conhecidos como *clerks*. No entanto, os próprios autores aos quais ela se refere fazem uma clara distinção entre “chefes” africanos a quem o sistema de *Indirect Rule* delegava responsabilidades, e funcionários africanos que trabalhavam diretamente para a administração colonial, grupos com funções e posições sociais claramente distintas (Lawrence *et alia*, 2006: 10). Com o avançar do tempo, os chefes tradicionais responsáveis pelo sistema de *Indirect Rule* (conhecidos como *warrant chiefs*) passaram a ter menos importância do que alguns desses funcionários coloniais, como no caso dos *court clerks*, aos quais os *warrant chiefs* pagavam suborno e a quem se endereçavam como “*master*” (Pratten, 2006: 222). Como Martin Klein explica, o sistema de *Indirect Rule* pode até ter valorizado as autoridades tradicionais africanas, mas na verdade dependia de seus “intermediários modernos” (intérpretes e *clerks*), o que acabava por criar conflitos entre indivíduos que recebiam educação formal para participar da administração colonial (*clerks*) e representantes das autoridades tradicionais africanas (*chiefs*) (Klein, 2006: 276).

Esses *clerks* do sistema de *Indirect Rule* eram representantes da administração inglesa que retiravam sua autoridade sobre as populações locais dessa relação com o poder colonial, bem diferente do que acontecia no caso da vassalagem portuguesa, onde as autoridades coloniais procuravam influenciar a vida política dos *sobados* avassalados, mas não tinham poder para legitimar um “chefe” local sem a aprovação dos conselheiros-anciãos (*macotas*). Mesmo naqueles casos em que as autoridades coloniais portuguesas conseguiram influenciar diretamente a sucessão de um soberano, “a escolha de um *soba* continuava no entanto – *de jure* – da competência dos *makota* (os mais velhos)” (Heintze, 2007: 541).

Ao comparar os *sobas* avassalados a “intermediários coloniais” Candido está, na verdade, descrevendo a situação das relações de poder estabelecidas com a instalação efetiva do poder colonial em Angola, marcado pela aplicação da *Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas* (1914). Com a *Lei Orgânica* houve o estabelecimento de novas fronteiras para os “regulados” (ou “chefados”) africanos, e a nomeação de novos “regedores” (ou “régulos”) como chefes e intermediários do poder colonial. Esses “regedores” estavam subordinados aos “administradores”, autoridades coloniais que impunham sua força localmente através dos “cipais”, esses últimos intérpretes e guardas que serviam como “polícia rural” (Havik, 2010: 34).

Esses regedores eram geralmente escolhidos por antigos militares que haviam servido em Angola durante as “guerras de pacificação” do início do século XX e que haviam permanecido como parte da administração colonial, apesar desta ter passado às mãos de administradores civis depois do período de “pacificação”. Os chefes africanos escolhidos por esses antigos militares para intermediar as relações entre as populações locais e o poder colonial

mentado pelos britânicos na Nigéria previa a adoção das instituições dos povos colonizados e a exclusão deliberada das ideias e instituições britânicas (...) embora o projeto colonial português adotasse algumas instituições locais (...) havia a intenção deliberada de se implantar um governo baseado no modelo da metrópole, com as mais tradicionais instituições portuguesas” (Thompson, 2015: 259).

⁶⁹ Na mesma página em que argumenta que Angola era uma colônia no século XVII e que o colonialismo português adotava o modelo de *Indirect Rule*, Mariana Candido afirma que o colonialismo português e o comércio de escravos impunham novas práticas culturais e sociais externas às comunidades africanas, o que para a autora evidencia o processo de *creolization* (Candido, 2013: 87).

eram geralmente homens que também tinham servido nas campanhas militares coloniais ou que haviam, de alguma forma, colaborado com os portugueses durante as “guerras de pacificação”. Esses indivíduos haviam, portanto, prestado papel fundamental na subjugação das autoridades africanas que agora deveriam chefiar. Esses são os homens aos quais Candido se refere como responsáveis por coletar taxas para a administração colonial, mas eles não pertencem ao século XVII e sim ao século XX. Esses “regedores” ainda recebiam uma porcentagem das taxas coloniais recolhidas localmente como remuneração pelos seus serviços, o que reforçava a sua posição como funcionário colonial (Havik, 2010: 35). Essa porcentagem também explicitava que as taxas recolhidas não lhe pertenciam, ao contrário do que ocorria com os *sobas* vassallos entre os séculos XVII e XIX, que recolhiam seus impostos e só então pagavam o dízimo anual devido aos seus senhores por serem vassallos de Portugal⁷⁰, e não funcionários coloniais.

A colonização dos territórios de Angola e Benguela foi um processo que levou séculos para ser concretizado. Mesmo historiadores colonialistas reconhecidos, como Gastão Sousa Dias, afirmam que a soberania portuguesa sobre os territórios “angolanos” antes da Conferência de Berlim era “pouco mais que nominal” (Dias, 1939: 22). Isso não significa que ao chegarem à África centro-ocidental os portugueses não tivessem violentas ambições coloniais. Tampouco, que eles tenham trazido a violência de fora para comunidades que conviviam pacífica e harmoniosamente. O cenário político interno a essas comunidades africanas era complexo, incluindo práticas e necessidades que por vezes escapavam ao entendimento das autoridades coloniais e que, portanto, não estão presentes na documentação. Assim, pelo menos em tese, a ascensão e queda de soberanos e Estados no interior de Benguela podem também ser compreendidas por uma perspectiva interna, africana.

Mesmo nas regiões onde havia certa centralização do poder – como no caso do Ndongo, com o poder político centrado no *Ngola* – existia uma grande fragmentação da autoridade, uma vez que os *sobados* tinham grande autonomia em relação ao *Ngola*. Assim se estabelecia a vassalagem entre as autoridades africanas, na qual o *soba* reconhecia o poder de seu senhor sem perder a soberania sobre seus territórios e sua gente, algo bastante diferente do que iria acontecer no século XX, especialmente com a promulgação da *Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas* (1914).

Desde o início, as intenções de Portugal de conquistar e colonizar Angola e Benguela eram bem claras. Como lembra outro grande historiador colonialista (e benguelense), Ralph Delgado, “os portugueses entraram em Angola dispostos a impor vassalagem pela força” (Delgado, 1948: 10). O projeto colonial levou séculos para se concretizar porque a resistência africana tomou muitas formas. Embora os soberanos africanos que habitavam os territórios no interior de Angola e Benguela não fossem unidos por um sentimento nacional ou uma ideologia afrocêntrica, os *sobados* possuíam suas próprias instituições políticas e diplomáticas que os permitiam construir alianças quando a situação parecesse conveniente. Da mesma forma, eles podiam escolher aliar-se a forças estrangeiras – fossem portuguesas, holandesas, ou francesas – contra inimigos locais que percebiam como uma ameaça maior. Os *sobas* tinham plena consciência de sua soberania efetiva em seus territórios e manipulavam as estruturas e instituições coloniais a seu favor sempre que podiam. Assim, ao abordarmos os tratados de vassalagem com uma perspectiva não colonialista é possível enxergar rastros de resistência no que antes parecia apenas “domesticação” das autoridades africanas e sua “sujeição” ao poder colonial (Carvalho, 2011: 7).

⁷⁰ Segundo José C. Venâncio, os valores recolhidos pela administração colonial com o dízimo eram insignificantes quando comparados com os impostos pagos sobre o comércio de escravos, especialmente nas regiões no interior de Angola (Venâncio, 1996: 91-92).

A presença de valores culturais e procedimentos burocráticos portugueses nas relações políticas e diplomáticas com as autoridades africanas – como a exigência da assinatura do tratado de vassalagem em papel, a conversão ao cristianismo (mesmo que só formalmente), e a aceitação do batismo com o recebimento de nome cristão – são evidências de que o projeto português no interior de Angola e Benguela entre os séculos XVII e XIX não era de uma administração indireta, onde as ideias e as instituições portuguesas estavam ausentes. Pelo contrário, elas demonstram o desejo do poder colonial português de controlar o máximo possível a vida política e social de seus vassallos africanos.

Considerações finais

O projeto colonial português em Angola levou séculos para se concretizar. Embora sua ambição de invadir, ocupar e colonizar os territórios “angolanos” esteja registrada na documentação desde ao menos finais do século XVI – com a fundação de São Paulo de Assumpção de Luanda em 1575 – somente no final do século XIX, Portugal começou a criar as condições necessárias para implantar o domínio efetivo sobre esse espaço e suas diversas populações. A tática de ocupação utilizada por séculos pelos portugueses na região – que consistia na conquista e submissão dos soberanos locais aos tratados de vassalagem – deu lugar, no século XX, às “guerras de pacificação” que destruíram a soberania desses *sobas* vassallos e os submetteram ao efetivo controle colonial.

Ao mesmo tempo em que avançava em sua conquista em fins do século XIX, Portugal promovia uma série de expedições científicas em suas “colônias ultramarinas” com o objetivo de consolidar sua tese de direitos históricos sobre esses territórios e reforçar o discurso sobre a importância da sua “missão civilizadora”. Só no início do século XX, no entanto, a administração colonial foi capaz de estender seu controle sobre as povoações no interior de Angola e Benguela, dividindo a população negra entre “assimilados” e “indígenas” e substituindo os soberanos tradicionais por regedores ligados à administração colonial, escolhidos dentre africanos “confiáveis”.

A consolidação do colonialismo português em finais do século XIX e início do século XX é, portanto, um processo duplo. A ocupação do território no interior foi acompanhada da construção de um renovado conhecimento científico sobre a região – História, Geografia, Cartografia, Botânica, Etnografia, etc. – que, por sua vez, permitiu aos portugueses concretizar seu projeto colonial centenário. Por um lado, essas “notícias” sobre o território e suas populações tornaram-se instrumento indispensável para o estabelecimento de controle colonial em Angola. Por outro, a historiografia produzida pelo Estado colonial português ajudou a forjar o mito sobre a presença e sobre o domínio português na África.

Comerciantes, missionários, militares e funcionários coloniais em serviço no Reino de Benguela produziram uma enorme quantidade de documentos escritos antes do século XX, os quais podem ser utilizados por historiadores para a construção de uma historiografia não colonial (ou ainda, uma historiografia sob a perspectiva africanista pré-colonial) sobre a região. Isso é possível porque embora a documentação produzida por esses indivíduos seja colonial – isto é, utiliza-se de terminologia, recortes e conceitos coloniais – a maior parte dos territórios e das populações aos quais eles se referem não estava sob controle colonial. Uma leitura cuidadosa dessas fontes revela, na verdade, um cenário de descontrole colonial para além dos limites dos *presídios* portugueses. Assim, embora as obras e os diversos documentos listados neste artigo contenham uma forte carga colonialista, elas podem servir para escrevermos uma história pré-colonial de Angola e Benguela, desde que estejamos dispostos a dissecá-los através de uma leitura crítica, atentos para o lugar de fala e as condições de produção dessa documentação.

Por séculos, as autoridades portuguesas procuraram consolidar sua penetração no território “angolano” através da imposição de tratados de vassalagem aos soberanos africanos derrotados em batalha. Embora esses tratados fossem um direito de conquista, eles não representaram o estabelecimento de um Estado colonial nas regiões conquistadas. A literatura acadêmica africanista e a documentação mostram que esses tratados eram indispensáveis para a abertura do comércio no interior e para a sobrevivência dos portugueses nos sertões. Os tratados de vassalagem garantiam salvaguarda para as caravanas que buscavam escravos nas feiras do sertão, além de apoio logístico e material para as tropas a serviço dos interesses coloniais, sem os quais seu avanço não seria possível. Assim, ao invés de retratar um cenário de dominação colonial, tanto a documentação quanto a literatura acadêmica africanista evidenciam a fragilidade portuguesa diante da imensidão dos sertões de Angola e Benguela.

Esses tratados se mostravam frágeis instrumentos de controle especialmente sobre africanos não alinhados. Embora muitos *sobas* fossem compelidos a aceitar o avassalamento sob pressão militar (uma oferta que eles não podiam recusar), eles voltavam a “rebelar-se” com frequência. Os conquistadores portugueses possuíam uma relativa superioridade bélica em relação aos soberanos africanos – notadamente com a utilização de tropas africanas providas por seus vassalados, denominadas “guerra preta” – mas não tinham meios para garantir a obediência dos soberanos avassalados após as tropas se retirarem do território conquistado e seus aliados africanos terem sido desmobilizados.

Os tratados de vassalagem são comumente vistos pela historiografia colonialista do século XIX e XX e por alguns historiadores do imperialismo português em África – interessados principalmente na penetração portuguesa nos territórios africanos – como instrumentos de “subjugação” e “domesticação” dos soberanos locais por parte das autoridades coloniais. No entanto, como demonstrado neste artigo, a vassalagem era não somente uma forma de manutenção do poder após uma derrota militar, mas podia significar uma via de acesso a ele para pretendentes que tinham legitimidade local mas precisavam de auxílio externo na destruição de inimigos ou na obtenção de meios materiais que os permitisse “convencer” os conselheiros-anciãos (*macotas*) a apoiarem a sua candidatura ao poder.

O ritual do *undamento* (que se seguia ao de aceitação da vassalagem) garantia ao *soba* avassalado autoridade sobre suas terras e autonomia em face a outros soberanos africanos. Como vassalados, esses soberanos tinham obrigações para com seus senhores portugueses, assim como teriam caso fossem “avassalados” por outros africanos. Mesmo com todas as exigências que acompanhavam a assinatura do tratado, alguns soberanos africanos viam vantagens em se tornarem vassalados voluntariamente. Havia vários motivos para que eles decidissem se submeter a autoridades estrangeiras, alguns deles claramente ligados a estratégias de resistência.

O cenário político interno nesses territórios africanos era bastante complexo no período da Conquista e os conflitos entre potentados africanos eram constantes. Embora os portugueses representassem um poder externo (e talvez justamente por isso), alguns soberanos africanos preferiram tecer alianças com eles do que com outros africanos. Como os *sobas* só podiam chegar ao poder legitimamente através de procedimentos legais e espirituais locais e com o apoio dos conselheiros-anciãos, competidores internos podiam representar uma ameaça maior do que estrangeiros, esses últimos sem nenhuma ligação com as linhagens africanas. Além disso, a abertura de rotas comerciais no interior era de interesse não apenas dos portugueses, uma vez que esses soberanos africanos aproveitavam-se dos artigos de luxo importados para espalhar sua influência localmente, criando uma nova dinâmica de forças políticas internas. Eles também manipulavam os contratos para conseguir apoio militar português contra inimigos locais e para exigir a punição de militares

e comerciantes de escravos que atacavam seus dependentes ilegalmente e causavam destruição em suas terras.

Ao aceitarem assinar os tratados de vassalagem os soberanos africanos não estavam necessariamente abrindo mão dos direitos sobre seus territórios, especialmente se entendermos a importância do ritual de investidura, ou como era localmente chamado, o *undamento*⁷¹. Ao contrário, ao aceitarem se associar aos portugueses, esses chefes africanos tinham sua autoridade reforçada perante seus rivais locais⁷² e adquiriam meios materiais para expandir sua influência política entre outras linhagens⁷³. Para alguns desses *sobas*, portanto, os tratados de vassalagem podiam significar uma aliança vantajosa. Sempre que possível, esses soberanos africanos manipulavam os termos do contrato em benefício próprio, transformando este instrumento de *submissão* em uma estratégia de *resistência*.

Lista de obras coloniais selecionadas. Documentação impressa sobre Benguela e seu interior, séculos XVII a XIX (anexo)

Existe uma quantidade enorme de fontes primárias e secundárias sobre as conquistas de Angola e Benguela entre os séculos XVII e XIX que foram impressas e publicadas (Jadin, 1955 e 1956, 1966; Birmingham, 1974; Miller, 1974; Thornton, 1979; Heintze, 1982, 1985; Curto, 1994 e 1998), algumas delas disponíveis na internet. Elas são em sua maioria produzidas por portugueses, “brasileiros” e luso-africanos envolvidos na administração colonial. Logo, este é um material marcado pelo pensamento e discurso coloniais discutidos previamente neste artigo. Isso não significa que essas fontes devam ser descartadas por sua mancha colonial. Obviamente, não existem fontes isentas ou imaculadas que possam nos aproximar do que verdadeiramente aconteceu ou o que realmente pensavam os povos que estudamos. Portanto, não precisamos refutar o uso dessa documentação colonial em busca de fontes mais “puramente africanas”, desde que estejamos sempre atentos às terminologias e concepções colonialistas sobre as populações e os territórios relatados. Assim, esses documentos coloniais sobre Angola e Benguela representam fontes inestimáveis para a construção de uma historiografia africanista sobre esses espaços e seus povos, desde que usadas com o cuidado que a profissão nos exige.

Passemos agora a um levantamento de algumas obras que constituem fontes coloniais impressas que podem ser usadas para escrever uma história de Benguela no período pré-colonial⁷⁴. Existe uma série de obras sobre as regiões de Angola e Benguela – historiografias, coletâneas de documentos e relatos de viagem – que trazem informações sobre a situação política, social e cultural da Conquista entre os séculos XVII e o final do século XIX. Algumas dessas obras podem ser usadas como fontes valiosas para historiografia pré-colonial.

Dentre elas destacam-se:

- *Relação histórica de três reinos do Congo, Matamba e Angola*, escrita na década de 1660 pelo missionário capuchinho italiano Giovanni Cavazzi. Contém poucas informações sobre Benguela, mas configura documentação essencial por conter uma das primeiras descrições sobre o Reino de Benguela, principalmente no tocante à sua localização ao

⁷¹ “Ao *soba*, que em ‘investidura’ oficial e solene – *undamento* – se submetera ‘livremente’, era-lhe restituído o seu domínio tradicional” (Heintze, 2007: 541).

⁷² Segundo Vansina (2005: 8), eles garantiam assim sua própria autonomia em relação a outros soberanos africanos.

⁷³ Como destacam Wheeler e Pelissier, não eram só com ameaças militares que os portugueses expandiram seu controle colonial, mas também com a oferta de presentes e vantagens comerciais (Wheeler *et alia*, 1971: 25).

⁷⁴ Não há a pretensão aqui de se fazer uma lista completa da documentação impressa e publicada sobre Benguela e seu interior no período pré-colonial, mas somente indicar algumas fontes essenciais para pesquisadores interessados na região.

sul de Quissama e ao norte do Cabo Negro. No entanto, possui referências estranhas a outras documentações, como por exemplo a existência do “rio Benguela”. Por ser uma “história missionária”, exige especial atenção no tocante às intenções e aos motivos alegados pelo autor para as ações africanas e suas consequências (Disponível para download em italiano no archive.org).

- *História Geral das Guerras Angolanas*, em 3 volumes, escrita em 1680 pelo militar Antonio de Oliveira Cadornega. Possivelmente a primeira historiografia de Angola, constitui basicamente uma história militar da Conquista (com “C” maiúsculo) e da invasão holandesa. Trata a região como “Reino de Angola e suas Conquistas e Reino de Benguela”. Há no primeiro volume algumas informações sobre a conquista inicial de Benguela por Manuel Cerveira Pereira, a presença de corsários em sua costa, sua capitulação e “libertação” das mãos dos holandeses, algumas notícias de conflitos com o *soba* de Caconda e sobre alguns dos capitães-mores que serviram na vila de Benguela e no sertão. No segundo e terceiro volumes, informações sobre a organização administrativa e comercial da Conquista, como a exploração da *tacula* (madeira nobre aromática comparada ao pau-brasil), marfim, *zimbo* (conchas usadas como moeda no Kongo) e sal. Notícias sobre a exploração da costa e a existência de alguns soberanos africanos no interior do Reino de Benguela, que na época continha todas as terras acima do rio Cunene, incluindo territórios da Huíla (Hila), Sumbis (Sembis), e Quicombo. Ele também se refere rapidamente às “províncias dos Quimbundos”. No terceiro volume há ainda uma descrição das “províncias do Reino de Benguela e Libolo e Confinantes”.
- *História de Angola* em dois volumes, escrita em 1782 pelo “brasileiro” Elias Alexandre da Silva Correa, outro militar a serviço de Portugal na “Conquista de Angola e Benguela”. Assim com Cadornega, constitui uma história centrada nas campanhas militares, mas traz também informações sobre a administração de Benguela e sobre a exploração da costa e do sertão, que segundo ele estavam “abertos para o comércio”. Contém informações sobre diversos governadores de Angola e Benguela, e há uma parte dedicada aos feitos de Manuel Cerveira Pereira e à conquista iniciada por ele. Informações sobre a produção de sal e *zimbo* e exportação de escravos a partir da vila de São Filipe. Trata também da ameaça de corsários na costa, da exploração dos sertões por expedições militares envolvidas com o comércio de escravos e das relações com o *soba* Caconda no interior.
- *Memórias do Almirante Luis Motta Feo*, governador de Angola entre 1816 e 1819, trabalho editado por João Carlos Feo Cardoso Castello Branco e Torres e publicado em Portugal em 1825. Contém uma valiosa “Descrição Geographica e Política, dos Reinos de Angola e Benguela e das suas Conquistas”. Contém informações históricas sobre o desejo de fundar Benguela desde Paulo Dias de Novais, as conquistas de Manuel Cerveira Pereira, e informações sobre os sertões da conquista de Benguela. Assim como Silva Correa, apresenta informações sobre diversos governadores de Angola e Benguela, e sobre a invasão holandesa de Luanda e Benguela. Notícias sobre a exploração da costa e sobre naufrágios e corsários na costa de Benguela no século XVII. Também há menção sobre a abertura da exploração das minas de enxofre em Dombe Grande. Notícias sobre o comércio de escravos com o *soba* Caconda e sobre diversos conflitos no interior (Disponível para download no books.google.com).
- *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África occidental e oriental, na Ásia occidental, na China e na Oceania*, de José Joaquim Lopes de Lima, publicados em Lisboa entre 1844 e 1862. Obra em seis volumes, sendo o terceiro dedicado a “Angola, Benguela e suas dependências”. O livro dedicado à *Statistica d’Angola e Benguela* (volume III) é uma síntese/reprodução de várias informações contidas em obras ante-

riores, como Cadornega, Silva Correa e Castellobranco e Torres. Ainda assim, é possível encontrar informações novas de documentos de diversos arquivos, com por exemplo Torre do Tombo (Lisboa) e Real Biblioteca da Ajuda. Muitas informações sobre organização administrativa, expedições militares, comércio de escravos, relações com *sobas* vassallos, etc. Obra essencial e de acesso público (Disponível para download no books.google.com).

- *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal em África*, escrito entre 1833 e 1839 pelo Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A obra foi encontrada em forma de manuscrito nos arquivos do Instituto por Sacramento Blake e publicada pelo IHGB em 1963. Esse compêndio contém informações sobre a presença portuguesa na África centro-ocidental, com destaque para informações sobre a ocupação do interior de Benguela com o estabelecimento dos *presídios* de Caconda (1685) e Caconda-Nova (1769) (Disponível para download no books.google.com).
- *Memória Geográfica e Política das Possessões Portuguesas n'África Occidental, que diz respeito aos Reinos de Angola, Benguela e suas Dependências*, escrita por Joaquim Antonio de Carvalho e Menezes, administrador colonial nascido em Angola. Contém uma descrição geográfica e política de Angola e Benguela, com algumas informações sobre os potentados africanos no interior. A maior parte dessas informações pode ser encontrada em obras anteriores (como em Castellobranco e Torres e Lopes de Lima), mas também traz informações atualizadas sobre a região, em especial sobre a condição das guarnições militares em serviço na vila de São Filipe e em *presídios* e *districtos* no interior. A segunda parte do livro é dedicada a exploração agrícola e comercial da “colônia” e sobre produtos produzidos localmente, dentre eles arroz, milho, feijão, trigo, amendoim, batata doce, mel, óleo de palma, *tacula*, tabaco, algodão, cana de açúcar, café, cacau, anil, canela, canfora, goma copal, gengibre, noz-moscada, cardomomo, pimenta e outras especiarias. Para Benguela, Carvalho e Menezes destaca a riqueza do “reino animal”, tanto de animais de caça – como o *seffo* (veado) e a *impalanca* (antílope) – como de gado bovino, caprino e suíno. Esta parte dedicada a exploração agrícola e comercial de Angola termina com uma apreciação da região de Catumbela, para onde o autor propõe que seja feita a transferência da administração colonial, alegando ser este o sítio mais “salutífero” de toda região. Este pequeno livro publicado em Lisboa em 1834 ajudou a Carvalho e Menezes a se tornar membro da *Associação Marítima e Colonial* em 1841, à qual foi admitido como um “Deputado por Angola”. Nesse mesmo ano, segundo registrado no *Boletim do Conselho Ultramarino* (1867), Carvalho e Menezes requisitou ao governo colonial a concessão de terras em Catumbela para iniciar uma colônia agrícola. Em fevereiro de 1841, a *Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar* outorgou a Carvalho de Menezes e seus descendentes “quatro léguas quadradas de terrenos baldios ao Norte do Rio Catumbela, em Benguela” e concedeu-lhe total autoridade sobre a administração mercantil e rural dessas terras e de seus colonos, inclusive com poderes de polícia. Alguns anos mais tarde, entre 1846 e 1847, Carvalho e Menezes voltaria a trabalhar em sua obra prévia, ampliando-a sob o título *Demonstração Geográfica e Política do Território Portuguez na Guiné Inferior que abrange o Reino de Angola, Benguela e suas Dependências*. Esta obra estendida foi publicada no Rio de Janeiro em 1848 e, assim como a versão anterior, traz informações sobre a organização administrativa e comercial dos reinos de Angola e Benguela. Esta segunda obra procura trazer mais informações sobre as origens e o desenvolvimento histórico de Angola e Benguela sob um olhar claramente colonialista. Há dados importantes sobre a exploração das regiões ao sul de Benguela que viriam a se tornar na década de 1840 a província de Mossamedes, assim

como notícias de conflitos contra soberanos africanos desta região, como por exemplo o *soba* Handa. Em ambas as obras, Carvalho e Menezes procura denunciar a decadência da presença colonial portuguesa em Angola na primeira metade do século XIX. Na introdução de seu livro de 1848, ele alerta em tom grave sobre a ruína da colônia: “A acção do tempo tem grande império sobre as cousas e sobre os homens, e a integridade guerreada pela corrupção e immoralidade reassumirá, talvez em breve, o lugar que lhe compete” (Ambas as obras disponíveis para download no books.google.com).

- *Geographia e estatística geral de Portugal e Colônias* de Geraldo A. Pery. Mais uma síntese estatística das possessões portuguesas em África. Contém informações sobre a organização territorial e administrativa do Reino de Benguela, com alguns dados sobre comércio e produção agrícola, além de dados sobre a população do “Districto de Benguela”. Publicado em Lisboa pela Imprensa Nacional em 1875 (Disponível para download no books.google.com).
- *Estudo sobre as Províncias Ultramarinas*, em 4 volumes, escrito por João de Andrade Corvo e publicado pela Real Academia de Sciencias entre 1883 e 1887. Os volumes I e II contém diversas informações estatísticas sobre Angola e Benguela, com informações históricas, administrativas e culturais. Inclui dados sobre o comércio atlântico de escravos, expedições militares e conflitos no interior. Muitas informações sobre a colonização de Mossamedes, atual Namibe (Disponível para download no books.google.com).

Dentre as coletâneas de documentos coloniais, destacam-se:

- *Monumenta Missionaria Africana (1471-1699)*, coleção em duas séries com mais de 14 mil páginas de documentos organizados pelo padre Antonio Brásio sobre a presença missionária da Igreja em África, mas não somente. A obra foi publicada em duas séries pela Agência Geral do Ultramar em 1952. Contém centenas de documentos com referências a Benguela, especialmente sobre a situação da religião católica na conquista (ou ausência dela), destacando a falta de religiosos na missão. Contém também informações culturais e etnográficas sobre as populações locais fornecidas por missionários e padres. Há ainda documentos da administração colonial, como consultas ao Conselho Ultramarino, informações sobre a exploração da costa de Benguela no século XVI, ou seja, desde antes da fundação da vila de São Filipe (1617). Documentação sobre as campanhas de conquista comandadas por Manuel Cerveira Pereira e criação do governo de Benguela. Informações sobre minas de metais preciosos nos sertões de Angola e Benguela e sobre a abertura de contato com o reino do Monomotapa.
- *Boletim Oficial de Angola* (BOA), produzido pela administração colonial em Angola entre os anos de 1846 e 1975, contém informações sobre diversos aspectos da vida política, econômica e social de Benguela, incluindo comércio, diplomacia, história e dados sobre a sociedade colonial, inclusive com informações sobre escravos fugidos, degredados recém-chegados, crimes cometidos, classificados de vendas de escravos, entre muitas outras informações.
- Coletânea de documentos *Arquivos de Angola*, publicada em duas séries pelo Instituto de Investigação Científica de Angola, Arquivo Histórico de Angola e Agência Geral do Ultramar. Contém documentos variados sobre a conquista do século XVI ao XIX. Por exemplo, a edição de 1968 – *Arquivos de Angola (1790-1797)* – contém documentos oficiais sobre o Governo de Benguela no momento de maior volume na exportação de escravos para o Rio de Janeiro. Inclui correspondência oficial, dados sobre entrada e saída de embarcações negreiras, patrulhamento da vila e da costa contra contrabandistas, informações sobre o Hospital de Benguela, exploração da costa ao sul de Benguela e notícias sobre o sertão de Benguela.

- Coletânea de documentos *Angolana: documentação sobre Angola (1783-1887)* em 4 volumes (1968, 1971, 1976, 1995), publicada pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (Lisboa) e o Arquivo Histórico de Angola (Luanda). Contém uma grande quantidade de documentos sobre a exploração e ocupação da região ao sul de Benguela, que viria a ser conhecida como Mossamedes (atual província do Namibe) e informações sobre os sertões de Benguela em finais do século XIX, incluindo as operações militares em Bailundo, Bié, Huíla e Humpata. Há também informações sobre expedições científicas e missionárias no interior.
- *Textos para a História da África Austral, século XVIII*, publicado em 1989 em Lisboa sob a coordenação de Luís de Albuquerque e com comentários de Maria Emília Madeira Santos. Pequeno livro com alguns documentos importantes sobre a presença portuguesa em Angola, incluindo memórias e relatos de viagem no interior de Benguela e abertura de rotas terrestres entre as costas oriental e ocidental da África meridional.
- Revista *Fontes e Estudos*, publicação do Arquivo Nacional de Angola. Existem 7 números publicados entre os anos de 1994 e 2011, com a transcrição de importantes códices sobre Benguela nos séculos XVIII e XIX (códices 440, 443, entre outros), em especial sobre conflitos entre as autoridades coloniais e africanas no interior da conquista.
- *Annaes Marítimos e Coloniaes*, 6 volumes publicados pela Imprensa Nacional de Portugal entre os anos de 1840 e 1846 (Disponível para download no books.google.com).

Dentre centenas de documentos incluídos nos *Annaes Marítimos e Coloniaes*, destacam-se:

- *Notícia da cidade de São Filipe de Benguella e dos costumes dos gentios habitantes daquele sertão*, escrita em 1797 por Paulo Pinheiro de Lacerda e publicada nos *Annaes Marítimos e Coloniaes* volume V, documentos inéditos (1845). Descrição da conquista de Benguela e dos seus sertões, com muitas informações valiosas sobre a organização política e administrativa dos *sobados* e com vários dados etnográficos sobre as populações do interior. A fonte, até então inédita, foi oferecida à Associação da Marinha pelo historiador José Joaquim Lopes de Lima, mas há uma cópia manuscrita do mesmo relato na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- *Descrição da Capitania de Benguella, suas Províncias, Povos, Rios mais caudalosos, Minas de Ferro, e Enxofre, e outras particularidades que tem, mais consideráveis*, escrita pelo governador de Benguela Alexandre Botelho de Vasconcellos em 1799. Valiosíssima fonte sobre a organização administrativa da Capitania de Benguela que claramente serviu de base para várias outras obras, como *Castellobranco* e *Torres, Lopes de Lima*, entre outros. Está no volume IV, série não oficial (1841).
- *Derrota que fez o Tenente de Artilharia João Francisco Garcia, Commandante do novo Estabelecimento da bahia de Mossâmedes, quando em cumprimento do Officio do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Governador Geral do Reino de Angola e suas dependencias, marchou da mesma bahia até o presidio de Caconda, a fim de abrir a correspondência daquela bahia com este presidio, e ao mesmo tempo observar, e notar quanto se achasse interesse pelos caminhos, por onde transitasse*. Com título autoexplicativo, esta é mais uma inestimável fonte colonial para a história de Benguela publicada pelos *Annaes Marítimos e Coloniaes*, volume IV, série não oficial (1841).
- *Memória sobre os sertões, e a costa sul de Benguella, na provincia de Angola, escripta sobre documentos officiais, que existem na Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar*, escrita por Simão José Soriano. 28 páginas com ricas informações sobre os sertões de Benguela e sobre o interior de Mossamedes, que deixou de fazer parte do Reino de Benguela na primeira metade do século XIX. Publicado no volume VI dos *Annaes Marítimos e Coloniaes* (1846).

- *Annaes do Conselho Ultramarino*, 8 volumes publicados pela Imprensa Nacional de Portugal entre os anos de 1867 e 1869 (séries oficial e não oficial) (Disponível para download no books.google.com).

Dentre centenas de documentos incluídos nos *Annaes do Conselho Ultramarino*, destacam-se:

- *Notícia de uma exploração da costa occidental da África ao sul de Benguella*, escrita pelo pumbeiro húngaro Lazlo Magyar (ou Ladislau, como ele assina) em 1855, com uma descrição das viagens feitas entre os anos de 1846 e 1848. Contém uma carta enviada ao governador de Benguela em 1853. Publicada nos *Annaes do Conselho Ultramarino*, série I, não oficial (1856).
- *Notícia do sertão de Bailundo*, por Cândido de Almeida Sandoval em 1837. Informações sobre o território e o governo “democrático” do Bailundo, localizado no planalto do Bié, no interior de Benguela. Publicada nos *Annaes do Conselho Ultramarino*, série I, não oficial (1856).
- *Uma viagem de Angola em direção a contra-costa*, por Antonio Francisco Ferreira da Silva Porto. Valiosa descrição dos sertões, em especial dos povos Ganguella. Resumo da viagem feita pelo sertanejo entre Angola e Moçambique em meados do século XIX. Publicado nos *Annaes do Conselho Ultramarino*, série I, não oficial (1856).
- *Viagem a Quilengues e a Caconda*, escrita por João José Libório em 1856, é na verdade um diário de uma diligência em busca do morador negro Francisco Lourenço Borges. Contém informações sobre os territórios e povos no interior de Benguela, incluindo Dumba, Quilengues, Quipungo, Calundungo, Matende, Hambo, Caconda, entre outros. Publicado nos *Annaes do Conselho Ultramarino*, série I, não oficial (1858).
- *Auto de recepção de dois embaixadores, um enviado pelo soba de Quipungo, e outro pelo soba derrotado dos Gambos, por nome Cambuta*, escrito pelo escrivão Francisco Xavier Vandunem e assinado por moradores e autoridades coloniais do *districto* de Quilengues em agosto de 1856, informando a intenção dos *sobas* em manter relações comerciais pacíficas com o governo colonial e sua disposição a aceitar “a amizade de Sua Magestade El-Rei”. *Annaes do Conselho Ultramarino*, série I, não oficial (1867).

Existem alguns relatórios oficiais e relatos de viajantes em publicações em Portugal, no Brasil e em Angola, dentre eles destacam-se:

- *Relatório do Governador Geral da Província de Angola*, de Sebastião Lopes de Calheiros Menezes, referente a 1861 e publicado em Lisboa pela Imprensa Nacional em 1867, com informações sobre a organização territorial e administrativa de Benguela, repetindo várias informações de obras anteriores, porém com dados estatísticos atualizados. Inclui a reprodução de vários documentos expedidos pela administração colonial (Disponível para download no books.google.com).
- O Jornal literário *O Patriota*, em 3 edições publicadas em 1813 no Rio de Janeiro. Contém o *Extracto da viagem que fez ao sertão de Benguella no ano de 1785, por ordem do Governador Geral do Reino de Angola, o bacharel Joaquim José da Silva, enviado á aquele Reino como Naturalista, e depois Secretário de Governo*. Relatório parcial do naturalista Joaquim José da Silva durante sua expedição no interior ao sul de Benguela em 1785, região que viria a ser conhecida com Mossamedes.
- *Memória sobre as colonias de Portugal situadas na costa occidental d’África* (1814), de Antonio de Saldanha da Gama, publicado em Paris em 1839. Contém informações sobre a ocupação de Benguela, sua organização administrativa, informações sobre produção agrícola e pecuária (Disponível para download no books.google.com).

- *O Panorama, Jornal Literário e Instructivo*, publicado em Lisboa em 1845, contém o relato de viagem de F. M. Bordalo intitulado *Viagens na África e na América*, com algumas informações interessantes sobre o trajeto entre Benguela e Huila, passando por Quilengues.
- *Viaggi nell'a Africa Occidentale*, escrita pelo médico italiano Tito Omboni e publicada em Milão em 1845. Omboni fez uma viagem de circunavegação do continente africano e passou por Benguela durante o segundo mandato do governador Justiniano José dos Reis (1835-1838). Há algumas informações sobre a cidade, a condição de suas casas, do hospital e do comércio. A quantidade de escravos na vila chama a atenção do médico italiano, que coleta algumas poucas informações etnográficas sobre os africanos que encontra em sua breve estadia. Ele ainda dá algumas notícias sobre a região de Catumbela antes de seguir sua viagem em direção a Luanda, passando por Novo Redondo e Benguela-Velha (Disponível para download no archive.org).
- *Viagens e apontamento de um portuense em África*, coletânea dos escritos do mais famoso traficante de escravos luso-africano António Francisco Ferreira da Silva Porto e suas explorações pelos sertões de Benguela entre 1845 e 1870. Obra publicada pela Universidade de Coimbra em 1986, sob a organização e comentários de Maria Emília Madeira Santos.
- *Considerações importantes sobre alguns pontos mais importantes da moral religiosa no sistema de jurisprudência dos pretos do continente da África*, estudo colonial das religiões africanas escrito por Antonio Gil e publicado pela Academia Real de Ciências de Lisboa em 1854.
- *Exame das viagens do Doutor Livingstone (1867)*, análise do membro da Academia Real de Ciências de Lisboa José de Lacerda sobre as viagens de David Livingstone descritas em seu *Missionary travels and researches in south Africa (1857)*. Contém diversas informações sobre Benguela e seu interior (província dos Quinbudos e o Hila). Há referências a outras importantes obras, como Cavazzi, Cadornega e Lopes de Lima.
- *Mossamedes: apreciações sobre as colônias portuguesas em geral e sua organização política*, de Ferreira de Almeida, publicada pela Sociedade de Geographia de Lisboa em 1880 (Disponível para download no books.google.com).
- *Como eu atravessei a África*, obra de Alexandre de Serpa Pinto em dois volumes, escrita em 1880 e publicada em português em 1881. A obra foi traduzida para o inglês (*How I crossed Africa*) por Alfred Elwes e também publicada em 1881 (Ambos disponíveis para download no books.google.com).
- Coletânea de viagens de exploração na África reunidos na publicação *Exploração da África Austral (1484-1877)*, organizada por Manuel Ferreira Ribeiro e publicada em Lisboa em 1885. Contém um resumo histórico da exploração e fundação da capitania de Benguela, e informações sobre administração colonial, com notícias sobre conflitos nos sertões contra soberanos locais (Bailundo).
- *A Ocupação do Congo e a Conferência de Berlim*, de Carlos de Magalhães, impresso pela Typographia da Viúva Sousa Neves, em Lisboa (1885) (Disponível para download no books.google.com).
- *A Lunda e os estados da Muatiânvua (1884-1888)*, livro publicado em 1890, de Henrique Augusto Dias de Carvalho (Disponível para download no books.google.com).
- *Expedição ao Cubango (1889)*, relatório escrito pelo Capitão Arthur de Paiva, publicado pela Sociedade de Geographia de Lisboa em 1890 (Disponível para download no books.google.com).
- *Uma expedição africana a Nova Lisboa*, escrita pelo Tenente Albino Victoria Pereira e publicada em 1890 (Disponível para download no books.google.com).

- *Relatório de Viagem entre o Bailundo e as terras do Mucusso* (1892), de Paiva Couceiro, com diversas informações sobre as terras no interior de Benguela (Disponível para download no books.google.com).
- *Missões Portuguesas: Caconda, Catoco, Bihé e Bailundo*, comunicação feita à Sociedade de Geographia de Lisboa em 22 de dezembro de 1896 pelo Padre Ernesto Lecomte, e publicada no ano seguinte pela mesma instituição (Disponível para download no books.google.com).
- *Traços gerais sobre a Ethnographia do Districto de Benguella* (1908), um valioso trabalho feito pelo etnógrafo angolano Augusto Bastos publicado no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 26.ª série (1907) (Disponível para download no books.google.com).

Referências bibliográficas

- Actas das Sessões da Sociedade de Geographia de Lisboa* (1885), volume V, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Afigbo, Adiele E. (1972), *The Warrant Chiefs: Indirect Rule in Southern Nigeria, 1891-1929*, Londres: Longman.
- Albuquerque, Aline (2015), “De traficante de escravos a Visconde de Loures: a trajetória atlântica de Angelo Francisco Carneiro”, *Comunicação apresentada no 7.º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, pp. 1-15.
- Almeida, J. B. Ferreira de (1880), *Mossamedes: apreciações sobre as colônias portuguesas em geral e sua organização política*, Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa.
- Angolana: documentação sobre Angola, 1783-1883*, 4 Vols. (Luanda: Instituto de Investigação Científica, 1968, 1971, 1976, 1995).
- Arquivos de Angola, 1790-1797* (1968), 2.ª série, Vol. 25, N.º 99/102, Luanda: Arquivo Nacional.
- Axelson, Eric (1967), *Portugal and the Scramble for Africa, 1875-1891*, Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- Ball, Jeremy (2015), *Angola's Colossal Lie: Forced Labor on a Sugar Plantation, 1913-1977*, Leiden: Brill.
- Bender, Gerald J. (1980), *Angola under the Portuguese: The Myth and the Reality*, Berkeley: University of California Press.
- Birmingham, David (1974), “Themes and Resources of Angolan History”, *African Affairs*, Vol. 73, pp. 188-203.
- Birmingham, David (1966), *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and Their Neighbours Under the Influence of the Portuguese, 1483-1790*, Oxford: Clarendon Press.
- ____ (1965), *The Portuguese Conquest of Angola*, London: Oxford University Press.
- Bluteau, Rafael (1789), *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 2 tomos, Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira.
- Brásio, Antonio, ed. (1952-1988), *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental*, 15 vols., Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Cadornega, Antonio de Oliveira de (1972), *História Geral das Guerras Angolanas, 1680*, 3 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Cahen, Michel (2012), “Indigenato Before Race? Some Proposals on Portuguese Forced Labor Law in Mozambique and the African Empire, 1926-62”, *Proceedings of the British Academy*, N.º 179, pp. 149-171.

- Campelo, Guilherme Augusto de Brito (1889), "Relatório do governador geral da província de Angola de 1887", *Relatórios dos governadores das províncias ultramarinas*, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 1-22.
- Candido, Mariana (2014), "Jagas e Sobas no 'Reino de Benguela': Vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII", in Ribeiro, Alexandre, Gebara, Alexander e Berthet, Marina, *África: histórias conectadas*, Niterói: PPGH-UFF, pp. 41-77.
- ____ (2013), *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland*, New York: Cambridge University Press.
- ____ (1861), "Observações feitas em 1848 por João Vieira Cerneiro relativas a diversos objetos que lhe pareceram não exatos no III volume dos Ensaios sobre Estatística das Possessões Portuguezas da África Occidental pelo Conselheiro José Joaquim Lopes de Lima", *Annaes do Conselho Ultramarino*, 2.ª série, parte não oficial, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 172-179.
- Carriso, Luis Wittnich (1936), *O problema colonial perante a nação* (Conferência proferida na sala dos Campelos da Universidade de Coimbra em 2 de março de 1928), *apud*, Dias, Gastão Sousa (1936), *Povoamento de Angola*, Cadernos Coloniais N.º 41, Lisboa: Cosmos: 17.
- Carvalho, Flávia Maria de (2013), "Os homens do rei de Angola: sobas, governadores, e capitães-mores, século XVII e XVIII", Tese de doutorado: Universidade Federal Fluminense.
- ____ (2011), "Do undamento ao avassalamento: ritos e cerimônias, alianças e conflitos entre portugueses e sobas do antigo Ndongo", *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*, pp. 1-10.
- Clarence-Smith, William G. (1979), "The Myth of Uneconomic Imperialism: The Portuguese in Angola, 1836-1926", *Journal of Southern African Studies*, Vol. 5, N.º 2, pp. 165-180.
- Correa, Elias Alexandre da Silva (1937) [1782], *História de Angola*, 2 Volumes, Lisboa: Editorial África.
- Cruz, Elizabeth Ceita Vera (2005), *Estatuto do indigenato: a legalização da discriminação na colonização portuguesa*, Luanda: Chá de Caxinde.
- Curto, José C. (1998), "The Angolan Manuscript Collection of the Arquivo Histórico Ultramarino, Lisbon: Toward a Working Guide", *History in Africa*, Vol 15, pp. 163-189.
- ____ (1994), "Sources for the Pre-1900 Population History of Sub-Saharan Africa: The Case of Angola, 1773-1845", *Annales de démographie historique*, 1994, pp. 319-338.
- Delgado, Ralph (1948), *História de Angola*, 3 Vols., Luanda: Banco de Angola.
- ____ (1945), *O Reino de Benguela: do descobrimento à criação do governo subalterno*, Lisboa: Ed. do Autor.
- Dias, Gastão Sousa (1939), *Páginas da história de Angola*, Cadernos Coloniais N.º 60, Lisboa: Cosmos.
- ____ (1936), *Povoamento de Angola*, Cadernos Coloniais N.º 41, Lisboa: Cosmos.
- Dias, Jill (1998), "Angola", in Alexandre, Valentim e Dias, Jill, orgs. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano, 1825-1890*, Lisboa: Estampa, pp. 319-556.
- ____ (1995), "Mudanças nos padrões de poder no hinterland de Luanda: o impacto da colonização sobre os Mbundu, c. 1845-1920.", in *Portugal e a Patilha do Mundo*, Lisboa: Cosmos, pp. 43-91.
- Felner, Alfredo Albuquerque (1933), *Angola: Apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fontes e Estudos: Revista do Arquivo Nacional* (2011), N.º 6-7, Luanda, Ministério da Cultura.
- ____ (1995), N.º 2, Luanda, Ministério da Cultura.

- Freudenthal, Aida (2011), “Benguela: de feitoria à cidade colonial”, *Fontes e Estudos, Revista do Arquivo Nacional de Angola*, N.º 06-07, Luanda, pp. 197-229.
- Gilmartin, Mary (2005), “Colonialism / Imperialism”, in Gallaher, Carolyn, ed. *Key Concepts in Political Geography*, London: Sage, pp. 115-123.
- Havik, Philip (2010), “Direct or indirect rule? Reconsidering the roles of appointed chiefs and native employees in Portuguese West Africa”, *Africana Studia*, v. 15, n.º 2, pp. 29-56.
- Hegel, Georg (2001) [1837], *The Philosophy of History*, Kitchener: Batoche Books.
- Heintze, Beatrix (2007), *Angola nos séculos XVI e XVII: Estudo sobre fontes, métodos e História*, Luanda: Kilombelombe.
- ____ (1985), *Fontes para a história de Angola no século XVII*, 2 Vols., Stuttgart: Franz Steiner.
- ____ (1982), “Written Sources and African History: A Plea for the Primary Source. The Angolan Manuscript Collection of Fernão de Sousa”, *History in Africa*, Vol. 9, pp. 77-103.
- Henriques, Isabel Castro (2015), “Colonialismo e História”, *Working Paper, Lisboa School of Economics and Management*, Lisboa: CESAAA, pp. 1-31.
- ____ (1997), *Percursos da Modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa: IICT – ICP.
- Heywood, Linda M. (2002), “Portuguese into African: The Eighteenth-Century Central African Background to Atlantic Creole Cultures”, in Linda M. Heywood, org. *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*, London: Cambridge University Press, pp. 91-114.
- Heywood, Linda, Thornton, John (2007), *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Jadin, Louis (1955), “L’Ancien Congo et les Archives de l’Oude West Indische Compagnie Conservé à le Haye (1641-1648)”, *Bulletin des Séances, Académie Royale des Sciences Coloniales*, Vol. I, N.º 3, pp. 447-451;
- ____ (1956) “Recherches dans les Archives et Bibliothèques d’Italie et du Portugal sur l’Ancien Congo”. *Bulletin des Séances, Académie Royale des Sciences Coloniales*, Vol. II, N.º 6, pp. 951-990.
- ____ (1966), “Importance des Acquisitions Nouvelles des Archives Historiques de l’Angola à Luanda pour l’Histoire de l’Afrique Centrale, 1726-1915”, *Bulletin des Séances, Académie Royale des Sciences d’Outre-Mer*, 6, pp. 892-1903.
- Jerónimo, Miguel Bandeira (2015), *The “Civilising Mission” of Portuguese Colonialism, 1870-1930*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Klein, Martin (2006), “African participation in Colonial Rule: The Role of Clerks, Interpreters, and other Intermediaries, in Lawrance, Benjamin, Orson, Emily e Roberts, Richard, orgs. (2006) *Intermediaries, Interpreters, and Clerks: African employees in the Making of Colonial Africa*, Madison: University of Wisconsin Press, pp. 273-288.
- Lawrance, Benjamin, Orson, Emily e Roberts, Richard (orgs.), (2006) *Intermediaries, Interpreters, and Clerks: African employees in the Making of Colonial Africa*, Madison: University of Wisconsin Press.
- Lima, José Joaquim Lopes de (1844-1862), *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguesas na África Occidental e Oriental; Asia Occidental, China e na Oceania*, 6 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Machado, Inácio Mendes do Nascimento (1861), “Auto de undamento e vassallagem que presta o soba gentio Dambi Angolla, Miguel, Pedro, denominado Cagonbe Canguma Cacambo Cangonga”. *Annaes do Conselho Ultramarino*, 2ª série, parte não oficial, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 133-134.

- Magalhães, Carlos de (1885), *A Ocupação do Congo e a Conferência de Berlim*, Lisboa: Typographia da Viúva Sousa Neves.
- Menezes, Sebastião Lopes de Calheiros e (1867), *Relatório de governador geral da Província de Angola de 1861*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Miller, Joseph C. (1988), *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Madison: University of Wisconsin Press.
- ____ (1974), "The Archives of Luanda, Angola", *International Journal of African Historical Studies*, Vol. VII, N.º 4, pp. 551-590.
- Newitt, Malyn (2008), "Angola in historical context", in Chabal, Patrick e Vidal, Nuno (orgs.), (2008) *Angola: the weight of history*, New York: Columbia University Press.
- Panikkar, K. Madhu (1962), *Angola in Flames*, Bombay: Asia Publishing House.
- Pantoja, Selma (2012), "Revisitando a rainha Nzinga; histórias e mitos das histórias", in Mata, Inocência org. *A rainha Nzinga Mbandi: história, memória e mito*, Lisboa: Colibri, pp. 115-146.
- Pratten, David (2006), "The District Clerk and the 'Man-Leopard Murders': Mediating Law and Authority in Colonial Nigeria", in Lawrance, Benjamin, Orson, Emily e Roberts, Richard, orgs. (2006) *Intermediaries, Interpreters, and Clerks: African employees in the Making of Colonial Africa*, Madison: University of Wisconsin Press, pp. 220-246.
- Santos, Catarina Madeira (2006), "Escrever o poder: Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu", *Revista de História* 155, N.º 2, pp. 81-95.
- ____ (2005), "Um governo polido para Angola: Reconfigurar dispositivos de domínio, 1750-c.1800", Tese de doutorado: Universidade Nova de Lisboa.
- Santos, José Gomes dos (1903), *As nossas colônias: Geographia Physica e Política, Etnographia, Indústria, Comércio, Navegação, Riqueza Colonial, Trabalho Indígena*, Lisboa: Empresa do Portugal em África Editora.
- Silva, Rosa Cruz e (2004), "The Saga of Kakonda and Kilengues. Relations between Benguela and its Interior, 1791-1796", in Curto, José e Lovejoy, Paul, orgs. *Enslaving Connections: Changing Cultures of Africa and Brazil during the Era of Slavery*, New York: Humanity Books, 249-263.
- ____ (1999), "Benguela e Brasil no Final do Século XVIII: Relações Comerciais e Políticas", in Pantonja, Selma e Saraiva, José Flávio, orgs. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico sul*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 127-142.
- Somerville, Keith (1986), *Angola: politics, economics and society*, London: Frances Pinter.
- Thompson, Estevam C. (2017), "Angola, Portuguese Conquest of (c. 1575-1648)", in Timothy Stapleton, org. *Encyclopedia of African Colonial Conflicts*, 2 vols., Santa Barbara: ABC-CLIO, pp. 51-59.
- ____ (2016), "Vassalos, presentes e conquista: um olhar colonial sobre Benguela", *Afro-Ásia*, N.º 51, pp. 255-262.
- ____ (2014), "Sociedades negreiras: a comunidade de comerciantes "brasileiros" em Benguela em fins do século XVIII", in Ribeiro, Alexandre, Gebara, Alexandre e Berthet, Marina. *África: histórias conectadas*, Niterói: PPGH-UFF, pp. 99-116.
- ____ (2011), "Negreiros in South Atlantic: The Community of 'Brazilian' Slave Traders in Late Eighteenth Century Benguela," *African Economic History*, N.º 39, pp. 73-128.
- ____ (2006), "Negreiros nos Mares do Sul: Famílias traficantes nas rotas entre Angola e Brasil em fins do século XVIII", Dissertação de mestrado: Universidade de Brasília.
- Thornton, John K. (1999), *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*, London: UCL Press.
- ____ (1979), "Note on the Archives of the Propaganda Fide and Capuchin Archives", *History in Africa*, Vol. 6, pp. 341-344.

- Vansina, Jan. "Ambaca Society and the Slave Trade c. 1760-1845," *The Journal of African History*, 46, n.º 1 (2005): 1-27.
- Venâncio, José Carlos (1996), *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII*, Lisboa: Estampa.
- Visconde de Santarém (1845), "Relatório lido pelo Exmo. Visconde de Santarém na Sociedade de Geographia de Paris, relativamente a obra de Mr. Lopes de Lima intitulada Ensaio Estatístico Sobre as Possessões Portuguezas no Ultramar", *Annaes Marítimos e Coloniaes*, 5.ª série, parte não oficial, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 409-428.
- Wheeler, Douglas e René Pelissier (1971), *Angola*, New York: Praeger Publishers.

LIMITES DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

IMPOSTOS PELA INGLATERRA A PORTUGAL

Esboço geographico dos territorios que foram portuguezes e dos que ficam restando a Portugal

POR J. C.

1890



Entre o colonizador e o colonizado: reflexões em torno da pertença e acessibilidade do *corpus* documental sobre a delimitação e demarcação das fronteiras de Moçambique¹

Ana Cristina Roque*

p. 71-81

1. Introdução

A importância dos arquivos e a questão da sua acessibilidade é incontornável no trabalho do historiador. Nos últimos anos registaram-se avanços significativos, designadamente no que respeita ao reconhecimento do valor dos documentos de arquivo como património e memória (Diop, 2011) expresso na Declaração Universal sobre os Arquivos (UNESCO, 2011), e à adoção de novas tecnologias que têm vindo a permitir consideráveis progressos tanto no tratamento e preservação dos vários tipos de documentos, quanto na criação de instrumentos específicos de acesso e formas de disponibilização, numa variedade de suportes e formatos, em conformidade com as resoluções aprovadas em 2011, na 36.^a conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris (DGAR, 2011).

Porém, parece haver ainda um longo caminho a percorrer considerando tanto o tratamento arquivístico da documentação quanto, e sobretudo, a sua disponibilização e critérios de acessibilidade. E este caminho, apesar dos bons exemplos de alguns arquivos,² parece ser ainda mais longo quando se trata de arquivos sobre África e, mais concretamente, quando em causa estão documentos específicos como os que se referem às fronteiras dos antigos territórios coloniais.

O tema das fronteiras é, desde logo, um tema delicado, de abordagens múltiplas nem sempre consensuais e que, no caso das fronteiras físicas dos territórios das ex-colónias, se torna mais problemático pela ligação imediata à construção forçada de um espaço delimitado

* CH-ULisboa – Centro de História. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Meus agradecimentos aos pareceristas anónimos pelos comentários feitos a este artigo.

¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada oralmente no Seminário Internacional “*Culture, Politics and Labor in Southern Africa*”, que se realizou em Campinas, de 11 a 14 de maio de 2015, onde se apresentou e discutiu a situação em que se encontrava esta documentação nos arquivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). De então para cá, este Instituto foi extinto por fusão na Universidade de Lisboa e na Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (Decreto-Lei n.º 141/2015, de 31 de julho). Esta extinção implicou uma reorganização dos diferentes materiais que, até essa data, estavam à guarda desta instituição e, naturalmente, algumas alterações no que respeita à localização, disponibilidade e acesso a estes materiais. Assim, procurando acompanhar o processo de transferência e reorganização destes materiais, este texto teve de sofrer as devidas alterações decorrentes desta nova situação.

² Veja-se, por exemplo, o caso do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Centro de Pesquisa e Documentação Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas (http://www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael/) –, que, em maio de 2015, tivemos oportunidade de visitar durante os trabalhos do Seminário “*Culture, Politics and Labor in Southern Africa*”.

por interesses exteriores, desconsiderando realidades locais e regionais em nome de uma pretensa unidade que não existia (Roque, 2016).

Razões para fazer deste tema um palco privilegiado para estudar a implementação do colonialismo em África mas, em simultâneo, que justificam também terem sido deixados em aberto muitos aspetos aos quais não tem sido dada a devida atenção. Aspetos que se prendem quer com a informação que este tipo de documentação integra, e que não se esgota nas balizas cronológicas e temáticas da História Colonial, quer com a natureza específica desta documentação, e que obrigam a uma reflexão sobre a sua função enquanto instrumento da política colonial e, simultaneamente, instrumento fundamental para garantir e legitimar atualmente a soberania desses territórios enquanto estados independentes.

Nesse sentido, considerando o interesse a as potencialidades destes documentos, pretende-se chamar a atenção para um *corpus* documental específico, genericamente designado por *Arquivo de Fronteiras*, numa dupla perspetiva: por um lado, a necessidade de disponibilizar oficialmente a documentação que faz parte deste *corpus* – o que em termos institucionais devia ser já um assunto resolvido e que remete para as relações diplomáticas e respetivos acordos entre os diversos estados envolvidos nesta questão e que, obviamente, não são aqui objeto de análise – e, por outro lado, a de sublinhar a importância dessa mesma documentação para uma melhor compreensão da evolução e alterações regionais e, conseqüentemente, da situação atual, e a possibilidade de contribuir para, no caso de Moçambique, ajudar à gestão e desenvolvimento do país.

2. Fronteiras coloniais – reconhecer, aceitar e garantir

A herança e aceitação das fronteiras coloniais, por parte dos países africanos, tem vindo a ser amplamente discutida desde os anos 60 e assume-se hoje como um dos debates mais significativos da história contemporânea desses países, sobretudo quando está em causa a reafirmação do traçado das linhas de fronteira, originalmente definidas pelas potências coloniais, e as suas conseqüências. Longe de ser um problema específico de Moçambique, esta questão reflete e sublinha o problema da reconstrução e reajustamento atual das fronteiras oficiais de praticamente todos os estados africanos e, enquanto tal, envolve não só os países africanos, como a comunidade internacional, particularmente a Europa.

Este debate resulta também, em boa parte, da necessidade de os estados africanos implementarem a resolução sobre a inalienabilidade das fronteiras coloniais, assumida no Cairo em 1964, e que fundamenta o Programa de Fronteiras da União Africana (2007). O Programa é visto como um instrumento fundamental para a paz, segurança e desenvolvimento económico e social dos diferentes estados (Nugent & Asiwaju, 1996; Asiwaju, 2012), e prevê que o processo de reconstrução de fronteiras, para os estados que a ele aderiram, esteja concluído até 2017 (OUA, 2013). Nesse sentido, governos e instituições têm-se mobilizado para proceder, em devido tempo, às obras necessárias e aos indispensáveis contactos diplomáticos.

No caso de Moçambique, os trabalhos de campo foram iniciados por uma equipa do Instituto do Mar e das Fronteiras (IMAF), e o resultado imediato foi a constatação do desaparecimento de muitos marcos de fronteira e, conseqüentemente, a dificuldade em localizar exatamente onde passava a linha de fronteira; sendo que, a esta dificuldade, acrescia a falta de informação sobre as coordenadas geográficas dos marcos desaparecidos (IMAF, 2009).

Qualquer tentativa para a recuperação da localização destes exigia o conhecimento prévio da sua posição geográfica precisa, dependendo a reconstrução da linha de fronteira de descrições, mapas e dados topográficos ou geográficos inexistentes em Moçambique (Roque, 2010a), uma vez que a informação que tinham disponível se restringia apenas à documen-

tação publicada; a saber, os tratados e convenções assinados por Portugal e Inglaterra sobre as áreas em disputa entre estes dois países, entre 1869 e 1926. Documentação que estava longe de fornecer a informação necessária à reconstrução atual das fronteiras do país. Esta situação veio alertar para o facto da maioria da documentação oficial sobre este processo, respeitante a todos os territórios coloniais, não estar disponível nem acessível aos atuais países africanos e sublinhar a necessidade de uma colaboração oficial com os demais países envolvidos.

Aceitando as fronteiras coloniais, os novos estados africanos assumiram-nas como parte integrante de sua própria história, marcas físicas dos seus limites geográficos e políticos, legitimando assim as pretensões destes países ao acesso livre e sem restrições a todos os documentos oficiais relacionados com a história das suas fronteiras e considerados fundamentais, em termos geopolíticos e geoeconómicos (Mucombo, 2013). Contudo, porque considerados prioritariamente na perspetiva da história do Império Colonial Português e dos portugueses em África, estes documentos permaneceram nos arquivos portugueses.³ Efetivamente, muitos são os casos em que as antigas colónias, agora países independentes, não têm acesso a esta documentação nem possuem cópia da mesma, ainda que se trate de um *corpus* documental único para a sua história, constituindo mesmo, por vezes, a principal fonte de informação para aspetos particulares do seu território (Roque, 2010a). Esta situação remete-nos, inevitavelmente, para a discussão em torno do significado e função do Arquivo (Tembe, 2015), das dificuldades inerentes à sua deslocação e do controle dos direitos dos arquivos, designadamente dos arquivos respeitantes ao Estado Colonial, mas, também, para a importância de agilizar os processos conducentes à concretização dos compromissos assumidos em 2011, no que respeita à sua gestão, acessibilidade e utilização (UNESCO, 2011).

2.1. Documentação portuguesa relativa ao processo de delimitação e demarcação de fronteiras: tipo de documentos, localização e acesso

Relativamente a Moçambique, a informação sobre este processo encontra-se hoje dispersa por vários arquivos e instituições, de entre os quais o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), a Universidade de Lisboa (UL), a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). No entanto, como a maioria dos trabalhos relativos à definição das fronteiras dos territórios coloniais foi desenvolvido pela Comissão de Cartografia (CC), e o seu sucessor institucional foi o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), esta instituição foi, até à sua extinção em julho de 2015, a que acolheu nos seus arquivos o principal repositório de informações sobre as fronteiras coloniais africanas. À data da sua extinção, o IICT integrava o AHU e era tutelado pelo MNE; sendo que os seus arquivos albergavam não só a documentação de natureza técnico-científica e histórico-diplomática relativa ao processo de definição das fronteiras de todos os territórios das ex-colónias, como todo o equipamento científico usado durante as várias missões e os respetivos espólios delas resultantes. A extinção do IICT e a sua integração na Universidade de Lisboa teve, como resultado, a transferência de quase todo este núcleo documental e material para o Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lis-

³ A pesquisa que serve de base a este trabalho tem sido feita, fundamentalmente, nos arquivos portugueses e sobre documentação portuguesa. É possível que o mesmo tipo de questões se ponha relativamente a outros países que, como a Inglaterra, a França, a Alemanha ou a Itália desenvolveram, a seu tempo, processos semelhantes nas suas colónias. Porém, o estado atual desta investigação não permite ainda fazer qualquer tipo de comparações com a situação que possa ocorrer (ou ter ocorrido) nesses países.

boa (MUHNAC) onde, desde o início de 2016, tem estado a ser alvo de análise tanto numa perspetiva institucional, que considera os atuais países africanos, herdeiros dos territórios coloniais portuguesas, e o modo como neste contexto se deve proceder à disponibilização desta informação, quanto na perspetiva da sua reorganização e acessibilidade de consulta para investigação.

A mudança de tutela e localização, bem como o tratamento arquivístico desta documentação, não tendo implicações na forma como originalmente se encontravam organizados os diferentes núcleos documentais relativos ao processo de definição das fronteiras nos antigos territórios coloniais, parece ter preservado sem alterações a caracterização geral deste *corpus* documental. Assim, no caso de Moçambique, persistem como núcleos mais relevantes os que integram a cartoteca da *Comissão de Cartografia* (1883-1936)⁴, o *Arquivo de Fronteiras* (1856-1942)⁵ e os arquivos da Missão Geográfica de Moçambique (1932-1983) (Vd. Quadro 001). Quase todos com acesso ainda condicionado embora a consulta de uma parte já possa ser feita sob pedido prévio.

Há ainda documentação dispersa por outros núcleos documentais do AHU, nomeadamente os da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e os do Ministério das Colónias, ou ainda os do Ministério do Ultramar, tendo este último núcleo transitado do AHU para o Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ainda antes da extinção do IICT (Vd. Quadro 002).

A esta documentação acresce um número significativo de relatórios, cartografia (manuscrita e impressa) e publicações da Comissão de Cartografia, que também se encontrava no IICT, mas na biblioteca do Centro de Documentação e Informação (CDI), e ainda, a própria biblioteca da Comissão de Cartografia que, ao longo do tempo, foi constituída para enquadrar e apoiar os diversos trabalhos da Comissão.⁶

Contrariamente ao que se refere no Quadro 001 sobre a acessibilidade, e excetuando o núcleo do Ministério do Ultramar que apresenta algumas restrições, todos são de acesso livre. Porém, em nenhum deles, a questão das fronteiras se encontra identificada, aparecendo inadvertidamente ligada a outras matérias, designadamente na documentação sobre os Serviços de Saúde em ligação, com a imigração para o Transval, as epidemias (varíola, por exemplo) ou as doenças endémicas (tripanossomíase, malária) que podem aparecer em associação com litígios fronteiriços.

Contudo, é a falta da documentação referida no Quadro 001 que tem sido apontada por Moçambique como uma das maiores condicionantes aos trabalhos necessários para confirmar os 6.912 km de fronteira envolvendo oito países vizinhos.⁷ Situação que, desde 2009, tem vindo a ser objeto de atenção pelas vias oficiais competentes, que à época envolviam o MNE, o IICT e o IMAF, já que em causa estava o acesso a informação fundamental e necessária à gestão atual das fronteiras do país.⁸

⁴ A Cartoteca é um dos núcleos que não transitou para o MUHNAC e se mantém no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), atualmente integrado na Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas; sendo que o site do AHU (<http://www2.iict.pt/?idc=100&idl=1>) disponibiliza informação sobre a documentação existente e sobre os instrumentos de acesso a esta mesma documentação.

⁵ Designação genérica dada ao acervo constituído pela documentação sobre a questão das fronteiras existente no IICT e que inclui: processos de correspondência, documentação oficial e diplomática, atas das reuniões realizadas pelas comissões de fronteiras, relatórios e notas de campo, descrição e localização geográfica dos marcos de fronteira, resultados dos trabalhos topográficos e geodésicos, esboços, mapas, fotografias, descrições dos territórios atravessados, informações (litígios, impostos...), sobre todos os territórios que, em tempo, estiverem sob domínio português.

⁶ Informação específica sobre esta biblioteca pode ser consultada em <http://www2.iict.pt/?idc=21&idi=14253>.

⁷ 4.212 km de fronteira continental (Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul, Suazilândia), 2.700 km de fronteira marítima (Tanzânia, Comores, Madagascar e África do Sul). IMAF, 2009.

⁸ Desconhecemos o atual ponto da situação relativo a esta questão, mas, entre 2009 e 2015, o então IICT recebeu 3 delegações oficiais de Moçambique, uma das quais incluía também uma delegação do Malawi, no sentido de se ultrapassarem dificuldades de acesso e agilizar a disponibilização desta documentação.

3. Informação e conhecimento: dados históricos e geográficos

A informação presente nesta documentação é de natureza muito variada e, naturalmente, pode ser abordada de múltiplas formas, dependendo do contexto e objetivos da sua utilização (Roque, 2012; Roque, 2014; Roque 2015). Porém, considerando que o objetivo deste artigo é, sobretudo, refletir sobre as questões da pertença, acesso e preservação desta documentação, e por inerência sobre a natureza deste corpo documental e a sua importância para a gestão atual das fronteiras de Moçambique, referenciam-se apenas dois aspetos que evidenciam claramente o seu contributo e sublinham a relevância desta discussão.

O primeiro aspeto prende-se com a necessidade de Moçambique, enquanto estado soberano, conhecer os limites físicos do seu território e, consequentemente, possuir a documentação que os define e legitima face aos estados vizinhos e à comunidade internacional. Em abril de 2008, numa sessão da Assembleia Legislativa, dois deputados deixaram bem expressas algumas das dificuldades resultantes do desconhecimento desses limites. Manuel de Araújo afirmava que Moçambique era “um País escancarado”, sem fronteiras delimitadas, referindo, como exemplo, a fronteira de Manica que, pelo facto de os marcos terem desaparecido, permitia uma mobilidade “não controlada” entre Moçambique e o Zimbabwe. Por seu turno, Leopoldo Ernesto, pondo a tónica na gestão/administração do território referia que, no norte do país, havia estradas que ninguém sabia se pertenciam a Moçambique ou ao Malawi (Sambo, 2008).

Em qualquer dos casos, ambos os deputados evidenciavam a necessidade de conhecer os limites do país, implementando no terreno as antigas linhas de fronteira materializadas por marcos ou vedações, para tornar evidente a demarcação, facilitar a gestão do território de Moçambique face aos países vizinhos e permitir que cada cidadão pudesse saber a que país pertencia.

Subjacente a estas afirmações está não só o pressuposto de que a fronteira delimita fisicamente o território de um Estado soberano face aos seus vizinhos, como que a reconstrução das linhas de fronteira se deve basear no trabalho científico feito no passado – coordenadas geográficas dos marcos, dados topográficos e cartográficos... – e ratificado pelas instituições oficiais hoje responsáveis pela gestão das fronteiras. Porém, para que seja possível essa ratificação, torna-se imprescindível estar de posse da documentação que serviu de base à sua definição, delimitação e demarcação que integra o Arquivo de Fronteiras o que, como atrás se referiu, nem sempre acontece.

O segundo aspeto prende-se com a possibilidade de perceber o potencial desta informação em termos geoeconómicos e ambientais. Para além da componente histórico-diplomática e técnico-científica a que obrigaram os diversos trabalhos, foi necessário desenvolver todo um trabalho complementar de reconhecimento numa vasta área em maior ou menor grau afeta à fronteira. E, neste domínio, muitos dos documentos produzidos constituem os primeiros reconhecimentos detalhados da região com informações específicas sobre os recursos silvestres ou os modos de vida e organização das diferentes comunidades. Informações de interesse etnográfico, que permitem entender melhor quem habitava a região e como, num período em que uma boa parte do território de Moçambique era desconhecida dos Portugueses. Mas também informações que possibilitam mapear recursos, designadamente a água de que tanto se fala hoje (Fig. 001) e as áreas de risco, como sejam as de maior suscetibilidade a doenças como a malária ou a doença do sono, ou ainda potenciais recursos do território e que podem, hoje, constituir aspetos importantes a ter em conta nos programas de desenvolvimento regional destas áreas.

Há efetivamente todo um conjunto de informações que nos remetem seja para os impactos imediatos resultantes da implementação da fronteira em termos de território/recursos/ usos, seja para a própria caracterização do território e a relação território/comunidades humanas



Fig. 001 – [? A. Freire de Andrade (1890-91)].
*Fronteira do Transval: Região entre os rios Pafuri
 - Limpopo e o rio Singuedsi.* AHU, Comissão de
 Cartografia, ex-CEHCA P10 C039.

e que podem contribuir para uma melhor percepção dos problemas regionais e locais e/ou das razões de alguns dos conflitos posteriores em áreas fronteiriças.

No caso das fronteiras do Sul de Moçambique, por exemplo, esta documentação aponta para que os principais conflitos fronteiriços tenham resultado sobretudo de duas situações específicas relacionadas com momentos precisos do processo. Uma, relacionada com a decisão unilateral de instalação de cercas de arame para delimitar áreas específicas do Transval incluídas no Kruger National Park após 1926; outra, com a decisão de divisão da Maputolândia, ou território dos *AmaThonga*, entre duas autoridades coloniais diferentes, desrespeitando a sua unidade territorial, política, económica e socio-cultural e provocando uma rutura profunda nas formas de organização tradicional nesta região.

No primeiro caso, a vedação inviabilizou a livre circulação de pessoas, gados, fauna silvestre e o acesso a recursos fundamentais, como a água que, na estação seca, persistia apenas em alguns fundões bem para lá da linha de fronteira com Moçambique. Quando no final dos anos 20 a fronteira foi vedada com redes metálicas e passou a ser policiada para que as mesmas não fossem destruídas, as populações do lado Moçambique viram drasticamente alteradas as condições em que viviam. A decisão unilateral das autoridades do Kruger de vedar os 350 kms de fronteira do Parque com Moçambique justificou-se pela necessidade de defesa da fauna silvestre, preservação do habitat natural e controlo de caçadores furtivos (Carruthers, 1995), bem como de controlo de contrabando e de movimentos migratórios ilegais (Macdonald, 2014). Porém, a questão da água veio a revelar-se crucial. Sem água para os gados, as populações foram obrigadas a procurar outras terras para nelas se estabelecerem contribuindo desta forma para o despovoamento da área fronteiriça e a alteração do coberto do solo nessa mesma área (Roque, 2012).

Já no caso dos *AmaThonga*, não obstante a inexistência de cercas, a implementação da fronteira afetou profundamente a organização dos Thonga que, anteriormente à divisão do seu território, ocupavam um vasto território que se estendia desde o sul da baía de Lourenço Marques até paralelo 27° 30' de latitude sul, perto do rio Ozimkulu,⁹ compreendendo zonas ecológicas diferenciadas que permitiam que a população usufrísse das disponibilidades sazonais específicas de cada uma delas. Com uma economia predominantemente pastoril, complementada pela caça e algumas culturas de subsistência, os Thonga movimentavam os seus gados entre as áreas a Norte do rio Maputo, com menos água, menos capacidade de proporcionarem o estabelecimento permanente da comunidade e parte delas ocupadas já por um outro grupo, e portanto com risco de conflito étnico, e as zonas a Sul do rio Maputo, em particular na envolvência da Baía de Kosi onde se encontravam as melhores terras (Roque, 2010b; 2014).

⁹ Atuais Baía de Maputo e Rio Mzimkhulu.

Se a ausência de cercas permitia a persistência de movimentos transfronteiriços, e por isso o impacto no quotidiano da comunidade poderia ser mínimo, qualquer movimentação implicaria a submissão a sistemas fiscais diferentes, impostos pelas duas potências coloniais que partilhavam a Maputolândia. Deste modo, mesmo sem vedações, os homens não poderiam simplesmente conduzir os rebanhos para as áreas além dos limites do poder colonial Europeu a que estavam sujeitos, sob pena de tal situação conduzir a conflitos políticos e eventuais sanções para a Comunidade.

Assim, em qualquer destas situações, a fronteira, inviabilizando o livre acesso a uma parte substancial do território, privou as comunidades indígenas da sua fruição e gestão, tornando-se um obstáculo à economia local e introduzindo um elemento de perturbação na sua vida diária, contribuindo para uma rutura da economia tradicional nas áreas de fronteira e para uma diminuição considerável da biodiversidade regional.

De igual modo, as situações de separação forçada de uma mesma comunidade, como a que se verificou com os Thonga, privaram muitos grupos do seu território original afetando a sua identidade enquanto comunidade e forçando mudanças de organização interna (Roque, 2010b; 2014). Enquanto em simultâneo, fomentavam novas identidades relacionados com o contexto colonial específico em que passaram a estar inseridos e resultando, para um mesmo grupo de origem, na emergência de características diferenciadas em função das diferentes experiências coloniais a que cada parte ficou sujeita (Kloppers, 2005); sendo esta informação particular relevante quando se considera o quadro histórico de uma abordagem antropológica atual nesta área.

4. Nota final

A reconstrução das linhas de fronteira entre Moçambique e os países vizinhos, uma vez aceite a resolução sobre a inalienabilidade das fronteiras coloniais e o Programa de Fronteiras da União Africana, tem de basear-se na informação decorrente dos trabalhos desenvolvidos no passado pelo governo colonial e na sua ratificação atual pelas instituições oficiais hoje responsáveis pela gestão das fronteiras. Porém, a concretização deste processo torna imprescindível o acesso a essa documentação, o que pressupõe, desde logo, o princípio do reconhecimento do direito de Moçambique à sua consulta e acesso e a obrigação de Portugal à sua disponibilização.

Independentemente da importância que essa documentação tem/teve para a História Colonial Portuguesa ela fundamenta a definição de Moçambique como espaço físico, onde o Estado exerce o seu poder político e soberano face aos Estados vizinhos com os quais faz fronteira e, enquanto tal, é um instrumento fundamental para garantir a soberania do Estado Moçambicano.

Naturalmente que esta situação não sendo específica do caso de Moçambique traz também para a ribalta a discussão sobre os Arquivos Coloniais e o seu papel atual. E, muito particularmente, a discussão sobre a quem pertence esta documentação: se ao colonizador que os produziu, se ao colonizado que é o seu foco. Discussão controversa alimentada por argumentação consistente, de ambas as partes, e que nos remete para outras situações que envolvem não só pedidos de documentação depositada em arquivos como, também, de objetos culturais, recolhidos no quadro de diversas campanhas e que, hoje, integram muitas coleções à guarda de diversos museus europeus.¹⁰

O problema é político e ético, reclamando uns e outros a legitimidade da posse dos diferentes documentos (materiais ou escritos) e implicando o envolvimento das autoridades

¹⁰ Sobre esta discussão veja-se, a título de exemplo, Borges e Botelho, 2010.

competentes de ambos os Estados. Porém, concluir a favor de uma das partes, não implica que não se reconheça que, colonizador e colonizado, fazem parte de um mesmo processo e partilham um tempo preciso da História. Tempo esse que, tendo sido conflituoso, não tem de continuar a sê-lo atualmente e esta documentação, como outra respeitante a aspetos específicos da administração colonial,¹¹ é fundamental não só para a compreensão da História de ambos os países, como para o conhecimento de aspetos particulares do território que, hoje, podem fundamentar decisões sobre o mesmo.

Neste contexto, e paralelamente às diligências oficiais e diplomáticas no sentido de ultrapassar as questões relativas à posse, localização e guarda deste *corpus* documental, urge trabalhar no sentido da criação e implementação de instrumentos de acesso à documentação textual e cartográfica, que permitam a sua disponibilização às instituições competentes para o seu estudo e utilização; sendo que os atuais meios de tratamento informático e facilidades de digitalização podem, neste domínio, desempenhar um papel crucial.

Seria tentador aprofundar as questões relativas às possibilidades das novas tecnologias que permitem agilizar o processo de preservação e disponibilização deste tipo de documentação, possibilitam a consulta em suporte digital e, conseqüentemente, permitem ultrapassar as questões decorrentes da localização física do arquivo e das dificuldades de acesso ao mesmo. Porém, tendo em conta que, no que respeita especificamente a este núcleo do *Arquivo de Fronteiras*, esse processo está ainda no início nos arquivos portugueses e que há questões institucionais que não estão ainda resolvidas, seria abusivo avançar com considerações que ultrapassariam largamente o âmbito deste artigo e que estão muito longe de depender apenas de procedimentos e meios técnicos para a sua execução.

Por sua vez, sem que se pretenda sobrevalorizar a relevância deste *corpus* documental relativamente a outros produzidos em contexto colonial, importa dar relevo a alguns aspetos que sublinham a importância específica de que se reveste a disponibilização desta documentação. Assim, por um lado, ao possibilitar a reconstrução da linha de fronteira conforme a sua definição no século XIX, esta documentação permite a atual gestão normal e regular da fronteira garantindo a definição e demarcação do território sob soberania de Moçambique e evitando, deste modo, conflitos territoriais com os países vizinhos. Por outro lado, e numa perspetiva mais ampla da utilização das informações presentes nesta documentação, o acesso a estes arquivos pode possibilitar o mapeamento de toda a zona de fronteira de Moçambique, tal como esta se apresentava nos finais do século XIX, com a identificação e localização dos recursos silvestres mais significativos e dos ecossistemas regionais, refletindo mudanças já em curso nesse período, mas ainda não afetadas pela pressão humana e económica dos meados do século XX (Roque, 2015).

Deste modo, abrindo espaço para o acesso a informação histórica mal conhecida, o tratamento e disponibilização desta documentação pode assim contribuir também para a constituição de bases de dados que suportem projetos atuais de investigação visando igualmente o desenvolvimento regional, designadamente das áreas fronteiriças abandonadas em resultado da falta de condições básicas. Neste contexto não será de mais sublinhar que, não sendo específica de Moçambique, esta situação replica-se na documentação que, no *Arquivo de Fronteiras*, respeita aos restantes territórios africanos que na segunda metade do século XX continuavam ainda sob administração colonial portuguesa. E que, por isso, o que se refere para Moçambique poderá aplicar-se à documentação relativa aos outros países, evidenciando a necessidade e urgência de repensar não só a questão da pertença e acessibilidade da generalidade dos arquivos coloniais, como o próprio papel dos Arquivos em todo este processo.

¹¹ Sobre este aspeto veja-se, a título de exemplo, o que se refere para os Relatórios da Inspeção Superior da Administração Ultramarina (ISAU) e da Inspeção Superior dos Serviços Administrativos e dos Negócios Índigenas (ISANI). Canas, 2013.

Quadro 001 – Principais núcleos documentais relativos ao processo de implementação das fronteiras em Moçambique (1883-1983)

Ref.a	data	Tipo de documentação/materiais			Localização	Obs
		Fotos	Cartografia manuscrita e impressa (481 mapas)			
Cartoteca da Comissão de Cartografia	1883-1936				AHU	Em processo de tratamento arquivístico (Acesso sob pedido prévio). Fotos parcialmente disponíveis on-line
“Arquivo de Fronteiras”	1856-1942	36 caixas de documentos (manuscritos e datilografados)	Fotos	Cartografia manuscrita	MUHNAC	Em processo de tratamento arquivístico (Acesso sob pedido prévio).
Missão Geográfica de Moçambique (MGM)	1932-1983	Relatórios e cadernetas de campo	Fotos	Cartografia manuscrita	MUHNAC	Instrumentos acessíveis (visita). Documentação e fotos (Acesso sob pedido prévio)

Quadro 2. Núcleos documentais identificados no AHU que integram documentação relativa ao processo de implementação de fronteiras em Moçambique (1848-1936)

	Identificação			Data		Acesso
	Direção-Geral do Ultramar	Direção-Geral do Ultramar	Direção-Geral das Colónias			
SEMU – Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar				4.ª Repartição 5.ª Repartição	1848-1912	Acesso livre
				2.ª Repartição 3.ª Repartição	1883-1910	
MC -Ministério das Colónias				6.ª Repartição	1911-1919	Pesquisa acessível on-line http://www2.iict.pt/?idc=82 Acesso livre
				6.ª Repartição	1919-1920	
				6.ª Repartição	1920-1924	
				6.ª Repartição		
				6.ª Repartição	1924-1936	
MU – Ministério do Ultramar		Gabinete dos Negócios Políticos – Moçambique			1934-1974	Pesquisa acessível on-line http://www2.iict.pt/?idc=82 Acesso condicionado (inclui núcleos não disponíveis para consulta)

Referências bibliográficas

- Asiwaju, Anthony I. (2012), “The African Union Border Programme in European Comparative Perspective”, in Wilson, T. M. and Donnan, H., eds., *Companion to Border Studies*, Chichester, UK: John Wiley & Sons, Ltd., pp. 66-82.
- Borges, Luiz Carlos & Botelho, Marília Braz (out. 2010), “Museus e Restituição Patrimonial – entre a coleção e a ética”, IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, 25-28. Disponível on-line, para consulta e download, em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3593/2717>. Acesso, julho de 2016.
- Canas, Ana (2013), “Memórias Abertas de Moçambique e Arquivos Imperfeitos”, in Roque, Ana e Rodrigues, Eugénia (org.), Atas do *Colóquio Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*. Lisboa: IICT. ISBN 978-989-742-006-1. Disponível on-line, para consulta e download, em: <https://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/toico1.pdf>. Acesso, agosto 2016.
- Carruthers, Jane (1995), *The Kruger National Park: A Social and Political History*. Pietermaritzburg: University of Natal Press.
- Diop, P. Momar (2011), “Proposta para a criação de uma Declaração Universal dos Arquivos” apresentada na 36.ª Conferência Geral da UNESCO, Paris. Disponível on-line, para consulta e download, em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002134/213423e.pdf>. Acesso, agosto de 2016.
- Nugent, Paul P., & Asiwaju, Anthony I. (1996), *African Boundaries: Barriers, Conduits and Opportunities*. London: Pinter.
- IMAF (2009), *Mozambique International Borders*. Relatório apresentado pelo Diretor do Instituto do Mar e das Fronteiras de Moçambique no Instituto de Investigação Científica Tropical em Lisboa, a 20 de janeiro de 2009.
- Kloppers, Roelof J. (2005), *In Border Crossing: Life in Mozambique/South Africa Borderland since 1975*, Ph D Dissertation (Anthropology), Faculty of Humanities, University of Pretoria. South Africa.
- Macdonald, Andrew (2014), “Forging the Frontiers: Travelers and Documents on the South-Africa-Mozambique Border, 1890s-1940s”, *Kronos* 40 (1), pp. 154-177.
- Mucombo, José Elias (2013), “Démarcation et maintenance des frontières internationales du Mozambique”, in *Délimitations et Démarcation des Frontières en Afrique – Programme Frontière de l’Union Africaine (PFUA)*, Addis-Abeba: Commission de l’Union Africaine, Département de Paix et Sécurité, pp. 221-245.
- OUA (2013), *Délimitations et Démarcation des Frontières en Afrique – Programme Frontière de l’Union Africaine (PFUA)*, Addis-Abeba: Commission de l’Union Africaine, Département de Paix et Sécurité.
- Roque, Ana Cristina (2010a), “Sources for the History of the Southern Border of Mozambique. Preliminary Results on a Project on the Archives of the Portuguese Commission of Cartography”, *Journal of Borderlands Studies*, 25(2), pp. 77-93.
- ____ (2010b), “Disputing borders: the case of Mozambique – Thongaland border (19th-20th century)”. Comunicação à 8th *European Social Science History Conference*, Ghent, 13-16 de abril (texto não publicado).
- ____ (2012), “Mozambique in the early 20th century: borders as a source of knowledge and conflict”, in Pires, Iva (org.), *Borders and borderlands: today’s challenges and tomorrow’s prospects*. Proceedings of the Association for Borderlands Studies Lisbon Conference, Lisbon: Centro de Estudos Geográficos, pp. 476-491. EBook ISBN:978-972-636-230-2.

- ____ (2014), “Quando o Rio Maputo se tornou fronteira: o reino dos *AmaThonga* e a definição da fronteira no Sul de Moçambique”. 9.º *CIEA*, Coimbra, CES, 11-13 de set. (texto entregue e aceite para publicação nas Atas do encontro).
- ____ (2015), “Mémoire, Rupture et continuité: La frontière du Mozambique au début du XX^e siècle”. Comunicação ao II Workshop Internacional *Mudanças e Continuidades. Espaços fronteiriços e mentalidades de fronteira*. CHAM/FCSH-UNL, Lisboa, 20-21 de junho (texto não publicado).
- Sambo, Emildo (2008), “Moçambique: fronteiras escancaradas? (6 de abril de 2008).” Disponível on-line, para consulta e download, em: <http://manueldearaujo.blogspot.pt/2008/04/mocambique-fronteiras-escancaradas.html>. Acesso, junho de 2016.
- Tembe, Joel (2015), “Arquivo Histórico de Moçambique e a Investigação Científica em Moçambique”. Conferência proferida no âmbito do seminário *Culture, Politics and Labor in Southern Africa*. UNICAMP, 11-14 de maio de 2015 (texto não publicado).
- UNESCO (2011), *Universal Declaration on Archives*. Disponível on-line em várias línguas, para consulta e download, em: <http://www.ica.org/en/universal-declaration-archives>. Acesso, agosto de 2016.



Trabalhadores moçambicanos na África do Sul: bastidores da controvérsia entre Marvin Harris e António Rita-Ferreira¹

Lorenzo Macagno*

p. 83-102

Introdução

Nascido no interior de Portugal, António Rita-Ferreira foi, desde os seus dezanove anos, funcionário colonial. Iniciou sua carreira em 1942, como aspirante interino na Circunscrição do Mongicual, atual província de Nampula.² Com o tempo, tornou-se um dos “antropólogos” portugueses mais proeminentes da época, ou melhor, um “*self made scholar*”, como preferia se autoapresentar. Com efeito, excetuando um curso sobre *Estudos Bantus* que fez na ex-União Sul-africana (atual África do Sul), Rita-Ferreira nunca realizou estudos formais de antropologia; no entanto, conhecia como ninguém o “Moçambique profundo”. Manteve, desde os anos de 1960 e 1970, um intenso intercâmbio intelectual com grandes africanistas, dentre eles o antropólogo sul-africano David Webster, assassinado mais tarde pela polícia do *apartheid*, o historiador Edward Alpers e Henri-Philippe Junod, filho do famoso etnógrafo e missionário suíço Henri-Alexandre Junod. Rita-Ferreira foi, também, amigo do mais importante antropólogo português da época: António Jorge Dias. Exerceu, de entre outros cargos, a função de inspetor de Emigração em Ressano Garcia, na fronteira de Moçambique com a União Sul-Africana, e de inspetor, no Transvaal Oriental, da movimentação dos “Índigenas Portugueses na África do Sul”. Ou seja, devido às suas funções administrativas, conhecia os meandros do trabalho migrante dos chamados indígenas de Moçambique nas minas sul-africanas. Publicaria, inclusive, sob os auspícios de Jorge Dias e de Adriano Moreira³, um volume pioneiro sobre o assunto.

O presente artigo examina os bastidores de uma das controvérsias mais marcantes da historiografia sobre a migração dos trabalhadores moçambicanos à África do Sul, e cujos protagonistas foram António Rita-Ferreira e o antropólogo norte-americano Marvin Harris (1927-2001). As investigações de Harris em Moçambique criaram uma grande reviravolta no “mundo colonial” português, e seus inquéritos sobre a exploração da força de trabalho dos indígenas provocaram sua expulsão de Moçambique em março de 1957.

* Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná.

¹ Gostaria de agradecer aos dois pareceristas anônimos pelos valiosos comentários feitos a este artigo.

² Para mais detalhes sobre a sua carreira como administrador, também é possível consultar a entrevista que António Rita-Ferreira concedeu a Maciel Santos (2010), investigador do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Porto.

³ Adriano Moreira representa o perfil mais emblemático da política tardo-colonial portuguesa. Nascido em 1922 na província de Trás-os-Montes, formou-se como advogado e especialista em Direito Internacional. Foi professor de Administração Ultramarina e, entre 1961 e 1963, Ministro de Ultramar. Era diretor do Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS) da Junta de Investigações Científicas do Ultramar quando Marvin Harris chegou em Moçambique, em 1956.

Após situar as coordenadas políticas e pessoais daquela controvérsia, recorrerei a um contexto de significação mais amplo a fim de melhor compreender o “*affaire Harris*”. Para tanto, situo esta indagação em um duplo registro: de um lado, disciplinar e, de outro, histórico-político que foi marcado pelo movimento de descolonização na segunda metade da década de 1950. Trata-se, pois, de pensar conjuntamente: 1. O contexto da antropologia norte-americana, caracterizada na época pela investida – representada pelo materialismo cultural de Harris – contra o “culturalismo” de Franz Boas e, 2. O contexto da Guerra Fria e das crescentes críticas internacionais à presença portuguesa na África. O protagonismo de Marvin Harris transita, justamente, por ambas as coordenadas e seu diálogo tenso com Rita-Ferreira não pode ser compreendido sem que esse contexto seja levado em consideração.

Nascido em Brooklyn, Nova Iorque, Marvin Harris iniciou seus estudos no Erasmus Hall High School, prosseguindo-os no College de Columbia, onde o “brasiliense” Charles Wagley ministrava um curso de antropologia. Mais tarde, ingressa na Columbia University, onde as marcas deixadas por Franz Boas e seus discípulos eram, lentamente, apagadas pelas novas correntes do neo-evolucionismo. Em 1953, finaliza o seu doutorado e começa a ensinar antropologia na Columbia University (Margolis & Kottak, 2003). Pouco tempo depois, desloca-se ao Brasil no contexto do projeto “Columbia University/Estado da Bahia”, concebido graças aos auspícios de Anísio Teixeira, e do qual participaram como principais mentores Thales de Azevedo (Bahia) e Charles Wagley (Columbia). Ao chegar a Moçambique em 1956, o jovem Marvin Harris já era, pois, um experiente pesquisador de campo. Desde o início da sua estadia em Moçambique, Harris conta para a sua entrada no terreno com a colaboração de duas figuras dissímeis: o próprio António Rita-Ferreira e o opositor ao regime António de Figueiredo (1929-2006). Inicialmente, estabelece com o primeiro uma relação cordial, travando, posteriormente, uma disputa intelectual em torno da migração dos trabalhadores do sul de Moçambique às minas sul-africanas. Esse debate foi publicado na revista *Africa*, do *International African Institute* de Londres. Já com António de Figueiredo, Harris manteria uma longa amizade permeada por uma grande afinidade política. Além de reconstruir os bastidores dessa disputa, indaguei sobre o ambiente político que incitou, graças ao protagonismo de Harris, a elaboração de uma das primeiras críticas às políticas coloniais de Portugal em relação à força de trabalho africana e ao *Regime de Indigenato*.⁴ Para estes objetivos, utilizo um *corpus* documental específico e inédito: o intercâmbio epistolar entre António Rita-Ferreira e Marvin Harris.

O presente artigo parte de uma preocupação dupla, a saber: o resgate de arquivos pessoais – e que, gradualmente, adquirem domínio público – assim como a construção dos dados a partir da simultânea incorporação de fontes documentais e relatos orais. Por esse motivo, este artigo deve muito à generosidade de António Rita-Ferreira (1922-2014) quem, em 2012, após as várias conversas que mantivemos em sua casa de Bicesse, em Portugal, permitiu-me fotocopiar parte do seu acervo de cartas pessoais. Rita-Ferreira faleceu em 20 de abril de 2014, aos 92 anos. Em maio de 2015, após o meu retorno ao Brasil, o historiador Michel Cahen me informou que a Fundação Mario Soares, em Lisboa, dispunha-se a abrigar – com a autorização da família – o espólio de Rita-Ferreira. Seus documentos pessoais estão, pois, sendo gradualmente disponibilizados para consulta pública, através de uma

⁴ As leis sobre os “indígenas” foram alvo, desde 1926, de várias reformas. Durante a estada de Marvin Harris em Moçambique vigorava o “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, Dec. Lei n.º 39.666, de 20 de maio de 1954”.

plataforma digital da Fundação Mario Soares, denominada “Casa Comum”⁵ Atualmente, o fundo António Rita-Ferreira disponibilizado nessa plataforma consta de 29 pastas já digitalizadas (de um total de 32 doadas). O material foi organizado em cinco grandes grupos: 1) Actividade científica; 2) Atividade profissional; 3) Correspondência; 4) Imprensa e recortes; 5) Pessoal. Mais recentemente foi agregado um sexto grupo, correspondente a João Luis Ribeiro Torres, sul-africano de origem portuguesa e amigo de António-Rita Ferreira. Se bem que os fundos António Rita-Ferreira, da Fundação Mário Soares, estão, ainda, em fase de organização, o material já disponível é de extrema riqueza. Seu acervo pode resultar de interesse não só para os historiadores e antropólogos de Moçambique, senão também para os investigadores da África Meridional como um todo. A título de exemplo, se indagássemos os conteúdos do grupo “Correspondência” verificaríamos que Rita-Ferreira trocou correspondências com os grandes historiadores da região, tais como Malyn Newitt, René Pelissier, Patrick Harries, Edward Alpers e muitos outros.

O início do diálogo

O primeiro contato entre António Rita-Ferreira e Marvin Harris data de 2 de outubro de 1955. Harris estava nas vésperas de desembarcar em Lourenço Marques enquanto Rita-Ferreira ocupava o cargo de secretário da administração no distrito de Homoine, na província de Inhambane. Ao que parece, o próprio Rita-Ferreira tomou a iniciativa de contactá-lo, através de uma carta na qual lhe comunica que ficara sabendo da sua futura visita a Moçambique por meio de uma “informação oficial”. Nesta carta, Rita-Ferreira autoapresenta-se como um especialista em assuntos de história e etnologia de Moçambique, comunicando a Harris sobre as suas primeiras monografias etnográficas. Dentre elas, menciona um trabalho sobre os Azimba (ou Zimba), um grupo de origem chewa, existente na Angónia (atual província de Tete).⁶ Nessa época Rita-Ferreira redigia, também, sua obra “Bibliografia antropológica sobre Moçambique” que despertou grande interesse em Harris. Sabemos que Harris não só se interessou pelo trabalho etnográfico de Rita-Ferreira senão que também lhe fez severas observações sobre a fragilidade das suas interpretações antropológicas. Meses mais tarde, quando tomara conhecimento da monografia sobre os Azimba, Harris não duvidou em lhe enviar seus comentários críticos.⁷

Desde o início, António Rita-Ferreira se disponibilizou a ajudar Marvin Harris: “I’m interested in contacting with you after your arrival here, and I think I can give you very useful information about the local natives”.⁸ A resposta chega poucas semanas depois. Em 1 de dezembro de 1955, Harris, ainda em Nova Iorque, escreve a Rita-Ferreira para lhe agradecer por sua boa disposição em ajudá-lo em sua iminente visita a Moçambique. Na mesma carta, Harris afirma que ainda não tinha planos concretos quanto ao local no qual desenvolveria sua pesquisa, mostrando-se aberto a sugestões e conselhos “from authorities such as

5 O leitor interessado poderá consultar parte dos fundos “António Rita-Ferreira” através do link: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_9571.

6 Rita-Ferreira residiu nessa região, mais especificamente, na circunscrição de Macanga, no final da década de 1940, onde atuou como “Secretário da Administração”. A monografia à qual faz referência foi publicada em 1954, no *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique* (Vol. 24, n.º 84), sob o título “Os ‘Azimba’ (Monografia Etnográfica)”.

7 “In reading your essay on the Azimba, I have found myself lamenting the lack of library facilities here which prevented you from really coming to grips with the peculiarities of Azimba social structure. The issue of matriarchy vs. patriarchy is a completely spurious one. Matrilineality (i.e.; the existence of matrilinear descent groups) has never been associated with matriarchal political control... You give no indication that the Azimba practice sororal polygamy. If this is not the case, I believe that the Azimba are unique in the world in having non-sororal polygyny coupled with matrilocality. Something must be wrong here and I am anxious to discuss these problems with you...” Marvin Harris a Rita-Ferreira, Lourenço Marques, 5 de agosto de 1956, acervo Pessoal de António Rita-Ferreira (doravante empregarei a sigla APARF para me referir a esse acervo). A resposta, extremamente cordial, de Rita-Ferreira viria imediatamente, em 27 de agosto de 1956.

8 António Rita-Ferreira a Marvin Harris, 2 de outubro de 1955, APARF.

yourself... ”⁹ Ao mesmo tempo, Harris aproveita para anunciar que, durante o seu trabalho de campo em Moçambique, estaria acompanhado por sua esposa e por sua pequena filha. Essa circunstância familiar deixava Harris um pouco apreensivo [“...I shall be accompanied by my wife and an infant child whom I should not feel free to take into all parts of the interior... ”].¹⁰ Nessa ocasião, ao que parece, Harris se mostra mais interessado no trabalho de campo entre grupos “não aculturados”. Mas, caso esses grupos fossem muito isolados ou estivessem situados em áreas “perigosas” do ponto de vista da saúde de uma criança, teria de abrir mão dessa possibilidade. Em última instância, Harris consideraria a possibilidade de deixar sua esposa, Madeline, e filha, Susan, em Lourenço Marques para se deslocar ao interior. Na sequência, faz a Rita-Ferreira a seguinte interpelação: “...It is still my hope that some profitable ethnography can be carried out in the South, perhaps among the Thonga, but I understand that little of the native culture is still preserved in that area. Is this correct?”¹¹ Aparentemente em termos estratégicos, Harris se mostra a António Rita-Ferreira um antropólogo interessado em povos não aculturados. Não é possível afirmar se Harris, antes de pisar em Moçambique, simulava um desinteresse em relação a temas problemáticos ou sensíveis à situação política local, como o trabalho forçado e o trabalho migratório. Ainda no final desta carta, Harris solicita mais uma vez a opinião de Rita-Ferreira sobre as possibilidades de pesquisa perto de Inhambane “...from the point of view of degree of preservation of native cultures and living conditions for my wife and child...”¹². Em 7 de janeiro de 1956, Rita-Ferreira envia uma longa carta a Harris, orientando-o sobre as diversas possibilidades de pesquisa etnográfica em Moçambique. Na ocasião, Rita-Ferreira menciona os *Vandau*, do centro do país [“However this group has been fairly well studied by Boas, Dora Earthy, Herskovits, Junod (son), Schebesta, Spannus, etc.”]¹³. Na verdade, os trabalhos de Boas sobre os *Vandau* tinham sido escritos com a colaboração de Kamba Simango, um jovem oriundo do centro de Moçambique que passou pela Columbia University em 1914, ajudado pelos missionários congregacionalistas da *American Board*. Esta carta evidencia o vasto conhecimento que Rita-Ferreira possuía da etnologia de Moçambique. Na sequência, menciona, também, os *Shona*, os *Macua*, os *Maconde*, como grupos suscetíveis de serem estudados. Em relação às possibilidades de pesquisa no sul do país, afirma que a região não possuía muita relevância antropológica em virtude da profunda “desintegração” dos Thonga provocada pela emigração às minas da União Sul-Africana. Ironicamente ou não, foi justamente esse um dos temas sobre o qual Marvin Harris se interessou e escreveu, e foi acerca dessa questão que a polémica com António Rita-Ferreira eclodiu. Em junho de 1956, Marvin Harris chega a Moçambique, instalando-se com sua pequena família em uma casa de Lourenço Marques, mais especificamente, no n.º 23 da Avenida 31 de Janeiro, atual Avenida Agostinho Neto. No dia 24 daquele mês escreve a Rita-Ferreira, anunciando a sua chegada e lhe comunicando os preparativos para o trabalho de campo. De início, Harris se mostra bastante prudente, pois sabia que era necessário obter das autoridades portuguesas as anuências necessárias para desenvolver sua pesquisa. Para tanto, Harris aguardava – seguindo o conselho do cônsul americano em Moçambique – uma entrevista com Afonso Ivens-Ferraz de Freitas, o administrador de Lourenço Marques. Nesta carta, Harris confessa: “I am very anxious that the government authorities understand the nature of my work and approve of it so that other ethnologists from the States will be welcome here after I leave. Thus I intend doing nothing until properly authorized.”¹⁴

⁹ Marvin Harris a António Rita-Ferreira, 1 de dezembro de 1955, APARF.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ António Rita-Ferreira a Marvin Harris, 7 de janeiro de 1956, APARF.

¹⁴ Marvin Harris a António Rita-Ferreira, Lourenço Marques, 24 de junho de 1956, APARF.

É possível que Harris fosse consciente da possibilidade de que sua carta fosse interceptada pelas autoridades coloniais. Por isso, o conteúdo da sua missiva evidencia um respeito às regras que o momento político impunha. Harris também adianta a Rita-Ferreira alguns dos seus desejos de pesquisa, cujos temas teriam, aparentemente, relação com assuntos mais ou menos inofensivos ou pouco polêmicos em relação à situação colonial. Um dos tópicos que lhe interessava diz respeito ao estudo das relações de parentesco: “... What I want to do is to take up residence in a Ronga village for ten or eleven months and investigate the present-day condition of the kinship organization especially as this relates to the survival of extended families and clans...”¹⁵. Lembremos que, anos depois, no capítulo correspondente à antropologia social britânica (cap. 19) do seu livro mais conhecido, *The Rise of Anthropological Theory*, Harris abordará, em alguns tópicos, o debate sobre parentesco entre os Ronga¹⁶ a partir, sobretudo, das discussões sobre o avunculado (o papel do tio materno) elaboradas por Henri-Alexandre Junod e Radcliffe-Brown. A seguir, Harris menciona um tema que para as autoridades poderia resultar incômodo: a economia. Por isso, mais uma vez, Harris manifesta seu desejo de incluir essa problemática apenas se a “situação fosse apropriada”: “... If the situation is appropriate, I should also like to study the economic aspects of the kinship system. Although one might object that Junod’s work among the Tsonga is quite definitive on most ethnographic subjects, I think that precisely because such a fine start has been made in the South additional investigation will prove most rewarding...”¹⁷. Nessas tentativas se manifestam, pois, os primeiros indícios das inquietações materialistas de Harris, já que o “primado da infraestrutura” e da economia será, como sabemos, um dos dispositivos explicativos fundamentais do seu materialismo cultural.

Aquele primeiro contato entre ambos assume a forma de uma cordialidade recíproca. O tom do intercâmbio epistolar é perpassado pelos códigos de camaradagem entre dois colegas que possuem interesses semelhantes. Esse espírito de recíproca colaboração se estenderá – salvo algumas tensões incidentais – até ao fim da estadia de Harris. A controvérsia entre ambos se instalará muito mais tarde: quando Rita-Ferreira começa a tomar conhecimento dos artigos de denúncia do colonialismo português que Marvin Harris – já de volta aos Estados Unidos – divulgará nos meios internacionais, bem como dos seus trabalhos críticos concernentes à exploração da força de trabalho africana.

A pesquisa de campo e a situação política

Na epístola subsequente de António Rita-Ferreira a Marvin Harris, a tensão em relação à situação política começa a ser evidenciada, mas ainda não afeta a relação entre os dois. Lembremos que a PIDE (Polícia Internacional do Estado) já estava instalada em Moçambique. Na Metrópole, o ambiente político tampouco era calmo, já que a ditadura salazarista vigiava os possíveis opositores. Os quadros locais dessa polícia política estavam autorizados, a partir do decreto 39.749 de 9 de Agosto de 1954, a agir em Moçambique. Em carta datada em 13 de julho de 1956, Rita-Ferreira recomenda a Harris contatar três figuras locais. Uma delas foi o Doutor Vitor Hugo Velez Grilo, médico oficial da prefeitura e que naquele momento estava interessado em realizar investigações sobre antropologia física e biológica entre os africanos da região. Contudo, essa carta representa uma ruptura em relação ao

¹⁵ Idem.

¹⁶ Importa ressaltar que os Rongas ou Ba-Ronga (o prefixo “ba”, nas línguas de origem bantu indica plural) eram uma sub-divisão da “tribo” que Henri-Alexandre Junod chamou de Thongas (ou Tsongas). Os Rongas ou Ba-Ronga habitavam as proximidades de Lourenço Marques e a região da baía de Delagoa.

¹⁷ Idem.

tom despreocupado das missivas anteriores, pois Rita-Ferreira faz a Harris duas advertências políticas bastante claras:

- 1) “... In any case you must not mention my name, when speaking with administrator Freitas and other officials. I will explain some day to you the position...”.
- 2) “Another important recommendation: you must avoid talking about the way the natives are treated in Mozambique...”¹⁸.

A segunda advertência de Rita-Ferreira a Harris é particularmente delicada. Sob nenhuma hipótese Harris deveria fazer referência, em seu trabalho de campo, às condições de trabalho dos “indígenas” de Moçambique. A seguir, Rita-Ferreira adverte sobre a presença no território de Moçambique de uma forte desconfiança em relação à presença de americanos: “Some americans (John Gunther, etc.)¹⁹ made recently very bad references to our system of native policy, and all americans are under supervision when they show too much interest on the natives”.²⁰ Mais uma vez, Rita-Ferreira insiste: “For this reason, avoid CONTACT WITH OFFICIALS LIKE ADM. FREITAS...”(sic).²¹

A frase final desta carta evidencia o ambiente político de delação e suspeita que pairava sobre Moçambique, pois a recomendação de Rita-Ferreira é enfática: Harris deveria queimar a carta assim que terminasse de lê-la, já que o seu conteúdo poderia causar problemas a Rita-Ferreira. É possível que a PIDE estivesse seguindo os passos de Marvin Harris desde a sua chegada.

Aquela advertência, como veremos, incomodou Harris. Sua resposta chegaria cerca de vinte dias depois. No entanto, Harris continua compartilhando com Rita-Ferreira seus planos de pesquisa. Cogitava realizar com o Dr. Grilo um estudo sobre a economia Djonga²² [“... in which we intend to measure work out-put and in-put in terms of calories...”].²³ Já era possível vislumbrar nessa missiva as influências dos neo-evolucionistas em Harris, como Leslie-White e, sobretudo, Julian Stewart, bem como a incipiência do materialismo cultural que, mais tarde, Harris elaboraria e desenvolveria em vários de seus livros. Nesta resposta, Harris explicita mais as suas preferências teóricas: “My own theoretical orientation is such that I do not consider it possible to understand the pre-literate world without constant reference to relationship between technology, ecology, and social organization”.²⁴ Essa inquietação implicará, também, em uma necessária crítica a uma das etnografias mais importantes sobre o sul de Moçambique: a realizada por Henri-Alexandre Junod sobre os Thonga. Para Marvin Harris, esta etnografia resultava demasiado atrelada a um paradigma idealista e, portanto, ignorante dos condicionamentos materiais e ecológicos.

Lembremos, rapidamente, que a primeira versão da etnografia de Junod foi publicada em 1898 sob o título de *Les Ba-Ronga: étude ethnographique sur les indigènes de la Baie de Delagoa*.²⁵ Mais tarde, em 1912, uma versão revisada em inglês passa a incluir as “tribos do norte”, da área de Transvaal. Ela é publicada em Neuchâtel sob o título de *The Life of a South African Tribe*. Em 1926-27, após acumular novo material, uma segunda edição revisada e ampliada é publicada, desta vez em Londres. Posteriormente, em 1936, surge a

¹⁸ António Rita-Ferreira a Marvin Harris, 13 de julho de 1956, APARF.

¹⁹ Em 1955, o jornalista John Gunther publica seu livro *Inside Africa*, resultado de uma viagem pela África. Em alguns trechos critica o sistema de recrutamento da força de trabalho africana, resultante do código de trabalho de 1928.

²⁰ António Rita-Ferreira a Marvin Harris, idem.

²¹ O “Freitas” ao qual Rita-Ferreira refere-se é Afonso Ivens-Ferraz de Freitas, administrador de Lourenço Marques que, mais tarde, dirigiria o Serviço de Centralização e Coordenação de Informações; idem.

²² Djonga é um dos seis sub-grupos que Henri-Alexandre Junod classificou como sendo parte da “tribo” Thonga (os seis sub-grupos são Ronga, N’ualungo, Lhangano, Bila, Chêngua e Djonga). Estes três últimos compõem, por sua vez, um conjunto de clãs, aos quais Junod chamou genericamente “Clãs do Norte”.

²³ Marvin Harris a António Rita-Ferreira, 5 de agosto de 1956, APARF.

²⁴ Idem.

²⁵ Essa primeira versão foi publicada pelo *Bulletin de la société neuchâteloise de géographie*, 1898, X.

edição francesa, *Moeurs et Coutumes des Bantou* e, finalmente, em 1946, a primeira edição em português: *Usos e costumes dos Bantos. A vida duma tribo Sul Africana*, publicada pela Imprensa Nacional de Moçambique, em Lourenço Marques. Apesar de Henri-Alexander Junod ser, também, um missionário, sua obra foi muito bem recebida pela comunidade antropológica internacional. Seu filho e biógrafo, Henri-Philippe Junod, relata como a obra de seu pai foi celebrada pelo próprio “fundador” da antropologia social britânica, Bronislaw Malinowski: “... sem pretender adular”, dizia Malinowski “... esta obra monumental é o único trabalho sintético, abrangendo todas as manifestações da vida de uma tribo...” (Junod, 1934: 70-71). Harris, sem dúvida, era consciente de que uma crítica ao trabalho de Henri-Alexandre Junod implicava, também, um questionamento dos fundamentos epistemológicos de grande parte da antropologia africanista das décadas de 1920 e 1930. Retornando ao diálogo entre os dois protagonistas, Harris aparenta, nas linhas finais da sua missiva, uma certa irritação com as advertências de seu interlocutor sobre o “sigilo” que deveria ser mantido acerca da forma como eram tratados os indígenas em Moçambique: “I do not understand your great anxiety about the government’s attitude toward my research. Everybody goes out of his way to tell me how the natives are treated in Mozambique, so I can’t very well avoid the subject...”²⁶. Essa resposta, datada de início de agosto de 1956, evidencia uma importante mudança de rumo do seu trabalho. Efetivamente, Harris passa a explicitar o seu interesse de pesquisa: as condições de vida dos trabalhadores africanos. Este interesse sobre a questão do Indigenato e sobre a situação dos “indígenas” coincide com o contato de Harris com “outro” António: António de Figueiredo, um jovem que havia se envolvido em atividades clandestinas contra o regime colonial e contra a ditadura salazarista. A afinidade política entre ambos é imediata e Figueiredo e Harris se tornariam grandes amigos. Anos mais tarde, o próprio António de Figueiredo lembraria seu encontro com Marvin Harris em Lourenço Marques:

O encontro com Marvin Harris representava uma oportunidade única para fazer com que a voz de protesto atingisse o mundo exterior. Um dos homens mais inteligentes que tenho tido o privilégio de conhecer, o jovem professor Marvin Harris cedo se apercebeu da situação e do alcance do meu apelo para que não desperdiçasse o tempo da sua estada num trabalho de mera erudição acadêmica (Figueiredo, 1978).

Contradizendo as promessas feitas às autoridades coloniais, e com a cumplicidade de António de Figueiredo que exercia clandestinamente uma oposição fervorosa ao regime, Marvin Harris começa a se interessar pelas condições de exploração dos africanos regidos pelo *Estatuto dos Indígenas*. Durante a sua estadia em Moçambique, uma das faíscas que ascende o estopim foi quando o antropólogo americano se desloca às instalações de uma companhia açucareira, no Vale de Limpopo, e começa a inquirir os trabalhadores para averiguar se seus contratos de trabalho eram “voluntários” ou “forçados”. Lembremos que, mais tarde, Figueiredo, na qualidade de representante local do movimento anti-salazarista promovido pelo General Humberto Delgado (em 1958 houve eleições postulando sua candidatura, o que significou uma grande esperança para o “movimento democrático” no ultramar), teria acesso ao famoso informe de Henrique Galvão sobre trabalho forçado. A PIDE o acusou de ser (co)autor do ensaio de Marvin Harris, *Portugal’s African Wards*, publicado pelo *American Committee on Africa*, em 1959. Esse texto foi pioneiro na crítica ao *Regime de Indigenato*. Figueiredo foi detido em janeiro de 1959 e mantido incommunicável durante três meses. Seria acusado, também, de ser um representante de Humberto Delgado em Moçambique e de querer dar continuidade às denúncias sobre trabalho

²⁶ Idem.

forçado iniciadas por Henrique Galvão, em 1947. Galvão acabaria, em 1952, condenado a três anos de prisão; mais tarde tomaria o caminho do exílio (Thomaz, 2002).

Entretanto, no final de 1956, António Rita-Ferreira é nomeado para assumir a delegação que a “Curadoria dos Negócios Indígenas” mantinha na África do Sul. Por isso, instala-se no Transvaal Oriental, na pequena cidade de Sabie (situada na atual provincial de Mpumalanga). Aproveitando o deslocamento que o novo posto lhe exigia, consegue se matricular na Universidade de Pretória para realizar um curso de “Estudos Bantos”. Justamente nesse interim Rita-Ferreira recebe a visita de Harris em sua residência de Sabie. Mas a situação se torna tensa, já que Harris leva consigo uma companhia indesejada: o ativista “clandestino” António de Figueiredo.

O fato de Marvin Harris ter se envolvido com António de Figueiredo foi considerado por Rita-Ferreira uma traição pessoal e política. A partir desse momento a relação entre ambos é abalada. A visita de António de Figueiredo e Marvin Harris à casa de Rita-Ferreira em Sabie é um divisor de águas dessa relação. Depois daquele encontro, Rita-Ferreira redige uma carta, desta vez em português, a Marvin Harris. Nela ainda há resquícios de cordialidade entre ambos, pois Rita-Ferreira lista uma série de bibliografias e documentos que seriam úteis à pesquisa de Harris. No entanto, ao se referir à visita de Harris junto com António de Figueiredo, Rita-Ferreira não poupa palavras para expressar o seu mal-estar: “Infelizmente creio que a presença do Senhor Figueiredo estragou por completo esta última nossa entrevista. Foi inteiramente impossível conversarmos como dois seres inteligentes devido à presença irritante e pretenciosa desse cavalheiro. Peço-lhe que não traga mais consigo, pois não estou interessado em tornar a falar com ele. Irrita-me”.²⁷

A figura do anti-colonialista António de Figueiredo novamente seria objeto dos próximos intercâmbios epistolares entre Harris e Rita-Ferreira. Harris defenderá o seu amigo Figueiredo²⁸ e Rita-Ferreira voltará a atacá-lo, desta vez, com uma certa de ironia.²⁹

Marvin Harris permaneceu em Moçambique até março de 1957. No final da sua estadia, a relação com as autoridades coloniais começa a se complicar. Em virtude dos seus inquéritos sobre as condições de trabalho dos moçambicanos, Harris recebe uma advertência do próprio Governador da Província. Traduzida nos termos da época, a advertência não passa de um “convite” para que Harris abandonasse o país. O mal-estar com a sua presença em Lourenço Marques cresceu a ponto de as autoridades portuguesas se queixarem ao cônsul americano; finalmente, a bolsa de pesquisa de Harris foi interrompida.³⁰ Diante das dificuldades, Harris e sua família abandonam Moçambique. Nessa altura, o governador da Província de Moçambique era Gabriel Mauricio Teixeira. Mais tarde, em uma nota de um dos seus ensaios sobre a situação colonial em Moçambique, Harris explica esse desfecho: “In March 1956, then Governor-General Teixeira called me to his office and informed me that I had violated the hospitality that his government extended to me. He informed me that I had been asking questions which were none of my business and that if I persisted I would be asked to leave the country” (Harris, 1966, 157, nota 1). Há aqui um evidente

²⁷ António Rita-Ferreira a Marvin Harris, 22 de outubro de 1956, APARF.

²⁸ “... I was very surprised to learn that you were not pleased by Mr. Figueiredo. The pretentiousness which Antonio exhibits in conversation with those of superior education and experience is a defense which he employs to compensate for his own lack of formal education” (Marvin Harris a António Rita-Ferreira, 5 de novembro de 1956, APARF).

²⁹ “Quanto ao Figueiredo, conheço-me a mim próprio suficientemente para saber que me é impossível (mesmo fazendo um esforço considerável) manter com ele relações sociais ou intelectuais. Não se trata duma *avis rara*: tenho conhecido em Moçambique dúzias de indivíduos como ele e a minha atitude é sempre de repulsa. Talvez efeitos da famosa ‘degradação tropical’, que me fez perder toda a paciência...”. O sublinhado, na carta, é do próprio Rita-Ferreira. (António Rita-Ferreira a Marvin Harris, 9 de novembro de 1956, APARF).

³⁰ Em um artigo sobre a trajetória de Eduardo Mondlane, Livio Sansone evoca, em uma nota de rodapé, um depoimento sobre Harris pronunciado pelo administrador Afonso Ivens-Ferraz de Freitas: “... como [Harris] andasse a incitar certos indígenas a não se assimilarem, pensou-se em convidá-lo a abandonar a Província, mas o cônsul geral americano antecipou-se e deixou de lhe pagar a mensalidade, o que o levou a se retirar...” (op. cit. Sansone, 2012: nota 12, 111).

“lapso” na data que aparece nessa nota. Essa repreensão das autoridades coloniais deve ter acontecido em “março de 1957” e não “março de 1956”, já que Harris chega a Moçambique em junho de 1956. Justamente, a última carta que Rita-Ferreira lhe dirige está datada de 19 de março de 1957, último mês de Harris no país. Rita-Ferreira ainda se encontrava em Sabie e possivelmente ignorava que Harris retornaria aos Estados Unidos. De qualquer maneira, não sabemos se essa última carta de fato chegou às mãos de Harris, já que o *feed-back* epistolar termina justamente nesse 19 de março. Também é possível especular que essa carta fosse, apenas, um rascunho que acabou permanecendo no arquivo pessoal de António Rita-Ferreira. O último parágrafo daquele “rascunho” (ou carta) evidencia a continuidade de um tom cordial de Rita-Ferreira em relação a Marvin Harris: “Faço votos para que os seus inquéritos estejam prosseguindo satisfatoriamente, e que o livro final seja tão bom como é o que escreveu sobre o Brasil. O livro que você vai publicar gostaria de ter sido eu a escrevê-lo. Tenho grande confiança e admiração por si...”³¹.

Lembremos que o livro “sobre o Brasil”, ao qual Rita-Ferreira se refere em sua missiva, havia sido publicado em 1956, sob o título *Town and Country in Brazil*. Quanto a Moçambique, António Rita-Ferreira não suspeitava que os escritos de Harris tomariam o rumo de uma crítica férrea ao sistema de Indigenato. Ingenuidade ou não, seria esse o prelúdio de um ríspido debate, iniciado em 1959. “Confiança” e “admiração” são, pois, eclipsados por uma disputa intelectual aberta e desapiedada.

Controvérsias sobre o trabalho africano

Já nos Estados Unidos, um ano após a sua tumultuada saída de Moçambique, Harris publica, em 1958, um dos ensaios de denúncia contra o regime colonial português mais impactantes da época: “Portugal’s African ‘Wards’. A First-Hand Report Labor and Education in Moçambique”. A primeira versão dessa denúncia foi publicada na revista *Africa Today*, promovida pelo *American Committee on Africa*. Dois anos mais tarde, a *Africa Today* publica o ensaio sob a forma de separata. Mas a investida de Marvin Harris não se resumiria a esse trabalho. No início de 1959, publica em *Africa, Journal of the International African Institute* (Londres) uma análise crítica sobre a migração dos trabalhadores moçambicanos à atual África do Sul intitulada: *Labour Emigration Among the Mozambique Thonga: Cultural and Political Factors*. De passagem por Lisboa, Rita-Ferreira, nessa altura encarregado da Administração na circunscrição da Beira no centro de Moçambique, toma conhecimento do artigo, revoltando-se com seu conteúdo. Nas vésperas de retornar de Lisboa a Moçambique, envia uma carta a um de seus superiores, solicitando permissão para permanecer um mês em Lourenço Marques e, assim, ter a tranquilidade para redigir uma resposta crítica ao ensaio de Marvin Harris. Tratava-se de uma questão urgente, já que o artigo de Harris prejudicava o “prestígio nacional”:

No caso de V. Excia achar interessante e aproveitável a minha ideia, não poderia expor a Sua Excelência o Governador Geral propondo que eu fosse demorado cerca de um mês em Lourenço Marques a fim de elaborar a minha crítica ao Marvin Harris? Como, para mal dos meus pecados, estou colocado na Beira, tenho, provavelmente, que seguir

³¹ António Rita-Ferreira a Marvin Harris, 19 de março de 1957, APARF. Outro tema abordado na carta, diz respeito a um “Concurso para administradores” que Rita-Ferreira acabara de realizar. Seu desempenho foi avaliado de forma muito negativa. Rita-Ferreira atribuiu esse resultado às “iras oficiais” contra sua pessoa: “Como já deve saber fiquei muito mal colocado no concurso para administradores: n.º 22! As iras oficiais parece terem-se concentrado em mim: não só fui com a informação de serviço de “bom” em vez de “muito bom” como esperava, como também me deram apenas 12 (60%) em política indígena e 14 (70%) em etnografia (um tal inspector Leite Pinheiro!). Apresentei já duas reclamações, mas tenho poucas esperanças que sejam atendidas... Como vê, meu caro Marvin, tem você em Moçambique pelos menos 21 rapazes que valem mais do que eu!” (Idem.).

de rota batida para aquela cidade e, uma vez ali, receio não dispor do tempo, da tranquilidade e sobretudo dos elementos de que necessito... Este assunto parece-me em extremo importante porque, que eu saiba, é a primeira vez na história de Moçambique que um cientista social (e não um jornalista do tipo do John Gunther) faz referência, numa revista de projecção mundial, a factos que muito prejudicam o prestígio nacional, servindo-se de elementos oficiais, recolhidos, em parte, nos próprios Negócios Indígenas e outras repartições. Desastroso me parece que se fique sem resposta.³²

No artigo que provoca a cólera de Rita-Ferreira, Harris argumenta que, devido às imposições da política colonial, os Thonga do sul de Moçambique não tinham opção: ou estavam obrigados a vender a sua força de trabalho como assalariados nas minas sul-africanas, ou a vendê-la sob precárias condições como trabalhadores domésticos assalariados dentro de Moçambique. Como consequência da opressão provocada por esse “duplo vínculo”, o desenvolvimento da agricultura de subsistência fora completamente comprometido. Rita-Ferreira critica em sua resposta a leviandade de Harris por ter colocado os Thonga e os Chopos sob uma mesma identificação cultural. Também questiona Harris por este haver ignorado as contribuições fundamentais de Henri-Alexandre Junod, sobretudo no que diz respeito à importância das obrigações de parentesco entre os Bantu (aquilo que hoje poderíamos, talvez, chamar de “reciprocidade”). Dentre estas obrigações, a instituição mais importante é o *lobolo*. Logo, se no argumento de Harris as populações do sul de Moçambique encontram-se pressas no “double bind” colonial, para Rita-Ferreira, ao contrário, elas “escolhem” estrategicamente pelos melhores salários que, supostamente, o trabalho nas minas proporcionava. Assim, na conclusão de Rita-Ferreira, o trabalho migrante permitia uma integração positiva na economia moderna e, a longo prazo, um maior *standard* de vida (1960: 147). Mas, sobretudo, o trabalho migratório permitia a reprodução familiar através do pagamento em libras do *lobolo* (outrora pago em gado e enxadas).

A réplica de Rita-Ferreira será sucedida por uma tréplica de Harris, na qual acusou a Rita-Ferreira de não decifrar o enigma principal: por que o código de trabalho de 1899 precisava legislar acerca do “trabalho forçado” ou “trabalho compelido”? Segundo Harris, o fornecimento para o trabalho voluntário dentro de Moçambique acabou se desviando para as minas sul-africanas [My answer was, briefly, that the voluntary supply was being drained off by the mines]. Diante dessa escassez de força de trabalho interna, a administração portuguesa precisa apelar ao “trabalho forçado” (conhecido como *xibalo*, ou chibalo). Em seu artigo, Harris volta a criticar o trabalho de Henri-Alexandre Junod, alegando que este teria se tornado refém de uma ilusão ao atribuir a preeminência do trabalho agrícola às mulheres Thonga. Harris argumenta, em contraposição a Junod, que a “opção” dessas mulheres pelo trabalho agrícola decorria, sobretudo, da ausência de força de trabalho masculina, sistematicamente drenada para as minas do Transvaal (Harris, 1960: 244).³³ A interpeleção de Harris era, pois, em relação à imposição do código de trabalho de 1899. Rita-Ferreira lhe contestará sem eufemismos:

There is no secret about the main reason for the passing of the 1899 labour code. Portugal was faced with a serious economic and financial crisis, lacking funds to develop its overseas dominions and confronted by international ambitions. On 30 August 1898 Germany and Great Britain signed a secret pact regarding the division of the Portuguese colonies. António Enes, the main author of the code, summarized the situation

³² António Rita-Ferreira ao Insp. L. M. Pinto da Fonseca, Director dos Serviços dos Negócios Indígenas em Lourenço Marques, 29 de abril de 1959, APARF.

³³ Para entender as consequências do impacto do trabalho migrante entre as mulheres Thonga – e também entre as crianças do sul do Moçambique – é fundamental consultar o livro de Jeanne Penvenne (2015). Este aspecto relacional e menos “androcêntrico” do problema – mesmo que esteja fora dos objetivos do presente artigo – é, sem dúvidas, fundamental para ampliar, no futuro, os horizontes interpretativos da polémica.

thus: "Portugal needs, desperately needs, to develop immediately her African inheritance and its prosperity rests on its productivity". But the native had for long been used to the much higher wages obtained in the Transvaal and Natal and when he decided to get a job to obtain money, he naturally preferred to go where he was better paid (Rita-Ferreira, 1961: 75).

Nesta altura, eis um corolário quase inevitável: se para Harris o código de trabalho de 1899 era "disciplinador", para Rita-Ferreira ele era "civilizador". No entanto, em sua obra posterior e final sobre o tema – *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*, 1963 – António Rita-Ferreira reconhece, enfim, que o código de trabalho de 1899 "deu origem a alguns abusos" (1963: 155). O *xibalo* regulamentado por esse código, segundo o qual o colono que necessitasse de trabalhadores africanos podia obtê-los junto às autoridades pelo período de seis meses, foi veementemente repellido pelos indígenas, que preferiam sair de Moçambique para se engajar no trabalho migratório das minas sul-africanas. O *xibalo* será proibido pela Portaria n.º 917, de 7 de dezembro de 1906. No entanto, continuará, "sob forma latente", diz Rita-Ferreira, durante muitos anos. Nesse ponto Rita-Ferreira permanece ambíguo: prefere minimizar as consequências da regulamentação do *xibalo* nos seus primeiros anos de aplicação.³⁴ Mas, também, evita se debruçar sobre as contradições do código de trabalho de 1928 e a sua suposta reforma a partir do novo *Estatuto Indígena das Províncias de Guiné, Angola e Moçambique*, de maio de 1954. Na década de 1950, quando Marvin Harris chega em Moçambique, o trabalho "compelido" encontrava-se, apesar das boas intenções das leis, em plena forma. Uma das denúncias fulcrais de Harris se refere à equiparação, nessa época, da agricultura de subsistência à vadiagem. Ou seja, o trabalho agrícola em pequena escala era visto como sintoma do atraso ou como trabalho não produtivo. Essa visão "civilizatória" terá consequências de grandes magnitudes para a vida dos africanos:

.... approximately 400,000 Mozambique Africans were left with no choice but to seek employment as contract laborers in the mines and farms of the neighboring English-speaking territories. Approximately 100,000 indígenas from Southern Mozambique were caught by their administrators and puppet chieftains and were turned over to European enterprises to become shibalos (the African's word for forced laborer). In the north, over 1,000,000 indígenas were subjected to the compulsory cotton-planting campaign, whereby African farmers were obliged to substitute cotton for subsistence crops for the benefit of monopolistic concessionaires who lost nothing if the cotton failed to grow, while the Africans starved by the thousands (Harris, 1966: 159).

Nesse período o *xibalo*, além de ser utilizado em áreas rurais, começa a alimentar, direta ou indiretamente, um incipiente capitalismo estatal e privado nas áreas urbanas, sobretudo Lourenço Marques. Jeane Penvenne, em seu grande inquérito de história oral, recolheu narrativas sobre o *xibalo* na década de 1950. Este, muitas vezes, era sinônimo de castigos ou represálias face a qualquer tentativa de protesto ou greve. Os revoltosos eram enviados para o *xibalo*. Esse castigo era mais temido do que a palmatória "... Porque a sua humilhação e dor durava mais tempo" (Penvenne, 1993: 32).

O esforço de Harris inaugura uma série de outros trabalhos que, na década de 1960, foram extremamente críticos à situação vigente em Moçambique. Trata-se de uma historiografia na qual podemos situar, também, a obra de James Duffy (1963) e, sobretudo, o trabalho pioneiro de Perry Anderson. "O aspecto mais notório da colonização portuguesa na África",

³⁴ Afora a "abertura de algumas estradas" e a "construção de pequenos edifícios", Rita-Ferreira não identifica uma busca "avultada" de mão de obra através desse sistema. Atribui, também, essa fraca demanda ao fato de que a agricultura era "embrionária" e a indústria, "inexistente".

anunciava Anderson no início de seu livro publicado em 1966, “é o uso sistemático de trabalho forçado” (Anderson, 1966: 41). Foi, precisamente, essa característica sistemática da exploração do trabalho que levou Perry Anderson a cunhar o termo *ultracolonialismo* para descrever e explicar o colonialismo português. Isto significa que se trata da “... modalidade simultaneamente mais extrema e mais primitiva de colonialismo” (1966: 55). Anderson classifica o trabalho nas colônias portuguesas em quatro categorias, todas elas variantes do trabalho forçado: 1. Trabalho correcional; 2. Trabalho obrigatório; 3. Trabalho contratado; 4. Trabalho voluntário. Vale sublinhar que o Código do Trabalho de 1928 só considerava trabalho forçado o trabalho obrigatório, isto é, aquele ao qual se recorria para fins públicos. Diz o artigo 293: “entende-se por trabalho obrigatório, forçado ou compelido todo aquele que algum indígena for coagido a prestar, por ameaças ou violências de quem lho impuser, ou por simples intimidação das autoridades públicas”. Em relação aos dois autores acima referidos – James Duffy e Perry Anderson – Harris deles se diferencia pelo seu pioneirismo. Em uma época na qual os antropólogos e a antropologia eram acusados de cumplicidade com os regimes coloniais na África, o trabalho de Harris se situa na contramão dessa acusação, contribuindo com uma crítica *in situ* ao *Regime de Indigenato*.

Em 1928, e diante das crescentes críticas internacionais, Portugal estabelece um novo Código de Trabalho para os indígenas que supostamente extinguiu o trabalho forçado, exceto para os propósitos de correção penal e de trabalhos públicos necessários. No entanto, para além de leis e regulamentos, o *xibalo* ter-se-ia perpetuado através de recrutadores particulares de mão de obra. Segundo Jeanne Penvenne, um dos últimos edifícios públicos de Lourenço Marques a ser construído com o emprego de trabalho forçado e do trabalho realizado por presos (“trabalho correcional”) foi a Catedral inaugurada em 1944. Em seu inquérito de 1977, Penvenne identificou entre os antigos trabalhadores que participaram dessa construção um forte ressentimento em relação aos portugueses:

Os trabalhadores, homens e mulheres, trabalhando por vezes com as pernas acorrentadas sob as vistas de guardas armados, prosseguiram a sua tarefa sem as mínimas condições de segurança e salubridade. As mulheres, presas por fabricar ou vender bebidas obtidas de produtos locais, transportavam lama, cimento e lenha para o local de construção e cozinhavam as refeições para os prisioneiros. Vários trabalhadores morreram quando as correntes se emaranhavam no topo dos andaimes; caíam e ficavam pendurados na parte inferior dos andaimes. Alguns entrevistados afirmaram que os mortos eram deixados pendurados até ao fim do dia de trabalho. A maioria dos informantes apontava imediatamente a catedral quando se lhes falava de trabalho executado por presos na cidade. (Penvenne, 1993: 141-142).

As palavras de Penvenne só vêm a reforçar as de Harris. A “opção” migratória era, como vimos, uma forma de escapar do *xibalo*. Por sua vez, ao norte do rio Zambezi, o trabalho se organizou através do cultivo forçado do algodão. Nesta “moderna” servidão, diz Harris, o papel do senhor medieval era exercido por doze companhias privadas portuguesas, que receberam concessões monopolistas sobre a produção do algodão em vastas áreas de Moçambique (Harris, 1958: 30).

De volta aos Estados Unidos, Marvin Harris continua, como já mencionamos, a criticar o regime português na África. No início de 1960, o “outro” António – o ativista anti-colonial António de Figueiredo – encontrava-se exilado em Londres. Do exílio, Figueiredo manterá um intenso intercâmbio epistolar com intelectuais anti-colonialistas de várias latitudes, dentre eles o próprio Marvin Harris. Em novembro de 1965, Harris envia-lhe uma carta aconselhando-o uma maior proximidade e solidariedade com a causa da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e com o seu presidente, Eduardo Mondlane, que visitaria

Londres a fim de angariar apoio à causa independentista.³⁵ António de Figueiredo não possuía uma formação académica em ciências sociais. No entanto, suas intervenções esporádicas como jornalista e seus escritos sobre a situação das colónias portuguesas despertaram o interesse de importantes historiadores e analistas políticos da situação africana, dentre eles o já mencionado James Duffy, bem como Basil Davidson. No início de 1966, Figueiredo chegou a receber uma proposta da “Anistia Internacional” para criar em Londres um Centro de Estudos Luso-brasileiros. Para colaborar com o Centro, Figueiredo cogitava convidar o historiador e cientista político Ronald H. Chicote, James Duffy e o próprio Marvin Harris. “There is not, in the whole of Britain”, escreve Figueiredo ao seu amigo, “any scholar with anything like your knowledge of Portuguese colonialism”.³⁶

Por último, e para além das críticas de Marvin Harris, não é possível subestimar as contribuições pioneiras de Henri-Alexandre Junod como propiciadoras, sobretudo, de uma compreensão da “experiência” dos trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas. Em seu livro fundamental sobre a migração de trabalhadores de Moçambique à África do Sul, o historiador Patrick Harries não hesita em caracterizar Henri-Alexandre Junod como “The writer who probably knew more than any other about the lives of Mozambican migrant workers” (1994: XI). Entretanto, em sua contextualização historiográfica, Harries situa a obra de Marvin Harris junto à de James Duffy no que ele classifica como literatura de gênero “anti-escravagista” (“anti-slavery’ genre of writing”). Patrick Harries reconhece, no entanto, que essa literatura, apesar de todo o seu esforço crítico, retrata os “Africanos” quase como figuras anônimas, sobre as quais se exerce a “ação” (“acted upon”) “...innocent victims of employers and colonial officials”. Eis uma mudança de paradigma necessária à qual Patrick Harries nos convida:

In this way, the literary heritage passed on to a new generation of writers and readers reinforced an old picture, as African workers remained passive and depersonalized objects of history rather than subjects capable of assuming command of their destiny. This image was to maintain a tenacious grip on the history of labour in Southern Africa (1994: XIII).

O debate entre Marvin Harris e António Rita-Ferreira é, sem dúvidas, um debate datado. Contudo, trata-se de uma controvérsia reveladora de uma série de tensões locais, regionais e globais que produziriam, no terreno colonial, reformas substanciais. Em setembro de 1961 é abolido o *Estatuto dos Indígenas*. Com isto, ao menos no papel, todos os habitantes de Moçambique, Angola e Guiné são considerados portugueses. Nos fatos é pouco o que muda. Assim, os “novos” cidadãos eram obrigados a portar carteiras de identidade nas quais constava sua antiga condição de indígenas, e o trabalho forçado, embora privado de sua sustentação legal, permaneceria sob formas “confusas” até pelo menos 1965 (Cahen, 2016). Entretanto, o Código de trabalho indígena daria lugar, finalmente, ao Código de trabalho rural, promulgado em abril de 1962.

O materialismo cultural: uma teoria nascida em Moçambique?

Na história do pensamento antropológico, Marvin Harris integra um panteão de ancestrais mais ou menos consagrados. Se Claude Lévi-Strauss aparece nos manuais da disciplina como fundador do estruturalismo ou Clifford Geertz, do interpretativismo, corresponde a Marvin Harris o crédito de fundador do materialismo cultural. Harris tem ensaiado em

³⁵ Carta de Marvin Harris a António de Figueiredo, Nova Iorque, 17 de novembro de 1965, Fundo “António de Figueiredo”, Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra.

³⁶ Carta de António de Figueiredo a Marvin Harris, Londres, 17 de maio de 1966, Fundo “António de Figueiredo”, Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra.

várias passagens das suas obras algumas definições de materialismo cultural. Nem sempre essa definição assume os mesmos nuances. No prefácio do seu livro intitulado, justamente, *Cultural Materialism: The struggle for a Science of Culture*, Harris define o materialismo cultural como uma estratégia efetiva que ele encontrou “...to understand the causes of differences and similarities among societies and cultures. It is based on the simple premise that human social life is a response to the practical problems of earthly existence” (1979: IX). Ao longo da sua obra, Harris buscou subsídio no trabalho do linguista Kenneth Pike, a fim de distinguir os modos “emics” e “etics” (derivados da distinção “phonemic”/“phonetics”) do comportamento humano. Não cabe nos estendermos sobre os diferentes usos heurísticos dessa distinção. Mas, por enquanto – e correndo o risco de uma simplificação – poderíamos adiantar que, respectivamente, uma dessas distinções corresponde às dimensões mentais (emic) do comportamento, enquanto a outra corresponderia às dimensões factuais (etic). Outra maneira de entender a oposição é identificar um dos polos (emic) com as abordagens que privilegiam a perspectiva do “nativo”, enquanto o outro polo (etic) se situa na perspectiva do “observador” ou do analista.

Em um de seus livros mais recentes, Marvin Harris afirma que “...the materialism of cultural materialism is concerned with the locus of causality in sociocultural systems and not with the ontological question of whether the essence of being is idea (spirit) or matter” (Harris, 1999: 141). Apesar de nos seus últimos anos de vida Harris ter se mostrado um pouco mais flexível para atribuir idêntica importância tanto às dimensões “etics” quanto “emics” da vida social, seus críticos afirmam que ele seria, apenas, um materialista vulgar, um marxista determinista e, no pior dos casos, um neo-evolucionista enfermo de empirismo. Aqui não nos interessa, por enquanto, reproduzir essas intermináveis celeumas, senão indagar sobre as possíveis conexões de sentido entre o ideário do materialismo cultural como estratégia explicativa e as preocupações políticas e antropológicas que Harris manifestou em Moçambique. Teria sido Moçambique o laboratório empírico do materialismo cultural?

Devemos aceitar que Marvin Harris se interessava, desde os primórdios, pelos aspetos “etics” da produção e reprodução, “as constituted by a conjunction of demographic, economic, technological and environmental variables...” (1999: 141). Lembremos que em uma de suas cartas a Rita-Ferreira, datada de 1956, Harris explicitava sua opção teórica oriunda de preocupações relacionadas à “tecnologia”, à “ecologia” e à “organização social”. Nessa mesma carta, criticando o viés “idealista” (emic) do trabalho de Junod, Harris explicita sua inquietação a favor de uma retomada do legado evolucionista em termos “multilineares”, “funcionais” e “ecológicos”: “Junod’s pre-occupation with the ideological, and ‘ideal’ patterns leaves much to be desired from the point of view of those who have been influenced by contemporary attempts to revive 19th Century evolutionary theory along multilinear, functional, and ecological lines” (Marvin Harris a Rita-Ferreira, 05/08/1956). Essas opções teóricas e empíricas eram coerentes com a grande admiração que Harris manifestava em relação, sobretudo, ao trabalho de Julian Steward. Lembremos que Steward fora professor de antropologia na Columbia University, onde Harris se formou entre 1946 e 1952.

Obviamente, quando Harris põe seus pés em Moçambique em 1956, suas elaborações teóricas ainda não haviam atingido um estado de maturidade. No entanto, é possível afirmar que seu materialismo cultural é deveror daquela experiência de terreno. Os “indícios” mostrados no intercâmbio epistolar com António Rita-Ferreira autorizam a pensar que essa conexão faz sentido. Justamente, em um texto de cunho jornalístico – e com um tom quase hagiográfico – seu grande amigo e interlocutor, António de Figueiredo, deixou essa intuição em aberto quando, em uma homenagem a Harris, intitulou seu artigo, publicado na revista *New African*, em outubro de 2003, de “Cultural materialism, born in Africa”. Para além das frases de efeito e das biografias laudatórias, eis uma conexão – entre o materialismo

cultural e o seu trabalho de campo em Moçambique – que merece ser indagada com maior cuidado. Como diz Verena Stolcke (*apud* Montserrat, 2008), “... em toda teoria há algo de biografia...”. No caso de Marvin Harris, essa máxima se aplica plenamente.

Quando, após o trabalho de campo em Moçambique, Harris retorna a Columbia, suas preocupações se voltarão para a redação de uma volumosa história da teoria antropológica. Tal como nos lembrou um dos seus primeiros alunos – Mario Bick – os seminários de Harris sobre teoria antropológica resultarão no livro *The Rise of Anthropological Theory. A History of Theories of Culture*, publicado, pela primeira vez em 1968.³⁷

Um aluno ainda mais próximo de Marvin Harris, David Price, foi o organizador dos arquivos de Harris na *Smithsonian Institution* em Washington. Quando, em outubro de 2014, informei a Price sobre meu interesse nas consequências antropológicas e políticas do debate entre Marvin Harris e António Rita-Ferreira, recebi de sua parte esta estimuladora resposta:

I'm so glad to learn that you are working on Marvin's relationship with António Rita-Ferreira [...] I was very close to Marvin from the mid-1980s (when I moved to Florida to work with Marvin on my dissertation research) until his death. I was his research assistant for four years and learned a lot about the writing process and honed theoretical skills working with him, and he became a close friend; I helped Marvin and Madeline Harris' daughter Susan work with the Smithsonian to establish a good home for his papers [...] I wish I had more direct information on António Rita-Ferreira, but I only have pretty limited knowledge about him, though I know he and Marvin were friends; I do know bits and pieces about the deep impact of Marvin's time in Mozambique in forming many of Marvin's political and even theoretical views that shaped his anthropology and activism later in life.³⁸

Estas palavras de David Price nos convidam a realocar o período em que Marvin Harris esteve em Moçambique dentro de um contexto mais amplo da história intelectual e política da antropologia da época. Harris chegou a comentar ao seu discípulo a importância da pesquisa em Moçambique para a formulação de um dos principais dispositivos heurísticos do materialismo cultural: a distinção emic/etic. Em grande medida, a experiência de campo em Moçambique teria funcionado como uma espécie de incubadora empírica do materialismo cultural. Ou, como Price nos relembra: “Marvin Harris once told me that his 1956-57 fieldwork experiences in Mozambique were instrumental in developing his interest in the theoretical distinctions between what were later referred to as emic and etic components of cultural life...” (Price, 2002: 16).

A pesquisa de campo em Moçambique também lhe foi importante para a elaboração de uma crítica à ideologia preferida do regime: o lusotropicalismo. Elaborado por Gilberto Freyre, o lusotropicalismo foi, a partir da década de 1950, a linguagem omnipresente nos discursos dos porta-vozes do Ultramar português. Para esses porta-vozes era necessário mostrar ao mundo que Portugal era diferente: um país miscigenador, assimilador e promotor de hibridismos “raciais” e culturais. Consequentemente, segundo essa visão, suas colônias seriam, simplesmente, Províncias Ultramarinas, algo como extensões “espirituais” da Metrópole. A tão propalada assimilação dos indígenas implicava não apenas uma operação de mudança jurídica mas, sobretudo, um longo processo de incorporação espiritual dos “indígenas” aos valores portugueses. Estavam em jogo, pois, dois modelos de colonização: o britânico, através do *Indirect Rule*, que promovia o chamado “desenvolvimento separado”,

³⁷ Comunicação pessoal, Mario Bick, agosto de 2015.

³⁸ E-mail de David Price, 2 de outubro de 2014.

e o português, através da tutela exercida pelo *Regime de Indigenato*, mas que vislumbrava, no final do horizonte – um horizonte longínquo, certamente – a “assimilação” (Fry, 2000). O debate entre Harris e Rita-Ferreira condensa uma série de tensões antropológicas e historiográficas significativas. Em seu último livro, Harris retornará à experiência moçambicana, desta vez para argumentar que “What we choose to study or not in the name of anthropology is a political-moral decision (1999: 59). Trata-se de uma opção difícil, admite Harris. Contra as acusações de contaminar a objetividade científica com o subjetivismo das opções políticas, defende-se: “...my findings about the colonial system (the *Indigenato*) were objective and hence scientific” (1999: 60). Para dizê-lo nos termos do próprio materialismo cultural: contra a crença “emic” no paraíso lusotropicalista, Harris revela o fato “etic” da exploração do trabalho forçado e do Indigenato.

Em março de 1957, Marvin Harris, sua esposa e sua filha são obrigados a abandonar Moçambique. Nessa saída às pressas, Harris não pôde levar consigo o material que, ao longo desses meses, havia coletado. A Fundação Ford se ofereceu para intermediar diante do consulado americano para que as caixas de documentos fossem transportadas por navio a Nova Iorque. Meses depois, suas notas de campo e documentos chegam aos Estados Unidos. Harris fica estarrecido ao descobrir que seu material havia sido inspecionado e, em alguns casos, deteriorado (Price, 2002: 16). É possível que a “mão” da PIDE estivesse por trás desse prejuízo.

A passagem de Harris por Moçambique deixou marcas de suspeita e desconfiança. Devemos lembrar, no entanto, que sua chegada ao campo aconteceu em um período no qual a relação entre Estados Unidos e Portugal era, ainda, cordial. Essa relação mudará pouco tempo depois, com as políticas de descolonização promovidas no período Kennedy/Johnson. A ruptura se produz, sobretudo, quando da tentativa de golpe de estado de Botelho Moniz,³⁹ em abril de 1961, apoiada pela CIA. Ao que parece, a partir desta data, a PIDE vigiou todos os agentes americanos e quase já não transmitiu qualquer informação para a CIA.⁴⁰ As exigências do Conselho das Nações Unidas sobre Portugal para que promovesse a descolonização aumentariam. Estamos na época da famosa frase de Salazar, “orgulhosamente sós”, que encobria, na verdade, a crescente fragilidade e isolamento político de Portugal. No entanto, um ano antes daquela ruptura outro antropólogo proveniente da Columbia University visita Moçambique: Charles Wagley.⁴¹

A viagem de Wagley às Províncias Ultramarinas de Portugal é um subcapítulo dos efeitos provocados pelo “*affaire* Marvin Harris”. A administração colonial entendeu que era necessário acalmar os ânimos. A tempestade provocada por Harris mobilizou, respectivamente, as preocupações de importantes figuras da antropologia e da política ultramarina portuguesas: Jorge Dias e Adriano Moreira. Para tentar desfazer as críticas negativas que Harris deixara na comunidade internacional, o antropólogo português Jorge Dias convida, em 1960, Charles Wagley, para realizarem uma viagem ao longo das “Províncias Ultramarinas” (a viagem começou em Moçambique e terminou em Guiné-Bissau). Seguindo os rastros da ideologia lusotropicalista, Jorge Dias esperava que, após essa viagem, Charles Wagley se posicionasse favoravelmente em relação à presença portuguesa na África e, a partir desse momento, apoiasse a criação de estudos superiores em “África portuguesa”. A viagem contava com o apoio do Ministro do Ultramar português, Adriano Moreira, e era uma tentativa

³⁹ O General Botelho Moniz era o Ministro da Defesa Nacional. No entanto, junto com outros conspiradores, empreendeu uma tentativa de golpe contra Salazar. O golpe – que contava com o apoio do presidente John F. Kennedy – acabou fracassando.

⁴⁰ Agradeço a Michel Cahen por ter-me chamado a atenção sobre estas circunstâncias políticas.

⁴¹ Lembremos que Charles Wagley e Marvin Harris eram amigos. Conheceram-se na Columbia University e a amizade entre eles durou até a morte de Wagley. O último livro de Harris, *Theories of Culture in Postmodern Times*, foi dedicado a Charles e Cecília Wagley. Cecília era brasileira.

de intercâmbio acadêmico entre o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU) de Lisboa e a Columbia University. O objetivo de Adriano Moreira, ao apoiar a viagem de Charles Wagley e Jorge Dias, era criar as condições para uma parceria acadêmica entre Columbia e o ISEU e, ao mesmo tempo, obter, através da Fundação Ford, subsídios e apoios para a criação de estudos universitários em Angola e Moçambique. Quanto aos aspetos políticos e acadêmicos, a viagem foi um fracasso. Wagley não se deixou seduzir por seu anfitrião, Jorge Dias, e muito menos pelo mentor da viagem, Adriano Moreira. Por ironia, a Fundação Ford acabaria apoiando, a partir de 1963, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) no exílio, através de subsídios destinados ao Instituto Moçambicano de Dar es Salam, na Tanzânia.⁴²

Entretanto, naquele ano de 1963, António Rita-Ferreira deixava seu cargo nos Serviços da Administração Civil e se incorporava, ainda em Lourenço Marques, ao Instituto de Trabalho, Previdência e Acção Social. No seu novo posto, Rita-Ferreira conseguirá ter acesso a uma série de informações estatísticas e qualitativas sobre as condições de vida dos africanos na cidade. Influenciado pelas novas correntes da sociologia africanista – preocupada com as dinâmicas da passagem do “rural” ao “urbano” nas cidades africanas – publicará, em 1967, o livro *Os Africanos de Lourenço Marques*.

Por sua parte, Marvin Harris continuaria se solidarizando com os moçambicanos independentistas no exílio. Tal como mostra o trabalho de Livio Sansone (2012), sua amizade com Eduardo Mondlane continuaria até 1969. Lembremos que em fevereiro desse ano, o presidente da FRELIMO morreria ao abrir uma carta bomba recebida no seu escritório de trabalho, na Tanzânia.



Foto 001 – Esta fotografia, na qual António Rita-Ferreira aparece junto de um jovem artesão de Lourenço Marques, foi tirada por volta de 1965, ou seja, durante o período em que desenvolvia sua investigação para redigir o livro “Os Africanos de Lourenço Marques”. [A imagem foi-me gentilmente cedida por Rita-Ferreira, em 2012].

Palavras finais

Em 1975, Moçambique se torna independente de Portugal. Nessa época Marvin Harris, ainda na Columbia University, atinge o ápice da sua vida intelectual. No ano seguinte, torna-se protagonista de uma polémica marcante na história da antropologia. Desta vez, o alvo das suas críticas é Claude Lévi-Strauss: a guerra entre os “materialistas” e os “mentalistas” estava declarada.⁴³

⁴² As negociações entre a administração Kennedy e Eduardo Mondlane, que antecederam o apoio da Fundação Ford à FRELIMO são descritas, com detalhe, no livro de José Manuel Duarte de Jesus (2010).

⁴³ Em 1972, Claude Lévi-Strauss ministrou uma conferência, em inglês, no Barnard College, da Columbia University, intitulada “Structuralism and Ecology” (publicada, mais tarde, em francês, no capítulo 7 de *Le Regard Éloigné*, 1983). Marvin Harris não assistiu à conferência de seu colega, mas tomou conhecimento do seu conteúdo e reagiu com uma crítica virulenta, publicada na importante revista *L’Homme*, em 1976, sob o título “Lévi-Strauss et la palourde. Réponse à la Conférence Gildersleeve de 1972 (*L’Homme*, tome 16, n^o2-3, pp. 5-22). Lévi-Strauss reagiu com uma resposta intitulada “Estruturalismo e Empirismo”, também publicada no capítulo 8 de *Le Regard Éloigné*.

Mas o que teria acontecido com António Rita-Ferreira, o “amigo” de Harris, quando o colonialismo se converte em parte do passado? Curiosamente, com a independência de Moçambique, os membros da FRELIMO responsáveis pelos estudos universitários fazem um acordo com Rita-Ferreira. Fernando Ganhão, reitor da Universidade Eduardo Mondlane, propõe-lhe um contrato até 1977 para que ensinasse “história dos povos de Moçambique”. Entre seus jovens alunos, há negros, mulatos e brancos (estes descendentes dos velhos colonos, já dispostos a “ficar” moçambicanos e aderir, sem ambiguidades, à causa da FRELIMO). No entanto, um incidente impede Rita-Ferreira de continuar honrando seu contrato: um grupo de estudantes se rebela contra o conteúdo dessa antropologia de ranço colonial, imobilizadora e “reacionária”. Irritado com os jovens revoltosos, Rita-Ferreira abandona o seu posto e, pouco tempo depois, instala-se definitivamente em Portugal. Na longa conversa que mantive com António Rita-Ferreira em 2012, esse incidente foi relatado com alguns detalhes. Rita-Ferreira comentou-me que, decidido a abandonar seu posto, foi conversar com Fernando Ganhão, que se mostrou extremamente compreensivo. Apesar da indeclinável decisão de Rita-Ferreira, Ganhão lhe continuou pagando o que o contrato estipulava. Importa ressaltar, também, que Rita-Ferreira teve uma boa relação com Aquino de Bragança, importante figura intelectual da FRELIMO. Em 1977, Aquino de Bragança fundaria, com a colaboração de Ruth First, o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.

Justamente, em 1977, em seu III Congresso, a FRELIMO deixa de ser uma simples “frente de libertação” para se assumir como um partido “marxista-leninista”. Essas mudanças também tiveram impacto no recentemente criado Centro de Estudos Africanos. Iniciava-se, agora, um outro capítulo da história intelectual e política de Moçambique.

Referências bibliográficas

- Anderson, Perry (1966), *Portugal e o fim do ultracolonialismo*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Cahen, Michel (2016), *Seis teses sobre o trabalho forçado no Império português continental em África*, *Revista África*, USP, no prelo.
- Duarte de Jesus, José Manuel (2010), *Eduardo Mondlane. Um homem a abater*, Lisboa: Almedina.
- Duffy, James (1963), *Portugal in Africa*, Maryland: Penguin Books.
- Figueiredo, António de (1978), *Marvin Harris, 'ex-inimigo' de Portugal*, *Diário de Notícias*, Portugal, 02 de agosto.
- ____ (2003), *Cultural Materialism, Born in Africa*, *New African*, n.º 422.
- Fry, Peter (2000), *Cultures of difference. The aftermath of Portuguese and British colonial policies in southern Africa*, *Social Anthropology*, Vol. 8, n.º 2, pp. 117-43.
- Harries, Patrick (1994), *Work, Culture, and Identity. Migrant Laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*, London: James Currey; Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- Harris, Marvin (1956), *Town and Country in Brazil*, New York: Columbia University Press.
- ____ (1958), *Portugal's African 'Wards'. A First-Hand Report on Labor and Education in Moçambique*, *África Today*, Vol. 5, n.º 5, pp. 3-36.
- ____ (1959), *Labour emigration among the moçambique thonga: cultural and political factors*, *Africa. Journal of the International African Institute*, Vol. 29, n.º 1, pp. 50-66.
- ____ (1960), *Labour emigration among the moçambique thonga: a reply to Sr. Rita-Ferreira*, *Africa. Journal of the International African Institute*, Vol. 30, n.º 3, pp. 243-245.
- ____ (1964), *Patterns of Race in the Americas*, New York: Walker and Company.
- ____ (1966), *Raça, conflito e reforma em Moçambique*, *Política Externa Independente*, n.º 3, pp. 8-39.

- ____ (1968), *The Rise of Anthropological Theory. A History of Theories of Culture*, New York: Crowell.
- ____ (1972), Portugal's Contribution to the Underdevelopment of Africa and Brazil, in Ronald H. Chilcote (org.), *Protest and Resistance in Angola and Brazil*. Berkeley: University of California Press, págs. 209 a 223.
- ____ (1979), *Cultural Materialism: The Struggle for a Science of Culture*, New York: Random House.
- ____ (1999), *Theories of Cultures in Postmodern Times*, Walnut Creek, London, New Delhi: Altamira Press.
- Junod, Henri-Philippe (1934), *Henri A. Junod. Missionaire et Savant*, Lausanne: Mission Suisse dans L'Afrique du Sud.
- Kuznar, Lawrence A. & Sanderson, Stephen K. (orgs.) (2007), *Studying Societies and Cultures. Marvin Harris's Cultural Materialism and its Legacy*, Boulder, London: Paradigm Publishers.
- Margolis, Maxine L. & Kottak, Conrad Phillip (2003), *Marvin Harris (1927-2001)*, *American Anthropologist*, Vol. 105, n.º 3, pp. 685-688.
- Monserrat, Clua et alia (2008), 'En toda teoría hay algo de biografía'. Entrevista a Verena Stolcke, *Perifèria. Revista de recerca i investigació en antropologia*, Barcelona, n.º 9, pp. 1-29.
- Penvenne, Jeanne (1993), *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- ____ (2015), *Women, Migration and the Cashew Economy of Southern Mozambique, (1945-1974)*, Oxford: James Currey.
- Price, David (2002), *Interlopers and invited guest. On anthropology's witting and unwitting links to intelligences agencies*, *Anthropology Today*, Vol. 18, n.º 6, pp. 16-21.
- Rita-Ferreira, António (1960), *Labour emigration among the moçambique thonga. Comments on a study by Marvin Harris*, *Africa. Journal of the International African Institute*, Vol. 30, n.º 2, pp. 141-151.
- ____ (1961), *Labour emigration among the moçambique thonga. Comments on Marvin Harris's reply*, *Africa. Journal of the International African Institute*, Vol. 31, n.º 1, pp. 75-77.
- ____ (1963), *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais.
- ____ (1967/1968), *Os Africanos de Lourenço Marques*, Lourenço Marques: Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 9, Série C (Ciências Humanas).
- Sansone, Livio (2012), Eduardo Mondlane e as ciências sociais, in Wilson Trajano Filho, org., *Travessias Antropológicas. Estudos em contextos africanos*, Brasília: ABA publicações, pp. 93-125.
- Santos, Maciel (2010), António Rita-Ferreira: 'Salazar sempre quis fazer uma colonização barata', entrevista, *Africana Studia*, n.º 15, pp. 111-131.
- Stocking, George W. Jr. (2001), Books Unwritten, Turning Point Unmarked. Notes for an Anti-History of Anthropology, in George W. Stocking, Jr., *Delimiting Anthropology. Occasional Inquires and Reflections*, Madison: The University of Wisconsin Press, pp. 330-351.
- Thomaz, Omar Ribeiro (2002), *Ecos do Atlântico Sul. Representações sobre o terceiro império português*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Fontes Manuscritas

- Carta de António Rita-Ferreira a Marvin Harris, Homóine (Inhambane), 02 de outubro de 1955. Acervo Pessoal de António Rita-Ferreira (APARF).
- Carta de Marvin Harris a António Rita-Ferreira, New York, 1 de dezembro de 1955, (APARF).
- Carta de António Rita-Ferreira a Marvin Harris, Homóine (Inhambane), 07 de janeiro de 1956, (APARF).
- Carta de Marvin Harris a António Rita-Ferreira, Lourenço Marques, 24 de Junho de 1956, (APARF).

- Carta de António Rita-Ferreira a Marvin Harris, Sabie (Union of South Africa), 13 de julho de 1956. (APARF).
- Carta de Marvin Harris a António Rita-Ferreira, Lourenço Marques, 5 de agosto de 1956. (APARF).
- Carta de António Rita-Ferreira a Marvin Harris, Sabie (East Transvaal), 27 de agosto de 1956. (APARF).
- Carta de António Rita-Ferreira a Marvin Harris, Sabie (East Transvaal), 22 de outubro de 1956. (APARF).
- Carta de Marvin Harris a António Rita-Ferreira, Lourenço Marques, 5 de novembro de 1956. (APARF).
- Carta de António Rita-Ferreira a Marvin Harris, Sabie (East Transvaal), 9 de novembro de 1956. (APARF).
- Carta de António Rita-Ferreira a Marvin Harris, Sabie (East Transvaal), 19 de março de 1957. (APARF).
- Carta de António Rita-Ferreira ao Inspector. L. M. Pinto da Fonseca, Director dos Serviços dos Negócios Indígenas em Lourenço Marques, Lisboa, 29 de abril de 1959. (APARF).
- Carta de Marvin Harris a António de Figueiredo, New York, 17 de novembro de 1965. Fundo “António de Figueiredo”, Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra.
- Carta de António de Figueiredo a Marvin Harris, Londres, 17 de maio de 1966. Fundo “António de Figueiredo”, Centro de Documentação 25 de abril, Universidade de Coimbra.

Canadian missionaries, Angolan protestants, and the PIDE: research sources

Frank J. Luce*

p. 103-118

1. An anonymous report

One day in 2011, while researching in the PIDE² archive for documents about United Church of Canada missionaries on Angola's Central Highlands, I came across an anonymous "report" dated March 1966, purportedly authored by a teacher from Dondi, the headquarters of the West Central African Mission (WCAM).³ Although anonymous when submitted, PIDE officials attributed the report to the teacher on at least two occasions, once in a handwritten notation which reads: "refers to Jorge" [*refere-se a Jorge...*], and a second time in an internal memo to the PIDE delegation in Luanda.⁴ This paper is about my effort to interpret the report in context, including the identity of its author and his or her motive and purpose. The paper begins with an overview of the WCAM, followed by the life story of the teacher Jorge, the name I have assigned to the report's putative author. I then proceed to analyze the report in terms of its form, content and purpose, followed by some conclusions.

2. The putative author

First, I should explain some preliminary considerations. Initially I proceeded on the dubious assumption that the teacher Jorge to whom PIDE officials attributed the report was indeed the putative author of the report, although I will argue that the contents of the report were likely dictated by his PIDE interrogator, leaving the identity of its real author in serious doubt. Although Jorge is now deceased, he comes from a prominent family, members of which are still very much alive; for this reason, and out of an abundance of caution, I have attempted to protect his identity. This has led me to abbreviate his and other names herein, and to disguise references to sources that would otherwise easily reveal Jorge's identity. Jorge's family name is well known in Angola and links him to a "Congregacionalista" network on the Central Highlands, consisting of families tied to the WCAM and to the Angolan Protestant church then known as CIEAC (now known as IECA)⁵, which also rai-

* Independent Researcher.

¹ I would like to gratefully acknowledge the critical reading of the anonymous reviewers.

² Acronym for *Policia Internacional e de Defesa do Estado*, renamed *Direcção-Geral de Segurança* in 1969. The PIDE was the secret police force for Portugal's *Estado Novo* dictatorship.

³ ANTT, PIDE fonds, Del. A., P. Inf 13.18-E NT1987/262, "Report", March ?, 1966.

⁴ ANTT, PIDE fonds, Del. A., P. Inf 13.18E NT1987/262, Subinspector António Luz Costa memo to Subdirector, N.º 771/66-S. R., April 16, 1966; Chief of subdelegation (illegible) memo to Subdirector, N.º 1.341/66-S. R., July 9, 1966.

⁵ Acronyms for *Conselho das Igrejas Evangélicas de Angola Central*, and *Igreja Evangélica Congregacionalista de Angola*.

ses a possible indirect link through the church network to the independence movement known as UNITA,⁶ a political organization founded in the same year that the report was written, 1966 (Fernando, 2012: 93).

It was relatively easy to establish a linkage between Jorge and UNITA: a simple Google search revealed that Jorge had somehow found his way to Brazil, where, after his death, Jorge's wife (nameless herein to disguise her identity) became an honorary citizen of a city in the Northeast of Brazil. She was nominated by a municipal councilor (*vereador*) from the Workers' Party (PT) who eulogized the couple on his website:

*Born in the interior of Angola, Africa, in the year 1939, daughter of G... and H..., at the beginning of the 1960s she married the young teacher Jorge with whom she shared her life and her militancy in the Movement for the Independence of Angola [sic], UNITA, from Portuguese domination, her struggle was fundamental for Angola to acquire its political independence in the year 1975 (anon., 2011) [my translation].*⁷

In this eulogy, the PT councilor indicates that Jorge and his wife considered themselves to be UNITA militants.

3. The WCAM

The report in question is a valuable resource within a line of research with which I am currently engaged, that is, the relation between the *Congregacionista* network and Angola's independence movement(s). The following is a brief synopsis of the historical origins of this network within the WCAM and its institutional expression, that is, the CIEAC/IECA.

The CIEAC was an institutional response to the WCAM evangelism project in the sense that the creation of a national church marked a transition to African religious independence. The WCAM evangelism project was launched in 1880, as an initiative of the Congregationalist Church in the United States of America and was joined by Canadian Congregationalists in 1886. In 1925, the Canadian Congregationalists merged with other church groups to form the United Church of Canada, at which point the WCAM became a Canada/USA joint mission. In a move which foreshadowed political independence, the Angolan *Congregacionistas* formed their own national church, the CIEAC, in 1956/57. With an Angolan church now available as a partner, the North American churches formally wound up their mission and instead assigned their missionaries to work within the structures of the Angolan church. However, to the extent that the WCAM was a form of colonialism, the new arrangement was neo-colonial: the missionary presence was institutionalized through a Missionary Committee, the missionaries continued to occupy strategic positions within Protestant institutions, and the missionaries maintained effective control of church finances.

The colonial relation at the core of the WCAM grew out of the explorations of David Livingstone, who had direct contact with slave caravans from the Central Plateau and travelled to Luanda in 1854. Like other Protestants, the WCAM missionaries partnered with European colonialism in the effective occupation of the African continent, a process which intensified in the post-1885 period. Avoiding competition, three major Protestant denominations divided Angola into mission regions: British Baptists took the northern Bakongo region, USA Methodists took the central Kimbundu region, and North American Congregational-

⁶ Acronym for *União Nacional para a Independência Total de Angola*.

⁷ Original version in Portuguese: *[N]ascida no interior de Angola, África no ano de 1939, filha de G... e H..., casou no início da década de 1960 com o jovem Professor Jorge com quem partilhou a vida a dois e a militância no Movimento de Independência de Angola, UNITA, da dominação de Portugal, sua luta foi fundamental para que Angola conseguisse sua independência política no ano de 1975.*

lists took the Ovimbundu heartland on the Central Highlands. In its early years, the North Americans were slow to reconcile with Portuguese claims of sovereignty, referencing their mission territory as “West Central Africa” or the “Benguela plateau”, and seeking to expand their influence beyond the highlands and throughout the center-south-center.

While the Christian churches were partnered in colonialism’s imagined ‘civilizing mission’ project, the missionaries often clashed with their commercial and governmental counterparts over conflicting ethics (Péclard, 1995). In the case of the WCAM, the partnership was complicated by issues of linguistic (English or Portuguese), religious (Catholic or Protestant), and nationalist (Portuguese or American) character, the goal of the WCAM was to transform their African converts by having them assimilate the WCAM missionary ethic with its North American Protestant characteristics.

Among the Euro-centric transformations that the WCAM ethic encouraged was the centrality of the nuclear family, in opposition to the polygamy and slavery that the missionaries identified within the extant “household” kinship networks. One of the WCAM missionaries, Gladwyn Murray Childs, completed a PhD in anthropology at Columbia University and published his dissertation in 1949 as *Kinship and Character of the Ovimbundu*. Childs identified Ovimbundu social organization in the following terms:

The basis of the village and of the whole kinship structure is the household consisting of a man, his wife or wives, and their children, together with such other related or unrelated dependants as may be attached and live together in a single compound... The relationships of the wider kinship groups are for the most part extensions of those of the household (Childs, 1969: 40-42).

This household-based kinship network was effectively undermined by the WCAM ethic of monogamy and anti-slavery, and in its place the WCAM constructed a nuclear family-based network of Protestant churches that later was institutionalized as the CIEAC. Jorge’s family functioned within this network.

The WCAM ethic imposed a moralism that frowned on alcohol, extra-marital sex, and even certain styles of dancing, while at the same time it emphasized literacy and education within a system that encouraged notions of self-determination and even political independence. The colonizer soon became aware that the Protestant networks –Baptist, Methodist,



Foto 001 – Founding of the Currie Institute (commemorative plaque). Photo by author.

and Congregationalist – were a significant factor in the spread of a pro-independence sentiment. In the words of WCAM missionary Lawrence Henderson: “Without doubt the Protestant community provided one of the best networks for the spread of anti-Portuguese propaganda and for the organization of nationalist associations and activities” (Henderson, 1992: 279).

Since the founding of the Currie Institute at Dondi, in 1914, the WCAM education system was of a dual character. On the one hand, the system revolved around a set of central institutions in Dondi, located on a huge tract of land which was allocated to the mission by Norton de Matos, then Portugal’s Governor General, who was also a Protestant and later became a Masonic Grand Master. Around this hub was constructed a hierarchical web of church-based schools located in mission stations, pastoral outposts, and village congregations, all of which was supervised by a missionary who served as station director. The web was spread through the initiative of *Congregacionalista* pastors and catechists, trained at Dondi, who organized, preached, and educated at the village level.

As Dondi was originally structured, the missionaries’ intention was that boys would be trained as the mission’s teachers, catechists, and pastors, while girls would be trained as homemakers, to become Protestant brides. It was through this process of education and match-making that the *Congregacionalista* network would be constructed with a nuclear family base. Jorge was educated, married, and launched his career in education within such a network.

4. Jorge’s life story

I was pleasantly surprised to discover that Jorge had a biographer, who will remain anonymous to protect the identity of his subject, and for this purpose I have not provided a citation for his book. Although I categorize the book as a biography, this is something of a misnomer; it is more of a hagiography, written more as a story of the triumph of the human spirit, and lacking in specific details.

Some knowledge of the biographer’s background helps explain why he chose to write about Jorge. The biographer was born in the north of Portugal, in 1929. He was ordained a Roman Catholic priest in a religious order, and arrived in Angola in 1967, in the midst of the independence war. Among his duties, he was to supervise a Catholic mission near Serpa Pinto (now Menongue), where a religious order of nuns operated a mission school. It is through a mutual connection to this mission school that the biographer and Jorge first came into contact. They later resumed contact in Brazil, after the biographer left Angola and moved to Brasília in 1974, at a time when Angolan independence was imminent. After moving to Brazil, the biographer soon abandoned the priesthood for marriage, an act forbidden to priests by the Roman Catholic Church (*Movimento*, n.d.).

The biography is an obscure book. Published in Brasília, in 1995, it is now out of print, while the publishing house has gone out of business. I obtained a photocopy through a colleague at the Federal University of Brasília, who found the book almost by chance in his university library after it had been mis-shelved.⁸ The style of writing suggests that its author had access to both Jorge and his wife, since he purports to quote extensively from their private conversations and their private thoughts. The book’s title references Jorge’s longing to return to Angola from his exile in Brazil, a return which was frustrated by Angola’s prolonged civil war.

⁸ My thanks to Estevam Thompson for locating this reference.

With this in mind, we can now turn to Jorge's life story. His biographer has left the details of Jorge's early life somewhat sketchy, but the details provided suggest that he was born on the Central Highlands between 1935 and 1940. It appears also that his parents were *Congregacionalistas*. It is further likely that his father had obtained assimilated (*assimilado*) status for himself and his family, within Portugal's *indigenata* system in which Africans could escape liability for forced labour and other impositions by proving to the Portuguese that their language skills and income source were sufficient to be deemed "civilized" or assimilated into European culture (Neto, 2012). While Jorge's early education was no doubt in his village school, and then at the Currie Institute in Dondi, his family status as *assimilado* allowed him access to higher education. In the case of Jorge, this included studies in Portugal at the Presbyterian seminary in Carcavelos, likely between 1959 and 1961.

One of Jorge's key supporters was Gladwyn Childs, a WCAM missionary from the United States of America whose work is cited above. Among the many achievements attributable to Childs was the establishment of an academic residence in Nova Lisboa (now Huambo), a place where, in the post-1961 period, bursary students were provided room and board and, at the same time, thus kept within the ethical umbrella of the *Congregacionalista* network. Funds for these bursaries, and for other forms of material assistance, were channeled through a Bursary Commission [*Comissão de Bolsas*], of which Childs served as its first president (anon., 1994).

The academic residence in Nova Lisboa, as well as the central institutions of Dondi, served as incubators for a growing pro-independence sentiment that soon spread throughout the *Congregacionalista* network. Moreover, the Presbyterian seminary in Carcavelos, like Lisbon's more famous *Casa dos Estudantes do Império*, served as a meeting point for future leaders of independence movements throughout Portugal's African empire, such that Jorge's political education could not help but be influenced by the intellectual atmosphere he encountered in that environment: that is, in an institution that also nurtured the intellectual development of Mozambique's Eduardo Mondlane and others who articulated a similar liberation ideology.

It is worth reflecting on the qualities that Jorge would have demonstrated to the missionaries to merit being sent to study in Portugal, a rare privilege for a *Congregacionalista* because, prior to 1958, the horizon of the WCAM education system stretched little beyond Dondi. Very few *Congregacionalistas* enjoyed the privilege of studying in Portugal. The two sons of Jesse Chipenda, the first CIEAC General Secretary, were both sent to Portugal: José Chipenda also studied at Carcavelos, funded privately by his father through donations he received while on a tour of North America, and Daniel Chipenda was awarded a football scholarship, playing first with Benfica and then with the Coimbra University team [*Sociedade Académica de Coimbra*]. We know that Agostinho Neto studied medicine in Lisbon on a Methodist scholarship, and he was joined by José Liahuka, the son of a pastor from the Elende mission station, who studied medicine with him, apparently with assistance from the WCAM's North American network (Henderson, 1992: 165). The WCAM finally acknowledged the pressing need for higher education, and, in 1958, Liahuka was joined by Rubem Sanjovo, Jorge Valentim, and Jerónimo Elavoko Wanga. Joining them on the boat out from Lobito was Jonas Savimbi. It seems that Savimbi had obtained a bursary from a Roman Catholic source but after arriving in Lisbon he accepted a better offer from the Protestants (Bridgland, 1987: 38). Liahuka, Valentim and Wanga later joined Savimbi in UNITA, while Daniel Chipenda went to the MPLA (Fernando, 2012: 99, 159).

Jorge was likely among the *Congregacionalistas* who followed the Savimbi cohort to Lisbon, and upon returning from Carcavelos in 1961, his biographer indicates that he married within the *Congregacionalista* network, to a student from Dondi's Means School for girls.



Foto 002 – Currie Institute, Dondi, c. 2012. Photo by author.

By 1961, the year in which the armed struggle for independence was launched, women like Jorge's wife had created a space for themselves within which they were able not only to act as wives and home-makers but also to take on roles as professionals and even engage with the independence movement as political agents. In fact, we will see later that Jorge's wife was more militant politically than her pacifist spouse.

Jorge returned from Portugal to teach within the Dondi central institutions. After a period of service that would nominally have helped repay his debt to the mission for his education, in September 1963 he submitted a letter of resignation to the CIEAC Executive Committee. In a perceived slight to his Protestant employers, the letter was sent only after the *Boletim Oficial* had already published notice of his appointment as teacher in a new school that the state located next door to Dondi, in Bela Vista (now Katchiungo).⁹ The establishment of this state-run school reflected the post-1961 reforms introduced by the colonial state which included a system of basic education for Africans who, within the same reform package, had been declared to be citizens of Portugal, with the *indigenata* system now abolished.

While not all of the WCAM missionaries felt threatened by a potential state takeover of the education function, the Committee of Missionaries queried why state schools were placed in the vicinity of Protestant schools rather than in under-served areas. This concern was not without merit as the colonial administration had in fact embarked on a deliberate campaign to undermine the influence of Protestant missionaries because of their perceived disloyalty to Portugal. To make matters worse, from the *Congregacionista* perspective, in Jorge's case the state had poached Dondi's best trained African teacher. The PIDE reported that some WCAM missionaries reacted quite negatively to Jorge's move to the state system.¹⁰

While this reaction may have been shared by others, opinion within the missionary cohort was far from monolithic, and in fact a gulf was widening between those who fixed their focus on evangelism and those who took a more progressive, developmentalist stance,

⁹ UCC. Board of Overseas Missions, fonds 502. Records relating to Angola, Series 2, Subseries o. Location number 83.012C, box 19, file 449. Minutes of CIEAC Executive Committee, Dondi, September 24/25, 1963.

¹⁰ ANTT. PIDE fonds, Del A., P. Inf. 13.18-D, NT 1987, *Informação* memorandum N.º 148/64-S. R., "Características e actividades da missão evangélica do Dondi", October 21, 1964.

some even embracing the independence cause. For the more developmentalist among them, establishing a state school system was a positive measure, and Jorge's career move evoked sympathy because Dondi paid its African teachers a pittance in comparison to the state school system. After all, Jorge had a family to support, one which eventually included several children. Nonetheless, when the members of the CIEAC executive were finally informed of his intention they tried to block, or at least delay, his move by petitioning the Director of Education for the District of Huambo, but to no avail.¹¹ And despite this opposition, Jorge struggled to remain within the CIEAC community. In July 1964, for example, he took up temporary residence in the town of Cuma and travelled daily to the Elende mission station where he worked as a volunteer, only to have his motives questioned by the station director.¹²

Jorge's career within the state education system advanced rapidly and after a few years teaching he was promoted to the position of School Inspector. His professional ability was appreciated: according to a Portuguese teacher from Luanda who took a two month training course under Jorge's supervision, Jorge was "the most competent school inspector that I encountered during my teaching career" [*o Inspector Escolar mais competente que encontrei durante a minha carreira de professor*] (Anon., 2012).

As a dedicated educator, Jorge likely welcomed the investment in education made by the colonial state in the post-1961 period and remained outwardly loyal to his employer (the colonial state) throughout the liberation war, except for an apparently isolated "act of solidarity" to which we will return later. When the political ground shifted on April 25, 1974 (the Portuguese coup), and the subsequent Alvor Accords (January 1975) legitimated the three armed independence movements, passive nationalists such as Jorge began to declare their allegiance to one or the other of the three armed movements (FNLA¹³, MPLA¹⁴, UNITA). For his part, Jorge chose UNITA, a movement which found favour within the *Congregacionista* network from which Savimbi and much of UNITA's leadership had emerged (Pearce, 2015; Schubert, 2000).

The Alvor Accords provided for a transitional government in which the education portfolio was allocated to UNITA, with Savimbi's colleague from 1958, Jeronimo Wangá, as Minister, who then called on Jorge to serve in Luanda in a senior position. Internecine warfare broke out, and the transitional government soon collapsed, sending Jorge back to Huambo where UNITA established its capital and declared a separate independence to rival that of the MPLA. By February 1976, the MPLA was at Huambo's doorstep, prompting Jorge to retreat to Kuito with his wife and their several children. Gathering his forces in Kuito, Savimbi urged his civilian followers to return to their traditional villages, and he urged his warriors to join with him in a guerrilla campaign against the MPLA government and its Cuban military ally.

As a dedicated educator, Jorge had no desire to join Savimbi's military campaign. According to his biographer, Jorge "was a humanist, he detested war, which was born naturally out of a schizophrenic ambition for power" [*era um humanista, detestava a guerra, parto natural da esquizofrênica ambição do poder*] (biography:32). Using a literary device to suppose what Jorge's thought pattern likely would have been, the biographer explained further:

¹¹ UCC. Board of Overseas Missions, fonds 502. Records relating to Angola, Series 2, Subseries o. Location number 83.012C, box 19, file 449. Minutes of CIEAC Executive Committee, Dondi, September 24/25, 1963.

¹² UCC. Board of Overseas Missions, fonds 502. Records relating to Angola, Series 2, Subseries o. Location number. 83.012C, box 20, file 471. Report to home mission boards, July 8, 1964.

¹³ Acronym for *Frente Nacional pela Libertação de Angola*.

¹⁴ Acronym for *Movimento Polular de Libertação de Angola*.



Foto 003 –Dondi (Lutamo) in ruins after civil war, c. 2012. Photo by author.

I am not staying here. I do not want my children to grow up in the midst of hatred and violence...I am against the war. There were other solutions involving less sacrifice for the Angolan people. I am leaving with my wife and my children. We will return one day to assist in building peace. (biography:11) [my translation]¹⁵

Through this device his biographer illustrates that Jorge was a pacifist and opposed to Savimbi's decision to engage in civil warfare, although subsequent events show that his loyalty to UNITA remained constant. In a reversal of gender stereotypes, his wife was less of a pacifist and urged him to join Savimbi's civil war. According to the biographer, she accused Jorge of cowardice and desertion, accompanying him into exile only under protest. The biographer describes the family's escape from Angola within a stream of refugees heading south, travelling mainly by foot until they arrived in Menongue, where UNITA was still clinging to power. From there the family left UNITA-held territory and headed towards the Southwest African (now Namibian) border which was controlled by the South African apartheid regime. They crossed the Cubango (Okavanga) River at Cuangar and found refuge in a camp in Southwest Africa administered by the International Committee of the Red Cross (ICRC).

Good fortune finally met up with Jorge and his family at the ICRC camp, or rather his reputation as a dedicated educator stood him in good stead, when two Roman Catholic nuns arrived to assist with the refugees. One of the Sisters recognized Jorge from the frequent inspections he had carried out at the same Catholic mission school that the biographer had supervised (as referenced above) where she had served as the school's director. She herself had fled the civil war and was then residing at a mission in Tondoro, down the Cubango from Cuangar, on the Namibian side of the river. The second of the two nuns was a Brazilian.

The nuns set about to rescue Jorge and his family from their dire circumstances, disregarding the divergence in their religious orientations, one Catholic, the other Protestant. The Brazilian nun used her considerable powers of persuasion on the Brazilian consul in Cape

¹⁵ Original version in Portuguese: *Não fico. Não quero que os meus filhos cresçam no meio do ódio e da violência... Sou contra a guerra. Havia outras soluções com menos sacrifício para o povo angolano. Vou-me com a minha mulher e os meus filhos. Voltaremos um dia para ajudarmos a edificar a paz.*

Town who granted the family permanent residence in Brazil. Curiously, Jorge had taken out a Portuguese passport a year earlier, during the period of transition to independence, likely with the thought of emigration already in his mind.

With a Brazilian visa in hand, Jorge put his fate into the hands of the Sisters' international network. The nuns flew the family to Rio de Janeiro, and then northward where they housed the family in a girl's academy which soon employed both Jorge and his wife.

Despite the generosity shown by the Sisters, Jorge found the family's economic circumstances frustrating, as their income was not sufficient to support such a large family, especially after having previously enjoyed the privileges and status, first of colonial life in Angola as a state employee and then as a senior bureaucrat in the transitional government. Furthermore, the nuns employed him only in a minor clerical position, rather than allowing him to exercise his professional as a teacher. Adding to his stress, his wife had given birth to another child, while an older daughter had fallen prey to the allures of a Brazilian ethic and had drifted away from the family unit.

Although Jorge may have alienated himself from some of the more evangelical WCAM missionaries, he maintained contact with more friendly missionaries with whom he corresponded soon upon his arrival in Brazil. One of these contacts put him in touch with what his biographer refers to as the *Fund Christi*, where another of these contacts was the administrator. In fact, there is little doubt that the fund in question was the Gilchrist Memorial Angola Student Trust Fund (now the Angola Memorial Scholarship Fund), established in memory of Sidney Gilchrist, his wife Frances, and their daughter Elizabeth (Betty), all of whom were former United Church of Canada missionaries in Angola who had died together in a tragic car crash in Alberta on June 13, 1970 (Archibald, 1970). The fund awarded bursaries to two of Jorge's daughters, allowing them to continue their education, while at the same time alleviating the family's financial distress (biography, 41).

Having been excluded from his chosen profession as an educator, Jorge turned instead to the study of theology and was eventually ordained as an evangelical pastor. According to the biographer Jorge served as pastor to a Presbyterian congregation; as we know, Jorge was familiar with this denomination because earlier he had studied at the Presbyterian seminary in Carcavelos.

The title of the biography reflects Jorge's frustration at not being able to return to Angola because of the prolonged civil war, with which he apparently wanted no part. After many years in exile, Jorge finally expressed a wish to be buried in Brazil, an end that soon came about through an unexpected chain of events, beginning in December 1988, when the governments of Angola, Cuba and South Africa signed the New York Accords leading to the independence of Namibia and the withdrawal of Cuban troops from Angola.

In September 1989, on the eve of a visit by Savimbi to Washington and with the possibility of a peace agreement at hand, UNITA assembled its supporters at its headquarters in Jamba for an Extraordinary Congress. Jorge was among the invited guests from the Angolan diaspora. His biographer hints that Jorge may have had an ongoing relationship with UNITA while living in Brazil but provides no other explanation for this invitation. In any event, Jorge accepted the invitation and flew to Lisbon where he joined a European delegation. From there the delegation flew to Windhoek, and then on another flight to the South African Defense Force base at Rundu, and from there by helicopter to Jamba, evidently with the assistance of South African authorities.

His biographer asserts that Jorge received a hero's welcome in Jamba, perhaps one orchestrated by his former students. But his reception at the conference was cut short when he apparently suffered a rupture of a gastric ulcer, acutely aggravating a pre-existing condition. He was airlifted to a hospital in Pretoria where he was operated on, with some success,

until he suffered a relapse and died. With the assistance of UNITA, one of his daughters flew to Pretoria and accompanied her father's body back to Brazil for burial, pursuant to his stated wish.

5. De-constructing the report

With this contextual synopsis in mind, we can now turn to an interpretation of the report itself, in view of its circumstances, its contents, and finally its purpose. The format of the report suggests that the circumstances in which it was submitted were unusual. It is neither signed nor dated, although the PIDE's record-keeping system establishes that it was submitted in early March 1966, notably two and a half years after Jorge's departure from Dondi for the state school system. It is simply entitled *Relatório* [Report], unlike documents produced in the course of an investigation, documents which the PIDE entitled either *Auto de declarações* or *Auto de perguntas*, depending on the legal standing of the declarant or respondent (witness or accused). While the *auto* documents reveal a question and answer format, and refer to a specific interrogation held on a specified date, with an identified PIDE interrogator and PIDE scribe, the report is in a narrative format that does not suggest an interrogation session. And yet we know from his biographer that Jorge was at one point arrested and tortured:

In the years of struggle against Portuguese domination, he never wanted to take part in the guerrilla movement. If one day PIDE agents surrounded his house and arrested him, to torture him to extract secret information, if then he reached the depths of human suffering and desperately wished for death, it was not for any kind of voluntary cooperation with the guerrillas but for a simple act of solidarity (biography: 32) [my translation]¹⁶.

In this passage the biographer implies that PIDE agents surrounded Jorge's house, arrested him, and tortured him to the extent that he wished he were dead. This treatment is consistent with what is well known about the methods used by the PIDE in the interrogation of an African subject. The passage also implies that Jorge did not voluntarily collaborate with the guerrilla movement, but at the same time he admits to having committed an "act of solidarity" which apparently led to his arrest and torture.

I would speculate that the "act of solidarity" in question could have been in relation to an "underground railroad" that served to provide an escape route for pro-independence activists, many of whom were the product of the same Protestant education system as Jorge. Although in North America the phrase "underground railroad" was used as a metaphor for an escape route, on the Central Highlands it had a more material meaning as the Benguela Railway was available to transport escaping refugees across the border into Northern Rhodesia (Zambia since 1964), where they were welcomed by the Protestant church, including various Canadian missionaries who were working in Kitwe. From there they had the option of joining one of the independence movements or going on to higher education, often through the auspices of the U.S. State Department's Office of African Programs, acting in partnership with the American Committee on Africa (Tague, 2015). We will see below that this speculation is reinforced by my analysis of the contents of the report.

Elsewhere in the PIDE fonds it is revealed that Jorge was interrogated as an incident of his arrest, and that he made a declaration at that time, in the early days of the month of

¹⁶ Original version in Portuguese: *Nos anos da luta contra o domínio português, jamais quisera tomar parte na guerrilha. Se um dia os agentes da [PIDE] lhe cercaram a casa e prenderam para o torturar e lhe arrancar segredos, se então tocou os abismos do aviltamento humano e almejou ardentemente morrer, não foi por qualquer tipo de colaboração voluntária com os guerrilheiros, mas por um simples ato de solidariedade.*

March 1966, although I have not located a copy of this declaration.¹⁷ The report in question was submitted as a follow up to the missing declaration, and although the report was stamped secret, and its author was not identified in the unsigned report itself, the PIDE sub-delegation in Nova Lisboa named Jorge as the author in the context of a memo in which the sub-delegate recommended that Reverend John Murray MacInnes be denied a re-entry visa, such denial being based in part on the allegation contained in the report that MacInnes used mission funds to finance the “underground railroad”. The handwritten note (referred to above) which also identifies Jorge as the report’s author was likely a mere repetition of the reference in this memo. By identifying Jorge in this context the PIDE official went against the plea with which the report closes: “I request the favour that my name not be mentioned in the case of any further proceeding against any of the individuals referred to” [my translation].¹⁸ It follows from this plea that the report’s author was aware that the allegations contained therein carried consequences for those named in the report.

At the time the report was written, Jorge was a primary school teacher in the state system. If, in fact, he agreed to the contents of the report, it seems likely his agreement was forced on him by the threat of further mistreatment or torture at the hands of the PIDE and/or the threat of dismissal from his teaching position. The fact that the report was initiated at the specific demand of the PIDE is made clear in the report’s introductory phrase: “In obedience to the request of His Excellency the Senior Inspector of the [PIDE]...” [my translation].¹⁹ Although this introductory phrase, and the format of the report in general, seek to convey the impression that it was made voluntarily, the overall circumstances indicate the opposite. Indeed it is likely that the report was drafted in the PIDE sub-delegation office: when compared to other similar documents, the report appears to have been typed up by the same PIDE scribe(s) who typed up the interrogation *autos* that emanated from the Nova Lisboa PIDE office. Moreover, unlike the interrogation *autos*, the report is not signed. Perhaps the lack of a signature was to protect the identity of the report’s putative author. But it could also be that the author was, in fact, a PIDE official who merely decided to attribute the report to Jorge for the purpose of advancing his own agenda, something which is scrutinized below.

With respect to the actual content of the report, the only substantive allegation is that of missionary involvement in the “underground railroad”. Assuming this involvement to be an improper display of disloyalty, the report provides two possible explanations as to why certain named missionaries would engage in such misconduct: first, that the missionaries in general placed loyalty to the mission above their duty to collaborate with the state; second, certain missionaries lacked honesty [*não suficientemente honestos*] and as such were leading others to stray from their duty to collaborate. We can now consider the specifics of what the report had to say about these supposedly dishonest missionaries.

Among the supposedly dishonest missionaries named in the report was Gladwyn Childs, the above-cited author who, as we saw earlier, was among Jorge’s supporters. The report’s author described Childs as a friend and as someone who contributed much to his education. But he goes on to allege that Childs “is not known to be void of political intentions in his dealings within the student milieu” [my translation].²⁰ Indeed, Childs was alleged to have made reference to certain political events and to invoke the name of African

¹⁷ ANTT. PIDE fonds, Del A. P. Inf. 1318-ENT 198. Memo n.º 1.341/66-S.R., Nova Lisboa sub-delegation (signature illegible), to PIDE sub-director in Luanda, dated July 9, 1966.

¹⁸ Original version in Portuguese: *Peço o favor de não ser mencionado o meu nome em caso de algum procedimento superior sobre qualquer dos indivíduos indicados.*

¹⁹ Original version in Portuguese: *Em obediência ao pedido do Excelentíssimo Senhor Inspector da Polícia Internacional e de Defesa do Estado de Nova Lisboa...*

²⁰ Original version in Portuguese: *“não reputo de issenta de intenções políticas a sua actuação no meio estudantil”*[sic].

leaders, including Hastings Banda and Mboia (Albert) Lutuli. Despite these allegations, the report's author expressed the hope that nothing bad should happen to him, while at the same time implicating Childs in the escape of a female student on the "underground railroad". Elsewhere a PIDE inspector identified this student as a former girlfriend of Jonas Savimbi: the inspector reported that when she appeared in Switzerland to join Savimbi she was turned away because Savimbi was already involved in another relationship.²¹ If nothing else this suggests that PIDE surveillance extended beyond the borders of the Portuguese empire.

The case against MacInnes went even deeper, implicating him in several escapes in the time period after he succeeded Childs as president of the Bursary Commission. Concerning MacInnes the report reads: "He also did not reveal himself to be innocent. It appears he interested many in escaping to foreign countries" [my translation].²² In retrospect, this is an allegation that MacInnes would have worn with pride and it is confirmed by several other sources, including the PIDE,²³ John Marcum (Marcum, 1969: 112), and MacInnes himself.²⁴

A third target was Dr. Sidney Gilchrist, the former director of the mission hospital in Bailundo who had recently made a hasty departure from Angola after having himself been subjected to a PIDE interrogation. The report describes Gilchrist as an admirer of those outside the country who were active in favour of the "so-called 'independence of Angola'" [dita '*independência de Angola*']. This proved to be something of an understatement, as Gilchrist later authored a polemic entitled *Angola Awake* in which he denounced Portuguese colonialism in no uncertain terms (Gilchrist, 1968). Acting in collaboration with a colleague in Bailundo, the report alleges, Gilchrist advised and assisted anyone who expressed an interest in leaving the country, to join movements that acted "contrary to our peace and our multi-racial and intercontinental harmony" [*contra a nossa paz e a nossa harmonia multiracial e pluricontinental*]. It is ironic that when a memorial fund was established in Gilchrist's honour after his tragic death, as we saw above, Jorge's daughters were among its early recipients.

Besides these substantive allegations, the report raises some relatively petty concerns about the manner in which some missionaries reacted to Jorge's departure for the state education system. The report takes issue with the attitude of certain missionaries towards bursary students – "like me, for example" [*como eu, por exemplo*] – who after completing their studies abandoned the mission in favour of employment with the state, using this to argue that these missionaries gave exclusive priority to the mission and opposed any collaboration with the state. For example, the report alleges, the then-treasurer of missionary funds refused even to greet such former students. The report describes the treasurer as a person who "is not lacking in anti-national intentions" [*não esta isente de intenções antinacionalistas*], to the extent that she sometimes showed magazine photos of African nationalist leaders to trusted students.

A similar attitude is attributed to another missionary who was then the rector of the Emanuel Seminary, one of the Dondi central institutions, and MacInnes's successor as president of the Bursary Commission. This missionary had been under suspicion by the PIDE since December 1964, when he had been a teacher at the Camundongo mission: the

²¹ ANTT. PIDE fonds, P. Inf. 13.18 E, NT 1987, "Informação: assunto Relatório acerca da actividade das missões Protestantes, July 15, 1966.

²² Original in Portuguese: *Também não se revelou inocente. Parece ter interessado muitos para fugirem para o estrangeiro.*

²³ ANTT. PIDE fonds, P. Inf. 13.18 E, NT 1987. Nova Lisboa sub-delegation. Memorandum n.º 1.341/66-S.R., dated July 9, 1966.

²⁴ UCC. Board of Overseas Missions fonds 502. Records relating to Angola. Series 2. Subseries o. Location number 83.012C. Box 20, file 481. Murray MacInnes note to Roy Webster, n.d. [September 1964?].

local administrator arrived at his school un-expectedly, only to find him teaching a lesson about Angola's history of resistance to colonial rule, using the vernacular Umbundu, which was forbidden by the colonizer as a language of instruction.²⁵ The report alleges that this missionary also turned his back on students who went to work for the state, although at least conceding that, like Jorge, they could remain within the church community.

Other missionaries received nothing but praise. Lawrence Henderson, one of the authors cited above, was described as a person whose only interest was evangelism, while to his credit he welcomed the expansion of the state education system and advocated that the state should assume the entire task of education, leaving the missionaries free to evangelize. A Portuguese missionary was said to favour strict collaboration with the state, while Gilchrist's colleagues as medical missionaries were said to focus exclusively on the physical health of their patients, without regard to the political circumstances.

The purpose of the report is distinct from any possible motive that Jorge would have in providing it, such as to avoid further arrest and/or to preserve his status within the colonial state. To understand the purpose of the report we should look to the PIDE official who requested it, Sub-inspector António Luz Costa, acting in his capacity as Chief of the Nova Lisboa PIDE sub-delegation.

Luz Costa reported regularly to his superiors in Luanda about missionary activities within his geographic territory, so we can assume he was acting under instructions in seeking evidence against the WCAM missionaries. In the post-1961 period, colonial authorities were engaged in an overt campaign of "tightening the noose" around the neck of the missionary cohort by restricting their movements within the colony, restricting their ability to meet, refusing entry to any new missionaries, and denying re-entry to any missionary who left Portuguese territory (Luce, 2015: 12).

For reasons of international comity, the Portuguese government was unwilling to expel a foreign missionary without cause. One of the causes for expulsion that the PIDE considered legitimate was assisting in escapes such as those on the "underground railroad". In this regard, PIDE suspicions about Protestant missionaries were well founded, although the purpose behind the actions of the missionaries was more likely to facilitate access to higher education than to recruit for one or the other of the independence movements. This was the case in 1961, when the World Council of Churches coordinated the escape of over sixty African students from Portugal, in collaboration with the Parisian refugee aid organization known as CIMADE (Andringa, 2015; Associação Tchiweka, 2011).

On the Central Highlands, Luz Costa had reason to suspect that the WCAM missionaries similarly involved themselves in the local version of an "underground railroad". His principal target was Sidney Gilchrist, whom he had subjected to interrogation only weeks before Jorge's arrest: a secondary target was Murray MacInnes, whose application for re-entry was under consideration at the same time. As for Gladwyn Childs, after having served in Angola since 1925, he and his wife Margaret had recently taken up residence in Lisbon where Childs was working on behalf of the World Council of Churches (anon., 1994): this constituted a good enough reason why he also should be a target of PIDE attention.

Why, then, would Luz Costa require a report from Jorge, a person who was almost three years removed from teaching at Dondi? Perhaps he had no other informants within the Dondi network and he knew that Jorge was relatively vulnerable. The fact that the report focuses on the purported "misconduct" of Gilchrist, MacInnes, and Childs was not likely a coincidence; instead it is more likely that this focus was dictated by Luz Costa who

²⁵ ANTT. PIDE Fonds, Del. A., P. Inf 13.18-D NT1987, 88. Report of Chief Inspector Joachim Henriques to Director of PIDE. Ofício n.º 73/5a/4. December 11, 1964; ANTT. PIDE Fonds, Del. A., P. Inf 13.18-D NT1987 90. Carrusca de Castro report to District office, Document 19, March 20, 1962.

intended to use the report to corroborate suspicions that he could not otherwise confirm. The purpose of the report, I would argue, was to bolster Luz Costa's contribution to the PIDE's campaign against the WCAM missionaries. When the report reached the hands of Governor-general Silvino Silvério Marques in or about June 1966, he issued the following order: "I understand that from now on we should make it difficult in every way to use a bur-sary in a foreign country, while reducing authorizations and seeking to detect clandestine escapes, with the goal of incriminating the missionaries (such as Gilchrist and Co.)" [my translation].²⁶

It seems, therefore, that the Governor-general was party to an effort to incriminate Gilchrist and the other missionaries with respect to what he referred to as clandestine escapes [*fugas clandestinas*] from the Central Highlands.

Furthermore, the report had direct consequences for the named missionaries. When the Nova Lisboa PIDE sub-delegation transmitted its opinion on MacInnes's application for re-entry, it relied on the report to corroborate the allegation that MacInnes had been involved in the "underground railroad".²⁷ In addition, a later PIDE document marked *secreto* reveals that the report in question was used as evidence in no fewer than nine ongoing investigations concerning WCAM missionaries, including those named in the report²⁸: of these, Gilchrist, MacInnes, their spouses, and a few others, were all barred from re-entry into Angola.²⁹

6. Conclusion

The PIDE fonds in Portugal's *Torre do Tombo* National Archive have proven to be a valuable resource for researchers in the area of contemporary Angolan history (Paulo, 2015), including in my research on the history of Canadian missionaries on the Central Highlands. However, the interpretation of documents such as the report analyzed in this paper is fraught with potential difficulties. For example, with what degree of certainty can I conclude that Jorge was in fact the author of the report, even though he was identified as such by a PIDE official on at least two occasions? Since aspects of the report's contents are corroborated by external independent sources, including documents housed in the Archive of the United Church of Canada, it is possible that the person who authored the report is the same person who is the subject of the biography referenced above: but, it is equally possible that the contents of the report were dictated by the PIDE.

The possibility of the report having been authored by the PIDE should not be lightly dismissed, bearing in mind that PIDE documents should not be relied on for the truth of their contents. The missionary Lawrence Henderson made the point succinctly, upon reading the *auto de perguntas* arising out of the interrogation of CIEAC Secretary-general Rev. Jesse Chipenda:

²⁶ Original in Portuguese: *Entendo que desde já deve procurar dificultar-se por toda a forma a utilização de bolsas no estrangeiro, reduzindo as autorizações e procurando detectar as fugas clandestinas a fim de incriminar os missionários (como Gilchrist & C^a)*. ANTT. PIDE fonds, P. Inf. 13.18 E, NT 1987, "Informação: assunto Relatório acerca da actividade das missões Protestantes", July 15, 1966.

²⁷ ANTT. PIDE fonds. P. Inf. 13.18-E, NT 1987. Nova Lisboa PIDE sub-delegation memorandum to PIDE subdirector in Luanda, n.º 1.341/66-S. R, July 9, 1966.

²⁸ ANTT. PIDE fonds, P. Inf. 13.18 E, NT 1987, "Informação: assunto Relatório acerca da actividade das missões Protestantes", July 15, 1966.

²⁹ ANTT. PIDE fonds, Proc. 13.18-G, NT 1988. Information memorandum 402/2406-T/GAI de SCCIA, "Assunto: possível regresso a Angola de missionários estrangeiros", Virgílio Paulo da Silva, *Chefe de Gabinete de Assuntos Internos, Direcção dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola*, 30 August 1974. My thanks to David Strangway for this reference.

The author [i.e. Henderson] was shown the police file of Pastor Jesse in October 1968... After the author finished reading the confession he said to the two police agents who were present at the reading: "Either Pastor Jesse is crazy or I am. I have known him for twenty years, and although I recognize his signature, he would not have made such a 'confession' in his right mind." (Henderson, 1992: 287)

What Henderson had before him was a signed statement that he acknowledged had been signed by Chipenda, who later died in custody, and yet he concluded that the contents of the statement could not be attributed to its putative author. Here we are dealing only with an unsigned "report" to which Jorge is connected only through the unproven allegation of an antagonistic PIDE official.

Even if Jorge was in fact its author, the report was not voluntary, despite the pretext implicit in its format. Here we can rely on the biographer's allegation that Jorge had been detained and tortured, and a subsequent PIDE document confirms that the report flowed from the interrogation session to which the biographer referred. Unlike the report itself, this subsequent confirmation is reliable because, in context, it is evident that it was against the PIDE's self-interest to admit the relation between the report and the interrogation since it is, and was, a notorious fact that declarations under interrogation were elicited by torture, as Henderson implied in the case of Jesse Chipenda. As a general principle of evidence, a statement induced by torture or the threat of torture is unreliable as proof of its contents, which may be why Luz Costa created a document in a format different from that of the *autos*.

Furthermore, I argued that the report was likely authored with a specific purpose in mind, that is, to assist the PIDE in its campaign against the presence of the WCAM missionaries. I concluded that, while not reliable for the truth of its contents, the report provides useful evidence of the state of mind of PIDE officials, of their method of recruiting informants, and even the length to which sub-inspector Luz Costa was prepared to go in furtherance of the PIDE campaign.

The PIDE's campaign against Protestant missionaries is ironic to the extent that it was grounded in the racist illusion that Angolans were incapable of exercising self-determination without the instigation of foreign agents. The contents of the report make clear that its author was aware that the consequences of the allegations contained in the report were potentially serious for the WCAM missionaries, although all three of the missionaries the report characterizes as dishonest (Gilchrist, MacInnes and Childs) were already safely out of the colony. At the same time it is worth noting that the report does not raise allegations against any African, except to the extent that they were the beneficiaries of the "underground railroad". The consequences for an African would be quite different from those faced by a foreign missionary: while a missionary faced the threat of expulsion or the refusal of re-entry, an African would face imprisonment or death.

Finally, the report also exposes something about the character of the WCAM itself. In its original articulation, the primary purpose of the WCAM was to support Europe's "civilizing mission" through evangelism, while developmentalist programs were introduced as a method of winning converts. By the dawn of the independence movement, a new generation of missionaries had inverted these priorities since for them developmentalism had become their primary purpose (Brouwer, 2010). The report reflects what other sources demonstrate was a contradiction between the old and the new, with missionaries such as Gilchrist and MacInnes prepared to abandon the "civilizing mission" in favour of African liberation.

List of archives consulted

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisbon (ANTT).
Archives of the United Church of Canada, Toronto (UCC).

Bibliographic references

- Andringa, Diana (2015), “Operação Angola Fugir para lutar”, Persona Non Grata Pictures, <http://www.rtp.pt/play/p2166/e216511/operacao-angola-fugir-para-lutar>, accessed March 14, 2016.
- Anon. (1994), “Gladwyn Murray Childs papers: Inventory”, Seattle: Suzzallo and Allen Libraries, University of Washington.
- ____ (2011), “Vereador ... entrega esta noite o título de Cidadã... a angolana....”, [abbreviated reference, to protect anonymity], accessed March 30, 2016.
- ____ (2012), [abbreviated reference, to preserve anonymity], accessed March 31, 2015.
- Associação Tchiweka de Documentação (2011), “A Caminho da Luta”, <http://www.buala.org/pt/mukanda/a-caminho-da-luta>, accessed May 2, 2016.
- Archibald, Frank E. (1970), *Salute to Sid: The Story of Dr. Sidney Gilchrist*, Windsor, Nova Scotia: Lancelot Press.
- Bridgland, Fred (1987), *Jonas Savimbi, A Key to Africa*, New York: Paragon House.
- Brouwer, Ruth Compton (2010), “When Missions Became Development. Ironies of ‘NGOization’ in Mainstream Canadian Churches in the 1960s”, *The Canadian Historical Review*, Vol. 91 (4), pp. 661-693.
- Childs, Gladwyn Murray (1969), *Kinship and Character of the Ovimbundu*, London, Dawsons of Pall Mall.
- Faris, Robert (2014), *Liberating Mission in Mozambique*, Eugene: Pickwick Publications.
- Fernando, Emídio (2012), *Jonas Savimbi. No lado errado da história*, Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Gilchrist, Sidney (1968), *Angola Awake*, Toronto: The Ryerson Press.
- Henderson, Lawrence (1992), *The Church in Angola: A River of Many Currents*, Cleveland: The Pilgrim Press.
- Luce, Frank (2015), “Confronting the Estado Novo: Canadian Missionaries and a Polemic Entitled *Angola Awake*”, *Portuguese Studies Review* 23 (2), pp. 193-218.
- Marcum, John (1969), *The Angolan Revolution. Volume II. Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, Cambridge: The M. I. T. Press.
- Movimento das Famílias dos Padres Casados do Ceará* (n.d.), “Entrevista e livros, Padre...”, [abbreviated reference, to preserve anonymity], accessed April 6, 2015.
- Neto, Maria (2012), “In Town and Out of Town: A Social history of Huambo (Angola) 1902-1961”, University of London: Ph D Dissertation, School of Oriental and African Studies.
- Paulo, Julião Mateus (2013), *A PIDE na Rota de José Mendes de Carvalho “Hoji Ya Henda”*, Alfragide: Editorial Caminho.
- Pearce, Justin (2015), *Political Identity and Conflict in Central Angola, 1975-2002*, Cambridge: University of Cambridge Press.
- Péclard, Didier (1995), “Ethos Missionaire et Esprit du Capitalisme. La Mission Philafricaine en Angola 1897-1907”, *Le fait Missionaire*, Cahier N.º 1, pp. 1-97.
- Schubert, Benjamin (2000), *A Guerra e as Igrejas. Angola 1961-1991*, Switzerland: P. Schlettwein Publishing.
- Tague, Joanna (2015) “American humanitarianism and the end of Portugal’s African empire: Institutional and governmental interests in assisting Angolan refugees in Congo, 1961-74”, *Portuguese Journal of Social Science*, Vol. 14 (3), pp. 343-359.

Color lines according to the photographer Ricardo Rangel

Drew A. Thompson*

p. 119-141

Introduction

This article is about the Mozambican photojournalist Ricardo Rangel. However, I want to begin with a photograph, not by Rangel, that was representative of Portugal's colonizing endeavors in Mozambique. A print by the studio *Barros and Galamos* depicted men dressed in uniforms, leaning against a pile of barrels. The picture's cardboard frame included the handwritten names of the photographed subjects and typed text. The caption read, "Expedition to Mozambique-1916. Officials of the Department of Military Administration. Barrels of Wine for the Disembarking Expedition from Palma." The caption's date and content located the photograph within a historical reality where Portugal was using private enterprises for manpower, financial capital, and equipment in order to build and operate networks of bridges, roads, and farms in Mozambique (Penvenne, 1995; Allina, 1997). The existence of the photographic print along with the juxtaposition of typed and handwritten text demonstrated that the taking and viewing of photographs accompanied these expeditions.

On the one hand, closer analysis of the print revealed the aptitude of the camera and the photographer to capture diverse perspectives regarding the historical moment. On the other hand, the print was representative of photography's own capacity to illustrate the ways in which photographed subjects looked back at the medium and viewed themselves through it. The barrels propped up the uniformed men, who had their hands either on their knees or the brims of their hats. The men's positions presented a relaxed and jovial scene. Some of the men looked directly at the camera, while others looked in the direction of a scene not visible to the camera and the viewers of the print. Off to the viewer's right side, was an unidentified young black man whose position mirrored that of the men situated slightly in front of him. From the perspective of the print, the men did not appear aware of the young man's presence. Photographic practices provided material objects through which photographed subjects and viewers of photographs located themselves within historical developments. In the coming decades, the situation surrounding Portugal's rule in Mozambique changed along with the role of photography.

* **Historical Studies Program, Bard College.** I would like to thank the editors of this special issue and the two anonymous peer-reviewers of my text for their feedback. I am grateful to Pamila Gupta, Erin Haney, Patricia Hayes, Erika Nimis, Jeanne Penvenne and Rui Assubuji for their editorial guidance. My field research for this article benefited from the support of Beatrice Rangel, Maria de Lourdes Torcato, Luis Bernardo Honwana, Allen Isaacman, José Machado and Ricardo Rangel, who I had the unique privilege to interview the year before his passing. Lastly, I acknowledge the efforts of the research teams at the Historical Archives of Mozambique and the Center for Photographic Training and Documentation, who assisted me in locating photographs and as digitizing them.



Figure 001 – Barros and Galamos, 1916, “Expedição A Moçambique. Officiais do Serviço de Aministração Militar Barris de Vinho para A Expedição Desembarcados em Palma, Arquivo Histórico Militar, Lisbon, Portugal, PT AHM-110-B-7-MD-4-1.

As evident from Ricardo Rangel’s career trajectory, young men, like the ones in Figure 001, went from occupying the role of photographed subjects to assuming positions behind the camera as photographers, onlookers, and patrons. Ricardo Rangel was born in 1924, eight years after the production of Figure 001 and eight years before António Salazar assumed control of the government of Portugal. By 1941, as Portugal ended its use of private enterprises and abandoned its forced labor policies, Rangel worked as an assistant to a photographer and later in the darkrooms of commercial photography studios. His expertise and reputation led to his hiring in the early 1950s as a press-photographer. He went from developing the films of people who enforced Portugal’s policies to photographing them working and living within the very systems they controlled. Between the early 1950s and 1975, and as Portugal and the liberation movement *Frente da Libertação de Moçambique* (Frelimo) fought for control over Mozambique, Rangel worked as a photographer and editor for news publications either sympathetic to or critical of the colonial state. After Mozambique’s independence in 1975, he assumed editorial roles at state-run newspapers, and trained a new generation of photographers. In 1982, the government appointed Rangel as the first director of the Center for Photographic Training and Documentation (CFDF), where he remained until his death in 2009. Rangel’s career paralleled processes of colonization and decolonization in Mozambique.

Rangel’s use of photography complicated his and other people’s social and political standings. The conditions of Rangel’s birth placed him at the center of changes that ensued when Portugal modified and later abandoned the racial hierarchies it enforced. His own mixed-race heritage conflicted with his daily life experiences, leading him to identify with the category *indigena* or black. By way of a brief example, Rangel recalled his surprise at receiving his first job as a photographer. One of his colleagues, the famed Mozambican writer Luís Bernardo Honwana, viewed the professional rise of Rangel and his contempo-

rary Kok Nam, who was of Chinese descent, as part of Portugal's effort to convey a picture of racial inclusivity, one that included non-white journalists. Reflecting on Rangel's career led Honwana to also implicate himself in Portugal's effort to diversify workforces. He stated, "I myself would be singled out to go to official functions just because [at] official functions in the palace of the governor, I would be seen [as] a black that [was] not a servant."¹ As they found themselves drawn further into the ways that the colonial state pictured itself, both Rangel and Honwana faced choices of whether to use bathrooms reserved for "Men" or "Servants" and whether or not to visit city beaches located in areas where whites traditionally lived.

Honwana's observations present a context to consider how the colonial state used illustrated documents to advertise its policies on race. After the start of Mozambique's liberation war in 1964, Portugal's military circulated posters and pamphlets. These propaganda materials featured brown, taupe, pink, and grey colored fists pulling at the sides of

Portugal's flag (Figure 002). Layered on top of the flag's insignia was a map of Mozambique, and the slogan "Mozambique is Mozambique because it is Portugal" framed the flag.² Another poster depicted a drawing of four men, each shaded in the colors of grey, white, black, and yellow and holding on top of their heads a globe that included Portugal's flag next to its territories in Asia and Africa.³ Other printed posters included slogans such as "Many Races, All Portuguese," "The Portuguese People are the African People," and "Race does not count... Together We Will Win."⁴ None of the military's propaganda advocating for racial inclusion featured photographs of racial groups cohabitating. The absence of such photographs alluded to the state's inability to translate through the photographic medium any reality of racial inclusion.

The historical experiences of migrants to Mozambique in the 1950^s and 1960^s were different from the messages and images that Portugal advertised. Alvaro Simões recalled arriving in Mozambique from Portugal not knowing how to treat populations that he referred to as "black."⁵ In his first days in Mozambique, he saw blacks sitting at the back of buses and also viewed whites driving blacks around. He later learned that whites drove their black servants around and did not sit together. Ana Maria Branquinho confirmed the sentiment that there was no integration between races.⁶ She explained that whites performed jobs



Figure 002 – Image from the Report of the Mission to Mozambique of Architect Mário de Oliveira, 1963, Available at the *Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*, Lisbon, Portugal.

¹ Luís Bernardo Honwana, Interview by author, Maputo, Mozambique, July 2008.

² Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, *Relatório da Missão a Moçambique do Arquitecto Mário de Oliveira, 1963*.

³ The document denoted Brazil not with a flag of Portugal but instead by outlining its borders in yellow and green. The mentioning of Brazil suggests the connection of Portugal and Brazil during this period of conflict between Portugal and its overseas provinces in Africa and Asia.

⁴ AHM, PT/AHM/FO/007/B/38/361, 21-Relatórios acção psicológica, 1969.

⁵ Álvaro Simões, Interview by author, Maputo, Mozambique, January 2011.

⁶ Ana Maria Branquinho, Interview by author, Maputo, Mozambique, June 2010.

traditionally reserved for blacks in other colonial contexts, such as driving and collecting tickets on buses and operating canteens.⁷ There were migrants and native populations who found themselves treated like blacks because their skin color was different from popular assumptions of how skin colors correlated to racial categories. There were also instances where people, despite having dark skin, entered “white” spaces because they were not black but Goan (i.e., Indian).⁸ These circumstances viewed and experienced by migrant and native populations reinforced the idea that Portugal’s notion of racial inclusion and harmony did not easily translate to and through photography, let alone through policy. By the early 1960s, populations across Portugal’s overseas provinces in Africa and Asia initiated wars for independence. Amid these struggles, photographic studios opened across Mozambique. Such enterprises introduced technologies, like color films and 35mm cameras, that enhanced the circulation and publication of photographs while generating work opportunities. From the purview of José Machado, who himself migrated from Portugal and worked for a commercial studio in this period, there were no blacks who practiced photography.⁹ However, Machado acknowledged that Chinese and Indians owned some of the newly-opened businesses. Notwithstanding, photographs by Ricardo Rangel countered

Machado’s impressions. Rangel pictured both black and white photographers practicing on the streets of the colonial capital of Lourenço Marques (Figure 003). In fact, the choices of racial identification that underlined daily life in colonial Mozambique served as the subject matter for Rangel’s photographs. The juxtaposition of Machado’s perspective with Rangel’s photographs suggests that the practice, use, and viewing of photography skewed popular understandings of race. Rangel photographed situations that people knew and saw but did not necessarily understand according to the terms ascribed by the photographic medium.

Figure 001 considered in relation to the life and work of Ricardo Rangel raises a number of questions related to the 2015 UNICAMP symposium, first about how populations in colonial Mozambique understood the racial hierarchies enforced by Portugal, and second about how, through photography, populations produced knowledge about themselves and the historical processes unfolding around them. What was it about the photographic medium, and the production economies that facilitated its operation, that allowed Rangel to enter into a professional and technical world perceived for whites only? What perceptions of race surfaced in colonial Mozam-



Figure 003 – Ricardo Rangel, “The photographer José Langa, about who we refer to in the text ‘The old Man and the old machine,’ A Tribuna, October 1964, Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, Mozambique, Colonial Newspaper Collection.

7 These canteens were in neighborhoods outside of the city center, where native populations lived.

8 I am grateful to Jeanne Penvenne for bringing this observation to my attention.

9 José Machado, Interview by author, February 2010.

bique, particularly between 1940 and 1975, as a result of photography's increased use? Lastly, why was Rangel able to photograph both black and white photographers, according to the films that he used, while the perception persisted, even amongst photographers of the colonial period, that there were no "black" photographers? My consideration of these questions seeks to understand the visual vocabularies that populations particularly in colonial Lourenço Marques developed in order to locate themselves within the social, economic, and political changes associated with colonization and independence in Mozambique.¹⁰

To such ends, I explore Rangel's entry into the professional realm of photography through the darkroom and the skills that he acquired. I will determine where photography situated Rangel in relation to the historical changes that gripped the colony of Mozambique. I then recreate the debates that emerged around the publication of Rangel's photographs in newsrooms in order to explore the ways in which perceptions of color lines surfaced and the types of relationships that people constructed. I seek explanations for why populations believed that a photographer like Rangel, who faced the possibility of marginalization because of his skin color, inserted "black" populations into the picture frame (Penvenne, 2012; Smith, 2004). To understand how such a popular notion developed, I consider how available technologies and the skills applied by practitioners facilitated such visual (re-)framings. Nationalist, nostalgic, and even racialized politics in Mozambique have defined the telling of Rangel's life as a photographer (Hayes, 2013; Gupta, 2011 and 2014). In many ways, these historical perspectives have overshadowed Rangel's own technical training and the aesthetic debates that confronted him and his pictures.

The collections and processes under study here are fragmentary and disperse, what visual historian Patricia Hayes in her reading of anthropologist Elizabeth Edwards described as first drafts on history (Patricia Hayes, 2007; Elizabeth Edwards, 2001). In terms of material content, studied archives consisted of prints, negatives, contact sheets, and historical experiences informed by memories of photographs. It is possible to determine the specific photographs Rangel published and how his prints passed through editorial processes. Such analysis reveals that editors cropped many of Rangel's photographs before publication, resulting in pictures of pictures (Azoulay, 2010). Rangel's private archive was incomplete. He did not print all of his negatives, and in some instances, available prints did not have corresponding negatives. Due to the nature of the editorial processes, many of Rangel's negatives and cropped prints remained in the possession of the colonial-era newspapers where he worked.¹¹

Seeking to account for the ways that Rangel maintained control over and used his negatives opens up for consideration issues of state and self-censorship and the relationship between photographs and historical processes. What is left of Rangel's photographic archive has remained at the national photography school, the CFDF, and not in the possession of a non-state entity. Thus, the location of Rangel's archives positioned it as a site of critique of the Mozambican state and its history. By way of example, cultural intellectuals that lived in Lourenço Marques have used the CFDF to reprint their colonial-era films and as a platform to exhibit them. Unlike his press colleagues, Rangel did not take many new photographs after assuming the CFDF directorship in 1982 (Assubuji and Hayes, 2013). Instead, he directed his attention to reprinting photographs that colonial officials previously censored. The archiving and exhibition activities unfolding around the CFDF accompanied by reflections on Rangel's career have inserted historical actors into the grand narrative of liberation that continues to be at the center of state power and legitimacy in Mozambique (Coelho, 2013).

¹⁰ Helena Pohlandt-McCormick's comments on my doctoral work related to photography in Mozambique allowed me to formulate this query.

¹¹ Grant Lee Neuenberg, Interview by author, Maputo, Mozambique, May 2010.

The Darkroom: An Introduction to Photography and Color Lines

The opening of commercial studios in colonial Mozambique ushered forward new popular and state demands regarding photography's use. Businesses sold cameras and films that made it possible for clients to take their own photographs. In response, studios reconfigured their businesses to offer film developing and printing services, which required them to employ local populations. Rangel himself acknowledged, "Photography houses [were] where it was more profitable to work."¹² This expansion of studios' workforces and services placed new priorities on darkrooms. From a technical standpoint, the darkroom was an enclosed physical space where technicians developed and printed films through a range of techniques that involved the use of liquid chemicals, machines, and paper. For Rangel and others like him who started their careers in photography as darkroom technicians, it was not necessary to know how to use a camera or how to take pictures in order to work in darkrooms. In turn, the darkroom provided a technical education in photography in addition to offering a context through which to process outside encounters with instituted racial categories.

Rangel referred to himself as "Euro-Afro-Asian."¹³ His grandfather migrated to Mozambique from Macau, a province of Portugal in southern China, and his grandmother was a native of the Mozambican province Inhambane. According to policy, which stated that the racial categories of the parents determined the race of the child born to them, Rangel's mother was *mestiça*.¹⁴ Rangel's father was a white male nurse from Greece, which afforded Rangel the designation of *mestiço*. However, the migration of populations from Portugal to Mozambique between 1940 and 1975 disrupted enforced hierarchies. Racial intermixing provided limited alternatives to the racial categories instituted by Portugal.

From his childhood, Rangel found himself living in between spaces. He and his mother accompanied his father to different parts of Mozambique. He remembered having few "African" friends at the official Portuguese school he attended. Nonetheless, he was surprised to discover in the rural parts of Mozambique where he lived "whites with blond hair" who spoke the local languages of Ronga and Shangaan.¹⁵ While in class, Rangel learned what he called "the villages, cities, rivers, [and] mountains of Portugal and nothing [about Mozambique]."¹⁶ After completing his grade in a given year, Rangel found himself not advancing to the next grade as quickly as his peers. He attributed this failure to a strategy deployed by Portugal. He stated:

I used to say that Portugal learned a lot from Brazil... I think about what I read. The Brazilians had children with natives. They sent their children [who only knew about slavery] to Europe. [The children] came back with a new mentality. In Europe there was no slavery. When they returned to Brazil, they found slavery. According to history, there were many children of slave owners who stood up against slavery... I think here about [this] ideology, so in a way, Portugal found out the best thing [was] not to teach so much, to teach the natives to a certain level.¹⁷

Rangel did not advance beyond grade four, having had to repeat twice grades two, three, and four. However, he discovered the existence of an informal yet visible social hierarchy that consisted (in descending order of importance) of whites, Indians from Goa, mixed-race

¹² Ricardo Rangel, Interview by Allen Isaacman and author, Maputo, Mozambique, July 2008.

¹³ CFDF, Narciso Castaneira, "Not stopping in order not to die," *Revista Tempo*, 28 February, 1999, pP. 10-13.

¹⁴ The racial categories of parents did not change as a result of their children. So, for example, Rangel's grandmother remained *indígena* or black despite having a *mestiça* child and a husband who was from Macau.

¹⁵ Ricardo Rangel, Interview by Allen Isaacman and author, Maputo, Mozambique, July 2008.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ *Ibid.*

or *mestiços*, and finally blacks.¹⁸ Interestingly, his own experiences allude to the ways in which populations defied the racial categories assigned to them.

In part because of his social and economic standing, Rangel viewed himself as black instead of as mixed-race. He abandoned his studies after grade four because his parents did not have money, and he moved in with his grandmother who lived in a neighborhood on the outskirts of Lourenço Marques. For Rangel, the neighborhood of Malhangalene was “sort of a frontier border between the city and the suburb,” where he observed people “coming from the bush and countryside” intermixing with city culture. Despite his supposedly privileged position as mixed-race, he watched as his grandmother, who was *indigena*, stood on lines separate from white women. He also recalled his grandmother going to jail because she failed to pay the taxes levied on native women. With his house near the military barracks, it was also not uncommon for Rangel to see soldiers, who were in Mozambique to defend “Portugal’s sovereignty,” fraternizing with women and drinking.¹⁹ These in-between spaces that Rangel addressed were comparable to the place of the darkroom with regards to film processing.

Amid these experiences, Rangel worked as a car mechanic, only to quit because he and his grandmother could not afford the detergent necessary to clean his uniform. Fortunately, Rangel’s boss arranged for him to work for a man by the name of Otilio de Vasconcelos, who was an elephant hunter that moved to Lourenço Marques in order to open a photography studio. Rangel’s entry into the realm of professional photography reflected the obvious, ironic, and unexpected ways in which his perceived race impacted his professional development.

Rangel entered the professional realm of photography in 1939 as World War II was underway and as a sidelined Portugal revamped its forced labor policies. There were no opportunities to formally study photography in Mozambique besides securing a job in a commercial photography studio or at a news agency. The educational and economic realities that non-whites in colonial Mozambique confronted and the tutelage that they received from studio owners transformed the darkroom into its own type of classroom, one that substituted the limitations associated with formal education. As Rangel’s contemporary Kok Nam, who also abandoned his studies to pursue photography as part of an effort to support his family, explained, “[In colonial Mozambique,] there were no photography schools.”²⁰ Instead, many like Rangel and Nam learned the practice of photography and cultivated on-the-job skills as cleaners and assistants in photo labs. Towards the latter years of his life, Rangel attributed the Portuguese word “*mestre*,” or “professor” to Otilio who instructed him on “the qualities of the camera.”²¹ Such training involved what Rangel called “the development of chemicals... [and] a lot of chemistry.”²² To the public, photography was about obtaining a print but Rangel’s tasks centered on producing negatives from which an image could be printed. In 2003, Rangel recalled that the work that he did in the darkroom from 1939 through the early 1950s would offend any photographer and student of photography.²³ He elaborated that he cleaned and organized the darkroom, washed papers, dried films, and prepared chemical solutions through measurements and mixing. The insight of Henriques Francisco Cuco, who in 1967 left his job as a restaurant server to work for a photography studio, underlined the learning possibilities provided by darkrooms. Cuco remembered

¹⁸ Before 1960, Portugal referred to native black populations as *indigena* and categorized a selected few blacks, who spoke and read Portuguese and had jobs, as *assimilados*.

¹⁹ CFDF, Jaime Ubisse, “An Interview: A Living Legend of Mozambican Photojournalism,” *Profer*, January/February 2003, p. 19.

²⁰ Kok Nam, Interview by author, Maputo, Mozambique, July 2009.

²¹ Jaime Ubisse, “An Interview: A Living Legend of Mozambican Photojournalism,” p. 19.

²² Ricardo Rangel, Interview by Allen Isaacman and author, Maputo, Mozambique, July 2008.

²³ Jaime Ubisse, “An Interview: A Living Legend of Mozambican Photojournalism,” p. 19.

how darkroom employees often stole materials in order to hone their technical skills.²⁴ Many darkroom employees aspired to open their own businesses.

Rangel cultivated a set of reading skills and political views outside of the darkroom. One of his close friends during the early years of his professional career was the famed writer and journalist José Craveirinha. "I am not ashamed of not having advanced my education," said Rangel.²⁵ He continued, "I learned a lot from Craveirinha." Rangel greatly admired Craveirinha, who he recalled only had a grade four education and yet was a master of the Portuguese language. Rangel and Craveirinha played soccer together, and Craveirinha, to Rangel's amazement, had lots of books and watched films at the age of fourteen and fifteen. The books Craveirinha owned were especially important to Rangel, who not only believed the colonial state censored texts but also felt that it "did not allowed [him] to read books."²⁶ Rangel never provided an explanation for why he felt that the colonial state prevented him from reading books. Instead, he elaborated on how he and Craveirinha travelled by ferry to the neighboring town of Catembe, where they secretly read and talked. Over time, Rangel's and Craveirinha's informal group expanded to include others classified as white or *mestiços*, including the poet Noemia de Sousa, the painter Bertina Lopes, and the activist João Mendes. Interestingly, it was not Rangel's work in the darkroom but instead the activities he pursued as a result of reading that landed him in trouble.

The darkroom was only so inclusive of Rangel's experiences and political views. On October 9, 1947, a newspaper article identified Rangel as a photographer who colonial authorities had arrested.²⁷ Rangel, de Sousa, and others stood accused of being a part of a group of "democrats," in Rangel's words "progressives", who secretly organized themselves in workplaces and cultural groups, held meetings of "political character", and distributed pamphlets that reflected communist ideas.²⁸ Rangel's arrest came in the years after Portugal's abolishment of forced labor and the entry of individuals like Rangel, Craveirinha, and other non-whites into professional fields. The article noted how the activities of these youth included persons identified as white and mixed-race, and that these individuals sought to make "a set of political and social enticements without distinctions of race, sex, and age."²⁹ The arrest brought attention to the political reality that the articulation of a set of political views within cultural, leisure, and workspaces facilitated a type of intermixing that the colonial state did not anticipate. Rangel himself openly spoke of the arrest and identified with the objectives of the accused. He explained that he did not know anything about politics before his participation and that the group "of young people" attempted to "show different people different mentalities."³⁰

For some time after his arrest, Rangel confronted difficulties in finding work. In Rangel's opinion, no one wanted to hire "a fascist" and "a dangerous person."³¹ Despite dim employment prospects, Rangel felt reaffirmed when he realized that he was arrested because the Portuguese thought of him "as knowing a lot."³² In the end, he visited the street photographers he knew, and decided to practice as a street photographer. He used his connections with photo houses to develop and print films. By the early 1950s, Rangel re-entered the world of studios and darkrooms with a job at the photography laboratory *Focus*.

²⁴ Henriques Francisco Cuco, Interview by author, Maputo, Mozambique, October and November 2010.

²⁵ Ricardo Rangel, Interview by Allen Isaacman and author, Maputo, Mozambique, July 2008.

²⁶ *Ibid.*

²⁷ CFDF, Notícias, "Official Notes of the Office of the General Governor," 9 October, 1947.

²⁸ Ricardo Rangel, Interview by Allen Isaacman and author, Maputo, Mozambique, July 2008.

²⁹ *Ibid.*

³⁰ Ricardo Rangel, Interview by Allen Isaacman and author, Maputo, Mozambique, July 2008.

³¹ *Ibid.*

³² *Ibid.*

The darkroom, as a physical space, did not lend itself to explicitly identifying how Rangel's outside life experiences translated to his work tasks. It is not clear whether Rangel refused to develop certain clients' films for political reasons and the strategies he adopted in order to navigate the work dynamics that ensued in a darkroom located within the context of the studio enterprise. Insight into the darkroom only surfaced through Rangel's own historical reflections relayed in interviews and also those of his friends and colleagues. However, Rangel's development and printing of films did not preclude him from being photographed. In fact, while working in various darkrooms during the 1940s and early 1950s, he developed a private collection of photographs that pictured him and his friends on city streets. The skills that Rangel acquired in the darkroom offered him and his friends new possibilities through which to represent and view themselves.

The year after Rangel's death, I came across a set of photographs (Figure 004 and 005) in a trash bin at the CFDF while I was conducting research on Rangel. His widow, Beatrice, who served as the interim director of the CFDF after Rangel's death, had the room where Rangel displayed his personal photographs cleaned. Part of this cleaning resulted in the tearing up of photographs that she viewed as separate from the photographs Rangel produced as a photojournalist. In one such photograph (Figure 004), four men break the circle formation in which they stood, drawn in by the camera's presence. Dressed in shorts and knee-high socks, Rangel held a cigarette and looked passed the camera while the person next to him, who was also smoking had his arm around Rangel's shoulder. Passing through the photographed scene, not unlike Figure 001, was a barefoot boy who dressed in clothes that suggested he worked in a nearby restaurant. Perhaps Rangel only viewed the boy after the photograph was taken. What is interesting though is that Rangel's handwriting on the available print revealed the location of the photograph as *Cinema Scala*, a movie theatre



Figure 004 – Unknown photographer, 1950^s, “Rangel, Vasco Correia, Humberto Faria, Reinaldo Ferreira,” *Centro de Documentação e Formação Fotográfica*, Maputo, Mozambique, Private Collection.



Figure 005 – Unknown photographer, 1950s, Untitled, *Centro de Documentação e Formação Fotográfica*, Maputo, Mozambique, Private Collection.

located across from the film lab where he worked. In another photograph (Figure 005), Rangel pointed directly at the camera with an expression of surprise. The other people in his company, either seated on or standing around a bench, continued to speak. A man also seated on the bench, who Rangel had his back to, looked at the scene before him. Many in the photograph did not appear to acknowledge the camera's presence and others on the street either passed the group or acknowledged them through glances. In both instances, the camera's origin and photographer remain unknown. There was the possibility, based on the location of the photographs, that Rangel developed these prints in the darkroom where he worked. Furthermore, the captions on the photographs' backside included names of individuals who, like Rangel, had run-ins with the colonial state. Newspapers may have mentioned them by names but the photographs that Rangel collected suggested that photographed subjects viewed themselves through camera lenses and privately collected photographs. The photographs also revealed how pedestrians did and did not view the photographed subjects, whose race in person appeared one way and through photographs another. In turn, Rangel's personal photographs illustrated and facilitated modes of looking that were reflective of the color lines that existed as a result of taking a picture, either acknowledging or ignoring the camera's presence, and/or viewing a print. From the mid-1950s, Rangel transitioned from the darkroom to the newsroom. Photographs from this period highlight how he located, and even depicted, himself within the color lines that inherently informed the practice of photography. Rangel's personal photographs in addition to a box at the CFDF included a picture of Rangel in his bathing suit standing on a deserted beach under a sign that read, "Bathing Area for Coloured Community" (Figure 006). The photograph included the handwritten date 1954 and the word Durban, a port city in South Africa. In the same series of photographs was a picture of a woman seated

on a whites-only bench and foot traffic, consisting of whites and blacks (based on their skin color), passing her. Rangel's professional position provided him the means to travel to neighboring South Africa. However, there he confronted new spatial modes for classifying and identifying race that led him to situate himself as colored. But another tension surfaced when he encountered the spatial hierarchies that accompanied racial divisions from behind the camera's lens.

There were ways in which racial divisions visually appeared in colonial Mozambique. In one photograph, Rangel positioned himself directly in between two doors (Figure 007). The door on the left read "Servants" and the other on the right "Men." The photograph appeared in 1983 and in 2002 in two different contexts. Printed in 2002 as part of a retrospective on photojournalism in Mozambique titled *Illuminating Lives*, the photograph included the date 1957 and the caption, "Toilets: Where only the black is able to be a servant and only the white is able to be a man." An earlier publication of this print dated back to 1983, amid war between Mozambique and apartheid South Africa. The publication of that print included the caption, "Photographed by Ricardo Rangel in the Department of Geological Services and Registry of Lourenço Marques (in the years of 1960). The various ways racism was wedded."³³ The 2002 caption implied that the ability to distinguish between races stemmed from policing bathrooms, which were one of the only places where people were reminded of racial distinctions. As Figures 006 and 007 illustrated, strategies for physically separating races in South Africa did not extend to Mozambique. The various captions attached to Figure 006 suggested that categories like "man" and "servant" only later came to be read through racial lens of black and white. Furthermore, based on Rangel's professional standing at the time, one assumes that he could have used the "Men's" bathroom. As evidence, both doors equally occupied the photographic frame. But then again perhaps within the confines of the government ministry, Rangel was not seen in the ways that other journalists interpreted his professional rise. As he transitioned to the space behind the camera's lens, Rangel confronted choices over how to represent his experiences through the pictures he was responsible for producing. He quickly discovered that there were not only ways in which racial divisions manifested themselves visually but also ways to photographically visualize these distinctions. Rangel's darkroom experiences were instrumental to this realization and how he located himself within spaces outside of the darkroom.

Rangel exhibited in the colonial era the photographs he produced while working as a photo journalist. He had three solo exhibitions in 1965, 1969, and 1973. Critics at *A Tribuna* and the



Figure 006 - Unknown photographer, 1954, Untitled, Centro de Documentação e Formação Fotográfica, Maputo, Mozambique, Private Collection.

³³ Center of African Studies, "Let's not forget," December 1983, N.º 2/3, p. 6.

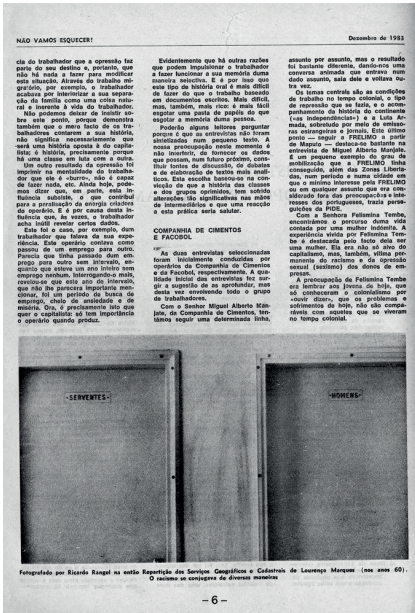


Figure 007 – Ricardo Rangel, 1983, “Photography by Ricardo Rangel in the Department of Geological Services and Registry of Lourenço Marques (in the years 1960). The various ways racism was wedded,” *Não Vamos Esquecer*, December 1983, ALUKA Struggles for Freedom in Southern Africa, http://www.aluka.org/stable/pdf/10_5555/al.sff.document.na0002.

negative.”³⁶ Rangel remembered people stopping to stare at the photograph while others entered the shop to state their disbelief that a negative made a “life size” photograph. Rangel recounted this story in order to express his belief that there should be no difference between the negative and the print; the print should have replicated the negative without any alteration.

Jacques Rancière in *The Politics of Aesthetics* writes, “Artistic practices are ‘ways of doing and making’ that intervene in the general distribution of ways of doing and making as well as in the relationships they maintain to modes of being and forms of visibility” (Rancière, 2011: 13). One way to think of the darkroom is as a physical and interpretative space that provided Rangel with technical and life skills to disrupt and intervene in the accepted ways in which populations formulated historical understandings of colonialism in Mozambique. Rejecting the manipulative aspects of the darkroom and refuting the difference between artist and photographer introduced its own politics of “doing and making”, one where knowledge over how to use technologies associated with photography had significance (Pinney, 2010). The “forms of visibility” introduced by Rangel reflected the technical practices he learned in the darkroom (Rancière, 2011: 13). In turn, the visual object reflected (not substituted) reality. The photograph for Rangel was not a relic of the past or future

state-run daily *Noticias* reviewed these exhibitions. They frequently commented on the visual quality of Rangel’s photographs, celebrating the humanistic and real life aspects of his pictures. One critic in a review titled “The Leopard of Photography Exhibits in the City” stated that Rangel had no interest in the graininess and blurriness of his photographs.³⁴ What some interpreted as Rangel’s disinterest in the photograph’s possible defects, this reviewer celebrated as Rangel’s “eagerness to hunt [for] a certain moment.”³⁵ For the critic, it was exciting that Rangel opened the camera lens and waited to see what appeared. However, what some critics viewed as imperfections and others as innovations in terms of this “moment of interest” was in fact a rejection by Rangel of the skills that he developed in the darkroom.

Decades later, Rangel indirectly elucidated on the techniques and practicing philosophies he developed in the darkroom. He recounted a story about the time when he started to work at Otilio’s studio. He recalled that Otilio enlarged a photograph of his sister who was a famous actress, and then taped the photograph and its negative to the studio’s window. The posting included the words “This photograph was made with this

³⁴ AHM, *A Tribuna*, “The ‘Leopard’ of Photography Exhibits in the City,” 27 February, 1965, Colonial Newspaper Collection.
³⁵ Ibid.
³⁶ Jamie Ubisse, “An Interview: A Living Legend of Mozambican Photojournalism,” p. 19.

but instead embodied a type of impasse, a struggle to depict the present as the present for populations to understand the specific moment they were living (Barthes, 1981). These practices ultimately gave way to the terms under which Rangel and his peers reflected on his (Rangel's) career and photographs. As he entered the newsroom, in part because of his technical expertise, Rangel would confront a backlash to the modes of visualization and visibility that he intended to convey (Hayes 2013; Rancière, 2011).

Coloring Newsroom Politics

While in the darkroom, Rangel connected with press-photographers who paid him to print for commercial purposes their previously published films. A representative from the daily newspaper *Noticias da Tarde* approached Rangel after an editor complained that he was tired of the newspaper reprinting the same photographs published in the morning edition. Almost fifty years later, the nationalist narrative in Mozambique celebrated this moment as the entry of the first non-white photographer into the realm of photojournalism. However, decades later in an interview, Rangel complicated this idea of non-white in relation to his entry into the newsroom. He stated, “[y]es a little dark man like me... I [was] not black, but I [was] also not white.... I was not able to enter like this into the newspapers.”³⁷ Skin color was one way through which to locate Rangel within the newsroom, but at the time of his entry, Rangel came to understand his place as a non-white photographer through the editorial responses that his photographs elicited. In fact, Rangel and some of his colleagues situated his photographs not within a grey-scale but instead within the context of a “black” – counter to “white” – aesthetic.

Understanding Rangel's entry into photojournalism colored, by that I mean misconstrued, the realities of photojournalism in the colonial period and resulted in the removal of certain actors from the larger historiography. Rangel practiced alongside other white and non-white practitioners, including *Noticias da Tarde*. Born in Mozambique, Vieira briefly left for Portugal, and there he worked for a photography house. When the political situation grew worse, he returned to Mozambique. He received a proposal to oversee the photography section at the daily newspaper *Noticias*. Vieira's position made it possible for him to travel to workshops hosted in Europe by leading manufacturers and distributors of photography materials. In contrast, such opportunities were not accessible to practitioners like Rangel. As would become evident through the experiences of photographers who worked with both Vieira and Rangel, the activities of the newsrooms created a dynamic where struggles easily emerged over photographers' technical training and practicing philosophies. To extend this point further, Vieira's colleagues in the post-independence period viewed and treated him as an extension of the colonial regime. But as his son, Joaquim Vieira, clarified, “My father [Carlos Alberto] was not invited by the colonial administration [to take pictures]. My father was the chief of the photographic section [at *Noticias*] and the decision of sending photographers to that type of official coverage was in his hands and the owner of the newspaper.”³⁸ Clashes in newsrooms extended from perceptions of race and the color lines drawn by photography.

Generations of photographers that followed after Vieira and Rangel described Vieira as having adopted a “classical” approach whereas they considered Rangel to be a practitioner of “social documentary” photography.³⁹ In comparison to Rangel, Carlos Alberto invested

³⁷ Jamie Ubisse, “An Interview: A Living Legend of Mozambican Photojournalism,” p. 19.

³⁸ Joaquim Vieira, Interview by author via e-mail correspondence, May 2011.

³⁹ See: Joaquim Vieira, Interview by author via e-mail correspondence, May and June 2011; Carlos Calado, Interview by author, Maputo, Mozambique, March and July 2010; and Luís Souto, Interview by author, Maputo, Mozambique, April

a great deal of effort into the processing of his film. For Carlos Alberto, different subjects required different approaches to the taking and printing of films. To such ends, he operated three darkrooms while working at *Notícias*, and he often relied on local film laboratories to develop color negatives and slides. His son characterized the bulk of his father's work as "news and industrial coverage."⁴⁰ To create contrast, Carlos Alberto did not hesitate to use a flash, and, when printing for commercial purposes, he developed his own chemical baths using solutions for "fine grain" and "depth." This strategy referred to as "pushing films", allowed Carlos Alberto "to increase all dramatic output [that] he could get."⁴¹ Interestingly, Joaquim said that his father was not known for taking pictures of women's faces and, in these rare moments, his contrast was "lighter" and involved using panty hose during the enlargement phase. In contrast, Rangel abandoned such "technical accuracy" for what he considered "the rare moment that happened and did not repeat again."⁴² Rangel's technical training and the relationships to daily life that he cultivated in relation to the darkroom placed him in opposition to Vieira.

With the increasing "diversification" of newsrooms, a tension surfaced between the technical and aesthetic approaches adopted by photographers, giving way to another set of representational politics for photographers to navigate. Oral narratives in Mozambique on colonial-era photography understand technical differences between photographers as differences between racial groups. For example, Beatrice Rangel, Rangel's widow, recounted to me that Vieira had assigned Rangel to cover a swimming competition held in the colonial capital of Lourenço Marques.⁴³ Rangel submitted for publication a print of a swimmer approaching the wall that, according to Beatrice, depicted the "brute force" that propelled him to victory. Vieira supposedly selected a photograph of the awards ceremony instead. In another instance, Rangel entered into the sea, accessible through the city beaches, in order to picture a stranded sea lion against the backdrop of Lourenço Marques. Again, Vieira cropped Rangel's photograph. To Rangel's displeasure, Vieira removed the city's skyline. It was common for Rangel to hear editors call the subjects of his pictures "monkeys."⁴⁴ Nevertheless, there were also logistical realities that journalists confronted while on assignment that were not about their aesthetic and technical inclinations.

Earlier I quoted the journalist Luís Bernardo Honwana, who explained that the presence of non-white professionals in the newsroom was the result of state efforts to display racial inclusivity. However, white and non-white journalists paired together for assignments were not always allowed to travel within the same spaces. Vieira's son Joaquim remembered that the poet José Craveirinha recalled an instance where Craveirinha and Carlos Alberto were on assignment at the Chamber of Commerce.⁴⁵ Officials denied Craveirinha access, presumably because he was not white. In protest, Vieira refused to enter. Returning to Figure 006, cameras and the prints, which resulted from photographing, reflected the contradictions and divisions of the historical moment. But, there were things that the camera and print could not document about such divisions, such as Vieira's decision not to cover the event without his colleague. Not taking a photograph was possibly as significant as taking one. For someone like Vieira his political views on the colonial system had nothing

2010.

⁴⁰ Joaquim Vieira, Interview by author via e-mail correspondence, May and June 2011.

⁴¹ Ibid.

⁴² AHM, *Diário de Moçambique*, "In the Auditorium and Gallery of Art: The District Governor Inaugurated Ricardo Rangel's Exhibition," 19 December, 1969, Colonial Newspaper Collection.

⁴³ Beatrice Rangel, Interview by author, Maputo, Mozambique, April 2010.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Joaquim Vieira, Interview with author via e-mail correspondences, May and June 2011.

to do with his own aesthetic approaches to photography.⁴⁶ Aesthetic differences between Vieira and Rangel, largely recounted orally and attributed to their upbringings, introduced a space for positioning Rangel as the first non-white photojournalist. These rhetorical acts cannot be removed from the historical period in which individuals crafted and deployed such opinions. When considered under these terms, there existed a longstanding type of racialized interpretation of Rangel's work through which audiences confronted their changing positions within colonial society.

Two Cities and the Coming of Independence

Rangel left *Notícias* sometime between 1960 and 1961 to join a progressive and multi-racial group of journalists at the daily newspaper *A Tribuna*. Part of *A Tribuna*'s mission was to produce a readership amongst populations living in the city outskirts while also warning residents in the city center "You may live in town but your workers live in townships."⁴⁷ Rangel assumed an editorial role at the paper, where he published his photographs on the front pages, alongside articles, and as captioned photo boxes. The newspaper provided him with the creative and physical space to publish photographs that he previously photographed while working at *Notícias* but did not submit for editorial consideration. However, at *A Tribuna*, he published some of his photographs in highly edited forms, which, when compared with negatives and prints in his private collection, removed certain human figures and pictorial details that addressed the modes of cohabitation adopted in Lourenço Marques amid changes in the enforcement of racial hierarchies. The reproduction of Rangel's photographs in this context produced in the eyes of newspaper editors a vision of two cities, one of the "cement city" (*cidade do cimento*) where whites lived and another of the reed city (*cidade do caniço*), a reference to the materials used to construct houses inhabited by non-white populations.⁴⁸

Editors cropped and captioned Rangel's pictures to facilitate modes for seeing across and along color lines. The second page of the 71st edition of *A Tribuna* included a two-column photograph of a market scene (Figure 008). The picture frame included two boys who embraced one another and looked at toy airplanes, trains, and cars. In the background, a man was at another shopping stall. Years later, Rangel reprinted from the negative of this picture, and the negative and reprint together show that in the original



Figure 008 – Ricardo Rangel, 1962, Photo Box, *A Tribuna*, p. 2, Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, Mozambique, Colonial Newspaper Collection.

⁴⁶ Joaquim Vieira recalled how his father visited the prison where colonial authorities detained journalists like Craveirinha. A prison guard accused Carlos Alberto of being a traitor and warned him of the repercussions for his actions. See, Joaquim Vieira, Interview by author via e-mail correspondence, May and June 2011.
⁴⁷ Ricardo Rangel, Interview by Allen Isaacman and author, Maputo, Mozambique, July 2008.
⁴⁸ Luis Bernardo Honwana, Interview by author, Maputo, Mozambique July 2008. Also see: José Mota Lopes, Interview by author, June 2012.



Figure 009 – Ricardo Rangel, Early 1960s, *O Natal*, Lourenço Marques, Mozambique, Private Collection of Ricardo Rangel, *Centro de Documentação e Formação Fotográfica*, Maputo, Mozambique, Private Collection.

print a man, who stood to Rangel's left, stared at him while he photographed and that overseeing the shop, where the two embracing boys window-shopped, were two other young boys (Figure 009). One boy, seated behind the toys, looked directly at Rangel's camera while the other boy, who stood, turned his head away from the camera. The photograph's original publication also included the caption, "In the greedy eyes, a world of fantastic things that Santa Claus will bring. In the fraternal hug, there is a crush of 1000 infantile and legitimate aspirations that are impossible to satisfy. All this on the eve of Christmas before a stall at Vasco da Gama Market."⁴⁹ The caption pointed to the certain unfulfilled desires of the subjects generated by the act of looking at the toys. Based on the children's appearance, the viewer was left to think that purchasing the toys was out of their reach. They could window shop but not purchase. But this perspective and juxtaposition were contingent on the removal of the other figures that looked directly at Rangel and his camera or turned away. The question arises over how Rangel's use of photography allowed editors, who handled his photographs, to produce a representation of two cities and, in the process, what happened to the meaning of photography as a picture and practice (Pinney, 2010: 166-167).

The editorializing of Rangel's photographs disrupted the multi-racial and gender inclusive vision promoted by colonial authorities and left color lines as the discourse from which to interpret (un-)published photographs. There was the material reality that Rangel photographed using black-and-white films. The newspapers, where Rangel published his photographs, used a black-and-white format that removed color and the details one notices through color from the visual vocabulary. For example, against the backdrop of a road that included a parked car and motorbike along with parking meters, two boys can be seen (Figure 010).

⁴⁹ AHM, *A Tribuna*, Photo Box, 1962, Colonial Newspaper Collection.



Figure 100: Ricardo Rangel, 1963, “While the mother went to do shopping at the bazar, the two boys take advantage of her absence to play marbles,” *A Tribuna*, Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, Mozambique, Colonial Newspaper Collection.

The similarly dressed boys looked at the ground. The boy to the viewer’s left held an unidentified object while the other inched closer to see. But, because of the black-and-white print, I am also inclined to notice that one boy is black and the other white and that the black boy did not have shoes while the white boy did. The included caption read, “While the mother went to do shopping at the bazar, the two boys take advantage of her absence to play marbles.”⁵⁰ The text offered some context to interpret the scene but still left it opened to reader interpretation. Questions arise for me like whose mother went to the market? Is it the white boy because he had shoes? Why could it not be the black boy? If his mother was not at the market, then what was the black boy doing there? Left with these questions, *A Tribuna* presented readers different avenues to explore the questions introduced by photo essays like this.

A Tribuna included Rangel’s photographs, but it did not feature a byline with his name. His photographs accompanied short articles about whether readers remembered seeing a particular person in the street and a biographical profile on a photographer that Rangel and other city inhabitants passed on the streets.⁵¹ Additionally, the paper featured announcements on visiting photographers and exhibitions reviews that sometimes included commentary by Rangel. There is this sense that the interspersing of text and photographs, made further evident when newspapers published pictures of Rangel with colonial officials

⁵⁰ AHM, *A Tribuna*, Photo box, 1963, Colonial Newspaper Collection.

⁵¹ AHM, *A Tribuna*, “Do you know this man?,” 31 May 1963, Colonial Newspaper Collection; AHM, *A Tribuna*, “Before Shooting: Photographer surprises photographers,” November 1963, Colonial Newspaper Collection.



Figure 011 – Ricardo Rangel, “Along the train line, the women prepare to receive the desired gift-water,” *A Tribuna*, October 1964, *Arquivo Histórico de Moçambique*, Maputo, Mozambique, Colonial Newspaper Collection.

looking at his exhibited photographs, produced a type of color line from which to identify Rangel’s pictures. Such modes of looking and reading with Rangel’s photographs lead to the conclusion that Rangel did not necessarily take photographs to illustrate the subjects discussed in articles and that he often photographed published prints on his way to and from work.

His pictures of workers building railways and women running up to passing trains to retrieve water merited their own stories (Figure 011). This idea of Rangel depicting two cities was informed by the processes of visualization and identification that accompanied the publication of his photographs. In fact, Rangel’s photographs, particularly those published in *A Tribuna*, did not appear to be about showing blacks as equals to whites by going to movies, driving cars, and frequenting photography studios. Thus, the idea of cement and reed cities, that journalists interpreted Rangel’s photographs as depicting, served as the foundation from which to critique the visual expressions that Portugal’s colonization acquired through its racial policies, what Rancière in his interpretation of Benjamin referred to as “the aestheticization of politics” (Rancière, 2011: p. 13 and 19).⁵² The critique of “the aestheticization of politics” mobilized through Rangel’s photographs did not hinge on what theorist Roland Barthes called the disillusioning grandeur and self-fashioning capabilities of photography (Barthes, 1981). Rather, at work was a type of play and disruption through Rangel’s own adaption of the visual tropes that the colonial state banned.

⁵² See: Walter Benjamin, “The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction,” in *Illuminations*, New York: Schocken Books, pp. 217-252.

Photographers like Rangel and their colleagues experienced the censorship of their pictures and articles. Media professionals submitted to the censorship board proofs of articles and photographs in advance of publication. The possibility of the board refusing publication was always present. Some editors insisted on publishing potentially controversial materials, including Rangel's photographs, despite certain risks. Officials cut a classified ad submitted by "white Portuguese workers" who requested the same salary afforded to "black" workers.⁵³ Then a restaurant run by Portuguese owners in the city's outskirts had its advertisement censored for promoting its business as having "nice food, cheap prices, and the only [place] where there is no racial discrimination."⁵⁴ When censorship prohibited the publication of certain materials, Bishop Sebastião Soares de Rezende, the editor of the daily *Diário de Moçambique*, authorized the placing of empty black and white text boxes to denote the censored text and pictures. From Rangel's perspective, the responses of the colonial administration to his photographs and other censored materials were guided by fears that audiences in Portugal would see printed materials and then equate the populations of Mozambique and Portugal as equals.

Rangel discovered that colonial officials did not want photographs of settler populations from Portugal carrying things on their heads, barefoot, and without clothes (Figure 012). Travelling in Portugal, in 1971, on assignment for the weekly pictorial magazine *Revista Tempo*, he observed many of the situations that state administrators censored, including a white man shining the shoes of a black person. He had the sense that he could not publish these photographs because from his perspective "the Mozambicans would know about the poverty in Portugal."⁵⁵ Such an awareness of the types of photographs prohibited only compelled him to take more photographs. As evidence of this, he recalled being at a bar one night and observing navy sailors partying. When he returned to the newsroom the next day, an editor feared that the censorship board would punish the paper for not having a photograph of the navy sailors. Fortunately, Rangel had the photograph that officials wanted to circulate in Portugal. Ironically, the colonial administration did not want to present pictures of equality but it was reliant on forms of photographic production to produce and maintain such divisions.



Figure 012 – Ricardo Rangel, “Two women of the people both with the same problem of subsistence, regardless of geographic location and skin color. One photo was taken in Lisbon (right) and the other in Lourenço Marques,” *Revista Tempo*, November 24, 1974, Biblioteca Nacional de Moçambique, Maputo, Mozambique, Magazine Collection.

⁵³ Ricardo Rangel, interview by Allen Isaacman and author, Maputo, Mozambique.

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ Regardless of Rangel's perceptions, the photographs did feature in an edition of *Revista Tempo* three years after his return to Mozambique. This publication points to a possible shift or even failure of press censorship. For more, see, Ricardo Rangel, Interview by Allen Isaacman and author, Maputo, July 2008.



Figure 013 – Ricardo Rangel, 1962, “Is it or is not prohibited the movement of heavy vehicles in these conditions that these porters go? We declare nothing; we question. And we can add that this is vulgar in Lourenço Marques. It is this only,” *A Tribuna*, *Arquivo Histórico de Moçambique*, Maputo, Mozambique, Colonial Newspaper Collection.

Furthermore, visual representations intended to give the impression of inclusivity while maintaining certain divisions. Such visual forms resulted from a situation where those from Portugal living in Mozambique viewed themselves as equals to native populations (especially in terms of economic standing) and where a photographer like Rangel was able to view blacks better off than white settlers.

Rangel used the types of photographic depictions that he perceived the colonial administration to censor as a guide to photograph men and women in the streets of Lourenço Marques.⁵⁶ When Rangel died, his friend and former colleague José Luis Cabaço penned a tribute about watching Rangel take a particular photograph. Cabaço described how he was walking with Rangel, and their colleague José Mota Lopes, near what is known today as the Central Market. Rangel suddenly ran into the street, causing drivers to stop their cars and honk their horns. Cabaço explained that he and Lopes “asked themselves with a *look*” the following question: “why all the fuss, the risk of being run over for a scene that the colonial reality has trivialized.” From Cabaço’s perspective, Rangel entered the street, bent down, and photographed bare-chested men dressed in shorts and standing on the back of a truck. *A Tribuna* readers viewed a reproduction of the scene described by Cabaço (Figure 013) with the caption, “Is it or is not prohibited the movement of heavy vehicles in these conditions that these porters go? We declare nothing; we question. And we can add that this is vulgar

⁵⁶ José Luis Cabaço, “A vida é melhor com coca-cola grande...,” *Savana*, 19 June, 2009, p. 4.

in Lourenço Marques. It is this only.”⁵⁷ The difference between the published print and Cabaço’s recollection reveals that cropped out of the newspaper print was a billboard on a building with the slogan “Life is better with a large Coca-Cola.” Contrary to Cabaço’s perception, the photograph was published but without the billboard. Ironically or not, the original negative and/or print with the billboard was never discovered. What did surface were the ways that watching Rangel photograph as well as viewing his photographs were formative to the political consciousness of individuals like Cabaço.

After 1964, Portugal increasingly prosecuted cultural intellectuals, such as Honwana and Craveirinha, for subversive activities. The juxtaposition of two photographers’ experiences exemplified the magnitude and significance of watching photographers, like Rangel, take pictures or even taking pictures for oneself in terms of the development of a particular social and political consciousness. João Costa (“Funcho”) participated in the pro-independence student movements at the Lourenço Marques University. During the early 1970s, Funcho viewed Kok Nam and Ricardo Rangel’s photographs in exhibitions and catalogues. He commented:

*[Newspaper editors at Notícias] did not represent the people of Mozambique at the time. If you opened a magazine or newspaper in the colonial times, it was only white people. [You would] look to [the] newspaper only to see white people even here in town it [was] only white people at night... black people working as servants.*⁵⁸

But, for a press-photographer like Kok Nam, this idea of “black versus white” was part of the wider reality of the possibility of Mozambique’s independence, which he himself experienced while on assignment in Swaziland for the daily Beira-based newspaper *Diário de Moçambique*. Nam reflected:

*[T]he thing that moved me: I was interrogating myself, what that thing [was] to be independent. But it was naïve, that at the same time, do you know the thing that most impressed me? King Shobuza’s hundred and three wives, they [were] very fat and he [was] a beanpole. And in Swazi[land], I found bars for blacks and whites.*⁵⁹

A type of social and political consciousness emerged between 1940 and 1974 in colonial Mozambique through the viewing of photographs, taking of pictures, or even sitting before cameras. Furthermore, these efforts at politicization orchestrated through photography’s practice and use were dependent on a type of mobility and movement across and along color lines and even required the embracing of a black-and-white reality over a mixed-race one. Such acts challenged the social, political, and economic hierarchies that the colonial state promoted and enforced through photography.

Conclusion

Based on the technical and technological organization of darkrooms and newsrooms in colonial Mozambique, Ricardo Rangel could not have been the first non-white press-photographer. The celebration of Rangel as the first non-white press-photographer points to a larger process of racialization that surfaced around his life and work, especially in terms of how people interpreted, collected, organized, and appropriated his photographs. Views on race evolved, and so too did the ways that photography’s use redefined understandings of visibility and invisibility in colonial Mozambique. The reworking, and sometimes inten-

⁵⁷ AHM, *A Tribuna*, Photo box, 1962, Colonial Newspaper Collection.

⁵⁸ João Costa, Interview by author, Maputo, Mozambique, July 2008 and August 2009.

⁵⁹ Kok Nam in collaboration with António Cabrita, *Kok Nam: O homem por detrás* (Maputo: Escola Portuguesa de Moçambique, 2010, p. 17).

tional archiving, of these cultural frames for representing and viewing racial discourses was the result of the technical philosophies Rangel cultivated in the darkroom as well as the ways that editorial processes, such as self-and state-censorship, incorporated and/or rejected Rangel's photographs.

In terms of questions on race and its photographic representation, Rangel did not merely picture black subjects. Such popular views of Rangel's photographs as depicting a "black" reality were representative of photography's capacity to facilitate the perception of certain color lines which historical actors, like Rangel and his colleagues, aligned themselves in order to address certain historical realities. The somewhat intentional erasing of a grey space, in terms of producing photographs of racial harmony and integration, served to highlight the profound injustices that all racial groups experienced under Portugal's colonial rule. Furthermore, the lack of such photographs that depicted blacks and whites together at restaurants and doing other leisure activities complicated Portugal's efforts to visually support its rhetoric that "Portugal is Mozambique" and "We are all Portuguese."⁶⁰ To locate Rangel's photographs as a counter archive to colonial imagery undermines the subtle commentaries and transformations that Rangel's photographs and acts of photographing imparted on what Patricia's Hayes, in her own reading of Rangel's pictures, calls the "sayable and unsayable" (Hayes, 2013). In fact, media professionals and cultural intellectuals in Mozambique have (re-)constructed Rangel's photographs from which to represent colonialism in Mozambique. Thus, Rangel's life and work suggest that Rancière's idea of "the politics of aesthetics", which Rangel himself accepted by rejecting certain darkroom techniques, paved the way for a new type of representational politics from which Rangel and his contemporaries defended their place within Mozambique's history (Rancière, 2011: 13 and 19).

Archival sources

Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, Mozambique.

Arquivo Histórico Militar, Lisbon, Portugal.

Centro de Formação e Documentação Fotográfica, Maputo, Mozambique.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Lisbon, Portugal.

Savana Newspaper Archive, Maputo, Mozambique.

Bibliographic references

Allina, Eric (1997), "Fallacious Mirrors: Colonial Anxiety and Images of African Labor in Mozambique, CA. 1929," *History in Africa*, Vol. 24, pp. 9-52.

Assubuji, Rui and Hayes, Patricia (2013). "The Political Sublime. Reading Kok Nam, Mozambican photographer (1939-20120)" *Kronos*, N.º 39, pp. 66-111.

Azoulay, Ariella (2010), "What is a photography? What is photography," *Philosophy of Photography*, Vol. 1, N.º 1, pp. 9-13.

Azoulay, Ariella (2005). "The darkroom of history," *Angelaki*, Vol. 10, N.º 3, pp. 57-77.

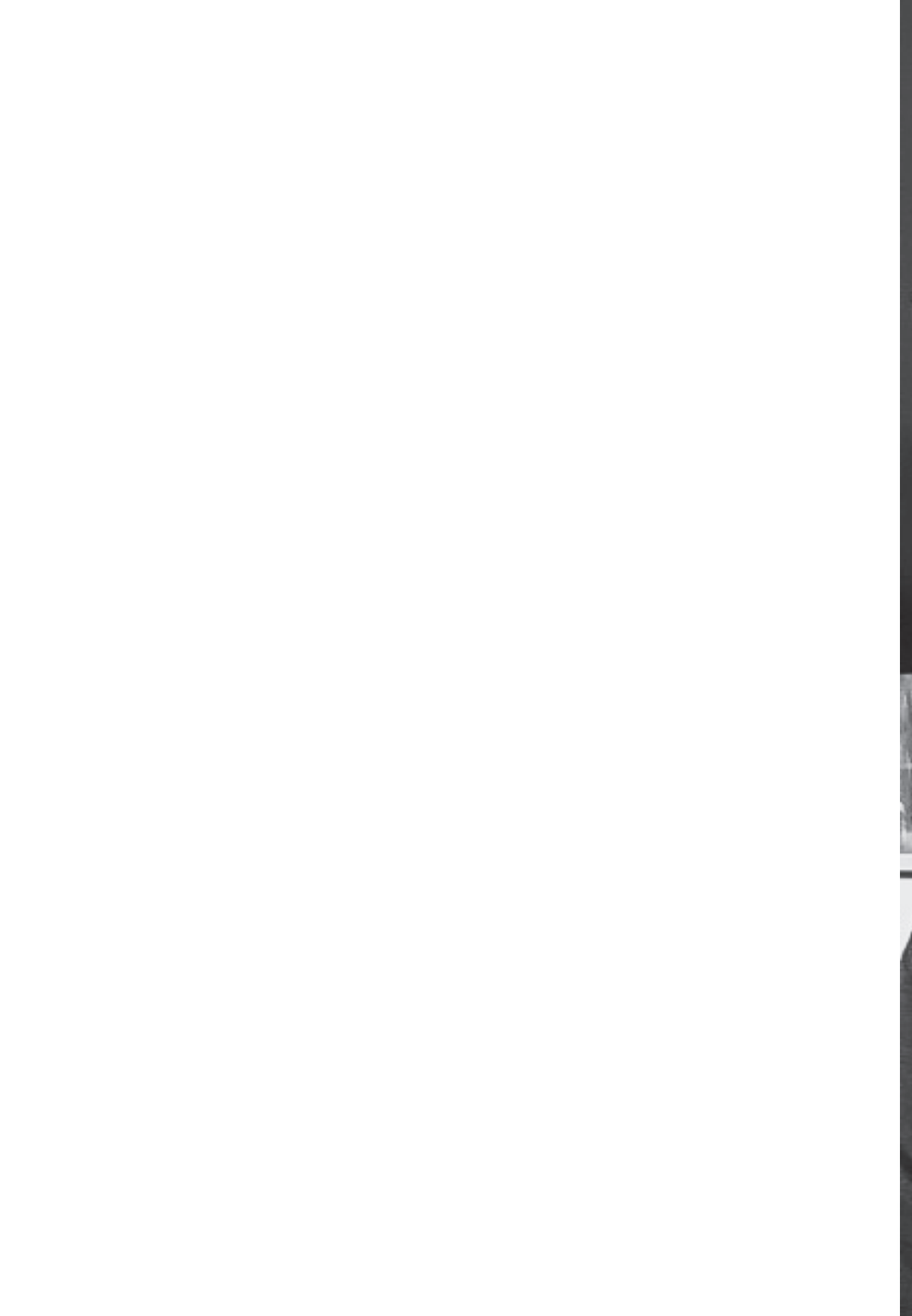
Barthes, Roland (1981), *Camera lucida: Reflections on photography*, New York: Hill and Wang.

Benjamin, Walter (2007), *Illuminations: Essays and Reflections*, New York: Schocken Books.

Cabrita, António and Nam, Kok (2010), *O homem por detrás da câmara*, Maputo: Escola Portuguesa.

⁶⁰ AHM, PT/AHM/FO/007/B/38/361, 21-Relatórios acção psicológica, 1969.

- Coelho, João Paulo Borges (2013), "Politics and Contemporary History in Mozambique: A Set of Epistemological Notes," *Kronos*, N.º 39, pp. 20-31.
- Edwards, Elizabeth (2001), "Photography and the Performance of History," *Kronos*, N.º 27, pp. 15-29.
- Gupta, Pamila (2014), "Some (not so) lost aquatic traditions: Goans going fishing in the Indian Ocean," *Interventions*, Vol. 16, N.º 6, pp. 854-876.
- Gupta, Pamila (2011), "Gandhi and the Goa Question," *Public Culture*, Vol. 23, N.º 2, pp. 321-330.
- Hayes, Patricia (2014). "Pão nosso de cada noite: as mulheres e a cidade nas fotografias de Ricardo Rangel de Lourenço Marques, Moçambique (1950-1960)," in Saúte, Nelson (orgs.), *Ricardo Rangel: Insubmisso e Generoso*, Maputo: Marimibique, pp. 63-84.
- Hayes, Patricia (2007), "Power, secrecy, proximity: A short history of South African photography," *Kronos*, N.º 33, pp. 139-162.
- Penvenne, Jeanne (2012), "Fotografando Lourenço Marques: A cidade e os seus habitantes de 1960 e 1975," in Castelo, Cláudia, Thomaz, Omar Ribeiro, Nascimento, Sebastião, and Teresa Cruz e Silva (2012), *Os Outros da Colonização*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 173-191.
- Penvenne, Jeanne (1995), *African workers and colonial racism: Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*, London: James Currey.
- Pinney, Christopher (2010), "Camerawork as technical practice in colonial India," in, Bennett, Tony and Joyce, Patrick, *Material Powers: Cultural Studies, History and the Material Turn*, Oxford: Routledge, pp. 145-170.
- Rancière, Jacques (2011), *The Politics of Aesthetics: The Distribution of the Sensible* translated with an Introduction by Gabriel Rockhill, New York: Continuum International Publishing Group.
- Smith, Shawn Michelle (2004), *Photography on the color line: WEB Du Bois, Race, and Visual Culture*, Durham: Duke University Press.



T: @espressolibrariy
I: @espressolibrariy
W: www.espressolibrariy.com

WIFI PASSWORD
colonnaandsmalls

Entrevista

EDWARD ALPERS

Immersed in the Study of Africa

East Africa

AND THE

Indian Ocean



Edward A. Alpers

Edward Alpers

Immersed in the Study of Africa

Entrevista conduzida por **Vanessa S. Oliveira***

Setembro e Outubro de 2016¹

*Edward A. Alpers is Research Professor at the University of California, Los Angeles (UCLA). He also taught at the University of Dar es Salaam, Tanzania and the Somali National University, Lafoole. In 1994 he was President of the African Studies Association (USA). His major publications are *Ivory and Slaves in East Central Africa* (1975); *Walter Rodney: Revolutionary and Scholar* (1982); *Africa and the West: A Documentary History from the Slave Trade to Independence* (2001); *History, Memory and Identity* (2001); *Sidis and Scholars: Essays on African Indians* (2004); *Slavery and Resistance in Africa and Asia* (2005); *Slave Routes and Oral Tradition in Southeastern Africa* (2005); *Resisting Bondage in Indian Ocean Africa and Asia* (2007); *Cross-Currents and Community Networks: The History of the Indian Ocean World* (2007); *East Africa and the Indian Ocean* (2009); *The Indian Ocean in World History* (2014); and *Changing Horizons of African History* (2017).*

Vanessa Oliveira (VO): You are Research Professor (Emeritus) of African History at the University of California, Los Angeles. What led you first to study and then specialize in this particular field of historical study? Subquestion: what were then the major challenges you faced?

Edward Alpers (EA): The simple answer is that I was attracted to the study of African history through a combination of my interests in black popular music (roots, blues, r&b) and my engagement in the civil rights movement, but like all simple answers the reality is much more complex. When I began my undergraduate education I was completely without focus, having enjoyed my high school years rather more for its social life than its academic challenges. I was very fortunate to be admitted to Harvard University, largely on my family's distinguished records there and my "potential". I began as a pre-med student, no doubt reflecting the fact that both of my parents and one of my older brothers were physi-

cians. That was an academic disaster, and for the first two years of my college experience I continued to wander academically. At the same time, I was involved in civil rights activity in Boston, picketing Woolworth's because while it had integrated its lunch counters in the North, they remained segregated in the South, and I continued to follow black popular music closely, as I had ever since junior high school. In the second semester of my sophomore year I finally completed my General Education science requirement by taking a fascinating course on early hominids that was taught by Belgian visiting professor Jean Hiernaux, who had undertaken original research in Africa. I completed a paper on the discovery of *Australopithecus* in South Africa and received an "A". What a change! When I returned from my summer job in September 1961 I saw that, for the first time at Harvard, someone was offering a course in African history. I headed straight to the department of history office, asked if I could do my Junior Tutorial with this new instructor, Robert I. Rotberg, and shift my

* SSHRC Post-Doctoral Fellow. Department of Historical and Cultural Studies. University of Toronto.

¹ This interview took place over email between September 20 and October 8, 2016. My thanks to Dr. Alpers for agreeing to answer my questions and the candid nature of his responses.

focus to African history. Go ahead, I was told, ask Dr. Rotberg. The key point to make here is that all of this was instinctive; it involved no clear thought or plan on my part. Indeed, it is my own experience to follow my instinct that informed my advice to UCLA undergraduates for almost half a century.

So, in my junior year I took Rotberg's year-long course on African history, which focused mainly on political history, did my year-long tutorial in African history with him, and took every class available on Africa that Harvard offered. I had semester-long classes on African politics with Rupert Emerson and Martin Kilson, on African anthropology with Elizabeth Colson, who was visiting from Brandeis, and on African economics with Eliot Berg. Thus immersed in the study of Africa, my grades shot up as an index of my renewed intellectual engagement. Of course, all of this was played out against the larger background of the developing civil rights movement and the "winds of change" in Africa itself. Several important colonial and African nationalists visited Harvard at that time, including A. A. J. Van Bilsen, who in 1955 drafted the then preposterous plan to give the Belgian Congo independence in thirty years' time; Stewart Gore-Browne, a major figure in white opposition to colonial rule in Northern Rhodesia; and Kenneth Kaunda, later first president of Zambia. Meanwhile, my continuing engagement with African American roots music was fueled by visits to Harvard by Sleepy John Estes, Mississippi John Hurt, and Sonny Terry and Brownie McGhee. Heady times. When I passed my Junior Qualifying Exams I sat an oral exam that included the Chair of the department, an historian of western science, who was clearly curious to see what kind of person would take to the study of African history. But other than being an object of curiosity, I felt nothing but support and empowerment to follow what had become my passion.

In my senior year I wrote my thesis on a curious Francophile American named

Charles Chaillé-Long, who had served in the Sudan with Charles Gordon and in 1874 became the second Euro-American to visit the court of Muteesa II of Buganda. Part of the research for the thesis was accomplished in the archives of the Library of Congress, which holds Chaillé-Long's papers, an opportunity that whetted my appetite for working with primary source materials. Rotberg, who had completed his D. Phil. at Oxford, encouraged me to apply to the School of Oriental and African Studies (SOAS) in London, where I was accepted for a research degree upon my graduation from Harvard in 1963. During the following summer I carved out a paper on Chaillé-Long's Buganda episode and sent it off to Kampala for publication in *The Uganda Journal*. I received notification that the journal accepted it for publication during my first weeks in London. Here I should note that at my retirement party in June 2013, my dear colleague, Merrick Posnansky, the very last speaker, surprised me by recounting that he had been the reader for that paper. Circles within circles.

At this point I need to emphasize that none of what I achieved in college or since would have been possible without the love and critical support of my wife and partner for fifty-three years, Annie Alpers. We sat next to each other our very first day of class in French A and by the end of the year were a couple. It was she who pretty much saved me from myself in my sophomore year and who kept me focused thereafter. We married the day after our graduations (she from Radcliffe).

When I arrived at SOAS, Roland Oliver, with whom I thought I would be working, advised me to meet with the different members of the African history faculty, which I dutifully did. When I first met Richard Gray, who became my wonderful adviser, he asked me how I felt about learning Portuguese. "Why not?," I responded, having only just begun to study German the previous summer. He then handed me the International Africa Institute Ethnographic Survey

on *The Matrilineal Peoples of East-Central Africa* by Mary Tew (later Douglas) and basically told me to start with that anthropological compendium. Shortly thereafter Annie and I began to study Portuguese at the Luso-Brazilian Council in London. By the time I presented my first SOAS seminar paper in Spring 1964, I had begun to read the basic Portuguese texts on the history of Mozambique, most notably the outstanding studies by Alexandre Lobato and the collections of primary documents collated by António Alberto Banha de Andrade and Luís Fernando de Carvalho Dias, as well as works in English by Charles R. Boxer and James Duffy. In a short time, therefore, by reading against the grain of the Portuguese sources, I had identified a topic focusing on African trade in the eighteenth century in northern Mozambique.

Just as I had instinctively learned to follow my passion to study African history and throughout my career passed that piece of advice on to my undergraduate students, Richard Gray gave me one invaluable piece of advice that I endeavored to convey to my many Ph.D. students at UCLA. When I was developing that first SOAS seminar paper, I asked Richard for his guidance about the history of Mozambique. “Well, Ned,” he said, “you really know more about that than I.” How empowering was that! I suddenly felt that I really did know more than he about the topic I had chosen for my thesis, even if I did not yet understand the full process of completing a major piece of historical research. Throughout the entire process of research and writing, much of it carried on by mail between Lisbon (where I conducted research in the Academia das Ciências de Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, and Centro de Estudos Históricos Ultramarinos) and London, Richard was a source of unflinching support and astute advice. In June 1966 I defended my thesis on “The role of the Yao in the trade of east-central Africa” (a title that Richard suggested to me) with a very

distinguished examination committee of Richard Gray, Charles R. Boxer, and George Shepperson. By July Annie and I were on our way out to Tanzania for me to join the faculty at the University College of Dar es Salaam (later the University of Dar es Salaam) of the (now defunct) University of East Africa and for Annie soon to give birth to our first child in January 1967.

VO: How did you get to the University of California, Los Angeles? Is there a particular reason why you spent your whole career at UCLA?

EA: In my second year at SOAS I almost went to UCLA as a Visiting Lecturer in the history of East Africa to replace an apparently ill Gervase Mathew, who was scheduled to visit from Oxford. Happily, Mathew recovered from whatever ailed him and I was spared the potential embarrassment of lecturing to my graduate student peers at UCLA, most of whom were at UCLA to study with Leonard Thompson. Still, a connection was made when Roland Oliver took me to have drinks with Thompson in Fall 1964, just as a year later Richard took me to drinks with Terry Ranger, who was then recruiting faculty for the new history department at Dar. In the end I had two bona fide jobs in my pocket before I defended my thesis, both through the “old boys” connections that dominated academic hiring in the 1960s. Since I was already committed to a two-year contract at Dar, UCLA generously gave me an immediate leave of absence. So while my formal appointment dated to July 1966, I did not actually arrive in Los Angeles until Spring Quarter 1968, when I began to teach at UCLA.

Why did I remain at UCLA? Was there a better place for an historian of Africa? Depending on the year, there were always at least four of us in the Africa field in History, quite apart from the array of Africanist talent in many other disciplines, as well as the ability to study several African languages. We had a steady entry of first-rate graduate

students, a supportive department, and an outstanding library collection. Moreover, UCLA had a distinguished African Studies M.A. program that not only provided additional bodies for our graduate seminars, but funneled many of its graduates into our Ph.D. program in History. Why leave? When I entered administration in 1985, first as Dean of the Honors Program and then to create an all-encompassing unit of Honors and Undergraduate Programs in the College of Letters & Science I ran the risk of putting my scholarly career on hold more or less permanently, but after a fallow period in the late 1980s the arrival of a particularly engaging cohort of graduate students re-energized me so that, having flirted with continuing a career in higher administration at various liberal arts colleges, in 1996 I returned to full-time duty in my home department, where I remained until my retirement in 2013.

Another factor in my remaining at UCLA was my collaboration with Christopher Ehret. Together we shared direction of many graduate students, giving UCLA a pre-eminent place both nationally and internationally in training historians of eastern Africa. When Merrick Posnansky joined the department in 1976 to replace Terry Ranger, who after five years at UCLA decided to return to England in 1974, he combined with Chris to train an important clutch of graduate students in the methods of early African history. That was another attraction of being at UCLA.

There is, of course, more to life than one's academic home, and when Annie and I arrived in Los Angeles we regarded it as yet another foreign culture, for we had lived abroad in London, Lisbon, and Dar es Salaam, for almost five years without setting foot in the United States. L.A. was an exciting urban environment to which we immediately took; we also had our second child there in 1970. Between great professional sports teams, a terrific music scene, a burgeoning art community, and an incredibly multicultural eating environment – not

to mention the weather – we never had a thought to leave Los Angeles. At least not until my retirement.

Finally, I remain attached to UCLA because of the excellent way in which the University of California treats its emeritus faculty. Although I live hundreds of miles from campus, Chris and I still share an office; I have library privileges and the outstanding support of a wonderful Africa specialist librarian; I am eligible for research and conference travel funding. This kind of institutional support is one of the reasons why I have been able to be productive in the four years since my “retirement”.

VO: You have supervised a total of 62 doctoral dissertations on various aspects of the African past. In retrospect, what were the more important challenges in this process over the years?

EA: Here is where Richard Gray's words were most effective. One of the real strengths of the UCLA program was that for the most part we were not prescriptive in the kind of research we supervised. In general, we waited to hear from our students what it was that inspired them, what it was that drove their desire to do a Ph.D. in African history. In this respect we were distinctly different from the University of Wisconsin during the heyday of Philip Curtin and Jan Vansina. To be sure, the generation of scholars that Wisconsin produced during that era is unmatched, but I always enjoyed the very great flexibility that both we, as faculty, and our students enjoyed in finding themselves at UCLA. So although few of my students did research in areas in which I specialized, each brought her or his specific experience and knowledge to the process, one from which I surely learned as much as my students learned from me. What I provided was as much support as I could, whether psychologically or by helping them to find funding for their studies, academic advising, and very close editing of their written work. I suppose that the

biggest challenge over the years was how to manage the differences among graduate students in terms of funding, personal and educational backgrounds, and command of academic English. The other interesting challenge was to help individuals who entered the program (often as former Peace Corps Volunteers) with little or no undergraduate training or even course experience in History. Doing History as an academic discipline is not an instinctive process; it must be learned, even if some people seem naturally to have a knack for it. It was always especially rewarding to work with such students and to see them figure out how to be historians.

VO: How many of these supervisions have been on the area of your own specialization? How do you explain so many dissertations supervised outside of your own area of specialization?

EA: As I said, very few of my students worked in my areas of specialization, whether you define those as precolonial trade, the slave trade, coastal East Africa, Mozambique, or the Indian Ocean. Certainly, a number of my students worked on aspects of eastern African history (including northeast Africa), but mostly not on topics on which I worked. Indeed, most of them worked on issues in colonial or post-colonial history, an area into which I have only occasionally ventured and for which I am not particularly known. Individuals who worked closest to my own areas of research and writing include Peg Strobel, Randy Pouwels, and Matt Hopper. (In fact, Matt and I have published a major research article together, but that is an exception). Nevertheless, the fact that I taught lecture courses and gave seminars in general East and Northeast African topics, as well as on the slave trade, the African diaspora, and African women provided an opening for graduate students who took these classes to seek me out as their adviser. The same process worked for Chris Ehret; by

regularly giving graduate seminars on the methodology of using language evidence to reconstruct early African history he attracted a variety of fine graduate students, several of whom now carry on his work in their own ways. Another intangible factor in graduate education is what can only be described as finding a comfort level between a student and her or his adviser. Apparently, many graduate students in African history at UCLA liked working with me, whatever their own area of experience in Africa and research focus. I was happy to accommodate them.

VO: In your view, why did you end up supervising so many dissertations, particularly, on Angola and Mozambique? With John Thornton, José Curto, T. J. Desch Obi, Roquinaldo Ferreira, Carolyn Vieira-Martinez, and Jeremy Ball as your former students, to what extent would you say that the History of Angola is effectively dominated by a UCLA or perhaps an Alpers' school of thought?

EA: That's an interesting question. Mozambique ought not to be a surprise, since my research both began with and has continued to be significantly about Mozambique. That said, only three people worked specifically on Mozambican topics: the late Alan K. Smith, who was really inspired to work on trade in precolonial southern Mozambique by Richard Gray when he visited UCLA and whose dissertation I co-chaired with Leonard Thompson after Leonard left UCLA for Yale; Kathie Sheldon, whose dissertation on "Working Women in Beira, Mozambique" ultimately informed her important book, *Pounders of Grain: A History of Women, Work and Politics in Mozambique*; and L. Lloys Frates, who wrote on "Aesthetics of Power, Power of Aesthetics: Race and Gender in Colonial Lourenço Marques, 1932-1974." Gregory Pirio, "Commerce, Industry and Empire: The Making of Modern Colonialism in Angola and Mozambique, 1890-1914," and Martin Shapiro, M. D., "Medicine

in the Service of Colonialism: Medical Care in Portuguese Colonial Africa, 1885-1974,” completed fine dissertations on Portuguese colonial rule that included comparisons of Mozambique and Angola.

The Angola connection is more surprising, although to some extent it also reflects my graduate seminars on what I then called Portuguese Africa. I must confess, however, that John Thornton came to UCLA fully ready (and with plenty of microfilmed documents) to study the kingdom of Kongo and West Central Africa (he completed his degree in 1979). His decision was truly not influenced by me. José Curto may have come to UCLA to study with me, but his dissertation was on the history of alcohol on Angola, a topic about which I knew very little and about which I have never written a word. After José finished up in 1996, however, I think his advice was instrumental in bringing Roquinaldo Ferreira, who had already conducted research in Angola for his M.A. thesis in Brazil, to work with me. T. J. Desch Obi, on the other hand, had been working with the late Boniface Obichere and I was the second Africanist on his committee, but when Bonny died, I became his supervisor (as I did also for Nwando Achebe and Bridget Teboh, two decidedly West Africanists). (As a side note, it is interesting that T. J.’s focus on African martial arts has now expanded to the Indian Ocean.) Jeremy Ball had studied at Boston College with one of my earliest Ph.D. students, David Northrup, and having spent a summer internship in Luanda was already interested in doing a dissertation topic on modern Angola when he came to UCLA. Finally, Carolyn Vieira-Martinez defined a topic on Angola based on historical language evidence that she developed with Chris Ehret. My role in all of these dissertations on Angola derives from the fact that Portuguese is one of my main research languages and my broader interest in Lusophone Africa.

What I think this accounting ought to demonstrate is that, while I may have su-

pervised the dissertations of more Angola specialists than anyone else, there is most definitely not “an Alpers’ school of thought” at play here.

VO: Now that you are retired, what are your plans for the future and what do you see as further developments in the History of Africa as a subfield?

EA: Being “retired” is even more fun than being a graduate student in that all I have to worry about professionally is my research and writing (and to try not to overcommit myself). In recent years my focus has shifted increasingly to larger Indian Ocean world themes, the culmination of which has been *The Indian Ocean in World History* (New York: Oxford University Press, 2014). While I have a number of uncompleted major projects, some based on earlier research, others on more recent work, my Indian Ocean focus has drawn me into new areas of research in environmental history, the history of disease dispersion, islands, and maritime history. But I still keep returning to Mozambique and the connections across the Mozambique Channel and out into the southwest Indian Ocean. This year I have also been co-editing three sets of papers from very different conferences for publication. I also serve as a Senior Editor for the Oxford Research Encyclopedia of Asian History, which is very much a product of my Indian Ocean publications. So “retirement” keeps me very busy and promises to do so for years to come.

Regarding the future of the field of African History my first instinct is to state that the future rests in others’ hands, especially considering my current oceanic focus. To be sure, the field has reached a level of scholarly maturity that one could not envisage when I started to study African history in the Fall of 1961. This process of maturation is reflected in several personal memoirs by pioneers in the field and by some field and institutional histories. Overall, the field is still struggling with the

dichotomy between institutional support (including universities, scholarly journals, and research funding) for Euro-American-based Africanists and those working on the continent. While the different African Studies Associations in North America and Europe now count many more Africans among their membership than ever before, there is still a broadly-defined gulf that remains to be bridged between those working outside of Africa and those working at African universities. In the United States,

however, my sense is that the rise of world history as a field, including the subfield of Atlantic history, has enhanced the position of African history as a critical component of this more global appreciation of our collective pasts. The same holds true, of course, for Indian Ocean history. Finally, I think that the field still needs more basic research on precolonial history, including working in collaboration with historical archaeologists and scholars in other related disciplines.





África em debate



Prospections archéologiques dans le Diamaré et ses environs (région de l'Extrême-Nord, Cameroun)

Dzou Tsanga Remy*

p. 155-160

Introduction

Les premières recherches archéologiques au Cameroun, surtout celles menées dans la région de l'Extrême-Nord, débutent en 1926 sous la houlette de Théodore Monod, J. P. Lebeuf, et Marcel Griaule (Lebeuf, 1992: 98). De nombreux travaux archéologiques effectués dans la zone ont permis la mise au jour de la civilisation Sao et de la caractérisation des séquences chrono-culturelles telles que le paléolithique et le post-néolithique ou Age du fer (Marliac, 1991). Les prospections et les fouilles ont plus porté dans les monts Mandara, les abords du Lac Tchad et dans le Diamaré. Malgré ce dynamisme des professionnels de l'archéologie, il y a des espaces qui restent insuffisamment explorés. Deux campagnes de prospection ont été conduites dans le «Diamaré et ses environs». L'espace géographique indiqué s'étend jusqu'à la vallée du Logone et les piémonts des Mandara. Bien qu'imprécise, l'aire de recherche constitue une zone de transition entre les zones archéologiques du nord et celles des abords du Lac Tchad. Cet article rend compte des résultats préliminaires des prospections qui viennent enrichir nos connaissances sur les implantations humaines dans la zone. Par ailleurs, il permet de compléter la carte archéologique de l'extrême-nord et d'envisager une étude systématique de quelques sites dans le but d'établir un cadre chrono-culturel.

I. Situation de la zone d'étude et historique des recherches

Lorsqu'on parle du Diamaré et de ses environs dans le contexte de cette étude, il s'agit d'un espace géographique situé dans la partie septentrionale du Cameroun et dont les limites territoriales dépassent celles du Département éponyme qui appartient à la région de l'Extrême-Nord. Le Diamaré et ses environs pris comme cadre de la recherche englobent les piémonts Mandara, la plaine de Maroua, la pénéplaine de Kaélé et s'étend jusqu'à la vallée du Logone (Fig. 001). Dans la zone ainsi circonscrite vivent de nombreuses ethnies qui se répartissent soit en fonction de leur obédience religieuse (chrétiens, islamisés, païens) soit en rapport avec la topographie de leur site d'implantation (montagnards, ethnies de plaines ou de plateaux). On peut à ce sujet consulter les auteurs comme J. Boutrais (1984: 115), Marliac (1991: 42-43) et bien d'autres.

* Ph.D. Université de Maroua- Faculté des lettres et sciences humaines.

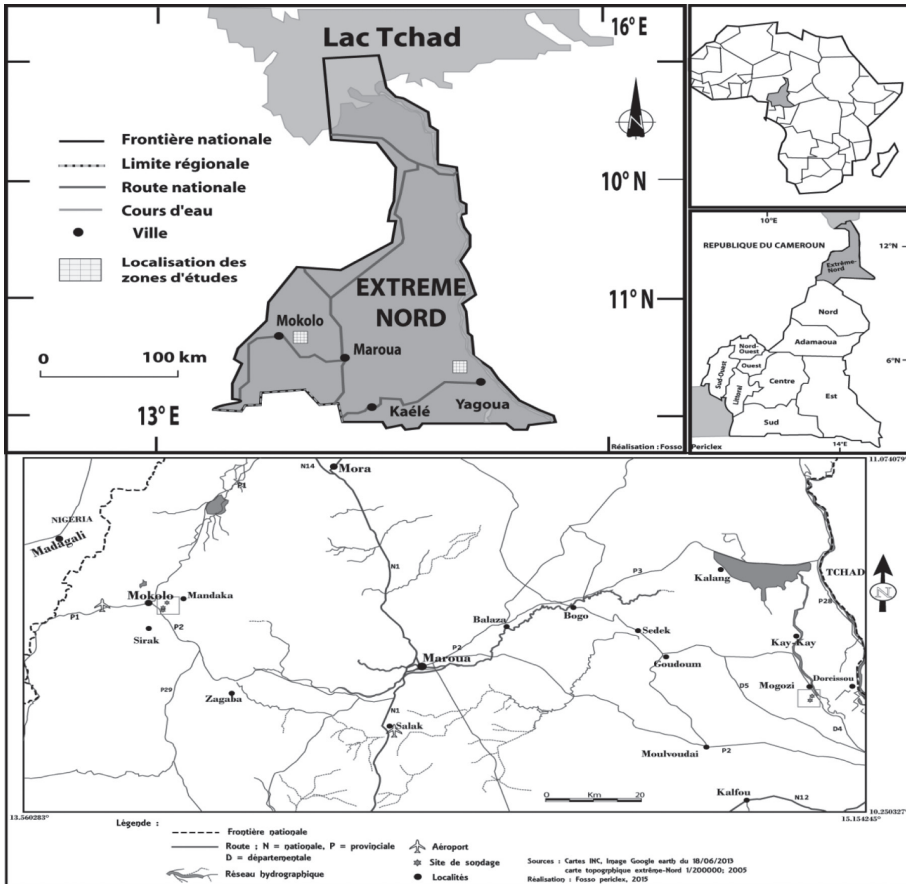


Fig 001 – Carte de localisation de la zone d'étude

Le peuplement actuel de ce terroir comprend majoritairement les Mafa, les Guiziga, les Foulbé, les Moundang, les Mofu, les Mousgoum et les Mousseï. Les Kanuri et les Haoussa, bien que présents dans les agglomérations, sont peu nombreux. Ces derniers se livrent au commerce et aux activités artisanales et excellent dans la forge et le travail du cuir (F. Wassouni, 2009). Bien que n'étant pas définie nettement, la zone du Diamaré est longtemps restée en marge des recherches archéologiques par rapport à ses régions voisines qui sont : la plaine de la Bénoué et les abords sud du lac Tchad. À l'exception des abords sud du Lac Tchad où les recherches archéologiques sont menées depuis 1926 par Théodore Monod, suivi dès 1936 par J. P. Lebeuf. Les travaux de ces archéologues ont contribué à l'amélioration des connaissances sur la civilisation Sao (Lebeuf, 1962). Dans la plaine de la Bénoué, N. David mène des prospections dès le milieu des années 1960. Dans l'ensemble, l'état des connaissances archéologiques dans le Diamaré reste marqué par une insatisfaction. Ce vide archéologique fut comblé par les recherches d'Alain Marliac, Michèle Delneuf et Olivier Langlois (2000) pour ne citer que ceux-là. Entre 1968 et 1971, A. Marliac (alors archéologue de l'ORSTOM) effectue les premières prospections dans le Diamaré. Il y découvre de nombreux sites parmi lesquels ceux

appartenant à l'Age du fer qu'il désigne sous le terme de Post-néolithique et qu'il définit comme « une culture préhistorique utilisant le même dispositif technique (persistance de la pierre comme matériau façonnable) augmenté de l'utilisation du métal (fer ou autre) et fondée sur une économie de production » (Marliac, 1983: 8). Il intègre l'étude de cette séquence culturelle dans un programme de recherche intitulé: *Néolithique et Post-néolithique au Diamaré, Cameroun septentrional*. Ce programme, visiblement ambitieux, ouvre la voie à d'autres archéologues à l'instar de Michèle Delneuf, Olivier Langlois, et Rapp respectivement dans les années 1980 et 1990. Le but poursuivi était la définition d'un cadre chronologique de référence et la caractérisation des cultures préhistoriques dans la zone indiquée. En ce qui concerne spécifiquement l'Age du fer, le peuplement du Diamaré au cours du dernier millénaire avant notre ère est connu. Il faut à ce sujet lire l'importante production scientifique de Langlois (1995).

Depuis 2011, nous avons lancé les prospections pour une extension de la zone considérée jusqu'à alors comme le Diamaré par Alain Marliac. Ce travail a connu un ralentissement à cause du phénomène d'insécurité qui existe dans la zone frontalière du Cameroun et du Nigéria. Un site d'art rupestre a été signalé à Mazaya et les recherches doivent se poursuivre dans cette localité.

II. Méthodes et résultats provisoires des prospections

Plusieurs campagnes de prospection réalisées respectivement entre 2011 et 2015 dans la zone d'étude ont permis de découvrir de nouveaux sites archéologiques. La technique utilisée était la prospection pédestre combinée aux enquêtes ethnographiques. Il était question de marcher à pieds en fixant minutieusement le sol. La reconnaissance archéologique a privilégié les berges du Mayo (cours d'eau en *fufuldé*), les inselbergs qui semblent être les zones d'installation des sociétés préhistoriques. La collecte des données s'est faite à l'aide des outils scientifiques et techniques. Il fallait se munir d'une fiche de prospection, du GPS, d'un appareil photo numérique pour l'enregistrement des données. Cette première phase de la recherche a été privilégiée à cause de l'absence de crédit pouvant permettre de mobiliser une équipe pluridisciplinaire dans le but de procéder aux fouilles systématiques des sites archéologiques importants.

A Maroua, les montinsules (lieux de prédilection pour l'installation des sociétés préhistoriques) ont été privilégiés. En dehors du site de Makabaye qui est souvent cité par E. Mveng (1963), celui de Missinguiléo a été découvert (Dzou Tsanga, 2011). Missinguiléo est en effet l'un des pédiments qui ceinturent la ville de Maroua, chef-lieu du département du Diamaré et capitale régionale de l'Extrême-Nord (Cameroun). Situé au nord de la ville, cet inselberg culmine à 722 m d'altitude (Morin, 2000). Les coordonnées GPS du site sont: N. 10° 60' 825", E. 14° 30' 948". L'observation de la topographie du site laisse penser à une terrasse géomorphologique. Le relief montre des alignements de pierres dans lesquels sont associés les rares témoins archéologiques. Ceci permet d'avancer l'hypothèse selon laquelle les périodes qui ont succédé aux premiers artisans de Missinguiléo ont connu la pratique de la culture en terrasse. Cette technique est largement répandue dans les régions montagneuses. De nombreux témoins archéologiques jonchent le sol. L'industrie lithique est fortement représentée à travers des hachereaux, des éclats, des percuteurs, des molettes, des houes polies (Fig. 002, Fig. 003) des bifaces (lancéolé ou ovoidal) (Fig. 004, Fig. 005). Cette documentation est associée aux tessons de poterie.

En pays *Massa* et *Mousgoum*, dans la vallée, du Logone, deux sites ont été découverts pendant les prospections. Le site de Mourla Ha, situé sur les berges du Logone avec pour coordonnées GPS N. 10° 51' 778" / E. 15° 05' 105"; Altitude à 319 m. La topographie du site permet



Fig. 001 et Fig. 002 – Haches polies de Missinguiléo.



Fig. 003 – Bifaces ovulaires.



Fig. 004 – Biface lancéolé de Missinguiléo.



Fig. 005 – Fragments de Molette de Missinguiléo.

de dire qu'il s'agit d'une butte anthropique sur laquelle ont été construites les cases obus en 1997. Ceci suppose à l'évidence que le site a été en partie détruit à cause des travaux de construction. La lecture du sol est facile à cause de l'absence du couvert végétal (Fig. 007).

Ces preuves matérielles attestent la pratique des activités pyro-technologiques par des peuples dont l'identité reste encore à déterminer. Les informations obtenues après enquêtes attribuent ces témoins archéologiques aux Sao. A ce stade de la recherche, nous ne pouvons pas encore confirmer cette information qui reste toutefois une hypothèse. Il faut reconnaître que le travail du fer est attesté dans de nombreux sites répertoriés ces deux dernières années.

Le département du Mayo Tsanaga recèle de nombreux témoins matériels, les restes d'un fourneau de réduction du fer ont été découverts d'après les coordonnées GPS: N. 10° 72' 42", E. 13° 82' 846" (Fig. 008). La structure se trouve derrière les maisons d'habitation. Elle est faite d'un appareillage de moellons. Le revêtement intérieur est fait d'argile. Les populations actuelles qui habitent Guimsak ne savent rien à propos du bâtisseur de ce fourneau. Les enquêtes menées sur le terrain révèlent la présence de nombreuses forges encore en activité. Avec l'introduction du fer issu de l'importation, les métallurgistes ont abandonné la réduction du minerai de fer considérée comme une activité pénible pour se consacrer au métier de la forge.

Conclusions et Perspectives

Les données présentées dans cet article sont incomplètes. Elles proviennent des collectes de surface et des observations faites sur le terrain. L'absence de financement n'a pas permis une étude plus complète des sites. L'analyse préliminaire des artefacts du site de Missinguiléo montre une variété d'outils lithiques aussi sur les plans typologique (bifaces, hachereaux, hoes polies, molettes, meules, percuteurs) et technologique (débitage et polissage). La céramique est peu abondante. Il est donc probable que le site de Missinguiléo ait connu plusieurs phases d'occupation appartenant aux différentes séquences de la préhistoire. En l'absence de toute datation, il est difficile de définir un cadre chronologique conséquent. Ailleurs, dans la vallée du Logone, de nombreux sites ont été découverts. Les

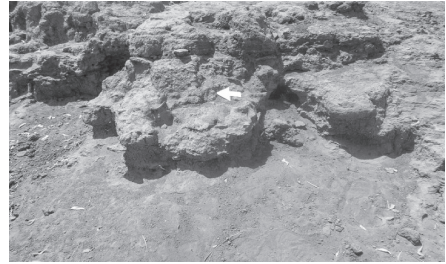


Fig. 006 - Vue de la berge présentant de nombreux tessons de céramique au site de Mourla Zakita
Photo R. Dzou Tsanga (avril 2015).



Fig. 007 - Le site de Mourla Zakita, situé sur la berge du Logone et sur laquelle on voit apparaître les restes ostéologiques. Photo R. Dzou Tsanga (avril 2015).



Fig. 008 - Restes d'un fourneau découvert à Guimsak. Photo R. Dzou Tsanga (juillet 2015).

sources orales attribuent l'occupation de ces sites aux Sao. Leur étude pourra permettre d'appréhender le peuplement ancien de cette zone occupée actuellement par les Mousgoum et Massa. Dans les piedmonts des Mandara, les sites appartenant à l'Age du fer ainsi que des gravures rupestres ont été signalées. Les recherches doivent donc se poursuivre avec non seulement la recherche des financements mais aussi avec l'implication d'autres spécialistes. Il est important que les fouilles soient menées pour l'obtention des données chrono stratigraphiques des principaux sites découverts.

Références Bibliographiques

- Boutrais J. (1984), *Le nord Cameroun, des hommes, une région*, ORSTOM, collections de mémoires, Paris, n.° 102, France.
- David N. (1971), *Recherches archéologiques dans la vallée de la Bénoué, 1967-1971*, *Revue Camerounaise d'histoire* 1, pp. 206-212.
- Delneuf M. (1992), L'approche archéologique régionale du Diamaré (Nord-Cameroun), in Essomba J.M. (éd.), *L'archéologie au Cameroun, Actes du premier colloque international de Yaoundé (6-9 janvier 1986)*, Karthala, Paris, pp. 38-40.
- Dzou Tsanga R. (2011), *Surveillance archéologique d'un pèdiment dans le Diamaré (Extrême Nord, Cameroun) analyse préliminaire des artefacts de Missinguiléo, Nyame Akuma*, n.° 75, pp. 17-24.
- Langlois O. (1995), *Histoire du peuplement post-néolithique du Diamaré (Cameroun-septentrional)*, Thèse de Doctorat, Université de Paris I Panthéon Sorbonne, 4 volumes.
- Lebeuf J. P., *Archéologie Tchadienne, les Sao du Cameroun et du Tchad*, Hermann, Paris.
- _____ (1992), *Populations anciennes du Sud du Lac Tchad*, in Essomba J. M. (éd.), *L'archéologie au Cameroun, Actes du premier colloque international de Yaoundé (6-9 janvier 1986)*, Karthala, Paris, pp. 91-99.
- Marliac A. (1982), *Recherches ethnoarchéologiques au Diamaré (Cameroun septentrional). Questions de théorie de méthodes et de technique pour un périmètre de recherche particulier et exposé des résultats prospectifs*. ORSTOM, Paris.
- _____ (1991), *De la préhistoire à l'histoire du Cameroun septentrional*, ORSTOM, Paris.
- Morin, S. (2000), *Géomorphologie* in C. Seignobos et O.Iyébi Mandjeck, édés *Atlas de la province de l'Extrême-Nord Cameroun*, IRD, Paris, pp. 1-17.
- Mveng E. (1963), *Histoire du Cameroun, présence africaine*, Paris.
- Wassouni F. (2009), «Les autorités coloniales françaises et l'économie artisanale à Maroua (Cameroun). Bilan historiographique». *Documents pour l'histoire des techniques* n.° 17, Paris, pp. 149-162.

The background of the image is a dense, repeating pattern of Arabic calligraphy in a cursive style, overlaid on a white background with faint horizontal lines. The calligraphy is black and fills most of the frame. In the center, there is a solid black horizontal bar containing the text 'Notas de Leitura' in white, bold, sans-serif font.

Notas de Leitura

Jean Marc Bikoko. *Le syndicalisme à la croisée des chemins – 50 ans après le début des indépendances en Afrique*, Paris, L'Harmattan, 2012, 168 pp.

Maciel Santos

p. 163-166

Mesmo se mais nada a recomendasse, a publicação de um estudo sobre o sindicalismo africano da autoria de um sindicalista africano seria sempre de registar. No caso da obra de Jean Marc Bikoko, o interesse aumenta porque se trata de uma síntese à escala continental e porque se apresenta como um documento estratégico.

Na altura da publicação (2012) o professor Bikoko já era o presidente da Central Sindical do Sector Público (CSP) dos Camarões. A sua carreira de sindicalista inclui transferências forçadas do seu posto de trabalho, suspensões de vencimentos e outras arbitrariedades como prisões ilegais (a de 15/9/2015 está documentada em vídeo)¹. Baseando-se na experiência direta e na perspetiva comparada que esta lhe proporcionou, o autor propôs-se redigir um manual prático (“ouvrage utilitaire”) com dois grandes objectivos: explicar como o sindicalismo africano enfraqueceu ao longo dos 50 anos pós-coloniais (interna e internacionalmente)² e propor, com base nesse diagnóstico, um plano estratégico para os próximos 50 (!) anos. Há portanto duas partes: uma sobre o passado (“A memória”) e outra sobre o futuro (“A visão”).

1. O passado

1.1. O passado “*bom*” (1919-1960)

Para contrastar com a presente fragilidade política e social dos sindicatos africanos, Bikoko recorda como em numerosos territórios, que eram então colónias europeias, as organizações dos trabalhadores se formaram *antes* dos partidos nacionalistas e até os levaram a reboque (casos, entre outros, do Mali, da Nigéria, da Guiné-Conakry, da África do Sul, Camarões, etc. O autor inclui neste argumento três casos um pouco híbridos³: em Marrocos e no Egito, sabe-se que as primeiras centrais sindicais (respetivamente, UMT e MTWU) foram mais um efeito do que um factor dos partidos nacionalistas; no da Costa do Marfim, o SAA de Houphouet-Boigny não era sequer uma verdadeira organização de assalariados (era mais uma associação da pequena burguesia rural e dos pequenos cultivadores de cacau). Anteriores ou não aos partidos, fossem eles verdadeiros sindicatos de assalariados ou aglomerados inter-classistas, é sabido que houve uma parceria entre as organizações de trabalhadores e o nacionalismo africano contra o inimigo comum, a administração colonial. No caso dos territórios franceses, a formação do movimento político RDA em 1946 serviu de catalizador dessa simbiose, com vários exemplos descritos no capítulo 4.

¹ www.jeuneafrique.com/264839/societe/cameroun-lactiviste-jean-marc-bikoko-arrete-toujours-detenu-a-yaounde.

² “Le syndicalisme est resté le dindon de la farce, ne jouant plus qu'un rôle de faire valoir” BIKOKO, 2012.

³ Bikoko omite, em contrapartida, casos com pleno cabimento nesta categoria, como os da Zâmbia (Rodésia do Norte) ou do Sudão.

1.2. O passado “mau” (1960-1990)

No capítulo 5, que trata da situação pós-independências, Bikoko apresenta a fatura que as organizações de trabalhadores pagaram pela aliança com os movimentos nacionalistas entretanto chegados ao poder: a governamentalização dos sindicatos. Apesar de esta ter começado “positivamente”, isto é, dando cargos políticos aos sindicalistas (que em muitos novos Estados ocuparam postos governamentais, desde as secretarias de Estado às presidências das repúblicas), foi acelerada a transformação dos sindicatos em correias de transmissão dos governos. Assim aconteceu na Tanzânia, Egito, Camarões ou Angola (só para citar um exemplo por cada área linguística oficial). Onde se mantiveram como órgãos de classe (Burkina Faso, Tunísia, etc.) os sindicatos tornaram-se alvo de repressão permanente. Talvez a maior limitação deste capítulo seja a falta de uma explicação para esta evolução. Como articular os processos de controlo/repressão sindical com os – igualmente generalizados em África – fenómenos de tutela neo-colonial e governos de partido único, também referidos por Bikoko? O capítulo 7 refere as conjunturas do mercado mundial em que se desenrolou a história sindical africana dos últimos 50 anos: o *boom* e a queda das cotações das matérias primas, que na década de 1980 arrastou a das taxas de crescimento, as descapitalizações e o aumento das dívidas públicas. Devido à pressão dos credores internacionais (FMI, Banco Mundial, etc.) sobre os orçamentos públicos, várias instituições inicialmente deixadas pela ordem neo-colonial em África – nas quais se incluíam muitas empresas estatais e os sindicatos “oficiais” enquanto instrumentos de controlo – já não tinham condições para continuar. A redução da despesa pública implicou, como se sabe, o fim das “transferências e subvenções” que mantinham muitos empregos na função pública (atingindo os sindicatos aí implantados) e também o fim da prática do *check-off* (dedução das quotas sindicais pelos empregadores). Deste modo, pior ainda que a tutela que os governos lhe puseram, estava a circunstância de a sorte dos sindicatos africanos estar *diretamente* ligada à das administrações públicas africanas. Sindicatos governamentalizados e aparelhos de estado inflacionados durante a fase de alta das cotações; sindicatos fracos e aparelhos de estado reduzidos durante a fase de recessão. Bikoko sabe-o, embora não conclua explicitamente: a vulnerabilidade dos sindicatos ao poder do capital internacional foi nos últimos 50 anos idêntica à dos estados de partido único, igualmente criaturas dessa ordem internacional.

1.3. Um primeiro “renascimento” (1990-2000)

O efeito dos programas de ajustamento impostos pelos credores foi portanto duplo: acabaram com os Estados de partido único e *portanto* abriram a possibilidade de se reorganizarem sindicatos de classe autónomos. Uma possibilidade não é uma realidade. Nos capítulos 6 e 7, são referidos seis fenómenos deste tipo (Tanzânia, Quênia, Egito, Argélia, Mali e Camarões), bem como outros seis, igualmente da década de 1990, em que se verificou, por parte de antigas centrais “governamentalizadas” (Nigéria, Zâmbia, Zimbabwe, Gana, Níger e Camarões), uma nova atitude conflitual face aos programas externos de “reestruturação”. No entanto, relativamente à correlação social de forças, pouco parece ter mudado em qualquer dos casos. Porquê? “Mal preparadas”, “com falta de alternativas credíveis”, as novas centrais sindicais (novas ou recicladas) “assistiram impotentes” à continuação das privatizações de empresas e dos despedimentos em massa. Bikoko diz mesmo que desiludiram os seus militantes e, com isso, contribuíram involuntariamente para a queda das taxas de sindicalização. Resta acrescentar que ao promoverem os desdobramentos sindicais, os

processos de emancipação acabaram por tornar a classe trabalhadora africana ainda mais indefesa perante o capital (nacional e internacional).

2. O futuro

O capítulo 9 começa pela descrição das características do movimento sindical africano atual, depois de ter sofrido a história atribulada acima resumida. Sinteticamente, as instituições sindicais africanas – da base às confederações – sofrem de:

- má organização e deficiência de equipamentos (0,05 % das centrais ou sindicatos tem acesso à *Internet*);
- desadaptação dos sindicatos à sua população-alvo – muitos dos trabalhadores no ativo estão em setores informais e portanto desorganizados;
- falta de preparação dos seus quadros – sobretudo no que respeita a conhecimentos políticos e de informática –, havendo 80 % de infoexcluídos entre os delegados sindicais (mas de que universo? Bikoko não dá aqui exemplos)⁴;
- continuação da dependência financeira em relação a patronos (Estado ou doadores internacionais);
- ausência de redes de solidariedade (nacional/internacional), especialmente pan-africanas.

Face a este quadro, o que propõe o autor?

a) uma reorganização a nível nacional

A base proposta são as federações por setor de atividade. Estas federações deverão não apenas elaborar planos estratégicos setoriais como formar internamente quadros e captar recursos. Em cada estado, as federações setoriais deverão agrupar-se em três confederações sindicais: do setor público, do privado e do informal. Infelizmente nada é explicado sobre esta última, que constituiria uma verdadeira novidade.

As três confederações, por seu turno, deverão estabelecer uma plataforma inter-sindical. Bikoko adverte que este não é um esquema de aplicação universal e que se deve sempre considerar as especificidades de cada país. No entanto, confia em que um organigrama deste tipo contribuiria para terminar de vez com os desdobramentos sindicais.

b) a capacitação dos quadros sindicais

Não há correspondência, diz o autor, entre o papel que as organizações sindicais mantêm nos países africanos (onde continuam a ser as grandes instituições da sociedade civil) e a falta de preparação técnica dos seus quadros (sem “noções elementares de dívida pública, de políticas monetárias e fiscais”, etc.). Bikoko insinua que mesmo que tivessem poder negocial, os quadros sindicais não o saberiam usar eficazmente⁵. A sua formação tornou-se, portanto, uma prioridade e nos seus planos estratégicos os sindicatos deverão estabelecer cursos de todos os níveis de ensino. Entre estes, e dada a multifuncionalidade de que se reveste, estão os das tecnologias de informação. Porquê? Principalmente porque através dos seus próprios *media* os sindicatos poderão finalmente atingir a sua população-alvo, especialmente as categorias profissionais até então inacessíveis (empregados superiores, expatriados, jovens do sector informal, etc.). Será igualmente através da informatização dos seus dados que poderão implementar ações de mobilização (criando *websites* e redes sociais para enviar ciber-informações e ciber-

⁴ Bikoko, 2012: 124.

⁵ Bikoko, 2012: 121-22.

-organizar piquetes de greve – fundamentais em contextos de informação controlada pelos governos). Como se sabe, mesmo nos países ditos desenvolvidos, tudo isto está no princípio.

c) independência orçamental

Nenhuma inovação será possível sem a captação de recursos que se possam utilizar sem restrições nem chantagens políticas. Impõe-se inverter a baixa taxa de sindicalização empregando campanhas de mobilização e alterando os velhos métodos de cobrança. E mais: criando movimentos de “fundraising”, elaborando candidaturas a fundos internacionais (ONU, EU), entrando em setores comerciais lucrativos como a restauração, o investimento imobiliário e até exigindo de novo as famigeradas “subvenções”.

Tirando tudo o que de potencialmente incerto e até perigoso se enumera nestas alíneas (especialmente para organizações que necessitam antes de mais de recuperar credibilidade para crescer junto da sua base natural), há certamente aqui sugestões que inovam as práticas habituais.

d) interação/aliança com o setor informal

É através do movimento cooperativo que Bikoko preconiza a articulação entre as organizações sindicais e o resto da sociedade africana. Continuando a reivindicar a criação de uma segurança social universal, afirma que as cooperativas e o mutualismo podem integrar no interior do sistema formal da classe trabalhadora milhões de trabalhadores não assalariados e da economia subterrânea. Enquanto organizações de classe, as centrais sindicais devem deixar de fazer apenas “sindicalismo”, isto é, reivindicações setoriais/corporativas, para passarem a implementar verdadeiras alianças inter-classistas com a restante sociedade civil. Isto implica o estabelecimento da cooperação com outras associações: ONG’s, organizações de mulheres, movimentos de jovens, confrarias e instituições religiosas, etc.) Deve salientar-se que o que Bikoko preconiza para alargar a base política dos sindicatos já existiu mas não em África. É uma solução semelhante à contra-sociedade que o movimento operário europeu, no período anterior à I Guerra, tendia a criar em cada país. Será através desta nebulosa de instituições anti-capitalistas que se poderá resistir e, em seguida, transformar a ordem mundial imposta.

e) criação de uma organização sindical pan-africana

Aqui, a base serão as plataformas nacionais agrupadas nas respectivas organizações inter-regionais africanas já estabelecidas: CEEAC, CEDAO, SADCC, etc. Reivindicando que nestes organismos se institua o tri-partismo regulamentar da OIT (sindicatos-patrões-governos), poder-se-á avançar na integração internacional das redes sindicais pan-africanas. Daqui poderá avançar-se para um Comité Sindical africano, verdadeira plataforma continental, que substituirá a “moribonde OUSA”⁶.

Uma coisa é certa: as propostas de Bikoko podem não funcionar todas mas, do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora africana, o *statu quo* vigente também não funciona. Cabe, é fácil dizê-lo, à prática e à reflexão das novas gerações de militantes desmentilas ou desenvolvê-las.

⁶ Bikoko, 2012: 129.

Archives des douleurs avec l'espoir d'en sortir vivant

René Pélissier

p. 167-182

Généralités et regroupement de plusieurs pays

On ne rendra jamais assez hommage à l'école tropicaliste de Lisbonne qui, sur le plan de la géographie, atteignit brièvement et tardivement, sous l'impulsion d'Orlando Ribeiro, un sommet, à ce jour inégalé. L'Império cultivait, avant lui, le regrettable paradoxe de se prétendre universel et multiséculaire sans avoir enfanté de géographes africanistes vraiment profonds et originaux. Dans un champ contigu, il convenait aussi de mettre en valeur l'œuvre de son épouse, Suzanne Daveau, qui l'épaula dans son travail et le soutint dans l'adversité. C'est ce que vient de faire l'une de ses disciples, Maria Fernanda Alegria, dans la biographie scientifique intitulée **Geografias de Suzanne Daveau**¹. Scientifique, certes, mais aussi humaine puisque l'on retrace la vie et le parcours africaniste de la géographe sur le terrain (Cap-Vert, Mauritanie, Sénégal, Mali, Burkina Faso, Sierra Leone, etc.) depuis sa plus tendre enfance dans le quartier populaire parisien de Belleville-Ménilmontant avant-guerre, jusqu'aux enquêtes en Angola et dans les coins les plus reculés de la province portugaise. Les géographes sont en général des gens discrets épargnés ou plutôt oubliés par les projecteurs de la notoriété publique. Il est bon néanmoins que les meilleurs d'entre eux soient mis à l'honneur, non pas comme des vedettes de la chanson, mais au moins sur le même plan que certains historiens encombrants. C'est chose faite pour le couple Suzanne Daveau-Orlando Ribeiro.

Entrons maintenant dans le classique avec les huit volumes très illustrés, parus sous le titre générique de **Descolonização**², diffusés par le Correio da Manhã, mais publiés par un éditeur plus traditionnel, Verso da História. Le lectorat visé, d'après nous, est le grand public apte à absorber des analyses multiples: 1.) la génération des lecteurs n'ayant pas connu le «fardeau» colonial; 2.) les «retornados» et leurs descendants le regrettant. D'où le mélange des orientations politiques exprimées. Les volumes ont de 144 à 128 p. Ils se répartissent ainsi selon leur titre respectif; **a) A vida nas colónias**, composé par des témoignages et des bribes de biographies d'anciens colons, avec des extraits d'études et de mises au point critiques sur l'Estado Novo. Le ton est à l'ouverture; **b) A luta pela libertação** aborde le poids de l'Ultramar dans les choix de Salazar, et l'évolution des militaires s'adaptant à une réalité locale éloignée de la propagande. Quelques éléments peu connus sur la précarité de la situation en Guinée et au Mozambique (1973-1974); l'attaque de Quitexe en mars 1961 vue par un enfant de dix ans; le nationalisme des colons, etc.; **c) A queda do Império** surprend : d'abord une étude historico-juridique de l'Império dans les décennies 1930-1960,

¹ Alegria, Maria Fernanda (ed. et auteure) et ses quatre collaborateurs (2015), **Geografias de Suzanne Daveau**, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, p. 183, très nombreuses photographies noir et blanc et couleur + autres illustrations (dessins, etc).

² Collectif (2015), **Descolonização**, Vila do Conde (Portugal), Verso da História, 8 vol. de pagination variable, nombreuses photographies, noir et blanc, sépia et couleur.

puis des tableaux chronologiques sur les événements marquants en Angola et en Guinée (1974-1975); **d) A solução-descolonizar** porte surtout sur les discussions des nouvelles autorités avec les partis nationalistes, et contient des témoignages sur les changements d'attitudes des Africains à l'égard des colons (Luanda, Moçâmedes), sur l'abandon des colons par les autorités et sur le début de leur exode; **e) Uma decisão difícil** traite surtout de la débandade et de l'échec du soulèvement des colons à Lourenço Marques, des pillages, de la *confusão* générale, de l'impuissance des autorités et des militaires; **f) Ponte Aérea**. Contrairement à ce qu'annonce le titre trop restrictif, nous ne comprenons pas le choix des thèmes traités: pont aérien et reportage sur une entrevista par un journaliste d'extrême droite, de Savimbi, à Jamba en 1988, puis fuite des colons par terre en 1975. Heureuse surprise: un texte très savant sur la sociologie des rapatriés au Portugal (officiellement 471.427 en 1981); **g) O regresso a Metrópole**. Même observation sur un extrait du livre consacré à un ex-militaire d'extrême droite, intitulé *O Puto*. Un autre extrait d'un livre sur la fuite de Moçâmedes de colons vers la Foz do Cunene, sa traversée et l'horreur de l'enlèvement de la caravane automobile dans le Namib namibien; **h) O drama da integração**: les problèmes des réfugiés dans une société métropolitaine en crise qui les accuse d'être d'incurables nostalgiques de l'Afrique «blanche». Vues contrastées (et parfois subtiles) sur le passé colonial d'un pays qui – inconsciemment ou non – se sent amputé. Notre supposition initiale persiste et déclenche une interrogation: à quoi cette série était-elle destinée? Probablement à élargir le nombre des lecteurs potentiels du périodique.

Inévitablement, l'on doit être plus rapide avec les rééditions de textes d'un auteur qui, quoi qu'on pense de ses objectifs, aura pris une initiative louable: la création d'une collection («Fim do Império») de livres d'anciens officiers ayant pris part à la *guerra colonial*. **Tempo africano**³ en est à sa cinquième édition (restructurée), ce qui est un exploit pour un livre d'anciens combattants portugais. Il concerne les opérations dans les théâtres continentaux vus par l'A., des témoins/participants et divers commentateurs, tant officiers de carrière que du contingent. Avec un tirage de 300 exemplaires en 5^{ème} édition (la 1^{ère} et la 2^{ème} datant de 1972 avec 3 000 + 3 500 ex. de 175 p.), c'est une affaire qui a de l'avenir à long terme, le nombre de pages étant passé à 368 pour 500 ex., puis à 508 pour 750 ex. et enfin à 366 p. pour 300 ex. L'A. est un judoka émérite qui compte soigneusement ses points.

Dans **Radiografia militar e os 4 DDDD?**⁴ il reprend le texte d'un livre de 1975 à la diffusion restreinte puisqu'il fut saisi par le MFA que l'A. ne porte pas dans son cœur. Les 3 premiers D se rapportent aux objectifs affichés par le MFA qui renversa la marmite de l'Estado Novo: **a) Démocratie; b) Développement; c) Décolonisation**. L'A. y a ajouté son D personnel en 4^{ème} position (Depois=Après). C'est dans les deux derniers D que l'on trouvera une variété de points de vue sur les PALOP, l'Índia et Macao. Rien sur Timor. C'est une sorte d'anthologie d'extraits de livres et de revues classés géographiquement. Il y a quelques éléments propres à actualiser notre René Pélissier, *La colonie du Minotaure* (1978), Orgeval, Editions Pélissier, 727 p. La section «Depois» est la plus riche, en raison de dépositions de militaires et d'anciens de la PIDE/DGS en Angola et Guinée. En filigrane, se dessine une défense des militaires de carrière.

Qui veut un texte plus universitaire sur la décolonisation doit lire **O adeus ao Império**⁵. C'est un conseil appuyé de notre part car il n'existe pas sur le marché un texte plus complet et probablement plus équilibré [avec la participation de treize A., dont deux Britanniques,

³ Cunha, Manuel Barão da (ed. et auteur) (2016), **Tempo africano. Aquelas longas horas**, Linda-a-Velha, DG Edições, p. 366, dessins noir et blanc.

⁴ Cunha, Manuel Barão da (ed. et auteur) (2015), **Radiografia militar e os 4 DDDD? Fim do Império, anverso e reverso** ? Lisboa, Ancora Editora, p. 391, photographies noir et blanc.

⁵ Rosas, Fernando & Machaqueiro, Mário & Oliveira, Pedro Aires (eds. et auteurs) (2015), **O adeus ao Império. 40 anos de descolonização portuguesa**, Lisboa, Nova Vega, p. 257, index.

tous historiens, sociologues, anthropologues ou politologues, confirmés dans les thèmes traités et une parcelle de l'Império (sauf l'Índia et Macao)]. Que dire de plus qui ne soit une banalité? C'est en lisant ce livre que le lecteur profane commencera à trouver quelques pistes qui lui donneront l'envie d'en savoir encore plus.

En tant qu'historien et bibliographe de sujets connexes sur trois PALOP et Timor, le seul regret que nous exprimerons est de trouver certaines notes insuffisantes pour que le débutant s'oriente dans une bibliographie surabondante. Faute de bibliographie récapitulative dans le volume, il pourra se croire en mesure d'aller tout seul plus loin que l'A. du chapitre qu'il vient de lire. Réflexion faite, c'est peut-être mieux ainsi: il ne se découragera pas d'emblée et peut-être deviendra-t-il lui-même à son tour un chercheur aussi savant que son initiateur.

Si une note personnelle n'est pas déplacée ici, nous avouerons avoir été fasciné par ce qui est écrit dans ce livre sur le Cap-Vert, São Tomé et Príncipe et Timor qui, faute d'anciens colons nombreux, n'ont pas été fouillés antérieurement avec autant de minutie que la décolonisation des PALOP continentaux. En résumé, un livre important car il donne une vision apaisée, post-révolutionnaire et, en fin de compte, plus crédible que les quelques brûlots polémiques qui se publient encore dans certains secteurs de l'édition internationale. 40 ans après coup, il était temps. Reste à en convaincre leurs auteurs présumés, en Afrique et ailleurs. Ce texte mériterait une traduction.

Guiné-Bissau

Guinea-Bissau. Micro-State to « Narco-State »⁶. Que certains se rassurent: au train où vont les choses les « » du sous-titre tomberont bientôt. Dans son premier livre, l'éditeur survivant, Toby Green, alors en bicyclette, cherchait dans ce pays un «homme invisible». Maintenant, c'est tout un Etat que les politologues dans ce livre recherchent et ils s'enfoncent dans des débats universitaires sans fin sur le point de savoir s'il survivra dans des sociétés sans traditions étatiques longues. Plusieurs auteurs soutiennent que ces sociétés peuvent fonctionner sans ces simulacres d'institutions «modernes», héritées du pouvoir colonial. D'autres se sont ingéniés à s'inventer des ancêtres d'Etats (Ex: le Gabou) plus ou moins glorieux, répugnant à admettre que la seule loi qui régit les agissements de la plupart des caciques locaux – et de la majorité des hommes en général – est la recherche d'un profit personnel rapide. Cela dit, le livre comble une lacune pour les lecteurs qui voudraient obtenir en un seul volume des études sur l'ethnicité, les institutions coloniales et post-coloniales, les économies rurales, le pluralisme religieux, l'émigration, la diaspora, l'influence du tribalisme sur le système politique après 1998, le trafic de drogues importé (puis toléré goulument?) par les fantômes qui se sont succédé à Bissau depuis l'indépendance.

A ce titre, que l'on prenne en compte ou non les facteurs endogènes ou externes, l'ouvrage est le premier à creuser aussi profondément l'origine des malheurs du pays (avec ou sans Etat). Les plus malins ou les plus lucides ont déserté le navire pour émigrer, si faire se peut, dans les organisations internationales. Là au moins on est à l'abri. «Labourez, prenez de la peine» disait le vieux à ses enfants dans la fable de La Fontaine. Ils auront de quoi faire s'ils scrutent la remarquable bibliographie qui clôt l'ouvrage.

⁶ Chabal, Patrick & Green, Toby (eds.) (2016), *Guinea-Bissau. Micro-State to «Narco-State»*, London, Hurst & Company, pp. XXVI-290, index.

Angola

Riche moisson cette fois-ci. On commencera par une œuvrette que l'A., l'historien britannique de la pénétration portugaise au XVII^e siècle, à l'est de Luanda, a pris soin de qualifier de brève: **A Short History of Modern Angola**⁷. C'est un historien trop modeste qui ignore ou sous-estime (en tout cas, sous-exploite) ses talents de conteur. Son texte n'est pas un traité académique, mais plutôt une enfilade de «short stories» qui tiennent toujours le lecteur éveillé. Il a raboté l'histoire angolaise de 1820 à 2015 qu'il présente à un lectorat anglophone (et même simplement britannique) non spécialisé qu'il entretient plaisamment en s'appuyant sur de longues citations d'auteurs/voyageurs des XIX-XX^e siècles que son public connaît plus ou moins déjà (à commencer par Livingstone et deux ou trois autres tels que le journaliste Nevinson). Habilement, il a choisi d'écarter des pans entiers de l'histoire angolaise, notamment le Sud au-dessous du 14° sud, tout l'Est, tous les aspects militaires de 1840 à 2002, une bonne partie de l'économie tardive (offensive des investisseurs chinois), etc. Il recycle ses propres travaux (sur certaines missions protestantes) et finalement réussit une sorte d'introduction ludique pour qui voudrait se lancer dans la redécouverte d'un pays où la Grande-Bretagne joua un rôle majeur jusque dans les années 1930-40. Ce n'est pas pour les spécialistes qu'il écrit, c'est plutôt pour les lecteurs de Pawson, Metcalfe, Boyd, Theroux (mais sans son acidité mordante). Et il a raison car si son livre n'apprendra rien (ou si peu) aux lusophones, il se vendra bien outre-Manche. Il n'aime ni la propagande pro-A. Neto (du type Davidson) ni l'affairisme de ses successeurs. Les officiers portugais enrichis n'ont pas plus d'éloges à attendre de lui. Nous pensons qu'il s'est fait plaisir à moindre coût en écrivant ce livre léger et il en a le droit en sa qualité de doyen des spécialistes de l'Angola en anglais.

Passant du global au particulier (et même ici au particularisme), nous pardonnera-t-on d'enchaîner sur l'enclave de Cabinda aussi brutalement? Ce n'est pas certain parmi les partisans de l'indépendance. En tout cas, les auteurs du livre suivant affichent leur position dès le titre: **Le statut international de la province angolaise du Cabinda**⁸ et ce ne sont pas des stentors du MPLA mais, bel et bien, deux professeurs de droit international public, en poste, l'une à Porto, l'autre à Genève. Au terme d'une minutieuse étude: 1.^o) du statut juridique du Cabinda, à la conclusion des Traités de Chinfuma (1883), Chicambo (1884) et Simulambuco (1885), puis à la lumière de l'Accord d'Alvor (1975); finalement en 2.^o) de l'applicabilité du principe de l'autodétermination des peuples, ils en arrivent à la conviction que le Cabinda n'a jamais constitué au XIX^e siècle un Etat indépendant avec lequel le Portugal aurait pu conclure des traités de protectorat garantissant le respect de l'intégrité territoriale du premier par le second. De ce fait, l'enclave a toujours été considérée comme un territoire compris dans celui de l'Angola. Nous ajouterons à ce verdict un fait historique qui n'a rien à voir avec un juridisme qui nous dépasse, mais qui ne semble pas souvent avoir été invoqué par les partisans du MPLA. Longtemps (et jusque dans les premières années du XX^e siècle), Cabinda-ville était le siège du district du Congo angolais avec un même gouverneur. Autrement dit, pour les autorités portugaises de l'époque, le Kongo dépendait administrativement du Cabinda!

L'argument juridique des indépendantistes est donc nul et non avvenu, mais cela n'empêche nullement ce qui se passe dans la population, en famille et même sur la place publique : le Cabindais se sent très souvent différent de l'Angolais au sud du fleuve, avec parfois même un sentiment de supériorité bien attesté depuis des siècles. Si vous y ajoutez les exactions

⁷ Birmingham, David (2015), *A Short History of Modern Angola*, London, Hurst & Company, pp. XVI-159, index.

⁸ Maia, Catherine & Kolb, Robert (2015), *Le statut international de la province angolaise du Cabinda à la lumière du droit international public*, Paris, Editions A. Pedone, p. 290, une photographie noir et blanc.

d'une armée d'occupation brutale, des sévices, voire des massacres depuis l'indépendance, il n'est pas prêt d'être éradiqué totalement. Négligeons – à peine – l'importance du facteur pétrolier. Il faudrait d'ailleurs nuancer l'intensité de ce particularisme selon les divisions internes du peuplement de l'enclave: côtiers et montagnards, sans parler des émigrés. En cela les Cabindais sont bien les héritiers lointains du scissionnisme latent des Bakongo. Et là, la documentation abonde.

Kongo in the Age of Empire 1860-1913⁹ est un livre d'histoire capital pour connaître l'évolution de la ville de São Salvador et de cinq rois du Kongo, le plus important étant Dom Pedro V (1860-1891) qui vécut la réinstallation des Portugais. Il ne s'agit pas d'une énième béatification sociologique de la culture kongolaise au temps de sa splendeur, tendance qui était à l'honneur dans les années 1960 et suivantes, relancée par Georges Balandier et ses disciples internationaux, avoués ou rétifs. Ce qui intéresse Jelmer Vos, qui a une connaissance prodigieuse des sources et travaux, c'est de rétablir l'importance et le rôle rituel et politique de Pedro V et des familles Kivuzi et Agua Rosada en accordant à l'étude de l'économie une place primordiale (ivoire, caoutchouc et esclaves), tout en insistant sur le *revival* chrétien à São Salvador. Il centre tout sur la capitale, et les régions périphériques sont tout juste évoquées, notamment celle des Bassorongo et tout ce qu'il y a à l'est de Zombo. Les Dembos sont à peine mentionnés, les «liens» avec Cabinda laissés dans le vague. L'étonnant est encore qu'il décrit minutieusement le début de la révolte moralisatrice des chefs dirigés par Alvaro Buta contre le roi Dom Manuel III (Manuel Martins Kiditu, 1911-1913) et la corruption qui l'entoure, puis il termine son livre en laissant le lecteur dans l'ignorance de l'extension de la révolte dans les années 1914-1915. Il s'arrête donc quand l'affaire prend une tournure franchement anticolonialiste. De la restauration de l'harmonie mythique au sein du royaume on a glissé vers une remise en cause de l'autorité portugaise en vue d'un transfert de souveraineté en faveur des Britanniques. Ah ! David Birmingham! Le livre est une contribution appréciable pour connaître des thèmes non traités par ses devanciers, mais c'est une toute petite partie du Kongo qui est éclairée. En revanche, rien que la bibliographie fournie justifie une acquisition de l'ouvrage.

Un petit tour du côté de l'économie angolaise? Une autre thèse va nous étonner. **Diamonds in the rough**¹⁰ de Todd Cleveland surprendra quelques lecteurs habitués à lire des dénonciations de l'exploitation esclavagiste du travail des Angolais. L'A. pose des questions de fond. Pourquoi les manœuvres et ouvriers africains ne se sont pas insurgés contre la Diamang, un pseudo-Etat capitaliste? Pourquoi dans un terroir de Quicocos peu habitués à se laisser dominer, les partis nationalistes n'ont pratiquement pu recruter de 1961 à 1975, alors que la frontière était poreuse? L'A. nous explique que la Direction de l'Entreprise (de 1919 à ca 1966, c'était l'autoritaire Ernesto de Vilhena que dans notre *Explorar* nous avons baptisé Plutus) avait compris, dès les années 1930, que le paternalisme et l'amélioration des conditions de travail et de vie étaient plus efficaces que la coercition officielle à la portugaise. Cela ne s'est pas fait d'un seul coup, malgré tout, et sur un lit de roses. Les tensions avec les *chefes de posto* qui devaient fournir des travailleurs *contratados* ne s'effacèrent pas aussi facilement que le laisse entendre l'A. Certains *sobas* se révoltèrent au début et même en 1931(?) à Mona Quimbundo mais en réussissant à fidéliser cette moitié de sa main-d'œuvre, celle qui était composée alors de *voluntários*, Plutus avait fini par établir un volant de sécurité. A partir des archives de la Diamang consultées, Cleveland nous dresse

⁹ Vos, Jelmer (2015), *Kongo in the Age of Empire 1860-1913. The breakdown of a moral order*, Madison (Wisconsin) & London, The University of Wisconsin Press, pp. XIII-218, photographies noir et blanc, index.

¹⁰ Cleveland, Todd (2015), *Diamonds in the rough. Corporate paternalism and African professionalism on the mines of colonial Angola, 1917-1975*, Athens (Ohio), Ohio University Press, pp. XV-289, photographies noir et blanc, index.

le premier tableau réaliste des relations entre une grande société portugaise et son prolétariat colonial. Il est très important pour comprendre le refus de la Direction de mécaniser l'extraction des diamants (pioches et pelles jusqu'en *ca* 1960). Elle préfère les manœuvres aux ouvriers spécialisés. Elle favorise aussi l'installation des couples avec enfants. Ainsi, toute la famille travaille (mineurs d'âge inclus). A la fin de la 2^e Guerre mondiale, la Diamang emploie 15.000 Africains qui passent à 25 000 *ca* 1965. Les *contratados* venus de loin, eux, renouvellent rarement les contrats, malgré des conditions devenues plus acceptables. A partir de 1963, la PIDE s'installe dans la concession pour chasser les séditeux potentiels. La police privée aide également à veiller au calme. Les vols par les Africains paraissent avoir été faibles. Mais des sources moins iréniques nous décrivent des situations beaucoup plus brutales dans l'extension de la concession vers le réseau fluvial du Cuango, à la fin de la période (cf. *infra*, Daniel Gouveia, *Arcanjos...*).

Ce n'est pas tous les jours que l'on lit sous la plume d'un historien américain qui a travaillé sur place que d'anciens manœuvres ont de la nostalgie pour la période où la Diamang régnait dans la Lunda Norte. Il est vrai que, comparée au Far-West qu'elle est devenue, la gestion paternaliste de l'entreprise devient, rétroactivement, l'Âge d'or: un micro-Welfare State patronal en milieu colonial, donc minimal. Il est étrange que l'A. n'ait pas lu et utilisé notre *Explorar* qui, au vu des conditions locales à Dundo en 1966, aurait peut-être pu lui apporter des éléments nouveaux et nuancer.

Autre texte concernant le premier pilier de l'économie angolaise actuelle? **The Petro-Developmental State in Africa**¹¹ n'est pas un livre facile à absorber. L'énoncé de quelques chapitres suffira à montrer pourquoi nous serons bref avec cet ouvrage: 1.^o) The Promise and Pitfalls of Development Through Local Content; 2.^o) Elite accumulation and Potential Class Transformation in Angola and Nigeria; 3.^o) How Companies are Implementing Local Content in Angola and Nigeria; 4.^o) Civil Society, Social Movements and Local Content in Host Communities. Quand certains économistes et politologues voudront être compris par un large public, ils se mettront à moins jargonner et alors ils verront qu'on peut être clair lorsqu'on s'en donne la peine. Le peu que nous ayons retenu est que les élites angolaises et les pétroliers pourraient faire plus pour redresser le pays, grâce au pétrole. Mais il y a quelques progrès, selon les statistiques. Ou peut-être n'avons-nous rien gravé dans notre mémoire.

Basculons maintenant vers le nationalisme anticolonial avec un volume vraiment impressionnant (1 086 p.) pour mettre en lumière le rôle de José Luandino Vieira, un écrivain blanc d'Angola, d'obédience communiste dans les années 1960-1974, que la PIDE ne réussit pas à briser. **Papéis da prisão**¹² contient le journal de la détention de l'A., condamné en 1961 à 14 ans de prison pour subversion et atteinte à la sûreté de l'Estado Novo. Il accomplit sa peine de 1961 à 1964 dans les prisons de Luanda puis au célèbre camp de Tarrafal (Cap-Vert) où il resta jusqu'en 1972, soit 12 ans d'incarcération effective, le reste en régime d'assignation à résidence à Lisbonne jusqu'en 1974. Les organisateurs (trois professeurs de littérature) ont transcrit les 17 carnets de l'A. (environ 2 000 p. manuscrites). On peut examiner ce monument sous trois angles (historique, littéraire et politique). Nous nous limiterons ici par manque d'espace à voir comment la PIDE traitait un nationaliste blanc relativement connu à l'étranger: pas de tortures physiques, réservées au moindre fretin (noirs et métis); dans les prisons de Luanda la censure était pleine de trous: les écrits réus-

¹¹ Ovidia, Jesse Salah (2016), **The Petro-Developmental State in Africa. Making Oil Work in Angola, Nigeria and the Gulf of Guinea**, London, Hurst & Company, pp. XVIII-246, index.

¹² Vieira, José Luandino (auteur) & Ribeiro, Margarida Calafate & Silva, Mónica V. & Vecchi, Roberto (organisateurs) (2015), **Papéis da prisão. Apontamentos, Diário, Correspondência (1962-1971)**, Alfragide, Editorial Caminho, p. 1086 + 16 p. de planches couleur, illustrations noir et blanc.

sisaient à franchir les murs. Tarrafal n'était pas non plus un camp d'extermination. L'A. y était même bibliothécaire, servait la messe et apprenait à lire aux illettrés; la censure surveillait certes la correspondance, mais on pouvait utiliser les services des marchandes de fruits qui dissimulaient les manuscrits et les faisaient passer clandestinement. L'A. y suivait des cours par correspondance émanant de Berkeley. Étrange mélange de vigilance et de tolérance lusotropical pour un «séditieux à ménager».

Avec ce gros document on est resté dans la «ligne», mais nous n'en dirons pas autant de celui qui suit : **Combater duas vezes**¹³ qui est un texte perturbateur puisque, tiré d'une thèse de doctorat en anthropologie, il utilise le discours universitaire d'une féministe et débouche sur le journal de campagne (2010-2011) de l'A. en Angola, dont elle contribua – modestement – à l'émancipation puisqu'elle fut en sa jeunesse militante membre du MPLA, les armes à la main, et maintenant une critique farouche du régime. Curieux parcours, mais fréquent dans l'Angola des désillusions. Métropolitaine, elle s'engagea donc dans le MPLA en 1973 et participa à l'entraînement militaire dans un camp au Congo-Brazza. *Pasionaria* intransigente, en uniforme MPLA, elle entre ensuite dans ses services culturels à Luanda qu'elle quitte en 1981 (donc bien après la crise de 1977). Ensuite cela devient flou mais on la retrouve muée en redoutable théoricienne du féminisme et elle revient en Angola en 2010 pour effectuer des enquêtes sur le terrain afin de voir comment les anciennes combattantes du MPLA sont traitées par les *machos* du MPLA dans l'attribution des postes. Et là, sa vision des rouages internes de l'Organizaçao da Mulher Angolana (OMA) devient précieuse. Elle expose les récriminations des «vétérantes», devenues vieilles et sans soutien officiel, sauf une pension ridicule de 75 € par mois. Sans aucun appui des hiérarques de l'Université Agostinho Neto dont, dit-elle, les Facultés sont dominées par la corruption, elle-même déjà bien entrée dans un âge avancé, elle habite dans l'un de ces *muceques* qui constituent le cœur réel de Luanda, l'une des villes les plus chères du monde: un océan de misères.

Il serait cruel de continuer à la suivre dans ses déambulations désenchantées à l'intérieur des FAPLA pour y obtenir l'autorisation d'interviewer les «femmes soldates» encore en activité. Elle parle d'un «climat de peur» (p. 198) en Angola. Quand elle est arrêtée à Malange, elle met cela sur le compte du marxisme, ce qui nous paraît exagéré. Document rarissime : elle se rend en 2011 dans la Baixa de Cassange pour y interroger des survivantes de la révolte de janvier 1961 et apporte ensuite des «informations» sur le 4 février 1961 à Luanda, qui mettent à mal les revendications du MPLA. Pour elle, rien de vraiment léniniste dans sa préparation: c'était une jeune fille vierge de 16 ans, dite la Reine, qui imposa aux exécutants des attaques un rituel mystique, censé les protéger! Nous renvoyons le lecteur aux pages 224-235 pour qu'il sonde l'ampleur de sa déconvenue. Il ne lui reste plus que le féminisme pour se raccrocher à un credo.

Maintenant que la mitraille a craché, passons à des livres de guerre débités à une cadence infernale par l'organisation montée par Manuel Barão da Cunha qui réédite à tour de bras. On sera nécessairement, mais injustement bref, avec l'un des meilleurs du point de vue stylistique. **Arcajos e bons demónios**¹⁴ en est à sa quatrième édition, augmentée. On y apprend (p. 217) de l'A. qu'il existait des brigades de «géologues» envoyés par la Diamang qui, en son temps, éliminaient à la mitrailleuse (?) les «creuseurs» clandestins qui commençaient à empiéter dans l'extension de sa concession sur le Cuango. Tiens, tiens! Il parle aussi de vols de nourriture et de vin destinés aux garnisons portugaises, lesdits vols

¹³ Paredes, Margarida (2015), **Combater duas vezes. Mulheres na luta armada em Angola**, Vila do Conde, Verso da História, p. 445 + XVI p. de planches sépia et couleur, photographies noir et blanc.

¹⁴ Gouveia, Daniel (2015), **Arcajos e bons demónios. Crónicas da guerra de África 1961-75**, Linda-a-Velha, DG Edições, p. 253, photographies noir et blanc.

étant organisés par des officiers et sous-officiers trafiquants. Vieille rengaine signalée dès le XIX^e siècle.

Avec **As «guerras» do capitão Agostinho**¹⁵, on n'en est qu'à la 2^{ème} édition d'un texte paru en 1998 sur les souvenirs d'un «*capitão milician* » dans les Dembos en 1967-1969, plus précisément dans un secteur «chaud», à Zemba. Lui cultive le côté humoristique des choses. **Luvuêi**¹⁶, en revanche, ne prête pas à la plaisanterie puisqu'il raconte l'entraînement de *comandos* qui sont envoyés dans les Dembos du nord (Toto, Zala) de juin à septembre 1973, puis transférés à l'est, à partir de Luso, de septembre 1973 à juin 1974 contre le MPLA (et l'UNITA plus tardivement, à la reprise des combats). Transportés par les hélicoptères sud-africains et portugais, leur secteur est vaste: Ninda, Lutembo, Luvuêi, Gago Coutinho. Et c'est là qu'arrive, le 15 novembre 1973, à 12 km de Luvuêi, sur la route de Gago Coutinho, la plus grande victoire d'un groupe de 100 (?) guérilleros du MPLA contre un convoi de *comandos* de 51 hommes. Contrairement à ce que certains auteurs (y compris nous-même) affirmaient, le MPLA était donc encore actif dans la zone. Dans une embuscade, il inflige 5 morts et 30 blessés (dont 17 graves) à cette élite opérationnelle des Forces terrestres, les pertes les plus lourdes subies en une seule bataille par les *comandos* dans tout l'Ultramara.

Por xanas do leste de Angola¹⁷ est, selon son auteur, un roman traduisant les expériences et les émotions d'un *alferes miliciano* de cavalerie au cours des années 1965 à 1969. Il se bat contre le MPLA dans la zone de Lumeje puis il descend de Luso à Gago Coutinho (où il rencontre un secteur UNITA) vers 1968-1969. Chose rare, l'A. décrit une opération sur le chemin de fer de Benguela, en liaison avec la PIDE, pour intercepter un petit chef du MPLA qui voyage dans le train, à hauteur de la Cameia. Il y a aussi une embuscade du MPLA près de Lucusse. LA. ne date jamais avec précision, mais il donne une impression de véricité, notamment à propos d'un soldat terrible, métis de Cuanhama et de Bushman.

Comme notre boussole de bibliographie nous a orienté vers l'est, on terminera notre excursion angolaise par un livre que nous recommandons chaudement, car il fournit une masse documentaire sans précédent sur la province la plus martyrisée par la guerre civile et internationale (1975-2002), et la moins connue d'Angola : le Cuando Cubango. **Rumo ao Cuando Cubango**¹⁸ est, à ce jour, ce qu'il y a de plus encyclopédique sur ce territoire, car, sous l'apparence d'un «road book» destiné aux participants d'un raid automobile, il aborde l'histoire, Menongue, les batailles sanglantes (rien à voir avec les opérations de faible intensité des années 1966-1974) devant, dans et derrière Cuito Cuanavale en 1987-1988, le camp de détention de Missombo, l'ethnologie, les Bushmen (San), la littérature consacrée à la guerre (surtout coloniale au Sud-Est), le projet international de création d'une réserve naturelle (écologie, tourisme, développement, etc.) impliquant l'Angola, le Botswana, la Namibie, la Zambie et le Zimbabwe, sur plus de 444 000 km², etc. Comme l'écrit fort pertinemment le premier organisateur et l'un des auteurs du volume, Miguel Anacoreta Correia, le problème de base de la province est constitué par les distances et les déficiences des communications terrestres avec la côte et le Centre-Angola. Pour avoir assisté – presque – en 1966 et 1973 à la naissance de l'ex-Serpa Pinto, redevenu Menongue, nous reconnaissons volontiers qu'à la fin de la période coloniale, les Portugais avaient fait un effort tardif mais impressionnant dans ces Terras do Fim do Mundo afin de les désen-

¹⁵ Gueifão, Carlos (2015), **As «guerras» do capitão Agostinho. Um representante da «geração entalada»**, 2^a edição, Lisboa, Ancora Editora, p. 174, photographies noir et blanc.

¹⁶ Pires, Antero (2016), **Luvuêi. A maior emboscada sofrida pelos comandos**, Lisboa, Ancora Editora, pp. 262, photographies noir et blanc.

¹⁷ Fonseca, Ernesto (2015), **Por xanas do leste de Angola**, Lisboa, Chiado Editora, p. 428.

¹⁸ Correia, Miguel Anacoreta & Ornelas, Eleutéria (auteur et coordinateurs) (2016), **Rumo ao Cuando Cubango. Terras do Progresso. IX Raid TT Kwanza Sul-Almada**, lieu d'édition et éditeur non indiqués (vendas: www.autores.club), p. 160, nombreuses photographies noir et blanc et couleur.

gluer du sous-développement. La «guerre en grand» ultérieure qui ravagea ce qu'ils avaient créé fut une catastrophe vidant l'essentiel de la population africaine, qui se déplaça vers des terres moins affectées. Quant aux colons locaux, toujours faibles en nombre (rien à voir non plus avec les «vitrines» du Moçâmedes et de la Huíla), ils disparurent dans la *confusão* de 1974-1975.

En tant qu'auteur nous avons un intérêt tout particulier pour le Sud-Angola et notamment son histoire et sa bibliographie. Un livre est en cours. Si un jour il réussit à paraître, on étonnera les lecteurs en leur montrant que ce n'était pas une *terra incognita*, mais au contraire l'épicentre d'une riche floraison d'un bon millier de livres en une dizaine de langues ouest-européennes, dont une bonne partie traite exclusivement du Cuando Cubango. En attendant, l'érudit ou le curieux peut toujours commencer à s'imprégner des singularités du Sud-Est par l'introduction que nous venons de signaler ici.

Mozambique

Pour le Mozambique nous essaierons de suivre une progression vaguement chronologique en procédant à quelques rapprochements géographiques, tout en sachant qu'il est presque impossible de respecter un tel classement. Commençons donc par le bouleverser avec un nouveau roman de l'inextinguible Mia Couto qui s'attaque (à moitié) à un tabou du FRELIMO sudiste: ne pas toucher au mythe du Gaza et de la résistance anticolonialiste de Gungunhana, son «empereur». Les pères fondateurs de la nation mozambicaine n'admettront pas facilement que le Gaza était essentiellement un jeune impérialisme africain envahisseur, initialement d'origine zoulou mais dissident, dominant et massacrant les ethnies implantées au Sud qui lui résistaient. Un romancier n'a pas à se soucier de ces contradictions, un historien si, mais peu importe. Dans le premier titre d'une trilogie future qu'il intitulera «*As areias do Imperador*», il a vu large avec les 404 pages de *Mulheres de Cinza*¹⁹. Si nous avons bien compris – ce qui n'est pas certain – il veut reconstituer toute l'histoire du Gaza, avec en prime celle des Terres de la Couronne au sud d'Inhambane, en touchant un nerf sensible: la diplomatie engagée par des Chopes avec les Portugais pour se protéger des attaques de la minorité ngoni qui dirige le Gaza. Le tout est vu à travers les yeux d'une jeune fille chope de 15 ans, catholique sachant le portugais. Sa famille est divisée, un frère est *cipaio*, un autre pactise avec les Ngonis. On assiste à l'attaque de Lourenço Marques en 1894. Ce n'est qu'un début.

Remontons dans le temps et les latitudes «nordistes» avec *A Journey from Tete to Zumbo*²⁰, édité et traduit par l'excellent Newitt désormais à la retraite et qui est fasciné par la Zambézie et ce qu'il trouve plus au nord. Après une vigoureuse et éclairante Introduction dudit Newitt, donnant le contexte historique de l'expédition conduite par Pacheco, envoyée en 1861 et 1862 par les autorités de Tete pour rétablir leur dernier poste à l'ouest sur le Zambéze, à l'embouchure du Luangua, il navigue en maître dans les brouillards et les méandres de l'histoire orale du Monomotapa, grâce à une traduction élégante et annotée. Elle sera surtout utile aux historiens anglophones de la Zambie et du Zimbabwe qui ignorent très souvent le portugais. Ils connaîtront ainsi une source importante pour l'ethnologie des peuples de la rive sud du Zambéze. Accessoirement, c'est actuellement la limite occidentale du Mozambique. En résumé, un texte précieux dans l'une et l'autre langue, car même les Lusophones seront bien aise de disposer de notes aussi nombreuses et détaillées qu'indispensables. Excellente initiative des Fontes Historiae Africanae et de leur

¹⁹ Couto, Mia (2015), *As areias do Imperador. Livro Um – Mulheres de Cinza*, Alfragide, Editora Caminho, p. 404.

²⁰ Pacheco, Albino Manoel (auteur) & Newitt, Malyn (ed.) (2013), *A Journey from Tete to Zumbo (Uma viagem de Tete ao Zumbo)*, Oxford, The British Academy & Oxford University Press, pp. XLIX- 157, index.

New Series de la British Academy qui font le travail qui, normalement, devait incomber au Portugal.

Du même Malyn Newitt, renforcé par Hilary Palmer, il faut rendre hommage à leurs efforts conjoints de thaumaturges tardifs, puisqu'ils ont «ressuscité» une œuvre importante mais enterrée depuis plus d'un siècle dans les pages de revues savantes largement inaccessibles en dehors des Sociétés de Géographie (et pas toutes). **Northern Mozambique in the Nineteenth Century**²¹ est constitué de la biographie d'un marin devenu consul britannique (le troisième: 1879-1889) au Mozambique, suivie de la publication du manuscrit d'un livre jamais publié (c'est, hélas, fréquent) reprenant les textes de plusieurs articles de l'auteur (Henry Edward O'Neill) résumant 13 voyages d'exploration entre le Zambèze et le Rovuma, avec une pointe au Sud-Mozambique. C'était un temps (1878-1885) où l'Angleterre régnait souverainement sur les mers et se souciait d'éliminer la traite négrière qui, dans l'océan Indien, se maintenait grâce aux Swahilis et leurs acheteurs français ou musulmans, notamment en Arabie et son pourtour. Ce qu'accomplit O'Neill en si peu de temps (plusieurs voyages périlleux par an) est tout simplement sans équivalent, et l'on peut dire qu'il fut le véritable découvreur scientifique de l'essentiel de l'hinterland des possessions «platoniques» des Portugais, avant que ne le remplace son successeur, l'arriviste forcené Harry H. Johnston qui détruisit «proprement» les rêves de Lisbonne d'une extension vers le nord (Nyassaland). On ne va pas détailler ici tout ce que fit O'Neill dans les terroirs macuas-lomwés, nous contentant de résumer son action par une formule: il perça l'écran swahili et leur mainmise sur ce qui paraissait être leur inépuisable réservoir d'esclaves potentiels, juste bons à être exportés.

L'erreur d'O'Neill fut de se contenter de publier, sans insister, des articles et jamais il ne parvint à une quelconque notoriété dans le livre d'or des grands explorateurs britanniques. Le voici réhabilité à titre posthume après un siècle d'oubli et une carrière modeste qu'il finit comme consul à Rouen (1892-1899). Pour un homme ayant vécu dans des conditions d'insalubrité maximale (malaria, etc.), il eut une longévité extraordinaire (1848-1925), mais toujours obscure. Ayant été (semble-t-il) le premier historien du Mozambique à avoir souligné (trop rapidement, hélas) son importance historique, nous ne pouvons que nous féliciter de le voir réapparaître «timidement». «Timidement» car son nom aurait dû figurer comme le troisième auteur du volume que les deux premiers lui ont consacré. Après tout, ce sont ses écrits qui constituent la chair du livre examiné.

Ne quittons pas le registre des compliments à propos d'études historiques récentes sur le Nord-Mozambique sans y annexer un ouvrage²² sérieux sur les pays du Golfe arabo-persique (Oman, Trucial Coast, Qatar, Koweït et Bahrein) et leur utilisation d'une main-d'œuvre servile (en fait, bel et bien, des esclaves tirés en partie du Mozambique). Son A. explique le rôle de ces Africains dans des pays sous protectorat britannique [pêcheurs de perles et cultivateurs (dattes) pour le compte de leurs maîtres arabes]. Il relève que ces minorités sont désormais politiquement indifférenciées de leurs anciens propriétaires: pas de notion de diaspora africaine. Ils sont devenus des Arabes noirs. Là où l'A. est pour nous pertinent, c'est dans ses conclusions sur la fin de la traite négrière au Mozambique. N'ayant pas utilisé notre *Naissance du Mozambique*, 2 vols. qui donne des informations tirées des textes en portugais que cet arabisant paraît sous-estimer, il semble ne pas tenir compte du fait que la traite des Macuas-Lomwés n'a pas pris fin avec les opérations des Portugais

²¹ Palmer, Hilary C. & Newitt, Malyn D. D. (eds.) (2016), **Northern Mozambique in the Nineteenth Century. The Travels and Explorations of H. E. O'Neill**, Leiden, Brill, p. XII-357, nombreuses photographies et cartes noir et blanc, index.

²² Hopper, Matthew S. (2015), **Slaves of one master. Globalization and slavery in Arabia in the Age of Empire**, New Haven & London, Yale University Press, pp. XV-302, photographies noir et blanc, index.

contre les Omanais en 1902, mais plutôt dans les années 1910, trafic qui persistait sous l'impulsion de quelques sheikhs swahilis locaux et leurs acheteurs comoriens. En revanche, ayant utilisé les sources diplomatiques britanniques, il apporte des informations nouvelles et étendues sur l'action des marins portugais contre les Omanais en 1902 (cf. pp. 196-203 et les notes correspondantes). En fait, ce qui l'intéresse vraiment, c'est la situation dans le golfe et non à la source du trafic, dont il admet qu'il a persisté aussi longtemps parce que les Britanniques dans les eaux arabo-persiques tendaient à fermer les yeux sur la traite tardive pour ménager les réalités locales dans le Golfe. Et ce jusque dans les années 1920, selon lui. Qui n'entend qu'une cloche n'entend qu'un son.

D'un seul bond on va ensuite revenir à la période récente avec un livre qui aurait pu être important s'il avait été rédigé par l'un de ces nouveaux historiens portugais qui montent. **Ficções do Outro**²³ examine les efforts de la propagande coloniale depuis la Première République jusqu'à la fin de l'Estado Novo, dans le domaine de la littérature patronnée par les autorités. L'auteur a évidemment raison: en construisant une image valorisante du colon, chargé d'éclairer des «indigènes arriérés», on cherchait à renforcer l'ultranationalisme de la population métropolitaine. Elle analyse donc les principaux livres couronnés ou présentés aux concours de l'Agência Geral das Colonias/do Ultramar, mais elle ne fournit pas une liste complète des titres «*premiados*» et n'a pas évité quelques fautes d'inattention. Ex: Henrique Galvão n'a pas publié «*a Vale de Oiro*» (p. 55). Mais elle a eu la bonne idée d'observer à titre comparatif les efforts de la propagande coloniale, entre les deux guerres mondiales, aux Pays-Bas et en Allemagne. Pourquoi pas surtout dans l'Italie fasciste? Curieusement, cette professeure de littérature semble avoir bénéficié d'une aide de la Fundação Luso-Americana. Il y a de l'espoir.

Nous avons déjà dit tout le bien que nous pensions de la 1^{ère} édition de **Caderno de memórias coloniais**²⁴ (cf. René Pélissier, *Portugal-Afrique-Pacifique*, 2015, Editions Pélissier, 78630 Orgeval, France, pp. 209-210). Elle est dite épuisée puisqu'une grande maison d'édition censée être sérieuse (Caminho) publie une 6^{ème} édition «augmentée et révisée». Qu'il suffise de dire que c'est l'un des textes les plus démythifiants de la classe moyenne blanche d'implantation relativement récente (1^{ère} et 2^{ème} génération) à Lourenço Marques, avant et après 1974. L'A. a un contentieux direct avec son père qu'elle dépeint sous des couleurs vraiment sombres. Il semble qu'elle ait étendu les frictions entre elle et lui à d'autres membres de sa famille. Les réveils sont douloureux et l'on se félicite de savoir que ce livre nécessaire est à nouveau disponible sur le marché. Nous attendons une réponse de son Directeur qui n'hésite pas à publier des textes qui sortent de l'ordinaire. Celui-ci appartient à cette catégorie rare. Nous aussi dans notre domaine propre.

Avec **The Portuguese Massacre of Wiriyamu**²⁵ on reste dans l'extraordinaire en raison de la personnalité de son auteur et du retentissement de l'événement qu'il examine. Par certains côtés, Mustapha Dhada aurait fait un admirable commissaire de police et ce faisant il a écrit une sorte de manuel pour instructeurs débutants dans un procès de la Sainte Inquisition. Les faits sont là: 385 morts dénombrés, le 16 décembre 1972, dans cinq villages (dont Wiriyamu, l'emblématique) au sud de Tete. En tant qu'enquêteur consciencieux, il soupèse et critique les apports et les silences des sources écrites du FRELIMO, des autorités portugaises, puis de l'Eglise catholique. C'est un médecin légiste froid et déprimé travaillant sur un cadavre politique (et même commercial: certains informateurs à Tete atten-

²³ Sousa, Sandra I. (2015), *Ficções do Outro. Império, raça e subjectividade no Moçambique colonial*, Lisboa, Esfera do Caos, p. 206.

²⁴ Figueiredo, Isabela (2015), *Caderno de memórias coloniais*, Alfragide, Caminho, p. 221, photos noir et blanc.

²⁵ Dhada, Mustapha (2016), *The Portuguese Massacre of Wiriyamu in Colonial Mozambique, 1964-2013*, London, Oxford, New York, etc., Bloomsbury, pp. XXIII-233, photographies noir et blanc, index.

daient d'être payés par lui pour livrer leur témoignage en 1994). On ne peut détailler ici tout ce que l'A. découvre dans les plis du linceul qu'il s'acharne à scruter avec la jubilation du chercheur d'or qui tombe sur une grosse pépite. Avec lui les complexités de la guerre subversive, les collusions et les collaborations entre pro et anti-FRELIMO, le jeu des missionnaires espagnols, l'impréparation des états-majors portugais à échafauder une version crédible, etc., tout cela est débarrassé, mis en ordre de bataille et évalué à son juste poids.

En définitive, qui sont les responsables? Selon lui, ce sont la PIDE/DGS et ses tueurs, et la 6^{ème} compagnie de *comandos*, dont une unité interviendra encore en «juin» 1974 à Inhaminga (200 morts). Etrangement, c'est bien le village de Wiryamu qui a donné son nom au massacre, mais ce fut le moins affecté: perte de 11 % «seulement» de sa population. Après avoir lu ce travail qui a exigé un effort considérable et un acharnement inhabituel de la part de l'A. nous reconnaissons que Dhada a écrit un grand livre pour une affaire sordide. Sordide, assurément, mais qui a sonné le glas de la guerre coloniale au Mozambique, rendant indéfendable la position de l'Estado Novo à l'échelle internationale. Ces guerres-là se perdent plus dans les salles de rédaction de la presse libre que sur le terrain.

Inhaminga²⁶, parlons-en justement puisqu'un journaliste portugais a cru bon de l'exhumer de l'oubli. Selon lui, qui donne des dates (février-avril 1974) différant de celle de Dhada, il s'agit d'un assassinat en masse de villageois mâles transportés en camions au Centre de réparation du matériel roulant du chemin de fer (TZR) trans-zambézien à Inhaminga (pp. 17-47 ; 80-83; 91-110). L'A. cesse assez vite de s'occuper des victimes pour se lancer ensuite dans de virulentes dénonciations des compagnies majestatiques, et d'António Champalimaud, puis contre Spínola, Kaulza de Arriaga et Bettencourt Rodrigues. Il compare avec le Vietnam pour déplorer qu'il n'y ait jamais eu d'enquête au Portugal à propos d'Inhaminga qui attend donc un nouvel effort de la part de Maître Dhada, procureur intransigeant et professionnellement sans égal.

Avec **Jorge Sampaio. Uma biografia**²⁷ notre compétence pour parler de ce Président de la République portugaise étant inversement proportionnelle à la longueur du premier volume (1 060 p.) qui lui est consacré, nous nous bornerons à dire que c'est probablement la grande œuvre que tout homme politique peut espérer susciter un jour. Notre ignorance avouée des labyrinthes de la vie politique portugaise nous met à l'abri de toute opinion tranchée sur ses mystères. A notre connaissance, c'est cependant et probablement la première fois au Portugal qu'un journaliste s'est transformé en archéologue de la vie privée et publique d'une personnalité de cette envergure, et lui applique les méthodes utilisées sur les sites de fouille des antiquités nationales. C'est proprement fabuleux ce travail au tamis et au pinceau. Captant tout et pesant le moindre indice, il en arrive pour un homme qui n'est pas connu pour avoir dirigé les orientations de l'histoire coloniale et postcoloniale immédiate, à lui consacrer: 1.^o) quelques pages à propos des hésitations des dirigeants de l'époque à reconnaître les autorités angolaises, à la veille de l'indépendance en novembre 1975 et 2.^o) tout un chapitre 22 (pp. 601-619) sur les missions de Jorge Sampaio effectuées au Mozambique, au temps de «la prise du pouvoir par le prolétariat», incarné par l'utopie machéliste. Pour le reste, nous dirons que J. P. Castanheira a poussé son chef d'œuvre à inclure un index onomastique (un miracle) de 28 pages sur deux colonnes qui ont tout l'air de vouloir rivaliser avec l'annuaire téléphonique de la vie politique portugaise depuis Salazar. Et nous n'en sommes qu'au premier volume!

²⁶ Ribeiro, Jorge (2015), *Inhaminga, o último massacre*, Porto, Edições Afrontamento, p. 172.

²⁷ Castanheira, José Pedro (2015), *Jorge Sampaio. Uma biografia. Vol. I História de uma geração*, Lisboa, Edições Nelson de Matos & Porto, Porto Editora, p. 1060, photographies noir et blanc, index.

Plus à notre portée, la vision d'un Jésuite²⁸ sur les 40 années marquantes de la vie et la survie du Mozambique présente un intérêt réel notamment dans le district de Tete (dont Boroma et l'Angónia), puis à Beira pour commencer. L'importance du texte s'affirme à partir de la p. 285. S'agit alors dans la tapisserie locale le FRELIMO, Cabora Bassa, Jorge Jardim, les Pères Blancs, l'arrestation et le procès de plusieurs missionnaires, la position des évêques, le basculement des missionnaires en faveur de l'indépendance, le rapprochement puis le refroidissement des relations avec le FRELIMO, à partir de la nationalisation des établissements religieux, les camps de «rééducation». En 1975 il y avait 66 Jésuites en poste. Les arrestations et/ou les expulsions commencent vers 1978. Plusieurs Pères mozambicains sont détenus. Une docteure russe intervient pour améliorer les conditions de détention et de traitement d'un Jésuite africain dans le camp d'Unango (Niassa). L'A. est très critique à l'égard de Samora Machel et de ses discours utopiques. Il dénonce aussi, évidemment, les attaques invasives de Ian Smith à partir de la Rhodésie. En 1985, il n'y a plus que 25 Jésuites sur place. Selon l'A. le FRELIMO est devenu un appareil de privilégiés qui n'est plus en mesure de contrer la RENAMO et de garder l'appui des masses (sauf au Sud). Naturellement, il se déclare hostile aux *lojas francas* et aux *lojas do Povo*. Puis, sur plusieurs centaines de pages, il décrit la vie interne des missions et l'aide apportée par les riches congrégations étrangères. Dans l'ensemble, l'utilité de son témoignage provient des descriptions de situations qu'il connaît le mieux: la Zambézie et le Niassa (assez mal documentés, sauf par les Italiens), avec quelques villes côtières.

Ne négligeons pas le journal²⁹ des visites dans l'îlot de Moçambique, effectuées par une journaliste de l'AFP qui, basée à Maputo pendant de nombreuses années, se laissa envoûter par le charme décati de l'ancienne capitale. Elle ne prétend pas donner autre chose que des vignettes impressionnistes de la vie d'une société métissée qu'elle aime et connaît de plus en plus intimement, à force de la côtoyer et même de la pénétrer ici ou là. Elle y ajoute les tribulations de la statue de Camões déboulonnée mais non détruite (sauf un doigt manquant) qu'un ministre poète fit transporter dans la benne du camion-poubelle local pour la remettre sur son piédestal. Elle assiste aussi à la cérémonie d'initiation d'une jeune fiancée. Ce qui lui plaît le plus semble être la tolérance interreligieuse (animistes, hindous, catholiques, musulmans) et le pittoresque des personnages qu'elle y rencontre: par exemple, le fils métis de l'avant-dernier consul de France dont, longtemps, le bâtiment consulaire servit de couverture à un trafic d'esclaves vers la Réunion; le vieux curé portugais qui fréquente les mosquées, etc. Tous se distinguent des nouveaux nantis du FRELIMO de Maputo, ou des Indiens nouvellement installés à Nampula qui financent le maintien du temple hindou resté ouvert, sans plus de fidèles locaux. Une retraite privilégiée pour ex-humanitaires fatigués des désastres continentaux!

On retombe dans le dur des réalités avec **A Decade of Mozambique**³⁰. Il n'y a jamais rien eu d'affriolant avec Joseph Hanlon qui a regroupé ses contributions à l'*Africa Yearbook* pour chacune des années 2004 à 2013 incluses. Comme il vit sur place depuis des décennies il a eu le temps d'avaloir quelques coulevres particulièrement indigestes pour un ancien des équipes des années Machel. Un sondage totalement aléatoire nous fait tomber sur ses italiques tels que *poverty, corruption, inflation, violence, «lazy peasants», removal of mines, entrenched bureaucracy, lynchings*. Mieux que le *Prozac*, une quinzaine à Moçambique pour tout oublier avec les lotophages?

²⁸ Sousa, José Augusto Alves de (2015), *Memórias de um Jesuíta missionário em Moçambique, 1960-2004. Quarenta e quatro anos de compromisso na Igreja e na sociedade moçambicana. Uma nova face da missão*, Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, pp. 830 + 24 p. de planches photos noir et blanc et couleur.

²⁹ Bertrand, Jordane (2016), *Cette petite île s'appelle Mozambique*, Paris, Editions Transboréal, p. 261.

³⁰ Hanlon, Joseph (2015), *A Decade of Mozambique. Politics, economy and society 2004-2013*, Leiden/Boston, Brill, pp. II-143.

Autres tropiques

Le lecteur bienveillant voudra peut-être nous disculper si nous lui avouons n'avoir jamais entendu parler auparavant de **Roque Choi**³¹. Et pourtant nous le présentons ici afin d'ajouter une note moins sombre dans un catalogue de plaies, de bosses et de crimes plus ou moins impunis. Roque Choi (1920-2006) était peut-être l'une des manifestations les plus réussies du syncrétisme luso-chinois à Macao. De pure souche chinoise, mais avec une double culture possédée dans tous ses raffinements respectifs, il fut employé de l'Administration portugaise (interprète officiel hors pair), homme d'affaires, banquier, politique de première importance et philanthrope. Grâce à une personnalité attachante et conciliante, il fut surtout un grand médiateur entre les différents pouvoirs de part et d'autre de la Porta do Cerco, la minuscule frontière terrestre. Tel qu'il est décrit admirativement dans ce livre, il fut l'antithèse absolue de la *leyenda negra* qui pèse sur Macao depuis au moins le début du XIX^e siècle dans une partie de l'opinion occidentale.

Et de là nous revenons vers le Programme «Fim do Império» de Manuel Barão da Cunha qui lance une antenne jusqu'à **Na fronteira de Timor**³² avec un livre de souvenirs anecdotiques d'un sous-officier dans le saillant du Sud-Est, à la frontière indonésienne (août 1967-octobre 1969). C'est le bout du monde et de l'inconnu pour lui qui n'a que 2-3 soldats et des *tropas nativas* de seconde ligne (*ex-moradores*) à Fatuc-Lúlic. La frontière n'est ouverte aux échanges que sur l'autre versant de l'île, à Batugadé: tout le reste de la ligne de démarcation est officiellement fermé mais bénéficie d'une tolérance pour les frontaliers (un marché par semaine). Mine de rien, c'est le seul texte publié connu de nous pour appréhender la situation de ces confins impériaux habités par une population misérable. L'A. souligne la pérennité de l'influence des *liurais* (chefs coutumiers). Il livre beaucoup d'informations sur les relations entre eux et les administrateurs portugais dans ces montagnes. Il évoque d'anciens sacrifices humains toujours perpétrés clandestinement (décapitation d'une jeune fille, pp. 139-141). Le livre est unique pour voir l'une des régions frontalières les plus négligées des pouvoirs à Dili. Ils montent bien une équipe d'assistance confiée aux militaires, mais les bonnes intentions ne remplacent pas le manque de moyens dans cette extrémité de l'Império, aux antipodes de l'image lusotropicale de la propagande. On a également droit à quelques descriptions de Maliana et de Tilomar. Un livre important car probablement unique pour une période de vigilance encore calme.

Plus africaniste assurément, la pré-colonisation espagnole dans le Golfe de Guinée peut être sondée par une sélection de textes français³³ concernant Annobón, Corisco, le Rio Muni (façade maritime) et Fernando Poo, tels qu'on les trouve aux Archives nationales de France. La présentation est simple: à gauche les photocopies des pièces choisies, à droite leur transcription (parfois indispensable), le tout étant suivi de commentaires érudits en français, anglais ou espagnol, selon le cas. Il y a des choses originales (exemple: sur la Compagnie de Corisco, en anglais). La période couverte va de 1713 à 1901. C'est une très bonne initiative qui permet de mettre en lumière, notamment, l'intérêt non innocent que portaient à la région les Français basés au Gabon, pour le XIX^e siècle.

Autre bonne surprise: un miraculeux guide touristique consacré à la Guinée équatoriale rédigé par un Italien, un habitué des missions impossibles ou censées telles. On lui doit

³¹ Jorge, Cecília & Coelho, Rogério Beltrão (com uma entrevista inédita de Castanheira, José Pedro) (2016), **Roque Choi. Um homem dois sistemas (Apontamentos para uma biografia)**, Lisboa, Livros do Oriente, p. 221, photographies noir et blanc, index.

³² Almeida, Hélder Tadeu de (2015), **Na fronteira de Timor**, Lisboa, Âncora Editora, pp. 239, photographies noir et blanc.

³³ Creus Boixaderas, Jacint & Lefebvre, Jean Marc & Nerin, Gustau & Pijning, Ernst & Wulf, Valérie de (2015), **La Guinée équatoriale aux Archives nationales (XVIII^e-début XX^e siècles)**, Paris, L'Harmattan, p. 167, reproductions de cartes anciennes noir et blanc.

déjà le premier guide sur l'Erythrée, la Corée du Nord de la Corne de l'Afrique, et une mise à jour (2^{ème} édition) du meilleur guide sur les provinces les plus maltraitées de l'Angola. Un miracle en Guinée hispanophone? Nous pensions, dans notre suffisance, que le seul miracle que le pays avait jamais produit était son premier président, Francisco Macías Nguema, de sanglante mémoire (1968-1979). Erreur profonde de notre part! Pour avoir été l'auteur du premier livre de voyage en français (René Pélissier, *Don Quichotte en Afrique: Voyages à la fin de l'empire espagnol*, Editions Pélissier, 1992, 78630 Orgeval, France) sur le pays, et un autre sur sa situation politique à l'époque (années 1960-70), nous estimions connaître le pays. En fait, après avoir «épluché» toutes les pages d'**Equatorial Guinea**³⁴ d'Oscar Scafidi, nous en sommes arrivé à la conclusion que l'auteur nous parle d'un pays méconnaissable, cinquante ans après notre passage à Fernando Poo et au Rio Muni. Pesons nos mots : avoir réuni autant d'informations précises, actualisées, impeccables et introuvables ailleurs sur l'un des pays africains les plus bouleversés par des régimes délirants, cela tient du miracle. C'est une encyclopédie et un topoguide pour touristes aventuriers et hommes d'affaires à l'affût de la moindre occasion de profit. Vous voulez entrer par Ebebiyín? Il y a maintenant deux hôtels de luxe, là où en 1967 l'on voulait nous vendre un singe déjà faisandé pour «nourrir une famille pendant trois jours» disait le jeune chasseur qui l'avait tué. Et je suis reparti, piteux, vers Bata en faisant de l'autostop nocturne dans un camion espagnol par une piste frontalière dangereuse en raison des trous et des fondrières qui lui tenaient lieu de bitume.

Plus désarmant encore, en pleine jungle du Rio Muni, traversée autrefois par quelques gorilles ou éléphants en maraude, se construit sous les yeux de l'A. une nouvelle capitale centrale (c'est plus sûr en cas de coup d'Etat) à Oyala, avec un zoo, un Palais présidentiel, un cimetière et une université américaine. Il y a de quoi décourager les historiens experts ou le prétendant. Bref, nous doutons qu'avec la réputation que traîne le pays à l'extérieur l'on assiste à une ruée des touristes à la seule lecture du guide, mais en le composant Scafidi a abattu – en réaliste et sans propagande naïve – les murailles d'ignorance qui entourent traditionnellement ce qui fut la dernière colonie tropicale de Franco. La population reste indigente, mais le réseau routier est devenu le meilleur d'Afrique centrale. Si on l'entretient. A titre comparatif, nous fournirons pour conclure une vision rétrospective de ce que furent deux embryons d'empires coloniaux indécis ou plutôt de protocolonisations scandinaves sous les tropiques atlantiques: **Ports of Globalisation, Places of Creolisation**³⁵. On n'a jamais publié autant de livres sur ces anciennes dépendances (longtemps «oubliées»), depuis que les tiers-mondistes du Nord de l'Europe se sont aperçus que leurs ancêtres n'avaient pas été meilleurs que ceux des autres puissances traditionnellement accusées d'avoir été colonialistes et esclavagistes. L'essor des études afro-américaines et africanistes aux Etats-Unis, depuis quelques décennies, a déclenché une remise en cause de ce qui passait pour un simple égarement exotique, sans conséquences sur le cours de l'histoire danoise, norvégienne, suédoise et même finlandaise (par contrecoup). Il est maintenant quand même étonnant qu'un professeur d'université en Finlande consacre un volume tout entier aux anciennes «présences» danoises sur la Côte de l'Or et dans les Antilles, et à la minuscule île suédoise (1784-1878) de Saint-Barthélemy également. Donc, Holger Weiss (éditeur de l'ouvrage) et sept autres universitaires scandinaves examinent à la loupe l'histoire de trois villages africains autour des forts européens à Elmina, Cape Coast et Accra et les trouvent créolisés par le contact avec les négriers. On croyait que le terme était

³⁴ Scafidi, Oscar (2015), **Equatorial Guinea. The Bradt Travel Guide**, Chalfont St Peter (Angleterre), Bradt, pp. VII-240 + 8 pages de planches photos et cartes couleur, plans et photographies noir et blanc, index.

³⁵ Weiss, Holger (ed.) (2015), **Ports of Globalisation, Places of Creolisation. Nordic Possessions in the Atlantic World during the Era of the Slave Trade**, Leiden, Brill, pp. XI-315, illustrations noir et blanc et couleur, index.

essentiellement antillais ou tout au moins lié ailleurs à la plantation de canne à sucre et aux esclaves importés. C'est fascinant d'apprendre le contraire. D'autres de ces contributions portent sur la stratégie des échanges du Danemark avec ses fournisseurs africains, la vie des plantations dans les Iles Vierges, le traitement des esclaves, le travail forcé, les droits des créoles et affranchis au XIX^e siècle, l'ambivalence des missionnaires protestants, les aspirations politiques des élites antillaises (autonomie, indépendance?), la répression de la magie dans les îles et, encore plus innovant, la justice suédoise applicable aux esclaves et affranchis à St-Barthélemy. Si les études relatives aux trois îles ex-danoises bénéficient déjà de spécialistes – généralement américains ou scandinaves dénonçant le statut accordé aux Africains et à leurs descendants –, le peuplement blanc local actuel à St-Barthélemy, qui est presque totalement francophone et français, tend à minimiser l'importance et les effectifs des esclaves dans un îlot n'ayant pratiquement pas connu la plantation. Cette hyperspécialisation historiographique et cet engouement subit s'expliquent facilement si l'on se rappelle que ces possessions ex-scandinaves, peu étendues et peu peuplées, se prêtent à de multiples micro-monographies par une trentaine(?) de chercheurs, alors que dans un empire aussi étendu que le fut le portugais, il n'y aurait tout simplement pas de postes et de carrières ouvertes à des centaines ou milliers(?) d'étudiants qui auraient l'audace de se lancer dans de telles recherches ultramarines avec l'espoir d'en vivre décemment, diplôme en poche. En dernière analyse, ce livre très pointu s'adresse à un public averti de ces questions et ayant l'habitude de regarder au-delà de ses horizons nationaux. Il est et sera utile dans son originalité et comble une partie du désintérêt que l'histoire scandinave tropicale suscite généralement au-delà de l'Europe septentrionale. Accessoirement, son révisionnisme historiographique a un rôle à jouer dans les débats que l'immigration, récente mais accélérée, suscite dans ces quatre pays qui avaient voulu oublier que leurs liens avec les sociétés tropicales ont des racines anciennes, bien que fragiles et ténues.

Resumos

The Arquivo da Comarca Judicial de Benguela: Problems and Potentialities

José C. Curto, Frank J. Luce e Catarina Madeira-Santos

Social scientists have, for some time now, suspected that the Arquivo Histórico of the Comarca Judicial de Benguela houses documentation that can significantly expand our understanding of the nineteenth century in this central Angolan port town, a period characterized, amongst other processes, by the transition from the late trans-Atlantic slave trade to the so-called era of legitimate commerce. Our contribution details the tribulations that one team of international researchers experienced in attempting to access the historical documentary holdings of this small, dormant, and endangered archive in Benguela. It includes an inventory of nearly 150 court files relating to the second half of the nineteenth century, including the names of the litigants and the subject matter of the litigation. The inventory suggests that the files contain documents of significant value for the reconstruction of this period in Benguela's past through reference to the town's trading and propertied families, their extended family relations, their landholdings, and their commercial property. We speculate that the judicial authorities may yet be unwilling to have this information come to light.

Keywords: Benguela, archive, judiciary, history, estate inventories, property, wealth, gender.

Desde há algum tempo que os cientistas sociais suspeitavam que o Arquivo Histórico da Comarca Judicial de Benguela encerra documentação que pode alargar significativamente o nosso conhecimento sobre o século XIX, nesta cidade-porto central de Angola, um período que foi caracterizado, entre outros processos, pela transição entre o fim do tráfico de escravos transatlântico para a chamada era do comércio legítimo. A nossa contribuição relata as atribuições que uma equipa internacional de investigadores experimentou, em Benguela, ao tentar aceder à documentação histórica guardada neste pequeno arquivo, adormecido e ameaçado. Compreende um inventário de cerca de 150 pastas judiciais relacionadas com a segunda metade do século XIX, incluindo os nomes dos litigantes e as matérias do litígio. O inventário demonstra que as pastas contêm documentos de valor incalculável para a reconstituição daquele período do passado de Benguela no respeitante ao comércio da cidade e às famílias proprietárias, suas relações familiares

alargadas, suas propriedades fundiárias, e sua propriedade comercial. Por fim, conjecturamos que as autoridades judiciais ainda possam estar relutantes em disponibilizar o acesso a esta informação.

Palavras-chave: Benguela, arquivo, justiça, história, inventários, propriedade, riqueza, género.

Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela, séculos XVII a XIX

Estevam C. Thompson

Existe uma grande quantidade de documentos coloniais sobre o Reino de Benguela produzidos entre os séculos XVIII e XIX que permitem a escrita de uma história pré-colonial sobre a região. Isso é possível porque, embora esta documentação seja colonial, os espaços que elas retratam não estavam sobre efetivo colonial, até ao menos finais do século XIX. Embora tanto esta documentação, quanto parte da historiografia sobre a Benguela considere a região uma colônia portuguesa já no século XVII, uma leitura africanista crítica dessa documentação revela a verdadeira falta de conhecimento e controle sobre este espaço por parte dos portugueses. Apesar de alguns historiadores enxergarem apenas a submissão dos *sobas* por parte do poder colonial português, este artigo aponta para rastros de resistência na aceitação da vassalagem por parte desses soberanos africanos. Ela garante autonomia e proteção de seus territórios frente a outros potentados, além de acesso aos artigos de luxo necessários para a expansão de sua influência política local. Sempre que possível, esses soberanos africanos manipulavam os termos do contrato em benefício próprio, transformando este instrumento de *submissão* em uma estratégia de *resistência*.

Palavras-chave: história de Benguela, documentação colonial, vassalagem, resistência.

There is a great number of colonial documents about the Kingdom of Benguela produced between the 18th and 19th centuries, which allows the writing of a pre-colonial history about the region. This is possible because although these are colonial sources, the spaces they describe were not under effective colonial control until at least the end of the nineteenth century. Although this documentation and part of the historiography on Benguela consider

it a Portuguese colony as of the 17th century, an Africanist critical reading of the extant sources reveals the true lack of knowledge and control about this space on the part of the Portuguese. Although some historians see only submission of the *sobas* in relation to Portuguese colonial power, this contribution shows traces of resistance in the acceptance of vassalage by these Africans rulers. Vassalage granted them autonomy and protection of their territories relative to other potentates, as well as providing access to the luxury goods needed for the expansion of their local political influence. Whenever possible, these African rulers manipulated the terms of the contract for their own benefit, transforming this instrument of *submission* in a strategy of *resistance*.

Keywords: History of Benguela, colonial documentation, vassalage, resistance.

**Entre o colonizador e o colonizado:
Reflexões em torno da pertença e
acessibilidade do *corpus* documental
sobre a delimitação e demarcação das
fronteiras de Moçambique**

Ana Cristina Roque

A herança e aceitação das fronteiras coloniais, por parte dos países africanos, tem vindo a ser amplamente debatida desde 1964 (OAU, Cairo, 1964) e assume-se hoje como um dos aspetos particularmente significativos da história contemporânea desses países, sobretudo quando está em causa a recuperação do traçado das linhas de fronteira, originalmente definidas pelas potências coloniais, e as suas consequências. Considerada como informação relevante para história dos portugueses em África, os documentos relativos à delimitação e demarcação das fronteiras dos territórios coloniais permanecem nos arquivos portugueses e, na maioria dos casos, as antigas colónias, agora países independentes, não têm acesso a esta documentação nem possuem cópia da mesma. Neste artigo pretende-se refletir sobre as questões da pertença, acesso e preservação desta documentação informando, em simultâneo, sobre a natureza deste corpo documental, genericamente designado por “Arquivo de Fronteiras”, e sobre a sua importância para gestão atual das fronteiras de Moçambique.

Palavras-chave: arquivos, acesso, “arquivo de Fronteiras”, delimitação e demarcação de fronteiras, Moçambique.

The acceptance of the former colonial borders by the new African countries, has been widely debated since 1964 (OAU Cairo, 1964). It is assumed today as one of the particularly significant aspects of the history of these countries, especially when considering the question of the rebuilding of the boundary lines, originally defined by the colonial powers, and its present day consequences. Considered as relevant information for the history of the Portuguese in Africa, most of the documents relating to the delimitation and demarcation of borders in these colonial territories remain in Portuguese archives and, in most cases, the former colonies, now sovereign countries, neither have access to nor copies of this documentation. While addressing the questions of ownership, access and preservation of this specific type of document, generally known as “Arquivo de Fronteiras” (“Archive of Frontiers”), this article also seeks to inform on the particular nature of this documentary corpus, and its importance for the current management of Mozambique’s borders.

Keywords: archives, access, “arquivo de Fronteiras”, Ddelimitation and demarcation of borders, Mozambique

**Trabalhadores moçambicanos na
África do Sul: bastidores da contro-
vversia entre Marvin Harris e António
Rita-Ferreira**

Lorenzo Macagno

O artigo traça as coordenadas políticas e teóricas que marcaram a disputa entre o antropólogo Marvin Harris e António Rita-Ferreira em torno da questão do “movimento migratório” de trabalhadores *Thonga* entre Moçambique e África do Sul. Parte dessa controvérsia foi publicada na revista *Africa*, do *International African Institute*. O artigo se baseia em um *corpus* documental específico: o intercâmbio epistolar inédito entre António Rita-Ferreira e Marvin Harris. Essas cartas pertencem ao acervo pessoal de Rita-Ferreira, falecido em abril de 2014. O trabalho se apoia, também, em uma longa conversa que o autor travou com o próprio Rita-Ferreira entre fevereiro e março de 2012, em Bicesse. Durante a entrevista, o administrador e etnólogo

português mencionou várias vezes a passagem de Marvin Harris por Moçambique, relatando algumas de suas impressões sobre a relação entre ambos.

Palavras-chave: trabalho africano, Moçambique, África do Sul, Rita-Ferreira, Marvin Harris

This article examines the debate between Marvin Harris and António Rita-Ferreira on the causes of migration of the *indígenas* of Mozambique to the mines of South Africa. The debate was published in *Africa*, journal of the International African Institute in London. This article is based on a corpus of unpublished sources, comprised of correspondence between António Rita-Ferreira and Marvin Harris. These letters are part of the personal archive of Rita-Ferreira, who passed away in April 2014. This contribution is also supported by long conversations that the author had with Rita-Ferreira in his home in Bicesse, a suburb of Lisbon, between February and March, 2012. During these conversations, the Portuguese administrator and ethnologist mentioned Marvin Harris's trip to Mozambique several times, and related some of his impressions on the relationship between the two.

Keywords: african labour, Mozambique, South Africa, Rita-Ferreira, Marvin Harris.

Canadian missionaries, Angolan protestants, and the PIDE: research sources

Frank J. Luce

The text which follows involves the interpretation of an anonymous report found in the PIDE fonds at the *Torre do Tombo* National Archive in Lisbon. The method is to analyse the context in which the report was written and to corroborate the facts alleged in the report through reference to independent sources. The contextual analysis is in two parts: first, a general synopsis of the Protestant mission which is the subject matter of the report; and second, the life story of the report's putative author. The substance of the report is then deconstructed with regard to its circumstances, content, and purpose.

Keywords: Angola, PIDE, protestant, missionary, interpretation.

O texto a seguir articula a interpretação dum relatório anónimo que se encontra no arquivo da

PIDE, no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa. O método é analisar o contexto da produção do relatório e corroborar as suas alegações com referência às fontes independentes. A análise contextual está em duas partes: primeiro, uma sinópsis geral do assunto do relatório, ou seja uma missão Protestante; e segundo, a biografia do suposto autor. Analisa-se a matéria no relatório em função do formato, conteúdo e propósito.

Palavras-chave: Angola, PIDE, protestante, missionário - interpretação

Color lines according to the photographer Ricardo Rangel

Drew A. Thompson

From 1932 to 1975, Portugal's control over the colony of Mozambique hinged on an experiment with racial hierarchies. Portugal's governing strategy led local populations to classify and organize themselves according to imposed racial categories such as white, *mestiços* (i.e., mixed-race), Indian, and *indígena* (or black). But, at the onset of increased international and local pressure that culminated with independence wars across its overseas provinces, Portugal substituted enforced distinctions with the idea of a non-racial identity. These efforts coincided, and perhaps even facilitated, the opening of commercial photography studios as well as the proliferation of photographic equipment in Mozambique. The life and work of the Mozambican press-photographer Ricardo Rangel, who started his career as a darkroom assistant, provide visual and oral records to reflect on these historical changes. To such ends, I trace Rangel's career through the evolution of professional photography and its relationship to the contemporaneous development of Portugal's racial politics and press censorship. First, I consider Rangel's entry into the darkroom and the skills he acquired. Here, I highlight how the taking and viewing of photographs informed how Portugal's racial policies unfolded in people's daily lives. I then consider Rangel's entry into the newsroom as a press-photographer and the editorial debates that engulfed his pictures. As his negatives, prints, and historical memories of them illustrate, Rangel did not merely insert racially marginalized groups into the visual and historical record. Aesthetic debates surfaced around Rangel's photographs that reinforced racial divisions and determined

how perceptions of race influenced the viewing and telling of Mozambique's colonial history.

Keywords: Mozambique, nationalist struggle, color lines, racial ideologies, photography, Ricardo Rangel (1924-2009), historical archiving

Entre 1932 e 1975, o controlo de Portugal sobre o colónia de Moçambique se baseava numa experiência com hierarquias raciais. Como resultado dessa estratégia da governação, a população em Moçambique classificou-se e organizou-se em categorias raciais, tais como branco, mestiço, índio, ou indígena (ou negro). Todavia, com o aumento da pressão internacional e local que culminou com as guerras de independência nas provinciais ultramarinas, Portugal substituiu as distinções impostas por ideias de identidades não-raciais. Esses esforços coincidiram, e talvez tenham facilitado, a abertura de estúdios fotográficos comerciais bem como a proliferação de equipamentos fotográficos em Moçambique. A vida e o trabalho do foto-jornalista Moçambicano Ricardo Rangel, que começou sua carreira como assistente, oferecem registos orais e visuais para reflectir sobre essas mudanças histó-

ricas. Com esse propósito, eu analiso a carreira de Rangel através da evolução da fotografia profissional e a relação da mesma com o desenvolvimento das políticas raciais portuguesas e da censura da mídia. Inicialmente, este artigo analisa a experiência de Rangel como assistente de fotografia e as habilidades por ele adquiridas. Nesse primeiro momento, eu destaco como a fotografia informou como as políticas raciais portuguesas se desenvolviam na vida diária das pessoas. Num segundo momento, o artigo trata da entrada de Rangel na redacção como fotógrafo e os debates gerados por suas fotografias. Como os negativos, impressões e memórias históricas produzidos por ele ilustram, Rangel não se limitou a inserir grupos racialmente marginalizados no registo visual e histórico. As fotografias de Rangel geraram debates estéticos que reforçaram as divisões raciais e determinaram como as percepções de raça influenciaram os relatos e as imagens da história colonial de Moçambique.

Palavras-chave: Moçambique, conflitos nacionalistas, segregação, ideologias raciais, fotografia, Ricardo Rangel (1924-2009), arquivos

Legendas das ilustrações

Legenda das fotos da capa:

- a) Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Memoria sobre a Provincia de Moçambique seguida do Catalogo Chronologico Historico de seus Capitães Generaes e Governadores desde a sua separação do Governo de Gôa em 1752 até 1849” por Francisco da Costa Mendes (1849).
 - b) Angola Resgate Group (2012), Biblioteca do Governo Provincial de Benguela.
 - c) Johann Moritz Rugendas, *Malerische reise in Brasilien* (Paris: Engelmann & Cie, 1835), Pl. 2-13 Mozambique.
 - d) Biblioteca Nacional de Portugal, *Iconografia e-1236*, Anne Zingha, Reine de Matamba (Paris: J. Strszewicz, ca. 1860).
 - e) Arquivo do Bispado de Luanda, Freguesia de Nossa Senhora do Pópulo, Benguela, Óbitos 1770-1797.
-
1. Monumento à batalha da Môngua. Cunene, Angola. Foto de Maciel Santos (2011).
 2. Palácio de D. Ana Joaquina dos Santos e Silva. Luanda, Angola. Foto da equipa de York *Angola Resgate Group* (2012).
 3. *Limites da Provincia de Moçambique impostos pela Inglaterra a Portugal* – J. C. (1890). Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.
 4. António Rita-Ferreira. Foto de Maciel Santos (2011).
 5. Vista do sítio de Mourla Ha (2016). Foto de Dzou Remy.
 6. Vista do sítio de Mourla Zakita situado na margem do rio Logone (2016). Foto de Dzou Remy.

Crítérios para publicação

- 1) A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos inéditos de qualquer área de investigação cuja temática seja África ou sociedades africanas. Os trabalhos poderão ser entregues em português, inglês ou francês.
- 2) A publicação de trabalhos está sujeita a apreciação do Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar necessário, e de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

Normas para apresentação de originais

- 1) Devem ser entregues em ficheiro informático (via correio electrónico ou CD), de preferência no programa WORD para Windows. O corpo de letra deverá ser de 12 pontos em fonte *Areal* ou *Times New Roman*, e o entrelinhamento de espaço e meio.
- 2) As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias etc.) devem ser numeradas de 001 a N. O número atribuído a cada imagem deve ser colocado no original na localização que o autor entende ser a mais conveniente. Estes elementos deverão ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel e JPEG, TIFF ou EPS para os outros casos). Cada ficheiro deverá ter o número atribuído como identificação e colocado numa pasta a que se chamará “imagens”. As imagens deverão ter no mínimo 10x6 cm com 1200x800 pixel (300 dpi). Será de grande utilidade que todos os originais de mapas, fotografias etc sejam entregues com o original/texto para que o tratamento das imagens seja efectuado com rigor.
- 3) Os artigos terão no máximo 70 000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens). Cada artigo será acompanhado de dois resumos: em português e/ou inglês e/ ou francês, com um máximo de 500 caracteres. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de 6), assim a identificação do autor (instituição, últimas publicações e contactos).
- 4) As resenções não poderão exceder os 25 000 caracteres.
- 5) Não serão considerados os artigos ou resenções que ultrapassem o número máximo de caracteres ou que não cumpram as normas de apresentação de originais.

Normas de revisão e citação bibliográfica

- 1) Os autores terão a possibilidade de reverem em últimas provas os seus trabalhos, após a revisão feita no CEAUP. Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de total indisponibilidade os autores deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- 2) As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano). Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser seguido de uma letra minúscula. Ex: (Rodrigues, 2000a) (Rodrigues, 2000b). Se a referência citada for de vários autores ficará: (Rodrigues *et alia*, 2000).
- 3) As transcrições deverão ser em *itálico*, assim como vocábulos em língua estrangeira.
- 4) As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando cinco linhas em corpo 10.
- 5) A bibliografia será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- 6) A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
 - Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Colectâneas: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, (orgs.) (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, n.º 8, pp. 12-35.
 - Artigos em colectâneas: Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, in Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, (orgs.), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da 1.ª publicação e o tradutor.
 - Na bibliografia electrónica indicar sempre o *site/path*, a data do artigo e a data da consulta.

Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*.

As imagens originais serão devolvidas.

Os originais não serão devolvidos.

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

N.º 26 – 1.º semestre – 2016

LUTAS DE MULHERES NO CINEMA DE ÁFRICA E DO MÉDIO ORIENTE



Assinatura Anual (Annual Subscription)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P. - FLUP

Africana Studia - Via Panorâmica, s/n - 4150-564 PORTO - Portugal

Telefone / Fax (00-351-226077141)

Dois números semestrais (Two issues/year)

Portugal	22 €
U.E. (European Union)	28 €
PALOP's	32 €
Resto do Mundo (Rest of the world)	32 €

Desconto para estudantes (Student's discount) — 20 % (*)

(*) Add copy of student's card

Nome (Name) _____

Morada (Address) _____

Telefone / Fax _____

Endereço electrónico (E-mail) _____

Modalidade de Pagamento (Payment by)

Transferência Bancária para: (Bank Transfer) _____

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P.

IBAN: PT50 0035 0194 0000 2032 53053 - BIC/WIFT: CGDIPTPL

Cheque Bancário N.º (Bank Cheque Nr.) _____

Necessário juntar comprovativo (add copy of bank transfer)

(Assinatura / Signature)

ARQUIVOS DA ÁFRICA AUSTRAL – POTENCIALIDADES

ARQUIVOS DA ÁFRICA AUSTRAL – POTENCIALIDADES

The Arquivo da Comarca Judicial de Benguela: Problems and Potentialities

José C. Curto, Frank J. Luce e Catarina Madeira-Santos

Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela, séculos XVII a XIX

Estevam C. Thompson

Entre o colonizador e o colonizado: Reflexões em torno da pertença e acessibilidade do *corpus* documental sobre a delimitação e demarcação das fronteiras de Moçambique

Ana Cristina Roque

Trabalhadores moçambicanos na África do Sul: bastidores da controvérsia entre Marvin Harris e António Rita-Ferreira

Lorenzo Macagno

Canadian missionaries, Angolan Protestants, and the PIDE: research sources

Frank J. Luce

Color lines according to the photographer Ricardo Rangel

Drew A. Thompson

ENTREVISTA

Edward Alpers – *Immersed in the Study of Africa*

Entrevista conduzida por Vanessa S. Oliveira

ÁFRICA EM DEBATE

Prospections archeologiques dans le Diamaré et ses environs (region de l'Extrême-Nord, Cameroun)

Dzou Tsanga Remy

NOTAS DE LEITURA

Jean Marc Bikoko. Le syndicalisme à la croisée des chemins – 50 ans après le début des independences en Afrique

Maciel Santos

Archives des douleurs avec l'espoir d'en sortir vivant

René Pélissier



Africana Studia